

**Emanuel Cardoso Pereira**

**2º Ciclo de Estudos em História Medieval e do Renascimento**

**Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto  
dos séculos XII a XIV.**

**2013**

Orientador:

Prof. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Classificação:

Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva



**Resumo:** O trabalho apresentado tem como objetivo o estudo das cartas de foral outorgadas pelas Ordens Militares no período da reconquista cristã, de D. Afonso Henriques até D. Dinis, procurando entender os vínculos entre os dois poderes. Em complemento, visa também o estudo das sentenças régias relativas a conflitos de interesses que despontaram entre Concelhos e Ordens Militares desde o reinado de D. Afonso III até D. Afonso IV.

Elaboramos uma comparação das dinâmicas do estabelecimento de concelhos no território com outros mecanismos de povoamento como as comendas e os castelos. Depois analisamos cláusulas contidas nos forais tentando determinar as dependências económicas, sociais, militares, administrativas e judiciais entre os dois poderes. Por fim, verificamos que estas relações de dependência culminaram num conflito de interesses, os quais analisamos, através de sentenças régias, os motivos que conduziram aos conflitos tendo em linha de conta a conjuntura do reino de Portugal.

**Abstract:** The presented work aims to study the municipal charters granted by the Military Orders in the period of Christian reconquest, D. Afonso Henriques to D. Dinis, seeking to understand the links between the two powers. In addition, it also aims to study the royal rulings on conflicts of interest that emerged between municipalities and Military Orders from the reign of King D. Afonso III to Afonso IV.

We prepared a comparison of the dynamics of the establishment of municipalities in the territory of settlement with other mechanisms such as commanderies and castles. After analyzing the clauses of municipal charters, we try to determine the economic, social, military, administrative and judicial dependencies between the two powers. Finally, we note that these dependency relations culminated in a conflict of interest, which we analyze, through royal sentences, the reasons which led to conflicts taking into account the context of the Portuguese kingdom.

**Palavras-chave:** Concelhos; Ordens Militares; Reconquista cristã; Forais; Dependência; Conflitos.

**Key-words:** Municipalities; Military Orders; Christian reconquest; Municipal charters; Dependence; Conflicts.

# Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>Estado da Arte.....</b>	<b>6</b>
 <b>Capítulo I – Forais concedidos pelas Ordens Militares a terras dos seus senhorios.....</b>	<b>14</b>
1.1 – Enquadramento dos concelhos e das Ordens Militares no processo de reconquista.....	14
1.2 – Tipologia dos forais das Ordens Militares de acordo com a sua proveniência.....	23
 <b>Capítulo II – Os concelhos na organização do território das Ordens Militares.....</b>	<b>36</b>
2.1 – Os castelos.....	37
2.2 – As comendas.....	44
2.3 – Entre castelos, comendas e concelhos.....	49
 <b>Capítulo III – Economia e Sociedade nos forais das Ordens Militares.....</b>	<b>57</b>
3.1 – Os grupos sociais e os seus direitos e deveres.....	58
3.2 – A exploração económica, transação de mercadorias e fiscalidade.....	64
3.3 – O recrutamento militar e a mobilização das milícias concelhias.....	76
 <b>Capítulo IV – Administração, Justiça e fiscalidade nos forais das Ordens Militares.....</b>	<b>81</b>
4.1 – Cargos administrativos e judiciais e as suas competências consignadas nos forais.....	82
4.2 – A criminalidade: os delitos e as penas previstas nos forais.....	92
 <b>Capítulo V – Conflitos entre as Ordens Militares e os Concelhos de meados do século XIII a meados do século XIV. ....</b>	<b>99</b>
5.1 – Os conflitos nas políticas de centralização régia de D. Afonso III e D. Dinis.....	100
5.2 – Os conflitos na política de centralização régia de D. Afonso IV.....	107
 <b>Conclusão.....</b>	<b>117</b>
 <b>Anexos.....</b>	<b>119</b>
Anexo 1 – Transcrição paleográfica de documentos.....	120
Anexo 2 – Tabelas.....	128
Anexo 3 – Índice dos mapas.....	168
 <b>Fontes.....</b>	<b>169</b>
A – Manuscritas.....	169
B – Impressas.....	169
 <b>Bibliografia.....</b>	<b>170</b>

## **Introdução**

O trabalho apresentado tem por objetivo o estudo das cartas de foral outorgadas pelas Ordens Religioso-Militares a terras dos seus senhorios, desde a entrada das mesmas no processo de reconquista em Portugal, ou seja, de D. Afonso Henriques até ao final do reinado de D. Dinis, e, ainda, os conflitos de interesses que despontaram entre os concelhos e as Ordens, estudados através de sentenças régias, outorgadas no período após a reconquista portuguesa e, no limite, até ao final do reinado de D. Afonso IV.

Apresentaremos o ponto da situação historiográfica para explicar a pertinência deste trabalho, através da interseção das historiografias militar, municipal e Ordens Militares. Assim, juntando a produção historiográfica às cartas de foral é possível sistematizar algumas ideias em relação ao povoamento e à defesa protagonizados pelas Ordens Militares, bem como o papel ocupado pelos seus municípios nas estratégias de povoamento na reconquista. Em complemento, elaboramos uma comparação das dinâmicas do estabelecimento de concelhos no território com outros dois mecanismos de povoamento utilizados pelas Ordens Militares: os castelos e as comendas.

Tendo em vista o estudo da implantação estratégica no território das Ordens Militares e, em particular, dos seus concelhos nessa estratégia, procedemos a uma análise das cláusulas contidas nos forais, demonstrando os vínculos e as relações de dependência económica, social, militar e administrativa entre os concelhos e as Ordens Militares, visando determinar o grau de autonomia e dependência dos concelhos. Analisar que direitos e deveres as Ordens Militares concediam aos habitantes dos seus concelhos no plano social, que tributos tinham que pagar os moradores dos concelhos aos seus senhores e ainda a interferência das Ordens Militares na administração e organização dos concelhos, através da análise dos agentes que eram responsáveis pelo exercício magistraturas concelhias, serão pontos de enfoque nesta dissertação, assim como a averiguação da criminalidade exposta nas cláusulas dos forais.

Por fim, procuraremos estabelecer, de uma forma sintética, as relações e as convivências entre estes dois poderes. As fontes medievais Portuguesas, através das chancelarias régias, apresentam-nos um conjunto de pleitos, sentenciados pelos monarcas Portugueses, esgrimidos entre as Ordens Militares e os concelhos, principalmente, desde o reinado de D. Afonso III até ao de D. Afonso IV. Desta forma, demonstram, no emergir de uma nova ordem política, económica e social a dificuldade de coexistência entre estes poderes no espaço medieval Português. Por outro lado, pretendemos discorrer de que

forma os monarcas conduziram estes litígios, tendo em conta as circunstâncias em que se inseriam.

Ao longo desta dissertação apresentamos um conjunto de mapas que contribuem para a leitura e interpretação do texto que desenvolvemos, pelos quais estamos muito gratos à Oficina do Mapa, em particular ao Dr. Miguel Nogueira, pelo auxílio que nos prestou, não só pela cartografia, mas também, na forma como se interessou pelo projeto, resultando na troca de ideias e experiências entre a História e a Geografia, que muito contribuíram na execução deste trabalho.

Aproveito para agradecer também à orientadora desta dissertação, a Prof. Doutora Paula Pinto Costa, pela confiança que depositou na execução do trabalho, assim como pela sua disponibilidade e ensinamentos que me prestou, os quais foram determinantes, tanto desenvolvimento deste trabalho, como também no meu evoluir enquanto aprendiz de historiador.

Agradeço a todos os meus amigos que sempre me auxiliaram de forma indireta, mas não menos importante neste trabalho, que, para não correr o risco de me esquecer de algum, não citarei os nomes, e também porque estou certo que cada um deles sabe que está incluído nestas poucas palavras de agradecimento.

Ao Nelson à Maria e ao Paulo, meus irmãos, agradeço-lhes pela ajuda que me prestaram em todos os momentos difíceis.

Dedico este pequeno trabalho exclusivamente aos meus pais sabendo que, apesar de vicissitudes que infelizmente a vida lhes causou num passado recente, para eles a realização deste trabalho é motivo de muita alegria.

Por fim, queria deixar uma palavra de gratidão à minha querida Ianara pelo incentivo que sempre me deu e pela paciência que teve para comigo, dado que foi a pessoa que esteve literalmente ao meu lado durante a realização deste trabalho.

## Estado da Arte

A rede organizativa do espaço medieval português caracterizava-se pelo entrecruzamento de poderes. No seu contexto, verifica-se ao longo dos séculos, por imposição de vários condicionalismos, um conjunto de mutações que culminaram num complexo xadrez político, económico-social e administrativo, no qual, muito ainda está por compreender. Neste emaranhado, destacam-se os concelhos e os senhorios das Ordens Religiosas e Militares pelas suas especificidades e importância que tiveram, durante o processo de reconquista cristã, na estruturação do governo medieval português.

Os concelhos/municípios, desde os primórdios da sua implantação até aos nossos dias, foram instrumentos fundamentais no processo civilizador do espaço português, funcionando como extensão do poder central aos mais diversos pontos do reino, e, também, como elo de ligação entre os sucessivos governos municipais e as populações aí residentes. Estas relações eram veiculadas através dos atos escritos, legitimados pelo direito, dos quais importa destacar, pelo objetivo deste texto, as cartas de foral, conhecidas também por forais *velhos*<sup>1</sup>, por distinção dos chamados forais *novos* ou Manuelinos. Estas cartas operavam como a matriz organizativa das populações concelhias a vários níveis. Tanto monarcas, como os senhores, as outorgaram, distinguindo-se entre forais régios e forais particulares de acordo com a sua proveniência. Nestes últimos, as Ordens Militares foram agentes de concessão de primeira relevância. Partindo daqui, e atendendo à importância desta temática na historiografia portuguesa, vamos centrar-nos no período Medieval, em concreto desde o envolvimento das Ordens Militares no processo de reconquista até ao final do reinado de D. Dinis, por constituir o período mais significativo desta vertente da dinâmica concelhia.

A temática municipal medieval, sob diversas ideologias e contextos, atraiu a atenção de vários estudiosos, tanto na área da História como na do Direito, como revela o texto de síntese de pendor historiográfico de Maria Helena da Cruz Coelho<sup>2</sup>. No século XIX, Alexandre Herculano na sua obra “História de Portugal” dedicou o volume final à análise das origens dos municípios, das tipologias dos forais, bem como dos direitos e

---

<sup>1</sup> Publicados por Alexandre Herculano nos: *Portugaliae Monumenta Historica. Vol.I, Leges et Consuetudines*, Olisipone, 1856. (P.M.H. – I)

<sup>2</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Municipal Power*, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp.209-230.

deveres dos respetivos moradores<sup>3</sup>. Apesar das fragilidades e correções que já foram assinaladas por diversos especialistas, afigura-se como uma obra marcante no estudo do municipalismo e, acima de tudo, pioneira. Fundamentou que o modelo romano do *municipium* teve continuidade sob o domínio dos visigodos e dos muçulmanos e subsistiu até à era da reconquista, advogando, assim, a prevalência das instituições romanas. Na viragem para o século XX, o Historiador Eduardo Hinojosa afirma que os restos da organização municipal romana, conservados pelos Visigodos, não resistiram à invasão árabe, porque eram inadaptáveis ao tipo de vida militar e semi-nómada dos cristãos nos primeiros séculos de reconquista, na qual prevalecia a vida rural em detrimento da vida urbana<sup>4</sup>.

Já sob o período do Estado Novo, Torquato de Sousa Soares considera os concelhos como organismos de carácter tipicamente medieval, que surgem em função do próprio condicionalismo da sociedade de reconquista, onde o clima de guerra permanente resulta num fenómeno próprio da época<sup>5</sup>. Por sua vez, o Historiador do Direito, Marcello Caetano<sup>6</sup> lega-nos ideias sólidas sobre as características institucionais dos concelhos, como também dos oficiais régios que nelas operavam, a evolução do seu funcionalismo e o seu posicionamento em cortes.

Mais tarde Robert Durand, para a região de Entre Douro e Tejo, refere que são as pequenas comunidades rurais as únicas a resistir ao estabelecimento dos Suevos e Visigodos, mas não opina sobre as relações daquelas com os municípios do séc. XI e subsequentes. Para este académico, a sua evolução dependeria, sobretudo, da sua conjuntura geográfica e dos fatores demográficos civilizacionais<sup>7</sup>. Focando-se nos concelhos mais a Sul, António Borges de Coelho, em 1973, sublinhou a importância da influência islâmica e o papel dos moçárabes no desenvolvimento do movimento concelhio, na sua obra *Comunas ou Concelhos?*<sup>8</sup>.

Na década de 80, José Mattoso trouxe uma considerável inovação, explicando como a rede municipal se estabeleceu, através da sua definição estrutural de Portugal

---

<sup>3</sup> HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, 4 vols. Lisboa: Bertrand, 1983.

<sup>4</sup> HINOJOSA, Eduardo de – *Estudios sobre la Historia del Derecho Españõl*. Madrid: s.n., 1903.

<sup>5</sup> SOARES, Torquato de Sousa – *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*. Lisboa: s.n., 1931.

<sup>6</sup> CAETANO, Marcello – *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*. Revista da Faculdade de Direito, vol.VII, Lisboa, 1951; CAETANO, Marcello – *História do Direito Português. (1140-1495)*. Lisboa-S.Paulo, Editorial Verbo, 1981.

<sup>7</sup> DURAND, Robert – *Les Campagnes Portugaise entre Douro et Tage aux XII et XIII siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

<sup>8</sup> COELHO, António Borges de – *Comunas ou Concelhos?* Lisboa: Caminho, 1986.



como um reino marcado por uma oposição entre a sociedade senhorial e feudal, por um lado, e os centros municipais, por outro, mostrando como nessa dialética de poder e formas de viver, um território, um povo e uma soberania se consolidaram<sup>9</sup>. Maria Cristina Cunha, no âmbito do Seminário de *Concelhos Portugueses na Idade Média*, integrado no curso de Mestrado em História Medieval e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, realizou um trabalho pertinente, intitulado *Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166*. Faz uma análise dos forais velhos que seguiam o de Évora, a nível da administração, justiça, sociedade e economia<sup>10</sup>.

Para os anos 90, no plano académico, refiram-se ainda os textos de António Matos Reis e Maria Helena da Cruz Coelho, embora o contributo desta última Historiadora seja ímpar. O primeiro, na esfera da análise dos diplomas que legalmente reconhecem os municípios, os chamados forais ou foros breves, na sua dissertação de mestrado, embora adotando uma metodologia mais institucional e jurídica, oferece informações seguras sobre as famílias tipológicas destas cartas, como sobre questões fiscais, nas quais as especificidades de Direito económico e criminal são examinadas<sup>11</sup>. Este investigador continuou com o mesmo tema, na tese de doutoramento, mais recentemente, na qual explorou a articulação do desenvolvimento municipal, na sua faceta mais regional, com o impulso económico derivado da criação das cartas de feiras e com a colonização e o processo de povoamento<sup>12</sup>. Ainda nos anos 90, Maria Helena Coelho faz uma síntese para o terceiro volume da *Nova História de Portugal*, onde mostra como o movimento municipal se espalhou pelo espaço e tempo, revelando a sua importância para o surgimento do reino português<sup>13</sup>. Na continuidade desta publicação, esta autora muitos outros contributos tem garantido aos estudiosos destas temáticas. Pelo que se tem dito até aqui, pode-se verificar a mutação que sofreu o estudo do municipalismo, desde a compreensão dos concelhos a nível mais político-institucional até à sua relevância nas dinâmicas de poder no período da reconquista e ao papel social que desempenharam.

---

<sup>9</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325, vol. I: Oposição*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985. MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infanções e cavaleiros. A nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Do mesmo autor ver também: *Da comunidade primitiva ao município – o exemplo de Alfaiates*. Revista de Estudos Medievais, nº8, Lisboa, 1987, pp.29-44.

<sup>10</sup> CUNHA, Maria Cristina – *Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, Vol.5, Porto, 1988, pp.69-94.

<sup>11</sup> REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

<sup>12</sup> REIS, António Matos – *Os concelhos na primeira dinastia: à luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

<sup>13</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol.III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 554-584.

Entretanto, apesar do bom número de estudos sobre o municipalismo, há que realçar a existência de um longo caminho a percorrer na explicação das relações outrora existentes entre um considerável número de concelhos e os senhorios em que estavam integrados, e dos quais dependiam, quer os senhores fossem personalidades leigas, quer instituições eclesíásticas diocesanas, como mitras, cabidos, ou ordens religiosas monásticas e, para o nosso caso concreto, quer fossem Ordens Religioso-Militares.

Dado que esta dissertação se situa na confluência das cartas de foral outorgadas a alguns concelhos e o papel que as Ordens Militares desempenharam, importa fazer uma chamada de atenção para estas instituições no âmbito em que nos colocamos.

A investigação sobre as ordens militares tem progredido, sobretudo, a partir dos finais dos anos oitenta do século passado a um ritmo sem precedentes, devido a um generalizado interesse pelo seu estudo.

Esse interesse nasceu e foi impulsionado por parte de vários investigadores de algumas Universidades do país, sobretudo pelo Prof. Doutor Luís Adão da Fonseca, nomeadamente pelo trabalho que desenvolveu na FLUP, e com o apoio de várias fundações de âmbito cultural e câmaras municipais, esforço que culmina no aparecimento de uma série de textos e obras sobre as Ordens Militares. Neste sentido, e desde 1989, a Câmara Municipal de Palmela tem vindo a organizar os *Encontros sobre Ordens Militares*<sup>14</sup> e a publicar as respetivas atas. Em 1997, foi criada a coleção *Militarium Ordinum Analecta* (i.e., *MOA*)<sup>15</sup>, que promove, desde então, a publicação de estudos sobre as Ordens Militares na Idade Média e fontes documentais com elas relacionadas.

Alicerçadas pelo conjunto de estudos existentes e pela sua própria importância, as Ordens Militares conquistaram o seu espaço na historiografia portuguesa<sup>16</sup>. Embora grande parte dos estudos se remetam para os períodos posteriores à reconquista, devido, sobretudo ao número superior de fontes, encontramos alguns trabalhos para o período que

---

<sup>14</sup> *As Ordens Militares em Portugal*, Atas do I Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: C.M. Palmela, 1991; *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Colibri, C.M. Palmela, 1997; *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Atas do III Encontro sobre Ordens Militares. 2 vols. Lisboa, Colibri – C.M. Palmela, 1999; *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Colibri – C.M. Palmela, 2005; *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Atas do V Encontro sobre Ordens Militares, Câmara Municipal de Palmela, 2009; *Freires, Guerreiros, Cavaleiro*, Atas do VI Encontro sobre Ordens Militares de Palmela. Palmela, 2012.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/tt-militarium-ordinum-analecta>

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – *The Military Orders*, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 425-457.

medeia entre a implantação das ordens militares no reino pelas décadas centrais do séc. XII até ao final do reinado de D. Dinis (1325). Sob uma perspetiva política, institucional e patrimonial, entre 1989 e 1993, sublinhamos, para a Ordem de Avis o trabalho de Maria Cristina Cunha<sup>17</sup>; para a Ordem de Santiago, o de Mário Sousa Cunha<sup>18</sup>; para a Ordem do Hospital o de Paula Pinto Costa<sup>19</sup> e, mais recentemente, para a Ordem do Templo, o de Maria Cristina Fernandes<sup>20</sup>.

As tensões e os conflitos entre os poderes ativos no espaço urbano eram uma realidade, e, para além dos litígios entre as Ordens Militares e as dioceses<sup>21</sup>, destacam-se os conflitos entre as Ordens Militares e os concelhos, embora animados por razões diversas. José Marques<sup>22</sup> escreveu a propósito dois casos situados a Sul do Tejo, Isabel Morgado<sup>23</sup> dedicou-se a um outro na zona centro e José Augusto Oliveira<sup>24</sup> outro em torno do vale do Sado. Em sentido complementar, sobre a presença dos cavaleiros nos espaços urbanos<sup>25</sup> veja-se, especificamente, Manuel Sílvio Conde<sup>26</sup> para Tomar e Saul António Gomes<sup>27</sup> para Coimbra.

As Ordens Militares desempenharam um papel preponderante nas relações de fronteira entre os reinos cristãos a nível político e jurisdicional, embora aqui também

---

<sup>17</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1989.

<sup>18</sup> CUNHA, Mário Sousa – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1991.

<sup>19</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1993.

<sup>20</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009.

<sup>21</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal*, in *Separata de Jornadas Sobre Portugal Medieval*. Leiria: s.n., 1986, pp. 349-366; VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A Diocese de Évora e a Ordem de Avis: dois poderes em confronto na centúria de duzentos*, in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, Atas do II Encontro Sobre Ordens Militares, C. M. Palmela, 1997, pp.271-284.

<sup>22</sup> MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*, in *Revista da Faculdade de Letras: História, série II, Vol. V*, Porto, 1985, pp. 95-111; MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, pp. 285-305.

<sup>23</sup> SILVA, Isabel Morgado – *Concelho de Soure versus Ordem de Cristo: um processo de conflito em finais do séc.XIV*, in *Revista de Ciências Históricas*, n.12, 1997, pp. 109-117.

<sup>24</sup> OLIVEIRA, José Augusto – *A gestão de conflitos entre os concelhos da Ordem de Santiago: o caso de Sesimbra e Setúbal*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri – C.M. Palmela, 2005, pp. 735-745.

<sup>25</sup> Os dois títulos indicados a seguir, embora não esgotem o leque de trabalhos disponíveis, ilustram algumas possibilidades de enfoques sobre a problemática. Este campo de estudo afigura-se muito amplo e implica a consideração de vertentes de reflexão bastante diversas já focadas de forma individual pela historiografia.

<sup>26</sup> CONDE, Manuel Sílvio – *Tomar Medieval: o espaço e os homens*. Cascais: s.n., 1996, pp- 162-178.

<sup>27</sup> GOMES, Saul António – *As Ordens Militares Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo*, in *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Atas do III Encontro sobre Ordens Militares. 2 vols. Lisboa: Colibri – C.M. Palmela, 1999.

surgissem conflitos de interesses. Para este assunto contribuíram sobretudo os trabalhos de Paula Pinto Costa<sup>28</sup> e Carlos Ayala Martínez<sup>29</sup>. Nas linhas de fronteira, as ordens militares tiveram, também, um papel importante nas estratégias de povoamento e defesa do território, embora pouco há escrito sobre o assunto. A este propósito, veja-se José Valente<sup>30</sup> sobre os Templários e Mário Barroca<sup>31</sup>, este último principalmente na perspetiva da arquitetura militar e na da organização da vida numa sociedade de fronteira, temática em que se destaca o contributo das cartas de foral que nos propomos analisar e interpretar nesta dissertação.

Em complemento, deve-se recorrer à historiografia militar<sup>32</sup>. Assim, um outro rol de referências poderá ser analisado e confrontado com as Ordens Militares para melhor compreensão do papel destas instituições na organização do território e no recrutamento militar. Analisando as cartas de foral dos reinos ibéricos, James Powers<sup>33</sup> fez uma síntese de como a sociedade ibérica cristã estava organizada em função da guerra. Sobre o recrutamento, organização, administração e logística dos exércitos no reino português, temos à nossa disposição um bom conjunto de obras. No que diz respeito ao recrutamento (nobre, municipal e das Ordens Militares, mas também de outras unidades de menor expressão numérica, como a *guarda real*), primeiro devemos mencionar as contribuições de Mário Barroca e João Gouveia Monteiro na *Nova História Militar de Portugal*<sup>34</sup>, mas também as de Miguel Gomes Martins<sup>35</sup> na sua tese de doutoramento, que apresenta um capítulo dedicado a estas questões. Do mesmo autor veja-se um trabalho sobre as milícias

---

<sup>28</sup> COSTA, Paula Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho Jurisdicional e político em Tempos Medievais*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol.VII. Porto, 2006, pp. 79-91.

<sup>29</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos – *Frontera castellano-portuguesa Y órdenes militares: problemas de jurisdicción, ss.XII-XIII*, in *III Jornadas de cultura hispano-portuguesa: Interrelación cultural en la formación de una mentalidade, siglos XII al XVI*. Actas, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 51-92.

<sup>30</sup> VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers: The knights Templar in Portugal, 1128-1319*, tese de doutoramento apresentada à Universidade da Califórnia, Santa Barbara, 2002.

<sup>31</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, pp.535-548.

<sup>32</sup> MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia – *The Medieval Military History*, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp.459-481.

<sup>33</sup> POWERS, James F. – *A Society Organised for War: The Iberian Municipal Militias in the Middle Ages, 1000-1284*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1988.; POWERS, James F. – *The Creative interaction between Portuguese and Leonese Municipal Military Law, 1055 to 1279*. s.l., Speculum, 1987.

<sup>34</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol.I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 69-94.

<sup>35</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal na Idade Média (1245-1367)*, tese de doutoramento apresentada á FLUC. Coimbra, 2007, pp. 17-247.

concelhias<sup>36</sup>, a partir dos dados oferecidos pelos forais de D. Afonso III. Para as estratégias de povoamento nas regiões fronteiriças, veja-se também Pedro Gomes Barbosa<sup>37</sup> e Sílvio Conde<sup>38</sup>, onde se encontram elementos de enquadramento bastante interessantes. Para terminar, relativamente às práticas militares das Ordens, tenha-se em consideração João Gouveia Monteiro<sup>39</sup>, isto é, o autor que mais tem investigado esta dimensão das ordens, embora seja uma temática em que o grande destaque fica reservado à curiosidade, já que as fontes não oferecem informação direta sobre estes aspetos.

Em suma, a interseção entre a historiografia municipal, militar e das Ordens Militares permite recolher uma série de referências que possibilita fazer uma construção sobre *as relações entre os Concelhos e as Ordens Militares*, focando a sua duplicidade (as de dependência e confronto). Permite também apurar as estratégias de povoamento e defesa por parte das Ordens Militares e compreender qual a importância dos concelhos nessas mesmas estratégias. Entender como estavam estruturados os concelhos das ordens militares, com base nos forais outorgados pelas mesmas instituições, a nível económico-social e sob o ponto de vista da justiça e administração, constitui, pois, o objetivo central desta dissertação, procurando concatenar as possibilidades em aberto pela produção historiográfica conhecida até ao momento. A partir daqui é preciso articular a informação e revisitar os forais. Desde sempre se percebeu que esta relação era crucial, o que dá pertinência à nossa dissertação.

---

<sup>36</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *As Milícias Concelhias e os Forais de D. Afonso III*. Vária Escrita, nº 10, tomo I, Câmara Municipal de Sintra, 2003, pp. 119-140.

<sup>37</sup> BARBOSA, Pedro Gomes – *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp.95-102.; BARBOSA, Pedro Gomes – *Sistemas Defensivos de Fronteira, na Reconquista (Séc. IX – inícios do XII)*, in *Preparação e Formação Militar em Portugal*, Atas do VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1997.

<sup>38</sup> CONDE, Manuel Sílvio – *Fronteira, Guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo entre Muçulmanos e Cristãos*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp. 43-52.

<sup>39</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *Vegécio e a prática Militar medieval: influência real e condicionalismos*, in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*. Coimbra: Salamandra, 2010, pp. 97-134; MONTEIRO, João Gouveia – *As Ordens Militares e os Modelos tácticos de combate de um e outro lado do mediterrâneo – uma abordagem comparada*, in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*. Coimbra: Salamandra, 2010, pp. 255-301.

## **CAPÍTULO I – FORAIS CONCEDIDOS PELAS ORDENS MILITARES A TERRAS DOS SEUS SENHORIOS**

### **1.1 – Enquadramento das Ordens Militares e dos seus forais no processo de Reconquista.**

O fenómeno das Cruzadas permitiu capitalizar, no contexto da expansão global do Ocidente europeu de meados do século XI até fins do século XIII, empreendimentos aparentemente isolados e diferentes, como a colonização do sul de França, a constituição do reino das duas Sicílias e a colonização alemã na Prússia, que se cobriram oficialmente com o nome de Cruzadas. Nesta expansão, a Península Ibérica, que já combatia contra o Islão, começa a adquirir no século XI contornos de um ambiente de guerra religiosa que preparava o caminho para as realidades militares e espirituais de Cruzada<sup>40</sup>.

A Reconquista Ibérica foi acompanhada por uma sistemática operação de repovoamento e valorização das regiões devastadas. Proporcionou aos Cristãos do Norte e a Cristãos estrangeiros, sobretudo, aos Franceses, um território especialmente favorável à sua instalação<sup>41</sup>, e, é bem conhecido o papel que senhores e cavaleiros Francos tiveram durante as Cruzadas<sup>42</sup>.

Em 1128, uma data fulcral para o Condado Portucalense, que marca o futuro do reino de Portugal, ocorre a batalha de S. Mamede e um dos primeiros registos, e mais emblemático, conhecido da Ordem do Templo em Portugal. A 19 de Março de 1128 a condessa D. Teresa doa o Castelo de Soure com seu termo aos cavaleiros Templários<sup>43</sup>. Com D. Afonso Henriques à frente dos destinos do Condado, as relações políticas entre os reinos no ocidente peninsular alteram-se. A 14 de Março de 1129 o jovem Infante confirma a doação do castelo de Soure e do seu termo à Ordem do Templo<sup>44</sup>, e, a partir daqui, nasce uma aliança entre Afonso Henriques e a Ordem que marcará o futuro reino de Portugal. Esta aliança entende-se à luz da estratégia de defesa das terras a sul do

---

<sup>40</sup> LE GOFF, Jaques – *A civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, 2ª ed. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 92-102.

<sup>41</sup> LE GOFF, Jaques – *A civilização do Ocidente Medieval*, vol. I. 2ª ed. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 92-102.

<sup>42</sup> SETTON, Kenneth M. – *A History of Crusades: The first Hundred Years*, vol. I. Madison-Milwaukee-London: The University of Wisconsin Press, 1975, 45-77.

<sup>43</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 79, p. 101.

<sup>44</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 96, p. 120.

Mondego, nas quais o Islão ameaçava com várias ofensivas a partir de 1116, sobretudo o ponto nevralgico que era a cidade de Coimbra. A doação do castelo de Soure que incluía no seu termo as povoações de Ega, Redinha e Pombal é crucial, porque permitia o controlo dos acessos a Coimbra a partir do Sul, nomeadamente do itinerário que seguia a velha estrada romana que ligava Lisboa a Coimbra<sup>45</sup>.

Para além da defesa, é necessário entender que, para as aspirações de D. Afonso Henriques ao título de rei (intitula-se após a batalha de Ourique em 1139), teria que provar a sua legitimidade, sobretudo, através de feitos militares e do poder divino (milagre de Ourique). Neste contexto político-militar, a Ordem do Templo é um aliado determinante para conseguir os seus intentos, dadas as suas específicas características e prestígio que possuíam.

Paralelamente à implantação da Ordem do Templo em Portugal com uma vocação militar, temos que mencionar instalação da Ordem de S. João do Hospital no território português, com vocação mais assistencial às populações, sobretudo, aos peregrinos. Aponta-se, talvez, para 1112, em Leça do Bailio, a data de implantação da Ordem<sup>46</sup>. A sua forte vocação de apoio aos peregrinos torna-a indispensável no âmbito de Santiago de Compostela, o que poderia causar problemas no Condado Portucalense. Sabendo que a autonomia política do Condado dependia também da autonomia religiosa, D. Afonso Henriques apoiou-se no Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, este interessado em desprender-se do vínculo a Santiago de Compostela e a Toledo como sede metropolitana religiosa, que tinha conseguido D. Pedro de Braga em 1104, o qual desvinculo era necessário mantê-lo<sup>47</sup>. Entende-se, assim, neste contexto político-ecclesiástico, a carta de couto e privilégios de 30 de Março de 1140 que D. Afonso Henriques concedeu a D. Raimundo, procurador dos pobres de Jerusalém, e a D. Aires, Prior da Ordem do Hospital em Portugal e na Galiza, renovando os mesmos privilégios

---

<sup>45</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 69-94.

<sup>46</sup> Esta data não é segura, é uma data provável para a sua implantação em território português. Cf. COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital no primeiro século da nacionalidade*, in atas do IIº Congresso Histórico de Guimarães – Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII. vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, p.101.

<sup>47</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *A viabilização de um reino*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp.22-37.

em Abril de 1157<sup>48</sup>. O monarca atrai, assim, a poderosa Ordem para dentro da sua esfera de poder, aproveitando a influência que ela poderia exercer neste contexto.

Numa primeira fase a fixação dos Hospitalários em Leça, longe das ameaças da fronteira, fez com que dedicassem o seu labor aos pobres e aos enfermos e à assistência aos peregrinos a Santiago de Compostela. Posteriormente, face às potentes investidas muçulmanas a partir de 1190, a Ordem do Hospital vai adquirir uma postura militar, assumindo uma importância estratégica político-militar com o rei D. Sancho I<sup>49</sup>. Em 13 de Junho de 1194, o monarca D. Sancho I agraciou a Ordem do Hospital com a doação da terra de Guidimtesta a norte do rio Tejo, com a obrigação de erguerem um castelo<sup>50</sup>. Com efeito, aí edificaram o castelo de Belver. Esta doação permitiu à Ordem implantar-se e consolidar-se na região da Beira Interior. É a partir daqui que a Ordem tem oportunidade de se organizar, assumindo formas de senhoriação, tanto no domínio territorial como jurisdicional, que muito contribuíram para o seu desenvolvimento económico<sup>51</sup>.

Mas antes de avançarmos na ponderação destes processos de senhoriação, devemos não esquecer o nascimento e proliferação das Ordens Militares Ibéricas, no âmbito do processo de Reconquista e os motivos militares que conduziram ao seu nascimento.

Em 1135 D. Afonso Henriques conquista Leiria e em 1137 Tomar, e prossegue, de forma mais ousada, até Ourique. A vitória de D. Afonso Henriques na batalha ou fossado de Ourique em 1139 conduziu ao nascimento de uma monarquia sob fundamento militar e não numa investidura litúrgica como era costume, e, em 1140 já se designa como rei. Todavia, a resposta muçulmana não se fez esperar e no mesmo ano, numa razia, ataca Leiria e em 1144 o vizir de Santarém investiu sobre o castelo de Soure, que foi detido pelos Templários<sup>52</sup>.

A queda do Condado de Edessa no mediterrâneo aumentou as dificuldades dos cristãos nos estados da Palestina, o que exigiu que o ocidente cristão reunisse forças para

---

<sup>48</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital no primeiro século da nacionalidade*, in atas do IIº Congresso Histórico de Guimarães – Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII, vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 99-107.

<sup>49</sup> FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; OLIVEIRA, Luís Filipe – *As Ordens Militares no reino de Portugal*, in *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações S.A., 2005, pp. 137-167.

<sup>50</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Ed. Rui de AZEVEDO, P. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: 1979, doc. 73, pp. 112-113.

<sup>51</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital no primeiro século da nacionalidade*, in atas do IIº Congresso Histórico de Guimarães – Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII, vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 99-107.

<sup>52</sup> BARROCA, Mário Jorge – *História das Campanhas (Da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 25-66.



estancar a força muçulmana. Então, o Papa Eugénio III e São Bernardo de Claraval iniciaram a pregação da IIª Cruzada<sup>53</sup>. É neste contexto que uma poderosa armada de cavaleiros cruzados vinda do norte da Europa faz escala na cidade do Porto foi exortada pelo Bispo, D. Pedro Pitões, a auxiliar o rei D. Afonso Henriques na cruzada Ibérica. Assim, D. Afonso Henriques preparou uma campanha militar em conjunto com os cruzados e em Março de 1147 conquista Santarém e em Outubro do mesmo ano Lisboa. Na sequência da conquista de Lisboa várias fortificações circundantes, como Almada, Palmela e Sintra capitulam<sup>54</sup>.

Porém as dificuldades sentidas pelos reinos cristãos às investidas dos Almóadas, vindas do Norte de África a partir 1146, os Cristãos tiveram que se reorganizar. Uma reorganização tanto mais necessária quanto, daí em diante, os cruzados estrangeiros, Franceses na maior parte, já não vinham lutar contra os muçulmanos da Península. As dificuldades sentidas pelos cristãos no Mediterrâneo prejudicaram o auxílio dos cavaleiros Franceses na Península que foram canalizados para combater na Palestina<sup>55</sup>.

A resistência foi então confiada às Ordens Militares Internacionais, mas, estas sentiram dificuldades em travar os Almóadas e em ocupar todos os territórios que lhes foram confiados. Daí a necessidade dos monarcas Ibéricos incitarem à criação novas Ordens que pudessem auxiliar, não só a defesa dos reinos, como também, na ocupação de castelos e territórios<sup>56</sup>.

A Ordem de Calatrava foi fundada em 1157 para defender a fortaleza que os Templários abandonaram na localidade com o mesmo nome<sup>57</sup>. Por sua vez, a Ordem de Santiago foi fundada em 1170<sup>58</sup>, a Ordem de Alcântara em 1176<sup>59</sup>, e, por fim, a portuguesa Ordem de Avis, em 1176<sup>60</sup>. Estas Ordens nasceram para serem braços armados das monarquias ibéricas, adaptando os ideais de cruzada aos seus interesses.

O monarca português não ficou alheio à estratégia ensaiada no reino vizinho. Embora com algumas reservas quanto à fidelidade da Ordem de Santiago (de origem

---

<sup>53</sup> RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas*, vol. II. Lisboa: Livros Horizonte, 1995, pp. 201-231.

<sup>54</sup> BARROCA, Mário Jorge – *História das Campanhas (Da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 25-66.

<sup>55</sup> RUCQUOI, Adeline – *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 167-174

<sup>56</sup> RUCQUOI, Adeline – *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 167-174.

<sup>57</sup> AYALA MARTINEZ, Carlos – *Las Órdenes Militares en la Edad Média*. Madrid: Arco Libros, 1998.

<sup>58</sup> MARTÍN, RODRIGUES, José Luis – *Orígenes de la Orden Militar de Santiago (1170-1195)*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974.

<sup>59</sup> NOVOA PORTELA, Feliciano – *La Orden de Alcántara y Extremadura (siglos XII-XIV)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2000.

<sup>60</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1989.

leonesa), em 1172 doa-lhe a vila de Arruda<sup>61</sup>, o castelo de Monsanto no mesmo ano<sup>62</sup> e em 1173 doa o castelo de Abrantes com os seus termos<sup>63</sup>. Em 1175 doa ainda as fortalezas de Almada e Alcácer, que viriam a perde-las face aos ataques Almóadas em 1191 e só recuperadas mais tarde. A Ordem implantou-se a Sul do vale do Tejo e na Península de Setúbal, numa primeira fase, e posteriormente, sobretudo com as conquistas de D. Paio Peres Correia, ao longo da costa Alentejana e interior Sul do Alentejo. Nestas zonas a Ordem assumiu configurações senhoriais<sup>64</sup>.

Após a conquista de Évora e da outorga do respetivo foral em 1166, tudo indica que, talvez, a fundação da confraria de Évora esteve na origem da Ordem de Avis. Esta confraria parece ter despertado a atenção da coroa Portuguesa, após a hoste de Geraldo *Sem Pavor* ter abandonado a região em 1173 e o desinteresse nela por parte da Ordem do Templo e de Santiago, proporcionaram para que a dita confraria viesse a ser apresentada em Abril de 1176, como professa a S. Bento, posta sob a direção de um Mestre (Gonçalo Viegas de Lanhoso) e apta a render serviços militares à coroa<sup>65</sup>. Com efeito, em 1176, a milícia portuguesa recebeu o Alcácer Velho do Rei em Évora e o castelo de Coruche com uma importância crucial permitindo o controlo militar da via que ligava Santarém a Évora<sup>66</sup>. A Ordem veio a ocupar, numa primeira fase, as terras a Sul do Tejo, mais especificamente na zona interior do Alentejo. Devido à pressão da Santa Sé, pouco afeta à multiplicação das regras religiosas, os freires de Évora associaram-se à Ordem de Calatrava em 1187, colocando-se no plano espiritual sob a autoridade do Mestre Calatravenho<sup>67</sup>.

O significado das doações das terras que os monarcas atribuíram às Ordens Militares, que se instalaram em território Português de uma forma progressiva, tem de ser visto à medida que a linha de fronteira avançava ou recuava. Numa primeira fase, à entrada na reconquista da Ordem do Templo e do Hospital, os Templários ocuparam-se

---

<sup>61</sup> *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 313, p. 409.

<sup>62</sup> *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 315, p. 415.

<sup>63</sup> *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 317, p. 417.

<sup>64</sup> CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991.

<sup>65</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, pp. 22-30.

<sup>66</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, pp.535-548.

<sup>67</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, pp. 22-30.

em defender a linha de fronteira a norte do Tejo, na vanguarda, enquanto os Hospitalários se ocuparam da retaguarda, cuidando dos peregrinos, tal como acontecia nos territórios da Palestina. A diminuição do auxílio prestado pelos cavaleiros Franceses na Reconquista Ibérica fez emergir as Ordens Militares Ibéricas. O reposicionamento da Ordem do Hospital para a linha de fronteira traduziu-se numa acertada estratégia entre a monarquia e as Ordens Militares num exercício militar, jurisdicional e político nas regiões de fronteira com os muçulmanos<sup>68</sup>.

O avanço territorial descrito na bibliografia<sup>69</sup> e sintetizado no mapa 1, foi possível através de organizadas políticas de povoamento em que todas as forças sociais do reino foram chamadas a intervir, inclusive as Ordens Militares, em que à medida que as linhas de fronteira avançavam, o povoamento de cidades, vilas e aldeias acompanhava esse avanço através de vários mecanismos.

Nos séculos XII e XIII as Ordens Militares consolidaram-se nos seus territórios, assumindo formas de senhoriação no domínio territorial, jurisdicional e no estímulo económico para o enquadramento das suas populações e, consequentemente, retirar proveitos delas para os esforços de guerra. As populações e as regiões articulavam-se com o domínio senhorial das Ordens Militares através de vários processos, inclusivamente através da outorga de cartas de foral, constituindo-se, assim, Concelhos nos territórios das Ordens Militares.

Para além dos monarcas, bispos e nobres, as Ordens Militares foram influentes protagonistas na estruturação do Estado medieval Português<sup>70</sup>. À medida que o território era conquistado/apropriado e incorporado no condado/reino era necessário organizá-lo, atraindo povoadores para a rentabilização das terras. A organização do espaço medieval caracterizava-se pelo entrecruzamento de poderes, constituindo-se o reino num mosaico

---

<sup>68</sup>COSTA, Paula Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho jurisdicional e político em tempos medievais*. Revista da Faculdade de Letras: História, série III, vol. VII. Porto, 2006, pp. 79-91.

<sup>69</sup>Sobre este contexto veja-se a síntese de: MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *A viabilização de um reino*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 49-64; MARQUES, A. H. De Oliveira – *O Campo Muçulmano*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 64-81; BARROCA, Mário Jorge – *História das Campanhas (Da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 25-66.

<sup>70</sup>FREITAS, Judite de - *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Ed. Alêtheia, 2011.

de poderes, distribuído por terras, julgados, senhorios de coutos, honras, reguengos, concelhos<sup>71</sup> e ainda em comendas de Ordens Militares.

Os concelhos eram legitimados através da concessão de carta de foral. Era este documento que *reconhecia a uma comunidade de homens livres regras de existência próprias e a capacidade de deliberarem e assumirem o poder local*<sup>72</sup>. Este documento concedia estas regalias consoante as realidades naturais, económicas, sociais e culturais da comunidade, mas a outorga das cartas estava condicionada pelos interesses de reis e senhores com influência direta nesse território.

A par de monarcas, bispos e nobres, as Ordens Militares foram agentes de concessão de primordial importância. Pela investigação que desenvolvemos no âmbito desta dissertação, conta-se que foram atribuídas, pelo menos, 28 cartas de foral pelas Ordens Militares a terras dos seus domínios. As doações régias às Ordens Militares de territórios, castelos e centros estratégicos nevrálgicos, urbanizados e comerciais, eram seguidamente garantidas da outorga de cartas de foral pelos Mestres e capítulos das Ordens.

Como demonstraremos, a Ordem do Templo, na senda de defesa e consolidação da linha do Tejo, outorgou 11 cartas de foral num período compreendido entre 1156 e 1231. A Ordem do Hospital, depois de ser chamada a reforçar, a nível militar, a linha de fronteira do Tejo, outorgou 6 cartas de foral entre 1197 e 1281. A sul do Tejo, a Ordem de Avis, implantada na zona interior norte do Alentejo, concedeu 5 cartas de foral entre 1200 e 1280, e, por fim, a Ordem de Santiago concedeu nos seus domínios, com a atuação importante de Paio Peres Correia nas conquistas do Alentejo sul e Algarve, 6 cartas de foral entre 1235 e 1267.

O objetivo estratégico-militar estava não só no horizonte da aspiração régia, como também no das Ordens Militares, estando umbilicalmente ligados os Concelhos nessa estratégia, onde os forais privilegiavam amplamente a cavalaria vilã nos planos económico, social e jurídico, incentivando este tipo de cavaleiros a fixarem-se nas zonas de fronteira. As milícias concelhias apoiavam o exército real na recuperação das terras a sul do Mondego e do Tejo. A guerra era entendida, quer pelos que nela intervinham, quer pelos que a dirigiam, como uma atividade rentável. Existia, assim, uma espécie de

---

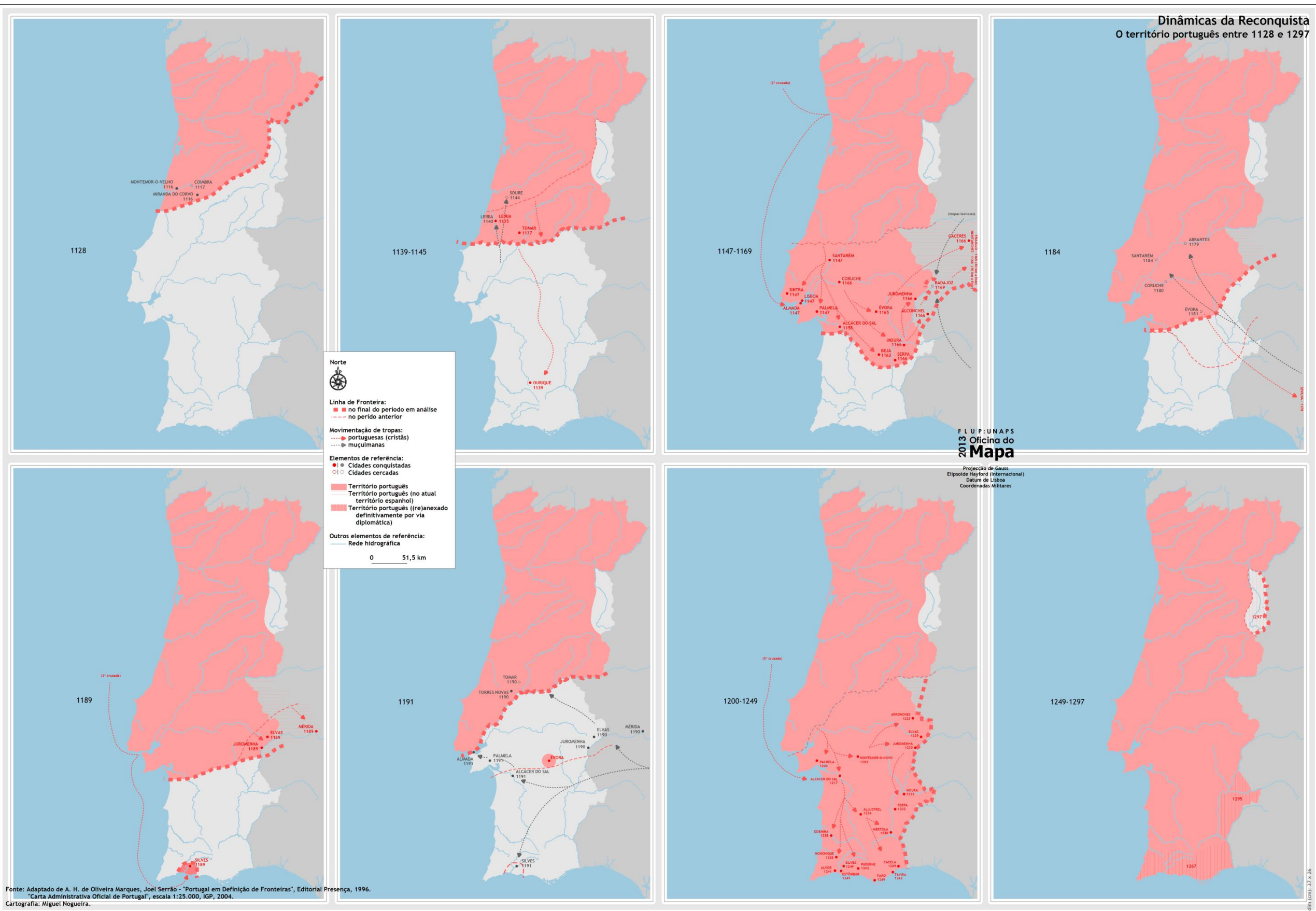
<sup>71</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 554-584.

<sup>72</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p.558.

concertação social em que todos ganhavam com o saque e os despojos de guerra, legitimados pelo ideal de guerra santa. Neste cenário, a coroa e as Ordens Militares cobravam vários impostos que ajudam a perceber o interesse que ambas tinham neste tipo de organização<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Cf. POWERS, James F. – *A Society Organised for War: The Iberian Municipal Militias in the Middle Ages, 1000-1284*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1988.



## 1.2 – Tipologia dos forais das Ordens Militares de acordo com a sua proveniência.

As cartas de foral eram autênticos códigos de Direito Público. Devemos considerar o *foral* de uma povoação, toda a carta que regulamentava os direitos e as obrigações da coletividade fixada na terra a que respeitam, quer às relações dos membros da coletividade entre si ou com outras entidades locais, quer às relações com o *senhor* que a concede, resultando numa comunhão de interesses da entidade social dessa coletividade.

Assim, as cartas regulamentavam a comunhão dos interesses, a necessidade de os membros da coletividade se conciliarem acerca do cumprimento das obrigações coletivas e do usufruto dos direitos e privilégios, existindo a consciência de entidades sociais distintas, organizadas em reuniões de assembleias dos interessados, designados por *concilium*, onde se escolhiam magistrados encarregados de reger a coletividade<sup>74</sup>.

Sem querer ocupar-nos sobre as evoluções e as classificações tipológicas das cartas de foral, como o fizeram Alexandre Herculano, Eduardo Hinojosa, Torquato de Sousa e outros autores<sup>75</sup>, referenciemos apenas algumas breves considerações sobre as *famílias foraleiras* em que se podem agrupar os documentos em análise. Na nossa classificação tipológica seguimos o paradigma de António Matos Reis. Neste sentido, os documentos designados como cartas de foral podem classificar-se em três principais categorias. As de pendôr exclusivamente agrário, individuais ou coletivas, que estabelecem as condições de exploração da terra e as obrigações a que elas estão sujeitas; as que determinam o regulamento jurídico-administrativo das comunidades, contendo bases de organização interna e regulando as suas relações com o poder régio ou, no nosso caso, as Ordens Militares; e, por fim, as que definem com mais exatidão as regras de regulamentação interna da comunidade que resultam de uma compilação progressiva dos *foros* ou *costumes*<sup>76</sup>.

A análise que desenvolvemos permite-nos afirmar que as cartas se podem inserir na segunda e terceira categoria que assinalamos, com exceção do foral de Ferreira do Zêzere. Com efeito, as referidas categorias inserem-se, *grosso modo*, em grandes

---

<sup>74</sup> Cf. CAETANO, Marcello – *História do Direito Português. (1140-1495)*. Lisboa-S.Paulo: Editorial Verbo, 1981, pp. 219-240.

<sup>75</sup> Para um aprofundamento desta questão, veja-se os autores e as obras que referência-mos no *Estado da Arte*.

<sup>76</sup> REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*, 2ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 18-33.

tipologias regionais em que os forais das principais vilas e cidades podiam influenciar ou até serem literalmente copiados para localidades periféricas e circundantes, que absorviam ou adotavam o seu modelo jurídico. Assim, dividimos os forais em cinco grandes famílias, de acordo com a influência das suas cláusulas e regiões, distinguindo-os pelos modelos de: Zamora-Bragança (1187); Coimbra (1111); Salamanca-Numão (1130); Coimbra-Santarém-Lisboa (1179) e Ávila-Évora (1166).

As tipologias dos forais fronteiriços com os reinos cristãos denotam uma nítida influência dos códigos foraleiros do reino de Leão. Este facto parece ter acontecido pelos vínculos que o Condado Portucalense teve com o reino de Leão, mesmo depois da intitulação de D. Afonso Henriques como rei Portugal, manifestando-se a herança jurídica do reino de Leão nos forais do reino de Portugal<sup>77</sup>.

As Ordens Militares, como foi mencionado anteriormente, proporcionaram a outorga de 28 cartas de foral, distribuídas pelas cinco tipologias que descrevemos.

Tabela 1 – Forais outorgados pelas Ordens Religioso-Militares desde o reinado de D. Afonso Henriques até ao final de D. Dinis.

Data	Foral	Ordem Militar que outorga	Foros / Modelo	Fonte <i>P.M.H. – I</i> , <sup>78</sup>
1156 – 06	Ferreira	Templo	-	p.385
1159 – 06	Redinha	Templo	Coimbra (1111)	p.386
1162-11	Tomar	Templo	Coimbra (1111)	p.388
1174-06	Pombal	Templo	Coimbra (1111)	p.398
1174-06	Tomar	Templo	Coimbra (1111)	p.399
1174-06	Castelo da Foz do Zêzere	Templo	Coimbra (1111)	p.402
1176-04	Pombal	Templo	Coimbra (1111)	p. 404
1197-1209	Freixiel	Hospital	Bragança (1187)	p.543
1200-04-08	Benavente	Avis	Coruche (Évora 1166)	p.512
1213-10	Castelo Branco	Templo	Évora (1166)	p.566
1218	Proença-a-Velha	Templo	Idanha-a-Nova (Évora 1166/Numão 1130)	p.577
1220-10	Vila de Touro	Templo	Guarda (Salamanca- Numão 1130)	p.586
1226-05-02	Mourão	Hospital	-	- <sup>79</sup>
1229	Ericeira	Avis	-	p.620
1231-09-01	Ega	Templo	Pombal 1174/1176 (Coimbra 1111)	p.621
1232-12-08	Crato	Hospital	Nisa (Ávila-Évora 1166)	p.624
1235-02	Vila Nova de Canha	Santiago	Palmela (Évora 1166)	p.626
1244	Proença-a-Nova	Hospital	Covilhã (Évora 1166)	p.630
1249-03	Setúbal	Santiago	Palmela (Évora 1166/Lisboa 1179)	p.634
1252-01-21	Aljustrel	Santiago	Alcácer (Évora 1166)	p.636
1253-09-13	Avis	Avis	Montemor-o-Novo (Évora 1166)	p.595
1254-12	Mértola	Santiago	Évora 1166/Lisboa 1179	p.645

<sup>77</sup> Cf. POWERS, James F. – *The Creative interaction between Portuguese and Leonese Municipal Military Law, 1055 to 1279*. s.l., Speculum, 1987.

<sup>78</sup> Fonte da tabela: *Portugaliae Monumenta Historica. Vol. I. Leges et Consuetudines*, Olisipone, 1856. Daqui em diante esta obra será citada, de forma abreviada, pelas siglas: *P.M.H. – I*, seguida das páginas.

<sup>79</sup> GARCIA, João Carlos – *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do INIC, 1986, p. 67.



Data	Foral	Ordem Militar que outorga	Foros / Modelo	Fonte <i>P.M.H. – I</i> , <sup>78</sup>
1257	Ferreira do Alentejo	Santiago	Alcácer (Évora 1166)	_80
1262-05	Tolosa	Hospital	Crato (Évora 1166)	p.701
1267	Garvão	Santiago	Alcácer (Évora 1166)	p.708
1271-03-18	Seda	Avis	Avis (Évora 1166)	p.720
1280	Travancinha	Avis	-	_81
1281-07-08	Tolosa	Hospital	Crato (Évora 1166)	_82

Uma leitura atenta do quadro anterior permite perceber que a Ordem do Templo, na demanda de defesa e consolidação das terras entre o Mondego e o Tejo, outorgou 11 cartas de foral nas suas terras num período compreendido entre 1156 e 1231. Só entre 1156 e 1176 atribuiu 7 cartas de foral, isto é, às povoações de Ferreira, Redinha, Tomar, Pombal e Castelo da Foz do Zêzere. A estas localidades o Mestre da Ordem do Templo, Gualdim Pais, levou-as a adotar os foros de Coimbra de 1111, outorgados outrora pelo Conde D. Henrique<sup>83</sup>.

A carta de foral de Ferreira consiste num acordo feito pela Ordem do Templo com a comunidade local, do género carta de povoamento e não tanto um foral propriamente dito, pois não ficou expresso o conjunto de oficiais judiciais que permitam ao concelho ser autónomo a esse nível. Compreende-se que é uma terra conflituosa e a única preocupação da Ordem foi prever a prática de crimes e a respetiva punição<sup>84</sup>.

O foral de Redinha, outorgado em 1156, apresenta as cláusulas que fixam os foros, a pagar pelos moradores, da agricultura e montaria à Ordem do Templo. Na questão judicial revela que os crimes deviam ser tratados segundo o foro de Pombal<sup>85</sup>.

Os forais outorgados em 1162 a Tomar e em 1174 a Pombal<sup>86</sup> são os que mais fielmente decalcam o de Coimbra de 1111. Consequentes da necessidade de

<sup>80</sup> CUNHA, Mário Sousa – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 231.

<sup>81</sup> ANTT, *Ordem de Avis*, maço 2, nº 117.

<sup>82</sup> ANTT, *Gaveta 15*, maço 9, nº 18.

<sup>83</sup> As razões da atribuição deste foral, segundo Matos Reis, tiveram a ver com perturbações de ordem local que D. Henrique teve de apaziguar. Os moradores, sobretudo os partidários moçárabes, estavam descontentes com a elite dirigente a quem estava entregue o governo da cidade, que era de origem francesa e defensores da reforma gregoriana. O foral limitava-se, sobretudo, a garantir as liberdades e direitos municipais e a definir as obrigações fiscais. Cf. REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*, 2ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 50-53.

<sup>84</sup> Cf. *P.M.H. – I*, p.385.

<sup>85</sup> No foral de Redinha pode-se lêr: *Omnes istas calumnias sint pectadas per forum de palumbaris*. Cf. *P.M.H. – I*, p.386.

<sup>86</sup> As datações dos forais de Pombal (1174-76) parecem nos causar algumas dúvidas. O foral Redinha outorgado em 1159 remete, ao nível da justiça, para o foro de Pombal. Ou seja, das duas hipóteses deve ser uma delas: ou os forais de Pombal estão mal datados, ou, Pombal deteve um outro foral por nós desconhecido.

ajustamento à situação peculiar do município, e especialmente às relações de dependência entre os moradores e a Ordem, eles apresentam pequenas diferenças relativamente ao de Coimbra. Era reconhecido aos moradores, que desejassem abandonar o município, a possibilidade de doar ou vender as suas herdades, sob a condição de o novo proprietário habitar nelas e respeitar os direitos da ordem, exigindo-se, igualmente, a obrigatoriedade de se submeter ao mesmo foro todos aqueles que desejassem possuir casa ou herdade em Tomar e em Pombal<sup>87</sup>. Estas variações não são inocentes, mas sim fruto da Ordem querer, nestas localidades, o reforço da sua autoridade e afirmar-se como único *senhor* nelas. Com exceção do preâmbulo e do escatocolo, em tudo o resto, estes forais são iguais ao de Coimbra.

Em 1174, o Mestre Gualdim Pais outorga, novamente, carta de foral a Tomar e a Castelo da Foz do Zêzere e em 1176 a Pombal. Estas três cartas, no seu conteúdo, são iguais. O foral de Coimbra (1111) não descriminava nenhuma cláusula relativa aos procedimentos judiciais, nem lista de coimas a cumprir. A maioria das cláusulas dos forais de Tomar (1174), Zêzere (1174) e Pombal (1176), teve como objetivo o estabelecimento de princípios e normas de atuação na administração da justiça e a fixação das coimas correspondentes aos vários delitos. O Mestre Gualdim Pais encontrou, assim, esta solução para suprimir a lacuna do foral de Coimbra (1111).

Relativamente aos forais de Tomar (1162-1174) e Pombal (1174-76), através de uma leitura de conjunto, entende-se que a primeira carta e a segunda funcionam como uma só, porque as cláusulas nelas contidas não se anulam nem se repetem, mas completam-se, existindo, ainda, algumas cláusulas do segundo foral que remetem para o primeiro<sup>88</sup>. Assim, disseminou-se este foro pela zona de Pombal (mais a norte) e pela zona de Tomar (mais a sul) nas terras entre o Mondego e o Tejo, apresentando um foro mais completo e apertado na regulamentação das populações.

Dos forais outorgados ainda pela Ordem do Templo, importa referir, por fim, os de Castelo Branco (1213), Proença-a-Velha (1218), Vila de Touro (1220), localizados nas Beiras, e, por último, o de Ega (1231) a Sul de Coimbra. A região da Beira Baixa, nos finais do século XI inícios do século XII, foi alvo de interesse e de reforço por D. Sancho I, não só pela fronteira com os muçulmanos, mas também pela que mediava com o vizinho reino de Leão. De Bragança a Penamacor, o monarca outorgou 16 forais

---

<sup>87</sup> Nos forais de Tomar e Pombal, lêem-se: *Et si aliquis vestrum voluerit transire ad alium dominum vel ad aliam terram habeat potestatem donandi seu vendendi suam hereditatem cuiuscumque voluerit qui in ea habitat et sit noster homo sicut unus ex vobis*. Cf. P.M.H. – I, p.388-389.

<sup>88</sup> Cf. Tabela 4 que se encontra em anexo nas páginas 144 a 149.

nesta linha oriental. O objetivo era o fortalecimento das fronteiras com o reino de Leão, que eram alvo de cobiça por parte do reino vizinho<sup>89</sup>.

O foral de Castelo Branco, no seu preâmbulo, demonstra a intenção do Mestre Pedro Alvito de povoar Castelo Branco, segundo o foro de Évora<sup>90</sup>. O mesmo se repete no de Proença-a-Velha, que recebeu o foro e o costume de Idanha-a-Nova<sup>91</sup>. O foral de Castelo Branco decalca o modelo de Évora, contudo, o de Proença-a-Velha apresenta, *grosso modo*, metade das normas que consta no modelo de Évora e outra metade das que integram o modelo de Numão (1130)<sup>92</sup>. Mais a norte, encontramos o foral de Touro que segue os foros da Guarda inseridos no modelo de Numão<sup>93</sup>. Estes três forais representam a articulação dos foros entre o Alentejo interior e a Beira interior, verificando-se, em Proença-a-Velha, uma fusão dos foros entre o norte e o sul. Neste sentido, a nível judicial e administrativo segue o de Numão e a nível económico-social segue o de Évora<sup>94</sup>.

O último foral outorgado pela Ordem do Templo deve a sua autoria ao Mestre Estevão de Belmonte e foi dirigido à localidade de Ega, situada entre Coimbra e Pombal, em 1231<sup>95</sup>. Os foros de Ega já não assentam, tanto na preocupação de atrair moradores como os anteriores forais da sua região, mas sim na sua rentabilização, em que a maioria das cláusulas tem, sobretudo, preocupações jurídico-administrativas. Esta circunstância pode explicar-se, possivelmente, pela razão de que nesta altura a região não era mais zona de fronteira. Não apresenta qualquer privilégio a peões nem a cavaleiros, mas sim um largo conjunto de normas tributárias e definições sobre a administração da justiça e fiscalidade. Este foral apresenta um pouco do que foi dito

---

<sup>89</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol.III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 554-584.

<sup>90</sup> No foral de Castelo Branco, lê-se: *Ego magister militie petrus aluiti cum onmi conuento portugalis, volumus restaurare atque populare caltelbranco. Damus vobis foro et costume de elbis*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 566.

<sup>91</sup> No foral de Proença-a-Velha, lê-se: *Ego fraire domnus Petrus alvitiz per gratia dei magister de cavaleria de temple una cum fratribus nostris volumus restaurare atque populare villa de prohencia. Et damus vobis populos foros et costumes de egitania nova*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 577.

<sup>92</sup> Cf. Tabela V que se encontra em anexo nas páginas 150 a 159.

<sup>93</sup> No foral de Touro, lê-se: *Eu Pedro alvitis Maestre do temple en senbra con o convent meu e com Rey Don Afonso damus e vos probradores de Touro damus a vos, quanto do senhor el rey, e do Concelho da guarda*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 588.

<sup>94</sup> O mesmo acontece nos forais régios de Penamacor, Penha Garcia, Sortelha, Idanha-a-Velha e Salvaterra do Extremo que são localidades próximas de Proença-a-Velha. Cf. REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*, 2ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 150-162; Cf. *P.M.H.* – I, pp. 392-588.

<sup>95</sup> No foral de Ega, lê-se: *Ego frater stepanhus de Belmonte qui hanc cartam facere iussi una cum omnibus fratribus meis vonbis habitantibus in ega*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 622.

anteriormente sobre a junção dos forais de Pombal 1174 e de 1176, com algumas normas dos dois documentos, remetendo para semelhanças com o de 1174 na área da fiscalidade e com o de 1176 em matéria de justiça<sup>96</sup>.

Após a doação da terra de Guidimtesta (1194) e a sua assunção na defesa da linha de fronteira do Tejo, a Ordem do Hospital outorga a sua primeira carta de foral a Freixiel, situada a norte interior do rio Douro entre 1197-1209<sup>97</sup>. Esta carta foi concedida pelo Prior Sancho Fernandes e entregue ao Comendador de Freixiel, como se pode ler no próprio documento: *ao comendador de freyxiell cometo esta carta per nossas maaos*<sup>98</sup>. Este foral agrega os costumes do nordeste Português, ou seja da zona de Bragança (1187)<sup>99</sup>.

Mais tarde, a 2 de Maio de 1226, o Prior do Hospital concede carta de foral a Mourão<sup>100</sup>. Com a instalação da Ordem do Hospital na zona do Tejo, os seus domínios junto a Belver foram ampliados com a doação da vila do Crato, por D. Sancho II, em Março de 1232 ao Prior D. Mendo Gonçalves. No mesmo ano, era outorgado foral à localidade a 8 de Dezembro pelo mesmo D. Mendo Gonçalves. O foral tinha como objetivo povoar a localidade seguindo os foros de Nisa<sup>101</sup>. Este foral, remetendo para os foros de Nisa, decalca o modelo de Évora de 1166. Na mesma região, o Prior do Hospital, D. Rodrigo Gil, em 1244, outorga foral a Proença-a-Nova, o qual evoca o foro de Oleiros, que segue também o modelo de Évora<sup>102</sup>.

Um pouco mais a sul, entre Proença-a-Nova e Crato, a Ordem do Hospital outorgou, em 1262, foral aos povoadores de Tolosa. O Prior do Hospital, D. Afonso

---

<sup>96</sup> Cf. Tabela 4 em anexo nas páginas 144 a 149.

<sup>97</sup> Segundo Matos Reis, *o documento, conhecido através de um treslado em pública-forma, de 2 de Junho de 1326, está datado da “Era de mil cento e cincoenta”, o que corresponderia ao ano de 1112, data pouco provável pela cronologia do episcopado dos Bispos citados como testemunhas e pelo próprio D. Sancho I que testemunha a carta, portanto, coloca-se a datação entre 1197-1209*. REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*, 2ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 254.

<sup>98</sup> No foral de Freixiel lê-se: *esta he a carta do fforo de ffreixiell qual avemos de (...) Eu Sancho fernandes prioll de espitall de todo Portugal. Eu prioll ao comendador de fryxiell cometo esta carta per nossas maaos*. Cf. *P.M.H. – I*, p.545.

<sup>99</sup> Cf. REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*, 2ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 197-200.

<sup>100</sup> Infelizmente não conseguimos ter acesso ao foral. Ele não se encontra publicado nos *P.M.H.* e apenas encontramos a sua referência num trabalho de João Carlos Garcia, mas, sem a indicação da sua localização. Cf. GARCIA, João Carlos – *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do INIC, 1986, p. 67.

<sup>101</sup> No foral do Crato lê-se: *Ego dom melendo gundisalui prior de portugal de la ordim do espital una cum convento nostro uolumus populare ocrate. Damus uobis populatoribus tam presentibus quam futuris foros et costumes de nisa*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 624.

<sup>102</sup> No foral de Proença-a-Nova lê-se: *ego Domnus Rodericus egidii prio hospitalis in portugalía, una cumfratribus nostris facio vobis hominibus de prohencia nova (...) In omnibus aliis causiis et rebus habeatis totum fórum de Oleiros*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 630.

Peres, concede os foros da localidade do Crato a Tolosa. Tal como o foral do Crato, o foral de Tolosa decalca o de Évora<sup>103</sup>. Contudo, no final do foral, o Prior dá a povoar, aos povoadores de Tolosa, a herdade de Ribeira de Sôr que se situa nos termos do concelho do Crato. Ou seja, insere uma pequena carta de povoamento em que discrimina algumas cláusulas fiscais e uma cláusula onde procura garantir o povoamento da herdade<sup>104</sup>.

A 8 de Julho de 1281, os moradores de Tolosa recebem da Ordem do Hospital um novo foral. O foral concedido pelo Prior D. Gonçalo Fagundes, decalca literalmente o anterior de 1262 e apenas difere no rol dos protagonistas que concedem e subscrevem a carta.<sup>105</sup> Esta atitude pode ser entendida, talvez, num reafirmar dos seus direitos, por parte da Ordem do Hospital, perante possíveis cobiças do monarca D. Dinis, em que as relações entre a Ordem e o monarca não foram as melhores como veremos no último capítulo.

Na senda da organização e reforço da linha a Sul do Tejo, em 1200, a Ordem de Avis, através do seu Mestre D. Paio outorga carta de foral a Benavente, povoando a localidade segundo o foro de Coruche, inserido, por seu turno, no modelo de Évora<sup>106</sup>. É importante salientar que Benavente fica a Sul de Santarém a poucos quilómetros de Coruche, perto da Foz do rio Tejo, permitindo um reforço na defesa da ligação de Évora, não só a Santarém, como também a Lisboa. O rei D. Sancho I corrobora e confirma a carta, e mais tarde, D. Afonso II confirma a carta a 6 de Fevereiro de 1218 em Santarém<sup>107</sup>.

A Ordem de Avis outorgou, posteriormente, em 1229, foral a Ericeira, povoação com porto de mar, localizada sensivelmente a 50 quilómetros a norte de Lisboa. A carta concedida pelo Mestre D. Fernão Rodrigues Monteiro não segue, nem se encaixa, em nenhum modelo foraleiro específico<sup>108</sup>. Apresenta um conjunto de cláusulas em que a preocupação da Ordem é, sobretudo, rentabilizar a terra e o mar. O documento expõe

---

<sup>103</sup> No foral de Tolosa lê-se: *Ego con A. Petri prior de Portugal de ordin de espital una cum convento nostro poulare Tolosa. Damus uobis populatoribus tam presentibus quam futuris foros et coutumes docrate*. Cf. *P.M.H. – I*, p.701.

<sup>104</sup> No foral de Tolosa lê-se: *eu Frei alfonsu Petri homildoso Priul dospital em Portugal em ssenbra com o nosso cabido, Damus a aos povoadores de tolota a pobrar huma nossa herdade in reyra de soor en o termo do crato a qual herdade ficou por nosso sesmo*. Cf. *P.M.H. – I*, p.702.

<sup>105</sup> Cf. Transcrições de documentos em anexo nas páginas ANTT, Gaveta 15, maço 9, nº 18.

<sup>106</sup> No foral de Benavente lê-se: *Ego Pelagius magister una cum fratribus meis, uobis populatoribus de Benauente tam presentes quam futuris. Concedimus uobis ut habeatis forum de Coluchi*. Cf. *P.M.H. – I*, p.512.

<sup>107</sup> Cf. Tabela 3 em anexo nas páginas 131 a 143.

<sup>108</sup> No foral de Ericeira lê-se: *Ego Frater F. magister avis una cum omni meo convent, do atque concede populatoribus de eyrizeira tam presentibus quam futuris hunc forum*. Cf. *P.M.H. – I*, p.620.

inicialmente um conjunto de cláusulas sobre o foro dos pescadores, possivelmente influenciado pelos foros de Lisboa (1179). Estamos perante um foral que possui preocupações predominantemente fiscais e administrativas. A esta data, a localidade encontra-se longe da linha de fronteira, tal como a que estava implícita no foral de Ega de 1231, existindo uma nítida preocupação económico-administrativa em detrimento da vertente militar.

Nos domínios da Ordem de Avis no interior do Alto Alentejo, em 1253, a Ordem atribuiu foral à localidade de Avis. Esta vila tinha sido doada à Ordem por D. Afonso II em 1211, mas a mudança efetiva para esta localidade como sede da Ordem, só terá sido concretizada entre 1214 e 1223<sup>109</sup>. Em 1218, a vila de Avis é agracia com foral régio, mas em 1253, o Mestre da Ordem, D. Martim Fernandes, com o Comendador de Avis, D. Gonçalo Ermiges, e o Celeireiro, Pero Aires, outorgam um novo foral. Este é em tudo igual ao foral régio, com exceção do preâmbulo e escatocolo. É concedido ao concelho os foros de Montemor-o-Novo e, assim, inserido no modelo de Évora<sup>110</sup>.

Importa salientar que neste foral, diferente dos forais anteriores do Templo e do Hospital e os anteriores da própria Ordem de Avis, a outorga não fica confinada só ao Mestre, mas também a freires que ocupavam outras dignidades e cargos no âmbito da Ordem. Como teremos oportunidade de ver, o mesmo acontece com o foral de Seda da Ordem de Avis e também com alguns os forais da Ordem de Santiago. Esta atribuição explica-se pela diferente organização interna das Ordens Militares. Ou seja, o Templo e o Hospital são Ordens supranacionais, enquanto as de Santiago e Avis<sup>111</sup> (esta com o vínculo a Calatrava, assimilando parte da sua organização interna) são de origem ibérica.

Continuando com a nossa sistematização de dados, a Ordem de Avis concedeu foral em 1271 à vila de Seda, localizada sensivelmente a 20 quilómetros a norte de

---

<sup>109</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p.82.

<sup>110</sup> Cf. No foral de Avis lê-se: *Eu frei mertin fernandez per graça de deus Mestre davis juntamente com ho comendador do sesse mesmo lugar, edom Gonçalo ermiges e celeireiro pero aires e convento desse mesmo lugar (...) Damos a vos concelho davis o foro de monte maior o novo tanbem aos como aos que am de vir. Cf. P.M.H. – I, p. 595.*

<sup>111</sup> Até aqui só o Mestre de Avis com o capítulo da Ordem concedia os forais como verificamos, mas em 1238 o Mestre de Calatrava fez uma visitação à Ordem aquando a eleição do Mestre de Avis, D. Martim Fernandes. O que talvez pudesse ter influenciado a organização interna da Ordem, que é muito provável, porque segundo Maria Cristina Cunha: *o certo é que o direito de visita lhes permitia exercer alguns actos de jurisdição e autoridade.* CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p. 27.

Avis. O Mestre D. Simão Soeiro, o Comendador de Avis D. João Rodrigues e o Celeireiro Pêro Fernandes concedem a Seda os foros de Avis<sup>112</sup>.

O último foral outorgado pela Ordem de Avis deve-se também ao Mestre D. Simão Soeiro em 1280 à localidade de Travancinha. Este foral não parece obedecer a nenhum modelo específico, apresentando, dada a época em que foi outorgado, um largo rol de preocupações económico-administrativas<sup>113</sup>.

A Ordem de Santiago nas terras dos seus domínios outorgou cerca de 6 cartas de foral, entre 1235 e 1267. O primeiro foral concedido foi a Vila Nova de Canha, em 1235, por D. Paio Peres Correia, na altura Comendador de Alcácer do Sal. O foral segue os foros de Palmela inserido no paradigma de Évora<sup>114</sup>.

Em 1249 é concedido foral a Setúbal pelo já Mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia e pelo Comendador-mor de Mértola, D. Gonçalo Peres Magro. Este é um foral muito peculiar, porque embora ficasse expressa a concessão do foro de Palmela a Setúbal, ao contrário dos outros, não reproduz as cláusulas como todos os outros forais que seguem o modelo de Évora. É um foral que tem a preocupação de assinalar especificamente as exceções à regra. Os foros da terra inserem-se no modelo de Évora, enquanto a vida ligada ao mar se rege pelos foros de Lisboa<sup>115</sup>.

O Mestre D. Paio Peres Correia com o Comendador-mor de Mértola, D. Gonçalo Peres Magro, concede foral a Aljustrel em 1252. O foral segue os foros de Alcácer do Sal que se encaixa no modelo de Évora<sup>116</sup>. Perto de Aljustrel, segundo Mário Cunha, Paio Peres Correia outorgou foral à vila de Ferreira do Alentejo com os foros de Alcácer em 1257<sup>117</sup>. D. Paio Peres Correia e D. Gonçalo Peres Magro outorgam foral a

---

<sup>112</sup> No foral de Seda lê-se: *Ego frater Simeon suerii dei gratia Megister Aviis cum comendatore ciusdem loci domno redorici et cellerario P. Fernandi, et convento ipsius loci (...) Damos vobis concílio de Seda fórum de Avis*. Cf. P.M.H. – I, p.720.

<sup>113</sup> No foral de Travancinha lê-se: *In Dei nomine amen esta est a carta a saber foro perdoravell a qual nos dom Simom Soarez pela graça de Deus meestre d'Avis (...) A vos nossos vassalos probradores em Travanciam da herdade da Oredem d'Avis*. Cf. Transcrições de documentos em anexo nas páginas 121 a 128. ANTT, Ordem de Avis, maço 2, nº 117.

<sup>114</sup> No foral de Canha lê-se: *Ego domnus pelagius petri comendator de alcazer cum conventu eiusdemque castri, damus et concedimus concílio Vile nove de canya (...) tam presentibus quam futuris fórum et costume de palmella*. Cf. P.M.H. – I, p, 626.

<sup>115</sup> No foral de Setúbal lê-se: *nos domnus P. Petri magíster milicie sancti Jacobi et G. Petri commendator mertole, una cum convento eiusdem loci damus et concedimus populatoribus de setuual cartam et forum de palmella: Excepto quod damus eis pro benefactoria quod non vadant in exercito nec in cavalgada nec per terrram nec per mare. (...) debente facere fórum de ulixbona*. Cf. P.M.H. – I, p, 634.

<sup>116</sup> No foral de Aljustrel lê-se: *ego dominus pelligius petri dei gratia magíster ordinis milicie sancti jacobi una cum domino gonsalluo petri comendatore de mertola cum conventu eiusdem loci (...) damus siquidem vobis forum et coutume de allcacere*. Cf. P.M.H., I – p, 636.

<sup>117</sup> Infelizmente também não tivemos acesso à leitura deste foral. Mário Cunha faz-lhe referência, mas, não indica qualquer nota referente à sua localização. Cf. CUNHA, Mário –. *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991, p. 231.

Mértola em 1254. O foral é composto pelo foro de Évora sobre os assuntos da terra e pelo foro de Lisboa nos assuntos do rio e do mar<sup>118</sup>. A outorga deste foral, como a do de Setúbal, com recurso aos foros de Lisboa, no que diz respeito às questões do mar, deve ser entendida, no caso de Setúbal, com o objetivo controlar o tráfego fluvial do rio Sado<sup>119</sup>, situado a sul de Lisboa, e, no caso de Mértola, o controlo do tráfego fluvial que liga o Algarve ao Alentejo interior. Estes forais encaixam-se na importância estratégica que a Ordem de Santiago tinha a nível económico e político nos assuntos do mar em tempos subsequentes à reconquista, que se traduziu na exploração do Sal e na sua vocação comercial no panorama da Europa setentrional<sup>120</sup>.

Por fim, a Ordem de Santiago concede foral à vila de Garvão em 1267 através de D. Paio Peres Correia e do Comendador de Mértola, João Raimundo. Este foral segue os foros de Alcácer do Sal, tal como Aljustrel, que se situa a sensivelmente a 30 quilómetros a norte de Garvão, inserido, por sua vez, no modelo de Évora<sup>121</sup>.

A atribuição dos forais por parte da Ordem de Santiago era realizada não só pelo Mestre como pelo Comendador-mor, o segundo cargo mais importante da Ordem no plano temporal. Repara-se numa diferença entre o primeiro foral (dirigido a Vila Nova de Canha apenas pelo Comendador-mor) e os demais. A origem ibérica desta Ordem, tal como Avis, pressupõe uma mudança na organização interna da ordem nessa altura, culminando na ascensão de D. Paio Peres Correia, que fez um percurso ascensional que o conduziu de Comendador-mor a Mestre da Ordem no que toca ao ramo português<sup>122</sup>. Por esta mesma altura, os forais de Avis e de Santiago são sancionados pelo Mestre e pelo Comendador-mor.

Ao longo deste ponto teve-se em conta a sequência cronológica dos forais de cada Ordem Militar, tendo em atenção os protagonistas que os concederam e os

---

<sup>118</sup> No foral de Mértola lê-se: *Eu dom paay periz pela graça de deus Meestre da ordem da cavalaria de Santiago em sembra com Dom Gonçalo periz Comendador de mertola e com ho convento desse mesmo logo a vos probradores de mertola (...) damus a uos foro e costume deuora por terra, e de lixboa pelo riio e pelo mar*. Cf. *P.M.H.*, I – p. 645.

<sup>119</sup> CUNHA, Mário –. *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991, p. 39.

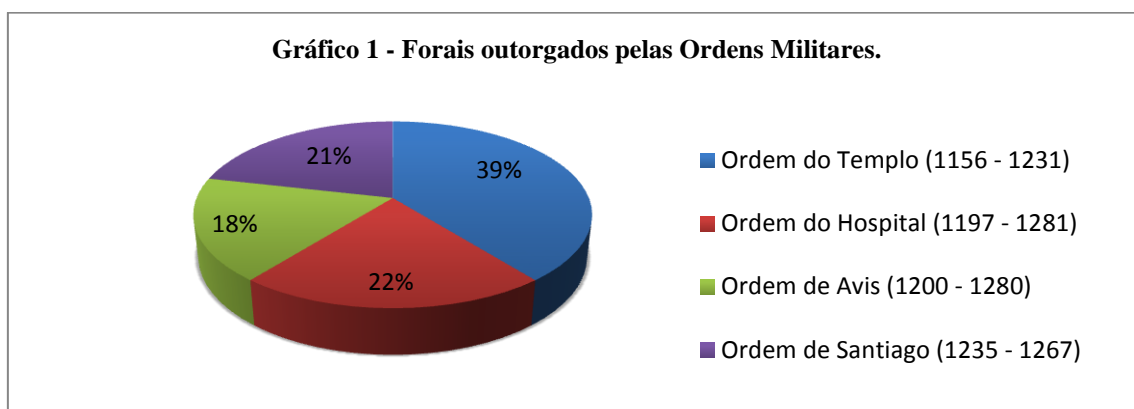
<sup>120</sup> COSTA, Paula Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho jurisdicional e político em tempos medievais*. Revista da Faculdade de Letras: História, série III, vol. VII. Porto, 2006, p. 85.

<sup>121</sup> No foral de Garvão lê-se: *ego domnus Pelagius petri dei gratia Magister Ordinis Milicie sancti Jacobi, una com Jhoane Reymundi comendador de Merthola, et cum, conventu eiusdem loci, vobis populatoribus de garvam tam presentibus quam futuris: Damus siquidem vobis fórum et costume de alcáçar*. Cf. *P.M.H.* – I, p.708.

<sup>122</sup> Segundo Mário Cunha: *Da leitura da lista de confirmantes e testemunhas, facilmente se indicia que no período de 3 anos que medeou entre 1232 e 1235, uma profunda remodelação teve lugar ao nível dos “quadros” destacados da Ordem*. Cf. CUNHA, Mário –. *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991, p. 69.

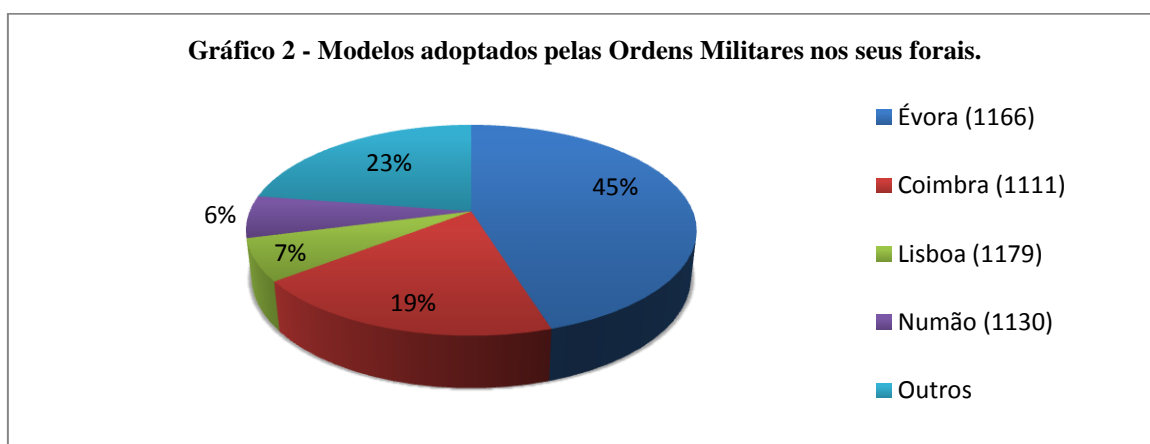


modelos e os foros que foram adotados ou que tiveram influência. Posto isto, podemos sintetizar a informação no seguinte gráfico:



Conforme se pode verificar no gráfico 1, só a Ordem do Templo outorgou quase metade da totalidade dos forais, na segunda metade do século XII e no primeiro quartel do XIII. Este fenómeno demonstra a grande influência e autonomia que a Ordem, numa primeira fase da reconquista, desempenhou no povoamento território Português, sobretudo, no reinado de D. Afonso Henriques. Face ao posicionamento da Ordem do Hospital junto à linha de fronteira em 1194 e às doações de territórios a sul do Tejo às Ordens de Avis e Santiago, denota-se, no século XIII, o início de um ciclo repovoador por parte destas 3 Ordens, em detrimento da Ordem do Templo, distribuída a outorga de forais mais ou menos equitativamente entre si.

Dos forais outorgados, vimos que na maioria dos casos as Ordens Militares optaram numa primeira fase pelo modelo de Coimbra (1111), e, posteriormente, pelo de Évora (1166). Observe-se o seguinte gráfico:

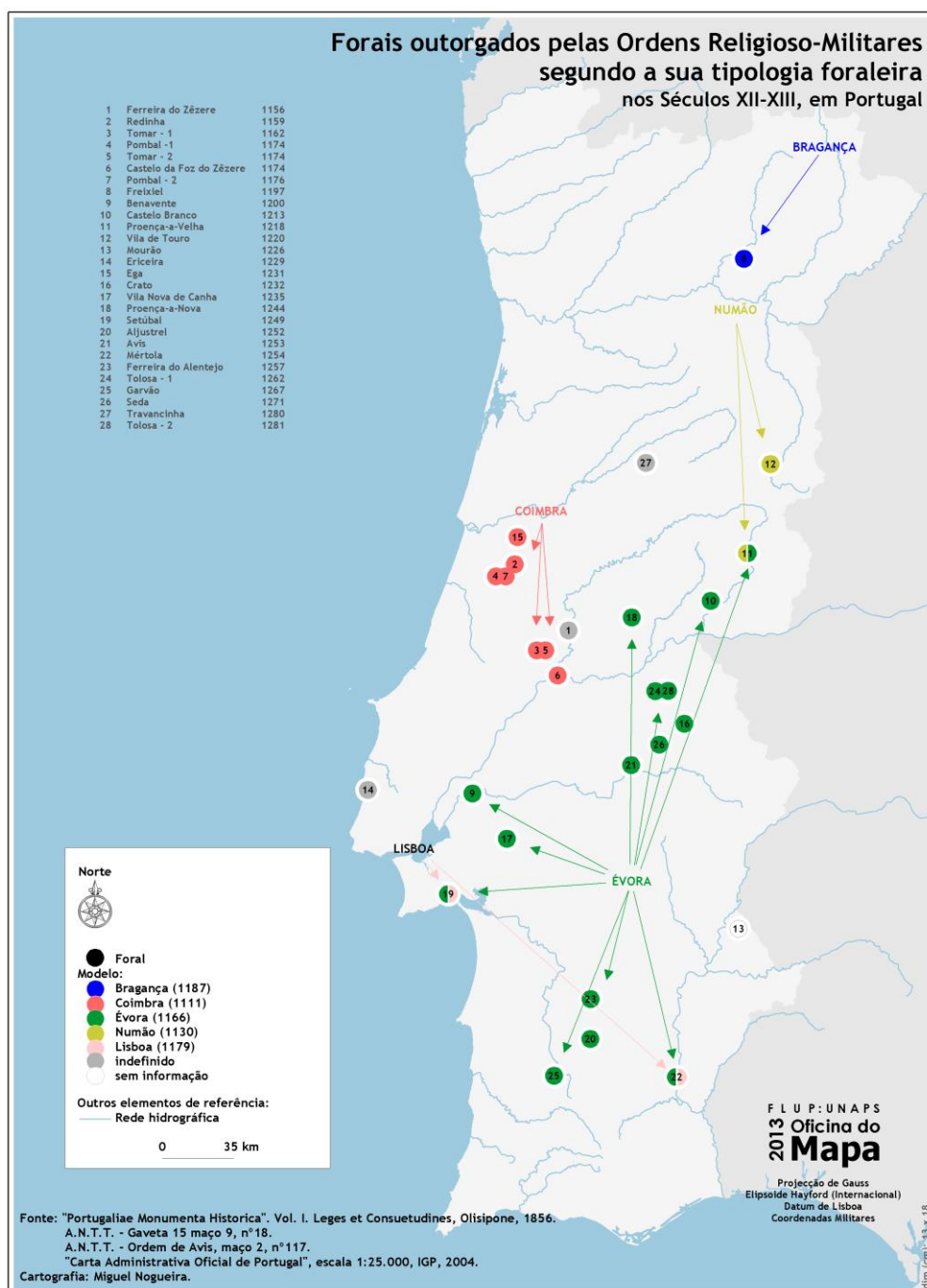


Como se pode verificar no gráfico 2, 64% dos forais tiveram como modelo o de Coimbra e o de Évora. Nas terras entre o Mondego e o Tejo, de acentuada presença Templária, destaca-se a adoção e disseminação do foro de Coimbra e, a sul do Tejo, todos os forais das Ordens Militares adotaram e difundiram do foro de Évora. Apenas Setúbal e Mértola incorporaram os foros Lisboa, mas só nas questões relativas ao rio e ao mar. Por fim, o foral de Numão serviu como modelo para a Beira interior, onde se situavam a Vila de Touro e Proença-a-Velha, domínios que a Ordem do Templo possuía na fronteira com o reino de Leão. Os 21% classificados como *outros* representam cartas de foral nas quais não nos foi possível determinar qualquer tipo de modelo, devido ao conjunto de cláusulas disformes com que se apresentam.

Antes de terminar este capítulo, é importante destacar que, numa primeira fase, o foral de Coimbra e, posteriormente, o de Évora foram as principais referências dos forais adotados para o enquadramento das populações nas regiões de fronteiras com os muçulmanos.

Assim, e sabendo que as Ordens Militares utilizaram também outros mecanismos para o enquadramento, organização e defesa dos territórios e das populações, nomeadamente, os castelos e as comendas, urge saber que papel desempenharam os concelhos das Ordens Militares, conjuntamente com esses mecanismos, de que forma se articulavam entre si e que estratégias foram implantadas no território.

## MAPA – 2



## CAPÍTULO II – OS CONCELHOS NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS ORDENS MILITARES

As Ordens Militares manifestaram, desde as suas primeiras atividades na Península, um papel decisivo na defesa dos territórios conquistados e na preparação constante de novos ataques às possessões muçulmanas. Como em todo o espaço cristão em guerra com os muçulmanos, quer a Ocidente quer a Oriente, as atitudes colonizadoras assentaram em mecanismos políticos (tenências), territoriais (estabelecimento de comendas), jurídicos (concessão de forais) e militares (construção de castelos, fortificação de cidades e vilas).

No que se refere a Portugal, um dos principais fatores que marcaram a sua história nos primeiros séculos da monarquia foi precisamente a presença das Ordens Militares, que com a entrada nos tempos modernos, conseguiram manter uma estrutura socioeconómica e um regime de propriedade até ao século XIX. Apesar da sua importância, o papel por elas exercido em Portugal na conquista e na consolidação territorial pelo processo povoador nos séculos XII e XIII não tem sido suficientemente valorizado pela Historiografia<sup>123</sup>. Daí esta questão prender a nossa atenção.

A componente urbana revestiu-se de uma importância crucial para a fixação de novos povoadores através da difusão dos forais de grandes centros urbanos, sobretudo, e como vimos, os de Coimbra e Évora. A escassez de recursos humanos e materiais, e a dificuldade em atrair gentes para as linhas de perigo, que eram as fronteiras e raia, permitiu a proliferação de forais para a revitalização e o recrudescimento de centros urbanos, como também a dinamização de praças abandonadas pelos muçulmanos, indispensáveis para o fortalecimento dos territórios e permitindo, assim, uma sustentada progressão no terreno contra os muçulmanos.

Neste capítulo iremos analisar os mecanismos (castelos, comendas e forais) que permitiram às Ordens Militares implantarem-se e consolidarem-se no terreno, bem como a correlação entre si.

---

<sup>123</sup> OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – *The Military Orders, in The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 425-457.

## 2.1 – Os castelos.

Após a conquista definitiva de Coimbra (1064) verifica-se uma mudança na organização do território portugalense. As antigas *civitates* perdem as funções que antes desempenhavam. Os seus territórios fragmentaram-se, dando origem a unidades mais pequenas, as *terrae*, que deixam de ser confiadas a elementos de nobreza condal para serem entregues a *milites* ou infanções. Passava-se de um *modelo condal* para um *modelo senhorial* da organização do território em unidades menores, mais fáceis de administrar e confiadas a uma nova nobreza que acabaria por ascender socialmente à categoria de ricos-homens<sup>124</sup>.

A generalização e desenvolvimento do sistema de terras nos séculos XII e XIII, ao contrário das *civitates*, não suportaram a presença de várias estruturas militares no seio do seu espaço. O sistema senhorial fez com que, paulatinamente, o número de fortificações dentro da mesma terra se fosse reduzindo, culminando na sua sujeição a um único castelo, o *castelo cabeça-de-terra*. Este sistema de terras permitiu a constituição de territórios não muito extensos, coesos, com fronteiras melhores delimitadas entre si, dependente de uma única estrutura militar e confiado a um elemento da nobreza que administrava o território sob o ponto de vista militar, judicial e fiscal, designado de *Alcaide*. Por influência do sistema muçulmano das *Alcaidarias*, proliferou este cargo como uma espécie de tenência temporária e revogável, remunerada com uma parte dos lucros e sem carácter feudal<sup>125</sup>.

Os castelos, cabeça das terras, passam a ser as unidades administrativas que rapidamente se transformam em centros de domínio social e económico. A mudança organizacional do território também se repercutiu na mudança da configuração dos castelos. A redução do número de fortificações permitiu uma melhoria da qualidade arquitectónica e viabilizou economicamente as reformas, nas quais, se traduziu na passagem do típico castelo condal para o castelo românico. Culminando, assim, numa estrutura delimitada por muralha, dotada de um pátio e com uma torre de menagem.

---

<sup>124</sup> MATTOSO, José – *Ricos Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Ed. Estampa, 1982.

<sup>125</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 69-94.

Segundo Mário Barroca, é provável que a Ordem do Templo seja a responsável pela sua introdução em Portugal, tal como do hurdício e do alambor<sup>126</sup>.

Os castelos em poder das Ordens Militares, não só desempenharam a sua função básica, isto é, a militar, mas também se destacaram como centros de referência e de organização dos territórios recém conquistados. Atuaram, assim, como agentes de senhoriação, desempenhando um papel importante nas relações de dependência entre as Ordens e os camponeses. Eram eixos vertebrais do território, com funções político-administrativas, económicas e controlavam as vias de comunicação, convertendo-se nos principais centros dinamizadores do povoamento. Ao abrigo dos muros dos castelos que protegiam os primeiros povoadores das terras e seus termos, estando assim resguardados dos perigos da fronteira, surgiram assim novas vilas e aldeias. As fortificações não só organizam e hierarquizam o espaço, mas também permitem a segurança de pilares económicos básicos da economia senhorial das Ordens Militares, como a guerra, a ganadaria e os direitos sobre as portagens das mercadorias como veremos no capítulo seguinte. O castelo é símbolo do poder senhorial e, portanto, do grupo social dominante. A monumentalidade, a segurança e a estabilidade da fortaleza tem uma função propagandística, que, dos melhores e mais imponentes exemplos arquitectónicos erguidos, foram da responsabilidade das Ordens Militares. Simbolizaram, assim, o poder das Ordens e da dependência obrigada dos subordinados instalados nas terras dos seus senhorios<sup>127</sup>.

Foi o sistema de terras, que se implementou a norte do Douro e entre o Douro e o Mondego, que a Ordem do Templo encontrou aquando a sua implantação em 1128. É necessário entender que aquando a implantação dos Templários em Portugal, nas terras a sul de Coimbra, eles encontraram um modelo territorial já em fase de incremento, e tiveram que se adaptar a ele. A Ordem do Templo foi responsável, não só pela ocupação e gestão de castelos, como também pela edificação de vários castelos de raiz. Todos os 8 concelhos (Redinha, Tomar, Pombal, Castelo da Foz do Zêzere, Castelo Branco, Proença-a-Velha, Touro e Ega) instituídos pela Ordem do Templo, no século XII e inícios do XIII, eram guarnecidos por castelos.

---

<sup>126</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Os Castelos das Ordens Militares (Séc.XII-XIV)*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): atas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri, 2002, p.537.

<sup>127</sup> MOLERO GARCIA, Jesús – *Los castillos de Órdenes Militares como agentes de feudalización*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003, pp. 591-597.

A Ordem do Templo, como se constata, não instituiu um único concelho a Sul do rio Tejo, e dos 30 castelos que chegaram a possuir em todo o território, apenas 6 se situam a Sul do Tejo: Monsaraz, Alpalhão, Montalvão, Nisa, Seda (que passa para o domínio da Ordem de Avis), todos no Alentejo norte, e, no Algarve, Castro Marim. A norte do Mondego, apenas se regista o de Mogadouro e Penas Róias e Longroiva, situados na raia de Trás-os-Montes. Ou seja, cerca de 21 fortificações entre o Mondego e o Tejo, incluindo a Beira interior. Entre elas: Soure, Ega, Redinha, Pombal, Tomar, Ceras, Zêzere, Cardiga, Almourol, e, na Beira, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Novo, Salvaterra do Extremo, Bemposta, Segura, Ródão, Castelo Branco, Vila de Touro e Penha Garcia<sup>128</sup>. Estas 21 fortificações ao cuidado dos Templários, situadas nos territórios de sua forte influência doados por D. Afonso Henriques<sup>129</sup> e D. Sancho I<sup>130</sup>, foram quase todas guarnecidas com forais régios, com exceção das 8 localidades com forais Templários citadas anteriormente<sup>131</sup>. O número de fortificações sob o domínio Templário é ímpar no território Português. Nenhum outro senhorio, nem qualquer outra Ordem Militar, conseguiram ombrear com os Templários, o que conferiu um poder colossal à Ordem no reino Português.

A doação da terra de Guidimtesta em 1194 e o posicionamento da Ordem do Hospital na linha do Tejo, bem como a consequente militarização da Ordem para o reforço necessário da linha fronteira pelas investidas Almóadas de 1191, pode ser interpretado *como uma tentativa de estabelecer um contrapoder à presença Templária, na linha norte deste rio (Tejo), onde a sua presença se tornava avassaladora*<sup>132</sup>. Tendo em conta que Guidimtesta se localizava entre os domínios Templários, tanto a oeste como leste, podemos colocar a hipótese de esta configuração territorial permitir aos hospitalários a formulação de um projeto de conquista territorial para sul. Nessa zona os

---

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, pp. 261-673.

<sup>129</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. A. D. 1095-1185, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols. Lisboa, 1958-62.

<sup>130</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra, 1979.

<sup>131</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p.568-574.

<sup>132</sup> COSTA, Paula Pinto – As Ordens Militares no espaço entre o Douro e o Tejo (séculos XII-XIII), in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, p. 155.

Hospitalários edificaram os Castelos de Belver (1194) e do Crato (1232), ocuparam o da Sertã e, muito mais tarde, edificaram o de Amieira (1356)<sup>133</sup>.

A instituição dos concelhos Hospitalários nos seus territórios parece obedecer a uma sincronia de povoamento diferente da dos Templários. Dos 6 castelos Hospitalários, o único que recebeu carta de foral foi o do Crato. No Nordeste Transmontano os Hospitalários receberam, por doação dos monarcas, o castelo de Algoz (1224)<sup>134</sup> e o castelo e a Vila de Outeiro Miranda (1266)<sup>135</sup>, inseridos na linha de castelos de defesa da raia com o reino vizinho, sem referência a qualquer foral. Também nos castelos de Belver, Amieira, e Sertã não encontramos referência a qualquer foral. Contudo, entre Sertã e Belver, foi outorgado foral a Proença-a-Nova e, entre Belver e Crato, foi concedido foral a Tolosa, numa altura que a fronteira com o Islão já se encontrava bastante afastada, estando estes concelhos livres dos perigos fronteiriços. A formação destes concelhos entre, sensivelmente, dois castelos, interpreta-se na preocupação da Ordem em criar uma mancha de povoamento entre as suas *células* senhoriais que se estendiam desde o sul da Serra da Estrela até ao Crato.

Os Hospitalários tiveram uma atuação importante no interior Alentejano, em que à conquista das terras na margem esquerda do Guadiana, se distinguiram os castelos de Moura, Serpa e Mourão, que ficaram sob a posse dos Hospitalários durante 40 anos, depois de terem sido conquistados por volta de 1232, data em que começa o povoamento da retaguarda nos domínios da Ordem no Crato<sup>136</sup>.

Examinemos agora o panorama dos castelos da Ordem de Avis. Estes começaram a ter um papel na reconquista no último quartel do século XII e que aumentou de forma significativa ao longo do século XIII. Este facto reflete-se no número de fortificações que foram paulatinamente adquiridas, desde 1176, tendo em consideração o caso do castelo de Coruche e o Alcácer velho do rei em Évora por D. Afonso Henriques, até ao castelo de Noudar em 1307 por D. Dinis. Neste período a Ordem atingiu, na sua posse, a soma de 16 castelos. Numa primeira fase, na zona do

---

<sup>133</sup> BARROCA, Mário – *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (Sécs. XII a XIV)*, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII. Porto: ADECAP / UTAD, 2000, pp. 187-211.

<sup>134</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1993, pp. 78-79.

<sup>135</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1993, pp. 78-79.

<sup>136</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, pp. 538-539.



vale do Tejo, a Ordem recebeu por parte de D. Sancho I os castelos de Alcanede (1187), Mafra (1193)<sup>137</sup> e Benavente. Posteriormente, constrói o de Avis (1211), recebe os de Seda, Fronteira (antes de 1236), Alter Pedroso (1279), Sousel (1279), Veiros (1258), Alandroal (antes de 1267), Elvas (1241)<sup>138</sup> e, no Algarve, por doação de D. Afonso III, titula os de Paderne e Albufeira em 1250<sup>139</sup>. Do património composto pela Ordem de Avis, uma das características mais interessantes que a Ordem manifestou, foi a capacidade de absorver o legado Islâmico nas suas fortificações, de acordo com os peritos nestas matérias<sup>140</sup>.

A Ordem de Avis guarneceu as suas fortificações com cartas de foral, instituindo concelhos em Benavente, Avis, Seda e a uns escassos 10 quilómetros do castelo de Mafra, concedeu foral aos moradores de Ericeira. Outros castelos da Ordem foram também munidos de carta de foral, embora atribuídas por monarcas<sup>141</sup>.

No que diz respeito à Ordem de Santiago, sabe-se que se implantou, numa primeira fase, nas bacias do Tejo e Sado, como indicam as doações de D. Afonso Henriques de Arruda, Alcácer, Almada e Palmela em 1186<sup>142</sup>. O impulso da reconquista a sul do Tejo, estimulado pela tomada de Lisboa e castelos vizinhos em 1147, seria em boa parte protagonizado pelos cavaleiros de Santiago, instalados no castelo de Palmela até à tomada de Alcácer do Sal em 1217. Após um primeiro grande esforço de colonização e consolidação territorial em 1147, o qual não deve ter surtido o efeito desejado na atração de colonos cristãos, e, para colmatar a falta de população, é concedido por D. Afonso Henriques em 1170 o foral aos mouros forros de Palmela, Almada, Alcácer e Lisboa<sup>143</sup>. Cria, assim, um importante foro que sustentava a permanência das populações muçulmanas, no intuito de suprir as carências de mão-de-obra e recolher tributos.

---

<sup>137</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, doc.17, doc.65, pp. 29, 101.

<sup>138</sup> MORENO, Humberto Baquero – *Os Castelos da Ordem de Avis no século XV*, in *A História Militar de Portugal no Século XIX*, separata das atas do IV Colóquio. 1993, p.2-3.

<sup>139</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, pp. 540-546.

<sup>140</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, pp. 540-546.

<sup>141</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p.568-574.

<sup>142</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, doc.14, p. 22.

<sup>143</sup> *P.M.H. – I*, p.390.

No seus termos, a Ordem de Santiago, nos séculos XII e XIII, foi responsável pelo controlo dos castelos de Abrantes, Palmela, Sesimbra, Canha, Almada, Mouguelas, Setúbal, Coina-a-Velha, Belmonte, entre os estuários do Tejo e Sado, do importantíssimo ponto estratégico que era Alcácer e, para o sul do litoral alentejano, dos castelos de Sines e Santiago do Cacém<sup>144</sup>. Penetraram no interior Alentejano sob as conquistas de D. Paio Peres Correia e, aos seus domínios, acrescentaram os castelos de Aljustrel e Mértola, e, ainda as fortalezas de Padrões, nos termos de Mértola, e Ferreira do Alentejo, nos termos de Aljustrel<sup>145</sup>. No Algarve, ficaram com a guarda dos castelos de Aljezur, Alcoutim e Tavira<sup>146</sup>. Possuíram um total de 19 fortificações.

A Ordem de Santiago para o sustento das suas fortalezas instituiu concelhos nos termos dos castelos de Canha, Setúbal, Aljustrel, Mértola, Ferreira do Alentejo e Garvão. Os monarcas também concederam carta de foral às fortificações de Santiago, como demonstram os casos de Abrantes, Palmela, Alcácer, Sesimbra, Almada e Belmonte<sup>147</sup>.

Ao longo deste ponto, fizemos uma descrição do conjunto dos castelos edificadas e confiados às Ordens Militares e que cartografamos no mapa que se seguida se apresenta. Entre eles salientamos os que foram guarnecidos com carta de foral pelas respetivas Ordens. Até aqui entende-se que estes dois dispositivos (castelo e concelho) estão interligados através de relações de dependência, na medida em que os castelos protegiam as populações e estas sustentavam os castelos, disponibilizando recursos humanos e materiais fulcrais para a (re)construção e manutenção dos mesmos. Para além destes dois mecanismos, as Ordens Militares utilizam um outro que marca a sua originalidade, relativamente aos restantes senhorios, na organização e exploração das suas terras – a comenda.

---

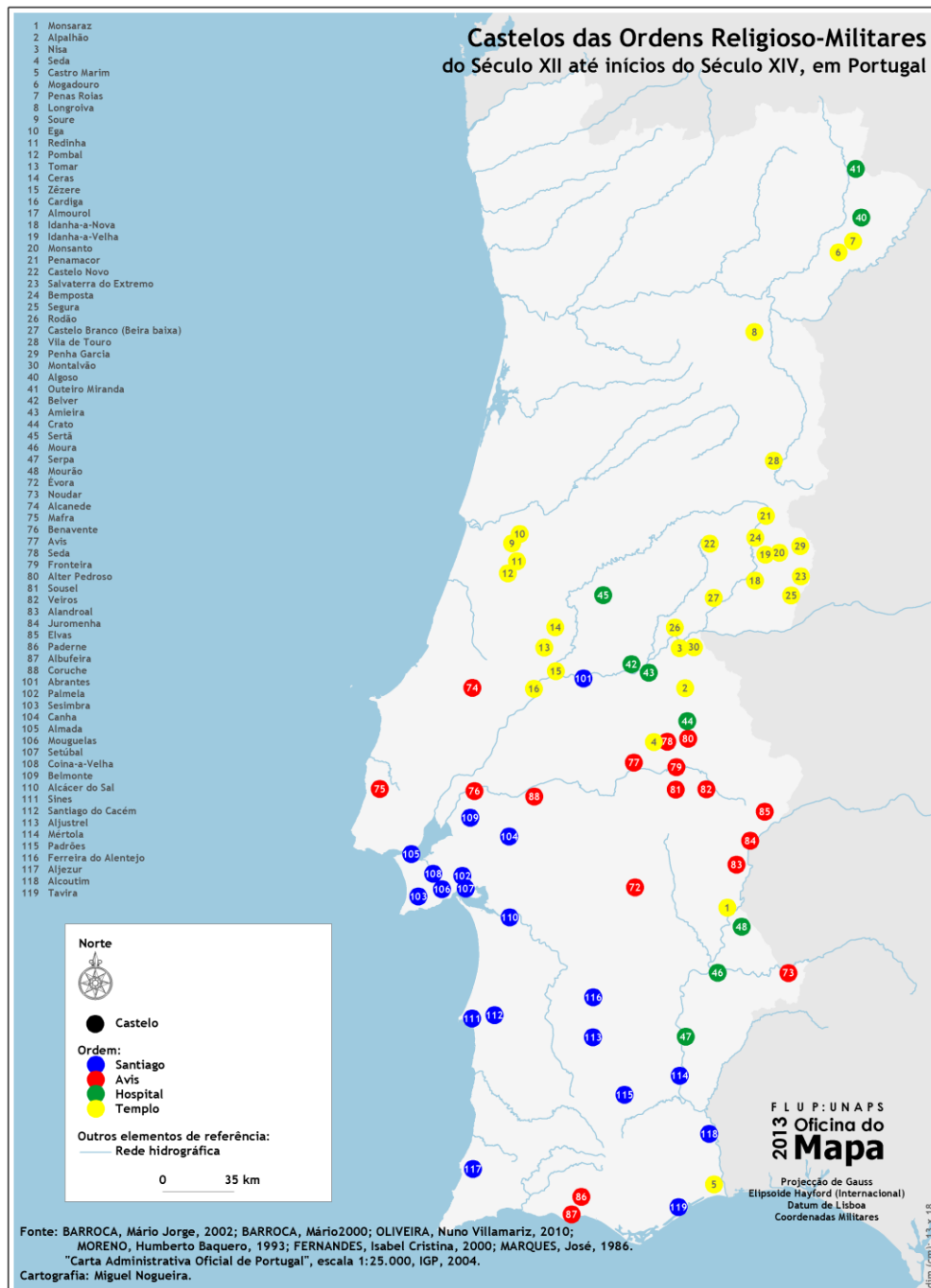
<sup>144</sup> FERNANDES, Isabel Cristina – *Castelos da Ordem de Santiago: A região do Sado*, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII. Porto: ADECAP / UTAD, 2000, pp. 169-185.

<sup>145</sup> CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991, pp. 230-236.

<sup>146</sup> MARQUES, José – *Os castelos Algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III*, in *Separata da Revista Camoniana*, Ano VIII, nº13, 1986, pp.9-32.

<sup>147</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p.568-574.

## MAPA – 3



## 2.2 – As Comendas.

As Ordens Militares quando se estabeleceram no Condado Portucalense foram chamadas a integrar o plano de reconquista e estavam submetidas a distintos condicionalismos, como quaisquer outros agentes envolvidos neste processo, o que as levaria a assumir procedimentos idênticos a outros senhorios e a aproximarem-se de modelos régios, como vimos na adoção dos modelos jurídicos, sobretudo, dos forais de Coimbra e Évora. No campo da perceção da gestão do espaço utilizam a mesma linguagem descritiva e jurídica que outras instituições eclesiásticas, não havendo lugar a especificidades marcantes. No entanto, no plano organizativo ressaltam as diferenças, na medida em que as Ordens Militares contam com supra-estruturas que supervisionam e articulam o seu património nos seus senhorios através do estabelecimento de redes comendatárias<sup>148</sup>.

Sem querer tentar traçar uma definição de comenda, dada a complexidade da questão ainda em aberto, podemos adiantar que os primórdios destas células *esteve relacionado sobretudo com necessidades do foro administrativo e com exigências de gestão de um património vasto e disperso. De uma maneira geral, as Ordens Militares foram chamadas a combater, a povoar, a explorar economicamente os espaços que controlavam e a enquadrar civil e religiosamente a população que neles habitava, o que favoreceu a divisão operacional dos territórios em núcleos de mais fácil gestão e articulação, designados por comendas*<sup>149</sup>.

A Ordem do Templo, desde 1128, acumulou uma extensa rede bens através de doações régias e particulares que viriam a formar núcleos de povoamento. Estando no século XII confiada aos Templários a defesa dos castelos mais próximos das terras que estavam mais expostas ao perigo da invasão, em volta das suas fortificações afluíram colonos e povoadores que se sentiam seguros para se dedicarem aos trabalhos agrícolas. Assim, nos seus domínios senhoriais a Ordem do Templo estabeleceu cerca de 26 comendas, segundo Maria Cristina Fernandes, localizadas a norte do Douro: Rio Frio, Braga, Penas Róias, Mogadouro, Longroiva e Castelo Branco (freguesia do distrito de Bragança); entre o Mondego e o Tejo: Coimbra, Soure, Ega, Redinha, Pombal, Pussos,

---

<sup>148</sup> COSTA, Paula Pinto - *A leitura do espaço na perspectiva das ordens Militares: memória documental*, in XXIX encontro da Associação portuguesa de História Económica. Porto: FLUP, 2009, pp. 1-30.

<sup>149</sup> COSTA, Paula Pinto – *As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos*, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Atas do Seminário Internacional. Porto: CEPESSE – Civilização Editora, 2009, p.11.

Ceras, Tomar (sede conventual), Almourol, Cardiga, Leiria, Lisboa, Monsanto, Touro, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Rodão; e a sul do Tejo, sendo Nisa o único exemplo<sup>150</sup>. Em complemento, na nossa investigação encontramos referências às comendas de Santarém, Castelo Branco (distrito de Castelo Branco) e Sabugal<sup>151</sup>. Nas comendas referidas encontram-se concelhos instituídos pela Ordem do Templo em Ega, Redinha, Pombal, Tomar, Castelo Branco e Touro.

A Ordem do Hospital, devido ao seu vasto e muito disperso património, apresentava uma rede comendatária muito disseminada, que ia desde o Entre-Douro-e-Minho até ao Alentejo num total de 27 comendas. Segundo Paula Pinto Costa, a norte do Douro situavam-se as de: Aboim, Távora, Chavão, Faia, Leça do Bailio, Montenegro, Algosó, Moura Morta, Sta. Marta de Penaguião, Poiães; no entre Douro e Tejo, Barrô, Fontelo, Rio Meão, Roças, Trancoso, Oliveira do Hospital, Coimbra, Covilhã, Sobral, Oleiros, Sertã, Belver e Santarém; e, por fim, a sul do Tejo: Crato, Flor da Rosa e Vera Cruz de Marmelar<sup>152</sup>. Pela nossa investigação podemos acrescentar a esta lista a de Freixiel<sup>153</sup>. Dos concelhos instituídos pelos Hospitalários, apenas encontramos comendas nas localidades do Crato e Freixiel.

A Ordem de Avis de origem Ibérica (numa primeira fase vinculada a Calatrava), apresenta um cargo diferente do Templo e do Hospital que é a figura do comendador-mor que possuía competências idênticas aos restantes comendadores, diferenciando-se, contudo, certamente pelo alcance do poder que exercia nos seus domínios. Cada comendador só podia usufruir dos rendimentos de uma única comenda, a não ser que fosse manifesto que esta era insuficiente para o seu mantimento. Por morte do comendador era ao Mestre que competia nomear um novo, que não podia ser um noviço nem estranho à Ordem, que a partir daí ficava responsável pela manutenção das propriedades da comenda. Os comendadores de Avis eram responsáveis pela manutenção da exploração dos campos e vinhas lavrados, e pela construção e reparação de prédios que necessitassem de manutenção e tinham também obrigações eclesiásticas<sup>154</sup>. O domínio fundiário e eclesiástico, organizado em comendas, estava concentrado no Alentejo norte, que ia, numa primeira fase, desde Santarém até Elvas, e

---

<sup>150</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP. Porto: 2009. pp. 112-119.

<sup>151</sup> *P.M.H. – I*, pp.579- 622.

<sup>152</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1993, pp.57-63.

<sup>153</sup> *P.M.H. – I*, p.545.

<sup>154</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, pp. 54-58.

numa fase posterior, do Guadiana até à raia com o reino de Castela fixada em Noudar, para além de outras propriedades no norte e centro do reino português e no Algarve. A rede comendatária dos cavaleiros de Avis era composta, segundo Maria Cristina Cunha, por: Santarém, Alcanede, Benavente, Coruche, Mora, Avis, Seda, Cabeço, Vide, Veiros, Alandroal, Benavila, Alenquer, Albufeira, Évora, Fronteira, Juromenha, Noudar, Cano, Casal, Cambra, Oriz, Pedroso, S. Vicente, Sousel, Covilhã<sup>155</sup>. Segundo a nossa investigação podemos juntar, ainda, a comenda de Ericeira<sup>156</sup>. Nos concelhos instituídos pela Ordem de Avis, encontra-mos o estabelecimento de comendas em Avis, Seda, Benavente e Ericeira.

A organização dos cavaleiros de Santiago (origem ibérica) em território Português nos séculos XII e XIII, era um pouco diferente dos Templários e Hospitalários. Tal como Avis, detinha o cargo de comendador-mor, mas distanciava-se no facto de corresponder a uma só comenda no território Português filiada à sede conventual castelhana em Uclés. As atribuições dos comendadores santiaguistas eram idênticas às do comendador-mor, residindo a diferença no alcance da *potestas* de um e dos outros. Se ao comendador-mor era dado que administrasse a sua província em nome do poder central da Ordem, ao comendador comum ficava a função de administrar o conjunto de bens postos sob a sua alçada, neste caso, uma comenda *menor*, à qual corresponderia um lugar, vila ou castelo, ou então a combinação de vários destes elementos. Aí o comendador colhia as rendas através das quais se mantinha a si e a um número determinado de homens em armas que o deviam acompanhar na guerra a pedido do Mestre<sup>157</sup>.

A Ordem de Santiago é a que apresenta a rede comendatária mais extensa, num total de 41 comendas registadas nos séculos XII e XIII. Segundo Mário Cunha, a norte do Tejo localizavam-se Podentes e Aldeia Rica, bem como Arruda dos Vinhos, Hortalagoa e Santos, mais próximas da foz do rio. Nos seus domínios mais concentrados, que iam desde o sul do estuário do Tejo, percorrendo o litoral até ao interior Alentejano e atingindo o Algarve, estabeleceram as seguintes comendas: Alcácer, Alcária Ruiva, Aljezur, Aljustrel, Almada, Almodôvar, Alvalade, Arrábida, Bocariça, Cabrela, Cacela, Canha, Castro Verde, Cercal, Chouparia, Elvas, Entradas,

---

<sup>155</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, pp. 54-58.

<sup>156</sup> P.M.H. – I, p. 621.

<sup>157</sup> CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991, pp.203-206.

Garvão, Mértola, Messejana, Montel, Mouguelas, Ourique, Palmela, Represa, Samora Correia, Sesimbra, Vila Casével, Bemposta, Ferreira do Alentejo, Padrões, Sines, Santiago do Cacém, Torrão<sup>158</sup>. Pela nossa análise apuramos ainda as de Santarém e de Montemor-o-Novo<sup>159</sup>.

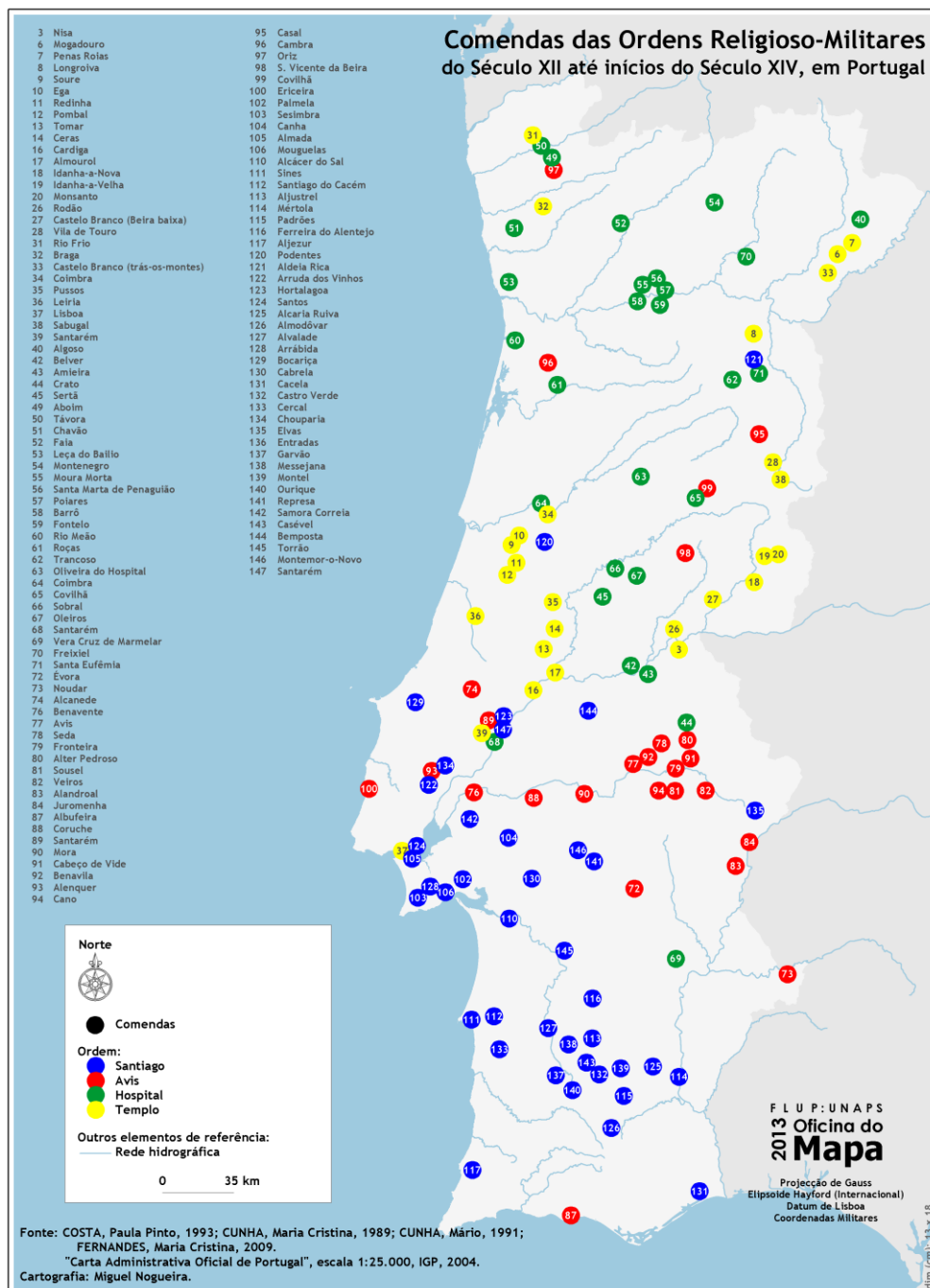
Este enorme rol comendatário explica-se pela amplitude da mancha territorial de que Santiago foi proprietária, composta por terras doadas e conquistadas de Lisboa até Tavira. Face a este extenso território, em alguns casos particularmente ermo, a comenda foi entendida como o melhor dispositivo para rentabilizar esses extensos territórios agrários. A este rol comendatário, acrescentemos ainda as fortificações e os concelhos instituídos pelos cavaleiros de Santiago, em que encontramos, associados a esses concelhos, as comendas de Vila Nova de Canha, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Mértola e Garvão.

---

<sup>158</sup> CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, Porto, 1991, pp, 214-236.

<sup>159</sup> *P.M.H. – I*, p. 627.

## MAPA – 4





### 2.3 – Entre castelos, comendas e concelhos.

As três unidades político-administrativas focadas até este momento, castelos, concelhos e comendas, estão interligadas no processo de povoamento e ordenação do território dos senhorios das Ordens Militares. Contudo, como apuramos, o número de castelos e comendas ao cuidado das Ordens Militares era manifestamente superior aos concelhos instituídos pelas mesmas Ordens. Por um lado, a explicação está na outorga de forais régios a algumas dessas localidades, e por outro, a explicação mais plausível encontra-se na quantidade de informação que chegou até nós. Ou seja, os vestígios dos castelos, interpretados numa perspectiva de fonte histórica, são muito mais *duradouros* e alvo de um maior interesse em serem preservados, quando comparados com as cartas de foral, sendo estas o principal testemunho que temos dos concelhos medievais portugueses. Se os castelos, apesar de todas as vicissitudes a que foram sujeitos como reformas e reconstruções, são uma fonte estática e mais difícil de se perder ou ser apagada, o mesmo não se pode dizer das cartas de foral. Os concelhos portugueses foram alvo também de reformas e *reconstruções*, mas no plano jurídico. Contudo, a grande diferença é que os documentos perdem-se com maior facilidade. Quando o objetivo é substituir um corpo de leis por outro, para que se garanta o cumprimento das novas normas em detrimento das antigas, compreende-se que alguns documentos tenham sido intencionalmente destruídos. Por estas e outras razões, Maria Helena da Cruz Coelho afirma que *muitos mais forais senhoriais existirão para além dos publicados nas Leges*<sup>160</sup>.

A própria documentação das Ordens Militares é bastante dispersa e *até ao século XIII, as fontes documentais que respondem à problemática da leitura do espaço, no caso das ordens Militares, são escassas, fragmentárias e sem continuidade cronológico-espacial, só no século XVI é que esta realidade se altera*<sup>161</sup>. As mudanças de sedes conventuais das Ordens Militares que ocorreram na Idade Média, provocadas por renovadas estratégias político-militares, avanços e recuos das linhas de fronteira no contexto da reconquista, propiciaram a dispersão e a perda de documentos. Dos documentos que restaram, grande parte deles delegam-nos preciosas informações sobre os bens e propriedades das Ordens. Esses documentos eram prioritários na preservação

---

<sup>160</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p. 577.

<sup>161</sup> COSTA, Paula Pinto - *A leitura do espaço na perspectiva das Ordens Militares: memória documental*, in XXIX encontro da Associação portuguesa de História Económica. Porto: FLUP, 2009. p. 2.

e transcrição para novos tombos, na medida em que era de todo o interesse das Ordens em registar os seus direitos eclesiásticos, patrimoniais e as rendas a cobrar. Esses direitos estavam umbilicalmente ligados às redes comendatárias, daí um registo muito maior que dispomos das comendas relativamente aos forais das Ordens Militares.

Posto isto, acreditamos que mais forais foram outorgados pelas Ordens Militares nos seus extensos, quase desertificados e *arabizados* domínios. Contudo, nada nos impede de fazermos um confronto entre os três vectores – castelos, comendas, concelhos - em questão através dos dados que dispomos.

Através de uma análise cronológica das doações régias, da edificação dos castelos, do estabelecimento de comendas, das localidades a que se reportam os forais consignados na nossa investigação, podemos encontrar uma estreita relação entre estes mecanismos, como demonstram os dados que constam do seguinte quadro sinótico:

Tabela 2 – Castelos e Comendas nos Concelhos das Ordens Religiosas Militares desde o reinado de D. Afonso Henriques até ao de D. Dinis.<sup>162</sup>

Doações das terras às Ordens Militares	Data do Foral	Ordem Militar que outorga o Foral	Comenda (1ª referência)	Castelo / Fortificação (1ª referência)
D. Afonso Henriques (1128 – doação do castelo de Soure com os seus termos)	1156/ Ferreira	Templo	-	-
	1159 / Redinha	Templo	1302-09-02	Sem data
D. Afonso Henriques (1159 – doação do castelo de Ceras com os seus termos)	1162-1174 /Tomar	Templo	1178-04	1160-03-01
D. Afonso Henriques (1128 – doação do castelo de Soure com os seus termos)	1174-1176 / Pombal	Templo	1178-03	1156/1171
D. Afonso Henriques (1169 – doação do Castelo do Zêzere)	1174 / Castelo do Zêzere	Templo	-	1169-10
-	1197-1209 / Freixiel	Hospital	1197/1209	-
-	1200 / Benavente	Avis	1255-08-01	Sem data
D. Afonso Henriques (1165 – doação de Idanha e Monsanto com os seus termos) D. Sancho I (1197 – doação de Idanha-a-Velha com os seus termos) (1206 – doação de Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova com os seus termos)	1213 / Castelo Branco	Templo	1231-12-10	1214
	1218 / Proença-a-Velha	Templo	-	Sem data
	1220 / Vila de Touro	Templo	Sem data	Após 1220
D. Sancho I (1193 – doação do castelo de Mafra com os seus termos)	1229 / Ericeira	Avis	1229	-
D. Sancho II (data: ?)	1226 / Mourão	Hospital	-	1226

<sup>162</sup> As fontes da tabela encontram-se no anexo 2, no qual apresenta a tabela completa com as fontes de todos os dados. Cf. Tabela 2 em anexo nas páginas 128 a 131.

Doações das terras às Ordens Militares	Data do Foral	Ordem Militar que outorga o Foral	Comenda (1ª referência)	Castelo / Fortificação (1ª referência)
D. Afonso Henriques (1128 – doação do castelo de Soure com os seus termos)	1231 / Ega	Templo	1248-08-30	Séc. XI/XII
D. Sancho II (08-03-1232)	08-12-1232 / Crato	Hospital	1248-05-08	Após 1232
D. Sancho I (1186 – doação dos castelos de Alcácer, Palmela e Almada com seus termos)	1235 / Vila de Canha	Santiago	1235-02	1235-02
D. Sancho I (1194 – doação de Guidimtesta)	1244 / Proença-a-Nova	Hospital	-	-
D. Sancho I (1186 – doação dos castelos de Alcácer, Palmela e Almada com seus termos)	1249 / Setúbal	Santiago	-	1235
D. Sancho II (1235 – doação do castelo de Aljustrel com seu termo)	1252 / Aljustrel	Santiago	1297-12-01	Séc. IX
D. Afonso II (1211 – doação da vila de Avis com seus termos)	1253 / Avis	Avis	1253)	1214-08-14
D. Sancho II (1240 – doação do castelo de Mértola com seu termo)	1254 / Mértola	Santiago	1240/1250	Séc. VIII/XII
D. Sancho II (1235 – doação do castelo de Aljustrel com seu termo)	1257 / Ferreira do Alentejo	Santiago	1297	1257
D. Sancho II (08-03-1232 – doação do Crato com seu termo)	1262/1281 / Tolosa	Hospital	-	-
-	1267 / Garvão	Santiago	1260	-
D. Afonso II (1211 – doação da vila de Avis com seus termos)	1271 / Seda	Avis	1299-03-08	Após 1160
-	1280 / Travancinha	Avis	-	-

Com D. Afonso Henriques, e em articulação com as Ordens Militares, e antes de mais com os Templários, a reconquista adquire contornos de uma espécie de *empresa nacional*, através de um ajustado objetivo político-militar, verificando-se aos poucos uma mutação na forma de fazer a guerra. A presúria foi sendo substituída pelo fossado, o que se refletiu na transformação das estruturas dos castelos. De facto, os castelos condaís foram substituídos pelos românicos e as novas introduções arquitectónicas introduzidas pelos Templários são exemplos dessas mutações<sup>163</sup>. As campanhas organizadas em fossado necessitavam de maiores recursos materiais e de maiores contingentes<sup>164</sup>. Na zona de implantação dos Templários, sobretudo, no Médio Tejo a

<sup>163</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 69-94.

<sup>164</sup> BARBOSA, Pedro Gomes – *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp.95-102.

nova estratégia de colonização implicava a adopção de um novo modelo de povoamento<sup>165</sup>.

A partir das doações de 1128 e 1159<sup>166</sup>, a matriz principal da organização social do espaço Templário fundamentou-se na instituição de três estruturas de poder num mesmo termo. Após a doação das terras, ao analisarmos a cronologia da (re)construção do castelo (cabeça política do território), da outorga de foral à vila (centro urbano e polo da estruturação de uma economia local) e do estabelecimento de comenda (gestão de redes de aldeias e casais), entendemos que estes três vetores foram o suporte estratégico do povoamento, permitindo a captação mais eficiente de recursos humanos e materiais. Estas três estruturas permitiam que as células Templárias fossem mais coesas, agregando núcleos populacionais. Assim, era possível começar a criar corpos de tropas regulares e fortificações mais sofisticadas e resistentes, para se poder fazer ataques mais organizados e consistentes às zonas mais islamizadas a sul do Tejo<sup>167</sup>. Para a Ordem do Templo, os casos mais elucidativos desta estratégia são os das localidades de Pombal e Tomar. Na verdade, os Templários começam a edificar o castelo em 1156 e 1160 respetivamente, recebem foral em 1174 e 1162, e em 1178 têm uma comenda estabelecida nos seus termos. Na Beira, o caso do povoamento de Castelo Branco também é sintomático desta estratégia, onde o Mestre outorga foral aos povoadores em 1213, em 1214 inicia-se a construção do castelo e, no próprio foral, encontramos a primeira referência ao comendador. Em Touro é concedida carta de foral em 1220, na qual se exige que *faça ao senhor o maestre seu castelo*<sup>168</sup>, ou seja, o arranque da construção do castelo deve ter começado por esta altura, e existe referência ao comendador, mas, infelizmente não encontra-mos nenhum outro elemento que clarifique este caso.

Se, por um lado, com D. Afonso Henriques e a Ordem do Templo a reconquista adquiriu uma nova configuração, por outro, com D. Sancho I manteve-se a continuidade do projeto. Porém, o xadrez político-militar das Ordens Militares alterou-se. As doações

---

<sup>165</sup> CONDE, Manuel Silvio – *Fronteira, Guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo, entre muçulmanos e cristão (séculos IX-XIII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp.43-52.

<sup>166</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. A. D. 1095-1185, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 271, p. 344.

<sup>167</sup> BARBOSA, Pedro Gomes – *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp.95-102.

<sup>168</sup> *P.M.H. – I*, p, 588.

de castelos e territórios na linha de fronteira às Ordens de Santiago (1186)<sup>169</sup>, Avis (1187/1193)<sup>170</sup> e Hospital (1194)<sup>171</sup>, fecharam parte das linhas de expansão dos Templários para Sul, e, permitiram a oportunidade de expansão destas Ordens nessa direção, o que propiciou um contrabalanço de poder entre as Ordens. D. Sancho I doou também aos Templários, territórios na Beira Interior para povoar e defender (1197-1199-1206)<sup>172</sup>, mas, a sua possível expansão ficou circunscrita para leste, ou seja, para a raia com reino vizinho. Assim, à medida que a linha de fronteira avançou para sul, estas três ordens incorporam territórios nos seus domínios, os quais povoaram e organizaram de forma muito eficaz.

Neste sentido, como podemos verificar no quadro anterior, o protagonismo ao nível do povoamento altera-se. Verifica-se que a partir de D. Sancho I e, sobretudo, com D. Sancho II, as três ordens assumiram-se no século XIII como novos agentes na reconquista e povoamento, através da outorga de forais, estabelecimento de comendas e controlo de fortificações.

A mudança estratégica dos agentes da reconquista para sul não alterou a continuidade dos três pilares do povoamento iniciado pelos Templários como podemos verificar no mapa 5 do final deste ponto. Todavia, a adaptação do foral de Coimbra de tradição condal utilizado pelos Templários, foi substituída pelo modelo jurídico de Évora, que era particularmente mais adequado à sociedade militarizada de fronteira, onde nos territórios a sul do Tejo a civilização Islâmica estava bem mais enraizada. O foral Eborense, como vimos, em vez de ser adaptado, era quase totalmente copiado.

O domínio régio sobre os centros urbanos mais prósperos e mais importantes, como Lisboa, Santarém, Évora e Beja, repercutiu-se na atribuição do espaço periférico e escassamente povoado às Ordens Militares. A falta de centros secundários traduzia-se num isolamento desses centros principais<sup>173</sup>. A entrega desses territórios às Ordens Militares pelos monarcas, por um lado, compensou-as pelos serviços prestados na

---

<sup>169</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, doc.17, doc.14, pp. 22-24.

<sup>170</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, doc.17, doc. 17, 65, pp. 29-30, 101-103.

<sup>171</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, doc.73, pp.112-113.

<sup>172</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, docs. 100, 117, 162, pp. 160-161, 181-183, 250-251.

<sup>173</sup> FERNANDES, Hermenegildo – *Quando a Além-Tejo era “fronteira”: Coruche da militarização à territorialização*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Colibri – C.M. Palmela, 2005, pp.451-483.

guerra, e por outro, criou as condições para que as Ordens assumissem a responsabilidade de povoar e revitalizar esses mesmos territórios<sup>174</sup>.

Sistematizando os dados recolhidos nas fontes documentais, a Ordem de Avis recebe o castelo de Benavente, em data que não nos foi possível apurar, outorga foral em 1200 e em 1255 temos referência ao comendador. À Ericeira, inserida no termo do castelo de Mafra, é concedido foral em 1229 e é feita referência ao comendador no próprio foral. A doação de D. Afonso II do lugar de Avis com uma enorme extensão confinada à toda a baixa do rio Sorraia inicia a construção do castelo em Avis em 1214, substitui o foral régio, concedendo um novo em 1253 e no próprio foral apresenta a referência ao comendador de Avis. Em Seda, o castelo passa dos Templários para a posse dos cavaleiros de Avis, talvez em 1236<sup>175</sup>, recebe foral em 1271, e a referência ao comendador surge datada em 1299.

A Ordem de Santiago organizou, também, o seu território com base nos três vetores, sobretudo, com D. Paio Peres Correia, no reinado de D. Sancho II. A Canha concede foral em 1235. No rol de subscritores surge a assinatura do comendador da localidade e o próprio foral ainda faz referência ao castelo. Em Mértola, Aljustrel e Ferreira do Alentejo, os cavaleiros de Santiago ocuparam os castelos Islâmicos e outorgaram os respectivos forais na década de 50 do século XIII. Mértola é sede da Comenda-mor desde da década de 40, e, em 1297 encontramos as referências aos comendadores de Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

No caso da Ordem do Hospital, as suas localidades parecem não obedecer muito a esta lógica de povoamento. O único caso em que verifica esta correlação é no povoamento do Crato que recebe foral em 1232, iniciando a construção do castelo pela mesma altura e ficando notícia do comendador em 1248. Todavia, nas terras doadas entre Belver e Crato, instituíram concelhos em Proença-a-Nova e Tolosa, e, mais sul, ocuparam o castelo de Mourão e a concederam foral à vila em 1226.

O concelho de Freixiel, o único instituído por uma Ordem Militar a norte do Mondego, encontra-se, tal como outras propriedades fragmentadas dos Hospitalários, no norte do reino. O património da Ordem, que durante quase todo o século XII se interessou mais pela prática assistencial do que a militar, demonstra, pela sua enorme

---

<sup>174</sup> FERNANDES, Hermenegildo – *Quando a Além-Tejo era “fronteira”: Coruche da militarização à territorialização*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Colibri – C.M. Palmela, 2005, pp.451-483.

<sup>175</sup> MORENO, Humberto Baquero – *Os Castelos da Ordem de Avis no século XV*, in *A História Militar de Portugal no Século XIX*. Separata das atas do IV Colóquio. 1993, p.2.

dispersão pelo Norte e Centro de Portugal, a forma como se foi construindo através de doações régias e privadas, e não tanto em resultado de atuações militares<sup>176</sup>. Estas apenas começam a ter alguma relevância nos fins do séc. XII e, sobretudo, na década de 30 do séc. XIII, com Fr. Afonso Peres Farinha<sup>177</sup>, que se refletiu no povoamento do Crato. Apresenta um património muito menos agregado, separado dos espaços de fronteira, uma particularidade que individualiza esta Ordem das restantes, e, quando é chamada para atuar militarmente nos espaços de fronteira, reflete a necessidade de utilizar os métodos do povoamento mais concentrado como as restantes Ordens.

As alianças estratégicas da monarquia com as Ordens Militares, as quais receberam extensos territórios pelos monarcas, justificaram a proliferação de cartas de foral pelas Ordens. O rol de subscritores das cartas por nós analisadas (veja-se a Tabela 3 em anexo nas páginas 131 a 143) permite verificar a presença de membros da nobreza, do clero (bispos), de mestres e comendadores das próprias Ordens e de membros da cúria régia, incluindo o rei na concessão das cartas. Isto leva-nos a querer que elas eram outorgadas em ambiente de reunião entre os senhores do reino. Estas reuniões tiveram, certamente, por objetivo acordos entre o monarca e membros do clero/Ordens Militares e nobreza sobre as empresas de repovoamento em fase de ações militares de reconquista e de debate dos seus interesses<sup>178</sup>.

Um fator que fundamenta a estratégia protagonizada pelas Ordens Militares entre estas três estruturas administrativas parece ficar bastante claro no rol de testemunhas e confirmantes das cartas. Verifica-se que a maioria deles eram precisamente os comendadores das Ordens Militares de terras envolventes e alcaides de vários castelos circundantes à terra que recebia o foral e, ainda, alguns funcionários da cúria régia. Os forais certamente devem ter sido outorgados em ambiente de reunião, aí se definiram a distribuição das terras e as estratégias adoptar no território<sup>179</sup>.

---

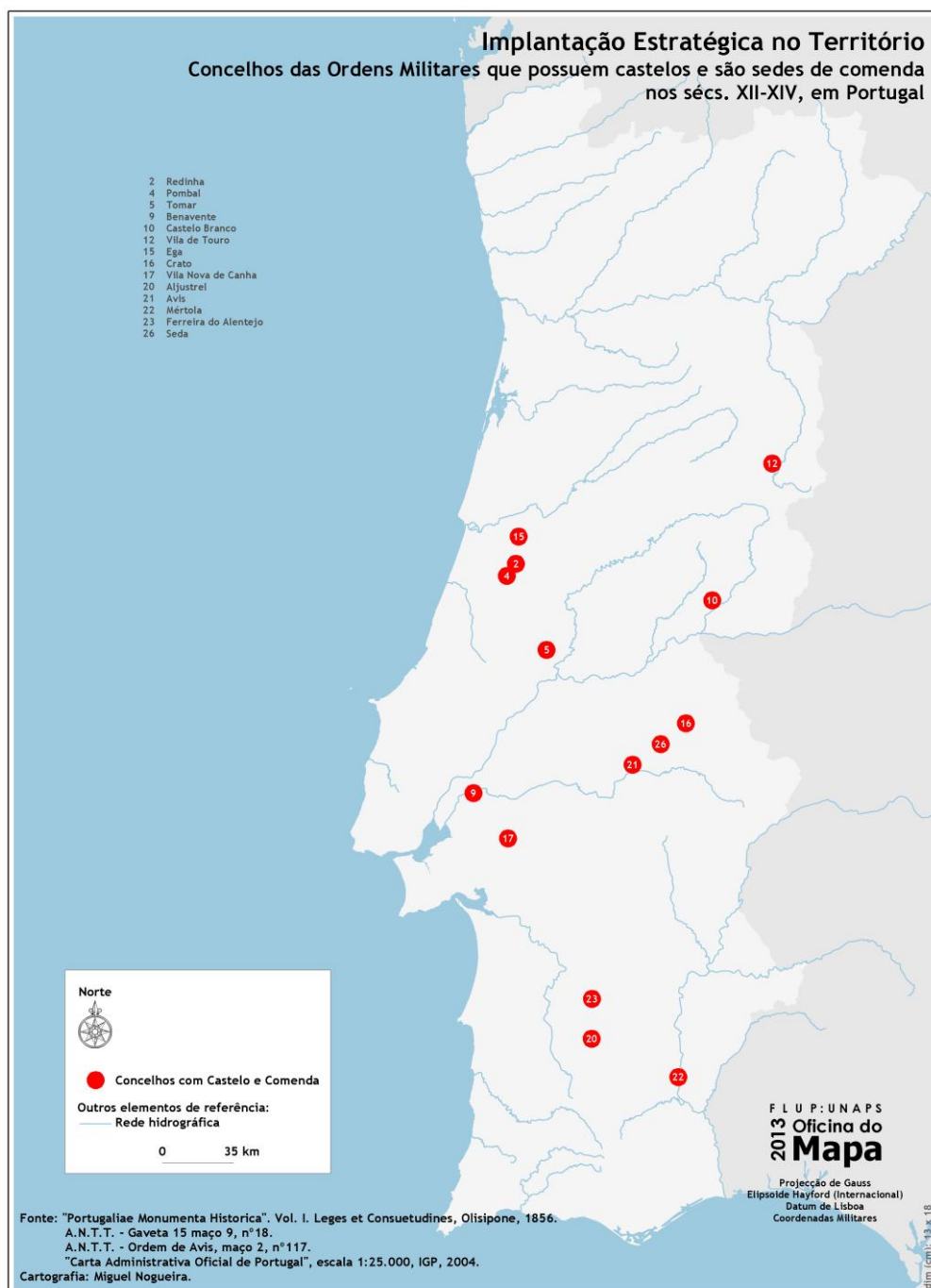
<sup>176</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1993, pp.73-123.

<sup>177</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, pp. 538-540.

<sup>178</sup> Cf. COSTA, Paula Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho jurisdicional e político em tempos medievais*. Revista da Faculdade de Letras: História, série III, vol. VII. Porto, 2006, pp. 79-91.

<sup>179</sup> Cf. Tabela 3 em anexo nas páginas 131 a 143.

## MAPA – 5





### **CAPÍTULO III – ECONOMIA E SOCIEDADE NOS FORAIS DAS ORDENS MILITARES**

A conquista de territórios aos muçulmanos e a sua distribuição entre as Ordens Militares foi pautada, como vimos, pela sua organização em comendas, em castelos e na concessão de cartas de foral, impondo-se, assim, a constituição de comunidades municipais nos senhorios das Ordens Militares. Os municípios foram comunidades cruciais, mais ou menos autónomas, tendo exercido um papel inegável no povoamento e defesa do reino ao erigirem-se como espaços económico-sociais de organização territorial nos primeiros séculos da monarquia.

Neste capítulo tencionamos refletir sobre os pilares sócios-económicos dos municípios, o recrutamento militar e a mobilização das milícias concelhias pelas Ordens Militares. Primeiro procuraremos identificar os diferentes grupos sociais e os seus direitos e deveres nos municípios. Identificados os protagonistas da vida municipal, convém verificar de que forma os vários estratos sociais se sustentavam e que tributos pagavam às Ordens Militares. A exploração económica, a transação de mercadorias e a cobrança de impostos pelas Ordens Militares são tópicos de interesse neste ponto.

Por fim, se, por um lado, as Ordens Militares foram agentes importantes na reconquista e necessitavam de recursos humanos para a guerra e outorgaram forais para a fixação de populações nas linhas de fronteira, por outro, os concelhos tinham obrigações militares e contribuía com homens para o esforço de guerra contra os muçulmanos. Ou seja, procuramos saber como recrutavam as Ordens Militares os seus contingentes e que responsabilidades tinham os concelhos no contributo de homens para esse esforço de guerra das Ordens Militares. Numa sociedade estruturada em função da guerra este ponto é de enfoque necessário, atendendo a que os aspetos sociais e económicos eram profundamente influenciados pelo exercício das armas.

Em suma, os laços de dependência e de autonomia entre as Ordens Militares e os seus concelhos, no plano económico, social e militar, são matérias que orientaram o nosso estudo.

### 3.1 – Os grupos sociais e os seus direitos e deveres nos forais das Ordens Militares.

Os forais eram códigos de direito público, os quais procuravam determinar não só as relações dos seus habitantes entre si, mas também, entre estes e o seu senhor, neste caso as Ordens Militares. Partindo do princípio de que o carácter de autonomia é a componente fundamental do regime concelhio, podem-se considerar os concelhos das linhas de fronteira como aqueles que mais se aproximam do modelo ideal. Embora esta característica dos concelhos seja frequentemente exaltada, não podemos deixar de sublinhar que o nível de autonomia de cada um deles diferia de acordo com múltiplos factores, incluindo sobretudo a interferência da administração régia a este nível, a par da intervenção que os senhores poderiam exercer em diversos casos. Esta interpretação confirma-se pelo facto de as denominações das categorias sociais nos concelhos se inspirarem numa terminologia militar, como os peões e cavaleiros. Esta classificação presume um estado frequente de guerra, que, de facto caracteriza as fronteiras do reino na época de formação do sistema municipal<sup>180</sup>.

Nos forais que seguem o modelo coimbrão de 1111, é referida a categoria de vizinho ou morador, o que equivale ao habitante comum do concelho. Nos forais de Tomar e Pombal, os moradores detêm algumas regalias como a isenção do pagamento de portagem, de alcavala, ou comedoria aos guardas das portas da localidade<sup>181</sup>. Em contraste com o modelo coimbrão, o Mestre Gualdim Pais proíbe aos moradores de Redinha, Pombal e Tomar de doarem terras, ou deixá-las em testamento a não ser à Ordem do Templo, ou, vendê-las a outro vizinho que continue a pagar os seus foros<sup>182</sup>. Entende-se, assim, a proteção da Ordem nos seus domínios para que as terras não escapem em benefício de grupos privilegiados, como nobres ou bispos.

Os moradores dos concelhos a sul do Tejo, inseridos no paradigma jurídico de Évora de 1166, estavam sujeitos a uma maior permeabilidade social em que eram obrigados a manter cavalo se possuíssem: uma terra, um par de bois, quarenta ovelhas,

---

<sup>180</sup> SOUSA, Armindo de – *Os Concelhos*, in *A Monarquia feudal (1096-1480)*. História de Portugal, direção de José Mattoso, vol. II. Lisboa: Ed. Estampa, 1997, pp. 181-182.

<sup>181</sup> Lê-se nos forais de Tomar e Pombal: *Non detis portaticum vel alcavallam aut cibariam custodibus civitates uel porte*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>182</sup> No foral de Redinha pode-se ler: *Nulli homini de rodina sit licitum alicui suam hereditatem dare vel testamentum facere nisi ad nostrum eccliesiam aut militibus temple ita ut kasal nec forum dominus perdat*. Em Tomar e Pombal: *Et si aliquis uestrum voluerit transire ad alium dominum vel ad aliam terram habeat potestatem donandi seu uendendi suam hereditatem cuiuscumque voluerit qui in ea habitet et sit noster homo sicut unus ex vobis*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 386, 389, 398.

um asno e duas camas, ascendendo assim à categoria de cavaleiros<sup>183</sup>. No caso dos moradores que detivessem vassalos, os mesmos vassalos não podiam servir a outra pessoa. Os moradores estavam isentos de qualquer responsabilidade se um vassalo seu cometesse algum homicídio (apenas no caso de for um homem de fora)<sup>184</sup>. Até podiam exercer o cargo de meirinho, se não fossem nobres<sup>185</sup>. Contudo, os moradores também tinham deveres a cumprir. Os seus gados não podiam pastar fora dos termos do concelho, sempre que o juiz os convocasse eram obrigados a comparecer e só podiam fazer penhoras com a autorização do saião<sup>186</sup>.

Entre a massa anónima dos moradores dos concelhos, os forais destacam os peões. Com obrigações militares, no paradigma de Évora, eram obrigados ao apelido tendo também o estatuto de cavaleiros de fora em questões de justiça<sup>187</sup>. Em Tomar e Pombal os peões mais abastados, que cultivavam as suas próprias herdades e tivessem meios necessários, podiam ascender à categoria de cavaleiro, passando a beneficiar do mesmo estatuto<sup>188</sup>.

Aos cavaleiros permitia-se que as suas propriedades estivessem isentas de qualquer imposto. No caso de serem infanções não podiam ter casa em Tomar nem em Pombal, salvo se aceitassem as normas gerais da vida local<sup>189</sup>. O cavaleiro que perdesse o seu cavalo, e enquanto não pudesse adquirir outro, mantinha as prerrogativas de isenção de impostos, o mesmo acontecendo em relação aos cavaleiros que se retirassem da militância ativa por velhice<sup>190</sup>. Apesar de não existir nenhuma norma direta em que o

---

<sup>183</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Et qui habuerit aldea et uno iugo de boues et xxxx ouves et uno asino et duos lectos comparet cavalo*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>184</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Qui habuerit vasalos in suo solar aut in sua hereditate non seruiant ad altero homine de tota sua facienda nisi a domno de solar (...) Mancebo qui mactaret hominem foras ville et fugerit suo amo non pectet homicidio*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>185</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Et homine qui fuerit gentile aut eredero que non seat meirino*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>186</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem lê-se: *Ganado de (nome do concelho) non sit montado in nulla terra (...) Et qui non fuerit a sinal de iudice et pignos sacudiret ad saion pectet I solidum ad iudicem*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>187</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Et qui non fuerit ad apelido cavaleiros et pedones exceptis his qui sunt in servicio alieno miles pectet x solidos pedon v solidos ad vicinos (...) Pedones sint in iudicio pro cavalarios vilanos de altera terra*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>188</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Et si tributarius potuerit esse miles habeant moren militum*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>189</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Milites habeant suas hereditates liberas (...) Infançom et aliquis homo non habeant in (Tomar/Pombal) domum neque hereditatem nisi qui voluerit habitare nobiscum et servire sicuti vos*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>190</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Et siquis militum venerit in senectute vt non possit militare quandiu vixerit sit in honorem millitum*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

seu estatuto se equiparasse ao dos infanções, denota-se uma intenção de privilegiar a cavalaria vilã, tendo em vista a sua fixação nestas localidades, concedendo-lhe estas isenções. Aos cavaleiros de fora era proibido a entrada em casa dos moradores sem o consentimento destes últimos, protegendo-os de possíveis forasteiros que os pudessem molestar<sup>191</sup>. Os cavaleiros dos municípios a sul do Tejo eram obrigados ao apelido, excepto se estivessem ocupados com outro serviço. Nas algaras podiam ficar com um cavalo e se o perdessem e não pudessem obter outro, tinham um ano para o conseguir. Na justiça, tinham estatuto de infância de Portugal<sup>192</sup>.

Os clérigos também faziam parte do corpo social municipal, mas apenas é referido nos concelhos a sul do Tejo que têm o mesmo foro que os cavaleiros em questões judiciais<sup>193</sup>. Em Tomar e Pombal usufruem do mesmo estatuto dos cavaleiros em relação à isenção de impostos das propriedades<sup>194</sup>. Em Proença-a-Velha, sob o domínio Templário, os clérigos que habitavam nos termos do concelho estavam livres do fisco civil, tinham honra e estatuto de cavaleiro nas suas propriedades e não respondiam perante o arcediago entre a hora de prima e a hora de terça<sup>195</sup>.

Identificamos ainda os assalariados, que estariam dependentes diretamente de cavaleiros ou clérigos, ou de algum membro da aristocracia municipal. Nos forais de Tomar e Pombal são omissos os jugueiros, especificados no modelo de Coimbra, que amanhavam nas propriedades dos cavaleiros e estavam dependentes deles a nível da justiça, contudo é referido o pagamento da jugada<sup>196</sup>. Nos forais a sul do Tejo existe apenas uma pequena referência aos *solarengos*, *hortelãos*, *quarteiros* (talvez estes sejam os jugueiros que surgem nos forais do modelo coimbrão; o seu nome deve ter origem na porção de frutos da terra que tinham de dar ao senhor<sup>197</sup>), *mancebos* e

---

<sup>191</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Nullus milles extraneus intret domum alicuius syne voluntate domini domus*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>192</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Et qui non fuerit ad apelido cavaleiros et pedones exceptis his qui sunt in servicio alieno miles pectet x solidos pedon v solidos ad vicinos (...) et homines qui se nafrageret suo adestrado quavis habeat alium sedeat excusato usque ad capud anni (...) Milites de (nome da vila) sint in iudicio pro podestades et infanzones de Portugal*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>193</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem lê-se: *Clerici uero habeat mores militum*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>194</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Clerici (Tomar/Pombal) habeant in omnibus honorem millitum in vineis et terries et domibus*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 389, 398.

<sup>195</sup> No foral de Proença-a-Velha: *Clerici de prohencia sint liberi ab omni fisco laical: et habeat honorem atque hareditates sicut milites: et non respondant nisi per archidiaconum, et horam promam usque ad terciam*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 578.

<sup>196</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Jugada sit quateurum de XVI alqueires per alquer de direito*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 386, 389, 398.

<sup>197</sup> CUNHA, Maria Cristina – *Forais que tiveram por modelo de Évora de 1166*. Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, Vol.5, Porto, 1988, p.79.

*condutários*, sendo assalariados do seu senhor em regime anual ou sazonal<sup>198</sup>. Os almocreves, os que carregavam os produtos de uma região para outra, são apenas referidos nos forais de Tomar e Pombal que tinham de pagar anualmente o serviço de almocrevaria<sup>199</sup>. Em Ericeira os almocreves em que aí quisessem morar tinham que pagar um soldo por ano<sup>200</sup>. Os forais do paradigma de Évora são omissos relativamente aos almocreves, apresentando apenas um conjunto de impostos que teriam de pagar pela portagem.

Em relação às terras a sul do Tejo, havia uma forte escassez de povoadores. Esta situação pode ajudar a compreender que os forais incluídos no paradigma de Évora aludam ao foro de ladrão, chegando a aceitar a sua presença. Aqueles que tinham sido ladrões, mas que já não o eram, o foro não os consideravam mais como ladrões, mas se não se arrependessem dos seus crimes cumpriam a pena de ladrão. Se fossem acusados de algum crime e provasse que não era ladrão, respondia conforme o seu foro (peão, assalariado, morador ou outro)<sup>201</sup>.

Nos concelhos de Proença-a-Velha e Proença-a-Nova ainda existia uma cláusula para aqueles que eram servos cristãos, dando-lhes a possibilidade de se tornarem livres caso vivessem durante um ano no concelho. Numa sociedade em que combater o Islão fazia parte do quotidiano, havia um considerável número de mouros que eram capturados ou integrados com os cristãos. Os mouros tinham também o seu enquadramento civil e, nos forais Templários de Tomar, Pombal e Castelo da Foz do Zêzere, existem referências aos escravos mouros. Trata-se de territórios onde abundou a mão-de-obra escrava ou servil, sujeita às mais duras penalizações punitivas. Entre elas encontravam-se o apedrejamento e a inceneração de membros<sup>202</sup>. É possível que essa mão-de-obra tenha sido canalizada para a construção de estruturas militares como os castelos Templários de Pombal e de Tomar, e que a sua construção tinha sido concluída

---

<sup>198</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Qui conductario alieno mactaret (...) Similiter de suo ortolano et de quartiere et de suo monleiro aut de suo solarengo*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>199</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Almoqueveres faciant unum servicium in anno*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>200</sup> No foral de Ericeira: *Almocrouves vela lii qui vonerit populare in codem loco ad istum forum veniant et dent I solidum pro anno et vadant ad aream, et ad torcular*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 621.

<sup>201</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *Mandamus et concedimus quod si aliquis fuerit latro et si iam per unum annum vel duos furari vel rapere dimisit si pro aliqua re repetitus fuerit quam comisit salvet se tanquam latro. Et si latro est et latro fuit omnino pereat et susubeat pena latronis. Et si aliquis repetitur pro furto et non est latro neque fuit respondeant ad suos foros*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>202</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Si maurus alicuius (...) et concillium viderint quod talem causam fecit pro qua debet lapidari vel cremari lapidetur vel crematur*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 386, 389, 398.

poucos anos depois da outorga dos respetivos forais, *correspondendo a uma zona cujo povoamento se desenvolveu fundamentalmente após 1150 e que contou com uma forte participação dos escravos mouros*<sup>203</sup>.

Nos concelhos a sul do Tejo, apresentam-se os mouros como mercadoria de compra e venda no mercado concelhio. Tratava-se centros municipais com grandes alfozes envolventes, sendo indispensável garantir o abastecimento de mão-de-obra barata<sup>204</sup>. Para os mouros livres sabe-se que existiu uma comuna de mouros no concelho de Avis e outra no concelho de Setúbal<sup>205</sup>, mas os respetivos forais são omissos sobre a sua organização.

Por fim, resta-nos aludir aos pescadores, que são referidos nos forais de Setúbal, Mértola e Ericeira, localidades com porto de mar. Em Ericeira os jovens e os homens que eram noviços no mar estavam isentos do pagamento de impostos durante quatro anos, pagando o seu foro a partir daí<sup>206</sup>. Em Mértola, os pescadores tinham que pagar a dízima de acordo com o que combinasse com o comendador e estavam isentos da venda do pescado de acordo com as leis de almotaçaria<sup>207</sup>. Os pescadores de Setúbal tinham que pagar a décima parte à Ordem de Santiago de tudo o que pescassem e o resto era de acordo com foro de Lisboa<sup>208</sup>.

Em síntese, nestas linhas sobre as categorias sociais, observamos que juridicamente os moradores dos concelhos detiveram algumas regalias nos seus estatutos, principalmente os cavaleiros, e também os peões que legalmente podiam ascender na hierarquia social. Esta situação clarifica-se atendendo ao seu papel essencial e ao seu contributo, tanto para a defesa, como para os ataques às possessões muçulmanas, onde provavelmente ingressavam nas hostes e contingentes das Ordens Militares. Era necessário atrair gentes de todos extratos sociais porque uns dependiam

---

<sup>203</sup> GOMES, Saul António – *Os grupos Étnico-Religiosos e os Estrangeiros*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p. 324.

<sup>204</sup> No foral de Évora e todos o que o seguem: *De mauro quem vendiderit in mercato I solidum. De mauro qui si redimeret deciman. De mauro qui taliat cum suo domino deciman*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>205</sup> GOMES, Saul António – *Os grupos Étnico-Religiosos e os Estrangeiros*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p. 332.

<sup>206</sup> No foral de Ericeira: *De pueris vel hominibus insipientibus qui monstauerint ad mare, usque ad IIII annos non faciant forum*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 620.

<sup>207</sup> No foral de Mértola, lê-se: *Todo o pescador dee a dízima de foro. Della ponte a suso quem ahy quiser pescar avenhasse com o comendador do lugar. (...) e o pescador nom venda por almotaçaria*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 647.

<sup>208</sup> No foral de Setúbal: *Et nos debemus habere de foro decimas de omnibus illis que venerit per mare (...) debent facere forum lixbona*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 634.

de outros, e, em termos fiscais, como veremos a seguir, os moradores estavam isentos de determinados impostos. Desta maneira, foi possível atrair moradores para os concelhos fronteiriços das Ordens Militares e foi possível explorar e dinamizar esses territórios.

Socialmente o modelo condal coimbrão e o modelo régio de Évora, apresentam-se com propósitos muito idênticos, na medida em que ambos se adaptavam à sociedade militarizada de fronteira, mas em tempos diferentes. Os dois modelos reportavam-se a um contexto de guerra próxima, em que esta surgia não apenas como uma ameaça, mas como uma atividade presente, tendo em linha de conta a ameaça islâmica. Os forais posteriores, embora continuassem a invocar critérios militares para justificar a superioridade de determinados grupos e a cedência específica de privilégios, faziam-no num contexto em que a guerra com os muçulmanos se encontrava já afastada dos campos limítrofes de vários concelhos (sobretudo os forais de modelo eborense) que foram agraciados com carta de foral. Assim, não apenas era legitimada a superioridade militar dos cavaleiros vilãos, mas também um conjunto de privilégios que os reconhecia como o grupo dominante na conjuntura social dos concelhos das Ordens Militares, primeiro, de uma forma embrionária, no modelo condal de Coimbra e, depois, no modelo eborense, de uma forma um pouco mais delineada. O que servia melhor os interesses da cavalaria, não só municipal como também, das Ordens Militares.

### 3.2 – A exploração económica, transação de mercadorias e a fiscalidade nos forais das Ordens Militares.

O meio natural teve na sociedade medieval efeitos bem relevantes na construção e subsistência económica de cidades e vilas nas regiões de norte a sul de Portugal. As relações do povoamento com a riqueza dos solos, com a facilidade na obtenção de água, com as direções da rede viária, ou com as passagens naturais foram fatores que influenciaram a diversidade económica que podemos atestar nas diferentes regiões. As tipologias foraleiras são exemplificativas dessa diversidade<sup>209</sup>. A evolução das paisagens agrárias, a distribuição do poder, as formas de exploração da terra, os mecanismos de criação de rendas e as transferências das mesmas para outros setores da economia regional ou extra-regional foram características que marcaram tradições e costumes económicos<sup>210</sup> que ainda hoje se fazem sentir, sobretudo, nas regiões onde o regime de propriedade das Ordens Militares vigorou até ao século XIX.

Conforme as regiões, o aproveitamento da natureza e a repartição das terras, permitiram as produções locais de cereais, vinho, azeite, linho, leguminosas e árvores de fruto. A criação de gado, a caça e a transumância foram também meios de subsistência, principalmente das populações do interior, assim como, os recursos marítimos e fluviais, como a pesca e a salicultura constituíram o suporte maioritariamente das populações do litoral<sup>211</sup>.

A viticultura era uma atividade agrícola bem fomentada, sendo o vinho referido em quase todos os forais por nós analisados, com as únicas exceções ao foral de Redinha e à carta de povoamento de Ferreira do Zêzere. Em Tomar e Pombal, de todo o vinho produzido nos lagares, os produtores tinham que pagar à Ordem do Templo um almude (medida de 25 litros) por cada colheita até 5 moios; se esta fosse superior, tinham de dar um quarto da produção. Do vinho que fosse vendido, a oitava parte revertia a favor da Ordem do Templo nas localidades de Tomar, Pombal e Ega<sup>212</sup>. Nos forais do modelo de Évora, o vinho também fazia parte da produção e consumo das

---

<sup>209</sup> GARCIA, João Carlos – *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do INIC, 1986, pp. 2-10.

<sup>210</sup> GARCIA DE CORTAZAR, José Angel – *História Rural Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

<sup>211</sup> MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Os proventos da terra e do mar*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 400-464.

<sup>212</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *de vino (...) dent octavam parte (...) In lagaradiga de vino de quinque quinales inferius dent almude et si super fuerit dent quartam*. No foral de Ega, lê-se: *detis nobis octavam de pane et lino et de leguminibus, et de vino similiter*. Cf. P.M.H. – I, pp. 389, 398, 621.



populações e era transacionado, sendo cobrado aos homens de fora 3 mealhas para entrarem com o vinho nos concelhos das Ordens Militares<sup>213</sup>. A grande abundância de vinho e os fracos processos de produção de então, que originavam uma rápida degradação do mesmo, levaram os senhores a criar uma medida protecionista para o vinho da sua produção – o relego. Um determinado período do ano era reservado à venda do vinho senhorial, altura em que os particulares estavam proibidos de colocar vinho no mercado, sob pena de multas e castigos. A Ordem do Templo, nos forais de Tomar, Pombal, Castelo do Zêzere e Ega, proíbe que os moradores de vender vinho no período do relego, sob pena de pagarem multa de sessenta soldos. Em Ega, por exemplo, o relego durava três meses<sup>214</sup>. Em Ericeira, o Mestre de Avis não poderia exercer o direito de relego, por razões que nos escapam<sup>215</sup>.

Em lugares específicos, produzia-se também azeite. No século XIII, a produção de azeite no reino confinava-se principalmente às regiões do centro e do sul, onde o clima mediterrânico tinha uma maior influência. Era utilizado como tempero culinário e como combustível na iluminação das igrejas. As populações do norte tinham mais dificuldade em ter acesso a este produto e, assim, utilizavam a gordura animal, usualmente a banha de porco<sup>216</sup>. A localidade transmontana de Freixiel é um caso modelar, pois é a única que refere a manteiga, feita a partir da banha de porco<sup>217</sup>. O azeite é apenas referido como mercadoria nos forais a sul do Tejo, o qual era cobrado aos homens de fora pelo seu transporte a quantia de cinco soldos<sup>218</sup>.

A produção de cereais era uma das culturas mais generalizadas no Portugal medieval. O termo *pão* era generalizado na documentação para designar todo o cereal panificável. De facto, o pão podia ser de trigo, milho, centeio, cevada ou mistura de farinhas, sendo o trigo apenas consumido nos grandes centros populacionais e pelas

---

<sup>213</sup> Nos forais do modelo de Évora: *De carrega de vino III mealias*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>214</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Et qui venderit vinum in relego Lx soldos pectet*. No foral de Ega, lê-se: *Siquis vendiderit vinum in relego, V solidos pectet (...) et per tres menses relegum tencatur*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 399, 402, 404, 622.

<sup>215</sup> No foral de Ericeira: *nec habeant relegum*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 621.

<sup>216</sup> CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Notas sobre a produção de azeite em finais da Idade Média. Instalações, engenhos, alfaías e operações produtivas*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003, pp. 881-889.

<sup>217</sup> No foral de Freixiel: *e quando vyeer o prioll aa vylla darlhy colheita dano (...) e manteiga com que hos adube*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 544.

<sup>218</sup> Nos forais do modelo de Évora: *De carrega de azeite V solidos*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

classes mais abastadas<sup>219</sup>. Em Freixiel, os moradores tinham que pagar ao Prior do Hospital, sempre que este fosse à vila, trinta pães, sendo metade de trigo e metade de centeio e dois quartos de cevada<sup>220</sup>. Nos forais do modelo de Évora, o pão era tributado aos homens de fora no valor de três mealhas pelo seu transporte<sup>221</sup>. Em Tomar e Pombal, o pão não é referido, mas sabe-se que era produzido, e, consequentemente, consumido, sendo que os moradores tinham de pagar aos templários um quarto de toda a produção obtida através da moagem nos seus moinhos<sup>222</sup>. Em Ega e Redinha, os moradores, da produção de cereais, tinham de pagar dois alqueires tanto pela produção de trigo ou outros cereais aos templários<sup>223</sup>.

Entre as várias culturas praticadas nas terras das Ordens Militares, o linho ocupava também um lugar de relevo, como os cereais e a vinha. O linho era uma fibra vegetal com que se fabricavam os panos para o vestuário, cama e cozinha. Encontrava em algumas terras do Norte e do Centro de Portugal condições agroclimáticas bastante propícias à sua exploração. Em Tomar, Pombal e Ega de toda a venda de linho, a oitava parte revertia a favor da Ordem do Templo<sup>224</sup>. Nos forais do modelo eborense, o linho ou panos de lã transacionados eram tributados a um soldo aos homens de fora e os panos de cor a cinco soldos<sup>225</sup>.

Integrando os legumes e frutas, juntamente com os cereais e o vinho, encontraríamos a base de alimentação do homem medieval e poucas seriam as explorações agrícolas que não dispusessem, nas imediações das respectivas habitações, de uma pequena horta para o cultivo de legumes frescos e o consequente consumo da família campesina, assim, como também de árvores de fruto. Em Ega, das leguminosas cultivadas, a Ordem do Templo recebia a oitava parte e, em Ericeira, as hortas estavam isentas de foro, assim como os alhos e cebola. As frutas também estavam isentas de foro

---

<sup>219</sup> MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Os proventos da terra e do mar*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 404-410.

<sup>220</sup> No foral de Freixiel: *e quando vyeer o prioll aa vylla darlhy (...) trinta paaes meyo trigos e meo de centeeo e dous quarteyros de cevada*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 544.

<sup>221</sup> Nos forais do modelo de Évora: *De carrega de pam III mealhas*. Cf. *P.M.H.* – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>222</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *In illas acenias non detis plusquam quartam decimam partem sine ofrecione*. Cf. *P.M.H.* – I, pp. 389, 398.

<sup>223</sup> No foral de Ega: *Pro eiradiga: si triticum laboraveritis, detis inde nobis II alqueires, et de secunda similiter*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 622. No foral de Redinha: *Et areaticam unam telecam de tritici. Et in servicio unam fugazam de doubus alqueires tritici*. Cf. *P.M.H.* – I, p. 386.

<sup>224</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Ega: *et lino dent octavam partem*. Cf. *P.M.H.* – I, pp. 389, 398, 621.

<sup>225</sup> Nos forais do modelo de Évora, lê-se: *De portagem foro (...) de panos de lana vel lino I solidum. (...) De trosel de panos de color V solidos*. Cf. *P.M.H.* – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

em Ericeira, enquanto em Ega os homens de fora pagavam de portagem quatro dinheiros<sup>226</sup>.

Os produtos agrícolas que eram cultivados depois tinham de ser transformados para o seu consumo. Os meios de transformação disponíveis para os moradores, para além dos já referidos lagares de vinho e azeite, eram, sobretudo, moinhos para moer os cereais, fornos para cozer o pão, e, para outras matérias-primas, as tendas dos artífices (ferreiros, ourives, sapateiros ou alfaiates), onde eram praticadas actividades de algum modo transformadoras. Em todos os concelhos das Ordens Militares sujeitos ao modelo jurídico de Évora, as tendas, moinhos e fornos dos moradores destes concelhos estavam isentos de qualquer imposto, o que constituiu um estímulo económico e aumentou a produção de vários produtos nas terras senhoriais das Ordens Militares<sup>227</sup>. Enquanto em Tomar e Pombal, de toda a produção nas azenhas (moinhos), os moleiros tinham que dar um quarto da produção ao seu senhor<sup>228</sup>.

Em complemento à agricultura, uma atividade que ocupava o homem medieval e que permitia também o seu sustento era a criação e venda de gado. A existência de várias espécies de animais, desde as aves até aos animais de médio e grande porte, aparece documentada nos forais em análise. A criação de gado e a transumância têm um valor importante, já que se afiguram como típicas atividades de uma economia de guerra. Para além de existirem em todos os pontos do reino, eram fundamentais no desenvolvimento económico e meio de subsistência nas terras de fronteira, ocupadas tanto com cristãos ou muçulmanos. Os recursos e rendas proporcionados pela economia pastoril e explorações ganadeiras foram um fator decisivo na transformação das sociedades gentílicas e protagonizaram o repovoamento primitivo de serras e vales nos domínios das Ordens Militares<sup>229</sup>. Especialmente na beira interior e terras a sul do Tejo, onde se tratavam de zonas pouco povoadas com amplas paisagens com abundância de pastos, e nas encostas das serras das beiras e nas planícies alentejanas, as quais foram zonas propícias ao seu desenvolvimento. O Alentejo, com vastos espaços abertos, e à

---

<sup>226</sup> No foral de Ega: *detis nobis octavam de (...) et de leguminibus. De carrega de (...) et de frutas, IIII denarios*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 621-622. No foral de Ericeira, lê-se: *De ortis, nec de aleis, nec de zebulas, nec de arboribus non dent fórum*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 620.

<sup>227</sup> Nos forais que seguem o modelo de Évora: *Tendas et molinos et fornos de homines de* (nome do concelho) *sint liberi de foro*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>228</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *In illas acenias non detis plusquam quartam decimam partem sine ofrecione*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>229</sup> RUIZ GOMEZ, Francisco – *La economía ganadera y los dominios de las órdenes militares en la Mancha en siglo XII*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003, pp.415-424.

*semelhança do que aconteceu em Castela onde o fenómeno assume um papel de grande dimensão, a criação extensiva de gado no sul, e em especial, pelas Ordens Militares desenvolveu-se, herdada diretamente da vivência árabe*<sup>230</sup>.

Posto isto, ao analisar os forais das Ordens Militares, a pecuária surge como uma atividade de relevo. Nos forais confinados ao modelo de Évora, os moradores não podiam apascentar o seu gado fora dos termos dos concelhos e pelo montadigo de ovelhas tinham de pagar à respetiva Ordem quatro carneiros e, pelo pasto de vacas, tinham de dar uma vaca<sup>231</sup>. A atividade era protegida, juridicamente, pelo facto de quem roubasse ou penhorasse gado doméstico tinha que pagar sessenta soldos à Ordem e restabelecer o dobro ao lesado<sup>232</sup>. Como vimos no ponto anterior, os forais do modelo de Évora previam que para os peões poderem ascender à categoria de cavaleiro tinham que ter vários bens entre eles, quarenta ovelha e um par de bois, o que sublinha a importância desta atividade como alavanca social num contexto de uma sociedade de guerra.

Um dado curioso nos forais outorgados na Beira Baixa, ou seja, no sul das encostas da serra da Estrela, decorre do facto de os quatro forais conhecidos para essa zona se filiarem em modelos distintos. Em concreto, os forais de Castelo Branco e Proença-a-Nova que seguem o modelo de Évora em detrimento do modelo de Salamanca-Numão (típico desta região). Um pouco mais a norte, Proença-a-Velha engloba os dois modelos, ou seja, Évora e Numão. Por sua vez, e um pouco mais a norte de Proença-a-Velha, o caso do foral da Vila de Touro segue somente os foros da Guarda (modelo de Salamanca-Numão). Uma hipótese para explicar este fenómeno pode ser justamente atribuí-lo ao fenómeno ganadeiro e transumante. Posto isto, vejamos o seguinte texto:

*A falta de pastos no Sul do País levava os pastores de gado transumante a demandarem com os seus rebanhos às regiões mais setentrionais do território, nomeadamente a serra da Estrela, por alturas de Abril, onde permaneciam até Novembro. Daí passavam em Alfaiates, vale do Douro e por último ao Alentejo, agora em busca de pastos no Inverno. Em Abril seguinte, os rebanhos*

---

<sup>230</sup> GARCIA, João Carlos – *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do INIC, 1986, pp. 59-60.

<sup>231</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Ganado de* (nome do concelho) *non sit montado in nulla terra (...) et omnes qui quisierint pausar cum suo ganado in terminus de* (nome do concelho) *prendant de illis montadigo de grege das oves IIII carneiros. De busto de vacas I vaca. Isto montadico est de concilio*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>232</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Quicumque ganatum domesticum pignoret vel rapere fecerit pectet Lx solidos ad palatium et duplet danatum a suo domino*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

*encaminhavam-se de novo para o Norte montanhoso, repetindo-se anualmente estas deslocações sem grandes alterações de datas e de percursos*<sup>233</sup>.

A partir deste excerto, verificamos a influência económica desta atividade, desde o Alentejo até ao Douro interior, percorrendo, *grosso modo*, a fronteira do reino Português, influenciando inclusive o modelo jurídico a atribuir pelas Ordens Militares. Neste sentido, Castelo Branco, Proença-a-Nova e Proença-Velha parecem ser casos paradigmáticos, estando estas localidades deslocadas do espaço Alentejano.

Para além do reconhecimento da importância destas actividades, há dados nos forais que serviram de base a esta dissertação que nos permitem conhecer um pouco as espécies animais que se criavam e transacionavam. A portagem é a este nível muito importante, porque tributa mercadorias em trânsito e está intimamente relacionadas com as actividades comerciais<sup>234</sup>. Neste sentido, chamamos a atenção para o mapa 6 em que cartografamos a posição relativa dos concelhos das Ordens Militares face às principais vias de comunicação que atravessavam o Portugal Medieval. Através das listas relativas à portagem de mercadorias que constam dos forais que seguem o modelo de Évora, podemos elencar os animais que se criavam e entre eles encontramos: cavalos, bois, vacas, asnos, mulas, porcos, carneiros e ovelhas<sup>235</sup>. Para além do gado doméstico, os animais selvagens também eram explorados pelas populações.

A caça, para além ser uma atividade lúdica, praticada pela fidalguia como forma de diversão e treino militar, era uma atividade económica, praticada pelas camadas mais modestas da sociedade, com objetivo de obter carne, peles e couros. Em Redinha quem caçasse animais selvagens de grande porte tinha que dar à Ordem do Templo um lombo costal de cada animal. Aqueles que passassem uma noite ou mais no monte tinham de dar um coelho com a pele<sup>236</sup>. Nos forais do modelo de Évora, embora a caça não esteja diretamente explanada, entende-se, pelo rol de produtos envolvidos na portagem a cobrar aos homens de fora pelos couros, que a caça era fazia parte da subsistência. Com efeito, eram tributados os couros de cervo ou de gamo (espécies de veado) em três

---

<sup>233</sup> MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Os proventos da terra e do mar*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, p.436.

<sup>234</sup> GONÇALVES, Iria – *Portagem*, in *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990.

<sup>235</sup> Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720. Mapa 6 da página 74.

<sup>236</sup> No foral de Redinha: *Montarius qui in monte unam noctem vel plus manserit det unum conelium cum sua pelle, sin autem nichil det. Et de omni nenatu lumbum costale det*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 386.

mealhas, pela carga de coelhos davam-se cinco soldos aos cristãos e um morabitino aos mouros<sup>237</sup>.

Os trabalhos rústicos medievais não se confinavam à agricultura e à criação de gado. As atividades recolectoras tinham uma quota-parte na subsistência do homem medieval. Entre elas encontravam-se as recolhas de madeira, junco, mel e cera, como os forais nos indicam. A madeira era uma matéria-prima fundamental, que, direta ou indiretamente, influenciava quase toda a tecnologia e bem-estar do homem medieval. Desde a construção de habitações, moinhos, castelos e outros edifícios, a mobiliário, embarcações, ou até como combustível para aquecimento nos invernos e para a confecção de alimentos, a madeira integrava o quotidiano desses homens.

Em Tomar e Pombal, a oitava parte da venda de madeira revertia a favor da Ordem do Templo e, em Ega, da carga de madeira pagavam os homens de fora um dinheiro a título de portagem. Para os forais do modelo de Évora, a recolha de madeira não aparece como mercadoria, mas era uma prática vulgar, pelo facto de constatar que os moradores do concelho que encontrassem homens de fora a cortar ou a levar madeira dos montes dos termos do seu concelho, podiam apreender toda a madeira que conseguissem sem qualquer recriminação<sup>238</sup>.

Nos montes e bosques juntamente com a caça e a recolha de madeira, a recolha de mel e cera também figurava uma atividade útil. Do mel produzia-se a cera para fazer candeias, que podiam ser utilizadas como fonte de iluminação e ocupavam um lugar notável nos ritos religiosos. Por sua vez, o mel fazia parte da dieta alimentar do homem medieval, servindo como adoçante nas mesas dos mais abastados. Em Redinha, os apicultores, de toda a recolha de mel tinham de dar meia libra de cera à Ordem do Templo<sup>239</sup>. Aos homens de fora dos concelhos, de acordo com o modelo de Évora, pela carga de cera pagavam cinco soldos à respetiva Ordem<sup>240</sup>. Por fim, em complemento aos rendimentos da terra e dos animais, temos que ter em consideração as atividades marítimas e fluviais.

---

<sup>237</sup> Nos forais do modelo de Évora: *De carrega de christianos de conelius V solidos (...) De corio de cervo et de gamo III mealias*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>238</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et toto homine de (nome do concelho) qui inuenerint homines de allis civitatibus in suis terminis talando aut levando madeira de montes prestand totum inuenerint sine calumpnia*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>239</sup> No foral de Redinha: *Mellitor mediam libram cere tribuat*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 386.

<sup>240</sup> Nos forais do modelo de Évora: *De carrega de cera V solidos*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

As riquezas marítimas e fluviais conduziram ao desenvolvimento de um Portugal marítimo que exerceu, desde a tomada dos territórios costeiros aos muçulmanos, uma forte atração nas populações. Desde a pesca em rios e ribeiros, pesca em mar alto até à salicultura, foi-se construindo, assim, uma vocação marítima, em que estes aspetos foram motores influentes na economia do reino de Portugal e que, mais tarde, a época dos descobrimentos manifestou claramente. Deste modo, cedo as Ordens Militares entenderam a importância de dinamizaram centros costeiros/fluviais, os quais se traduzem nas outorgas das cartas de foral a Ericeira, Mértola e Setúbal.

Em Setúbal, de todas as mercadorias que chegassem por mar, tinham de pagar a décima parte à Ordem de Santiago. Os pescadores ambulantes, e que pescassem nos estreitos do mar, de todo o peixe que recolhessem, mesmo do que já estivesse morto, tinham que pagar um imposto à Ordem, de acordo com o foro de Lisboa<sup>241</sup>.

Em Mértola, sede conventual temporária da Ordem de Santiago, em *terra* seguia-se o foro de Évora e no *mar* observava-se o de Lisboa. Pela lista de mercadorias a cobrar evidenciava ser um porto fluvial com bastante relevância económica. Da foz do Guadiana até Mértola, chegavam madeira em bruto/trabalhada, pão, vinho, carvão, alhos, cebolas, junco, cortiças e louças. De todos estes produtos os moradores do concelho tinham que pagar imposto à Ordem, embora, no caso de se destinarem a consumo próprio, estarem isentos de qualquer imposto. De cada dois alqueires do pão que fosse vendido, tinham de dar metade à Ordem; do vinho vendido davam um almude; da madeira a décima parte, assim como também, do carvão, alhos, cebolas, junco, cortiças, louças e peixe<sup>242</sup>.

Os pescadores que quisessem pescar no rio pagavam ao comendador do lugar aquilo que fosse combinado. Os pescadores de Mértola que levassem à vila peixe para vender, só podiam vendê-lo ao concelho até às nove da manhã, dado tratar-se de um produto fresco de difícil conservação; depois dessa hora, podiam vendê-lo livremente e

---

<sup>241</sup> No foral de Setubal: *Preterea de piscatoribus qui piscaverint cum rethibus de pede, scilicet, de illis quiu ambulant piscando per gargantas in mare, et piscibus de scaannis qui inueniuntur mortui, debent facere forum de vlixbona*. Cf. P.M.H. – I, p. 634.

<sup>242</sup> No foral de Mértola: *todo o vizinho de mertola oou de for a parte da toda aquella cousa que aduser pella foz a daar dizima senom a que quiser aduzir o vizinho da villa pera sa casa e nom pera vender nom daar ende a dizima (...) madeira pera vender pello rio dee a dizima e se a quiser pera saa casa e nom pera vender não faca foro (...) Do carvam e de alhos e de cebolas e de junco e de cortiças que venha pello rio se o vender dara dizima e se o aduser pera saa casa nom faca foro nenhum (...) pam (...) de dous alqueires dee medio (...) vinho (...) uno almude*. Cf. P.M.H. – I, p. 647.

estavam isentos das leis de almotaçaria<sup>243</sup>. As regateiras tinham que vender por almotaçaria e as regateiras de fora do concelho, caso comprassem peixe, até às nove da manhã, tinham que pagar cinco soldos ao concelho<sup>244</sup>. Ou seja, verifica-se uma proteção aos moradores do concelho, garantindo-lhes a compra do peixe fresco.

Em Ericeira, de toda a pesca, os pescadores pagavam a vigésima parte à Ordem de Avis, embora os jovens e os noviços no mar estivessem isentos de imposto durante quatro anos. Aí pescavam congros, baleias, toninhas e golfinhos. Os pescadores da vila que fossem pescar fora das águas de Ericeira, quando voltassem com o pescado, pagavam dois soldos à Ordem. Os utensílios para pesca como bicheiros, udras e redes estavam isentos de qualquer foro<sup>245</sup>.

Para além da atividade piscícola, o sal também era explorado, sobretudo, nos domínios da Ordem de Santiago no estuário do rio Sado. A extração e o comércio do sal neste período era uma importante actividade, porque era usado na conservação da carne, do queijo, manteiga, azeitona e era utilizado como tempero culinário. Como é sabido, a conservação do peixe podia ser feita através da secagem, defumação e da salga<sup>246</sup>. A salga, sendo um dos principais métodos de conserva, impulsionava a exploração do sal no litoral e o seu transporte para as regiões do interior. Apesar de quase todos os forais por nós analisados serem omissos, em Proença-a-Velha, através da cobrança da portagem por parte da Ordem do Templo, sabemos que à localidade chegavam sardinhas, congros, sal e pescado em geral<sup>247</sup>. Nos restantes forais do modelo de Évora, o peixe também era transacionado e consumido, apesar de serem omissos relativamente à transação do sal<sup>248</sup>.

Em suma, à medida que coligimos os dados relativos à matéria em apreço, ficamos com a ideia de que as Ordens Militares obtinham enormes lucros com a

---

<sup>243</sup> No foral de Mértola: *quem ahy quiser pescar avenhasse com o comendador do luguar (...) E de todo o pescador que matar pescado e o aduser aa villa vender ataa ora de terça ao concelho e de suso de terça vender a quem quiser e o pescador nao venda por almotaçaria*. Cf. P.M.H. – I, p. 647.

<sup>244</sup> No foral de Mértola: *e ragateira do pescado venda por almotaçaria e a que for de for a parte e que o comprar ante da terça peite cinco soldos ao concelho*. Cf. P.M.H. – I, p. 647.

<sup>245</sup> No foral de Ericeira: *in primo ut piscatores dent vicesimam de piscato quem mataverint trans undam maris. De pueris vel hominibus insipientibus qui monstauerit ad mare, ueque ad IIII annos non faciant forum (...) Vicini de villa piscatores qui fuerint piscare ad aliam partem quando redierint cum piscato ad suum portum, dent II solidos. (...) De balena dent vigésima (...) De tonis vel de dolfinos capiant sine impedimento: de bigueiro, et de udra, et de rete de costana maris non dent forum.* . Cf. P.M.H. – I, p. 620.

<sup>246</sup> RAU, Virgínia – *Estudos sobre a exploração do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

<sup>247</sup> No foral de Proença-a-Velha: *De omnes que leurent peissotas vel corios in alio regno da carrega V solidos (...) De sardinas, III solidos, et de sal, I solidum. De carrega de asino de peissotas vel congros, II solidos et medio*. Cf. P.M.H. – I, p. 579.

<sup>248</sup> Nos forais do modelo de Évora: *De carrega de piscato V solidos*. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.



cobrança de impostos nos seus concelhos. Economicamente, a atribuição de cartas de foral pelas Ordens Militares parece ter um duplo sentido. Por um lado, os moradores estavam isentos de alguns impostos e eram protegidos relativamente aos homens que habitavam fora dos concelhos, permitindo até uma ascensão social, o que os devia atrair para essas localidades. Por outro, ao atrair mais súbditos para os seus concelhos e com a tributação de mercadorias e a aplicação de outros impostos sobre as produções, foi possível às Ordens Militares recolher imensas rendas para fazer a guerra e consolidarem-se como verdadeiros potentados económicos.

O facto de muitas das cláusulas jurídicas serem literalmente copiadas dos modelos régios justifica que se coloque a hipótese de as Ordens Militares terem a intenção de, a este nível, afirmarem o seu poder. Ou seja, através de pequenas nuances, claramente intencionais, que encontramos na documentação, as Ordens colocavam-se na posição do rei no que toca à recolha das rendas nos concelhos. Nos documentos analisados, no sujeito do destinatário das rendas era substituído o *rei* pela *Ordem Militar* em questão, sobretudo, nos forais que seguiam o modelo jurídico de Évora. Uma cláusula paradigmática do foral de Mértola corrobora esta ideia: *De toda a mercadoria que aduserem navios ou outras barcas pelo maar ou pelo rio daram a nos o direito como o dam a el rey em Lisboa*<sup>249</sup>. Assim, a constituição de concelhos nos domínios senhoriais das Ordens Militares afigurou-se, do ponto de vista económico, uma estratégia bem lucrativa que muito deveria contribuir para a execução das campanhas militares.

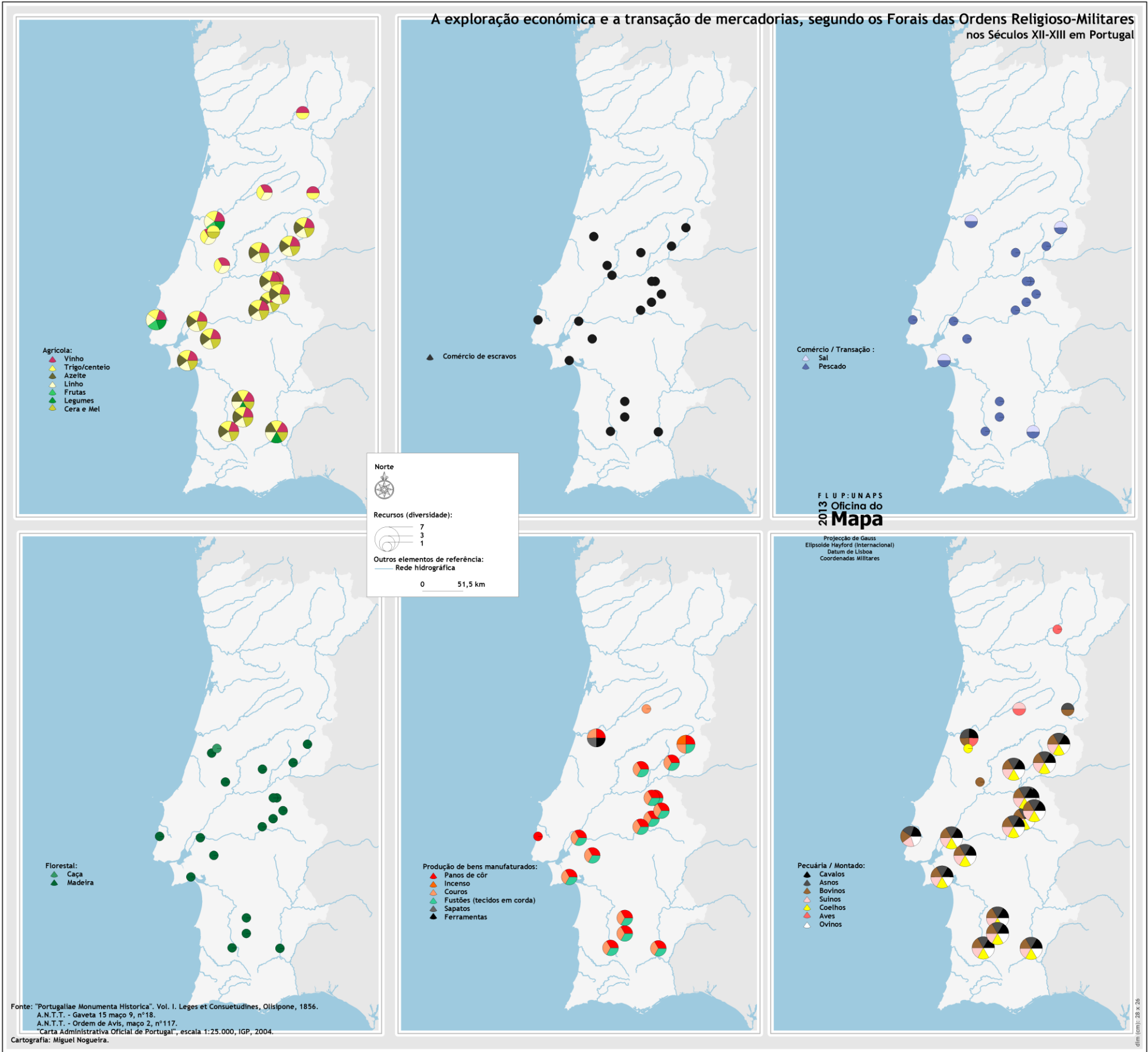
---

<sup>249</sup> Cf. *P.M.H. – I*, p. 647.

## MAPA – 6



MAPA – 7



### 3.3 – O recrutamento das Ordens Militares e a mobilização das milícias concelhias.

Não obstante a complexidade do assunto em epígrafe, que exigia por si só um outro estudo mais focalizado na sua análise e interpretação, reunimos neste ponto algumas observações que resultam de sugestões bibliográficas e de certas informações que recolhemos através da análise dos forais das Ordens Militares.

Como vimos no ponto anterior, as Ordens Militares amealhavam vários impostos junto dos seus municípios e assim conseguiam acumular recursos materiais para a guerra de fronteira e para a manutenção de castelos e fortalezas, que deviam ter custos avultados, para além de proverem aos abastecimentos e manutenção das guarnições. Os mestres e os comendadores das Ordens ficavam com a responsabilidade de construir e reparar fortalezas, dada a sua assumida função de combate, subsidiadas pelas receitas das comendas e concelhos<sup>250</sup>. Se o povoamento e a defesa das fronteiras constituíam objetivos da ação das Ordens Militares nos seus territórios, a preocupação defensiva era também do interesse das comunidades municipais, estando subjacente a obrigação de defenderem sua própria área geográfica<sup>251</sup>.

O serviço militar defensivo era designado de *apelido*, sendo lançado sempre que se verificava invasão do território por forças inimigas, no qual tinham que comparecer cavaleiros e peões para a defesa<sup>252</sup>. Os forais do modelo coimbrão são omissos quanto a este serviço militar, assim como também os de Freixiel, Vila de Touro, Ericeira. Todavia, nos forais do modelo de Évora, mais ajustados à atividade militar, tanto cavaleiros como peões tinham que contribuir para a defesa dos seus concelhos. No caso de faltarem estavam sujeitos ao pagamento de multas. Neste sentido, os peões pagavam cinco soldos enquanto os cavaleiros eram honorados com dez soldos, revertendo estas multas a favor dos concelhos<sup>253</sup>.

Contudo, a actividade guerreira em torno dos aspetos em que nos situamos não se esgotava na defesa. Era, pois, necessário preparar ataques às posições muçulmanas para que estas recuassem no terreno, afastando assim o perigo que poderiam causar, e retirar

---

<sup>250</sup> AYALA Martinez, Carlos de – *Las fortalezas castellano-leonesas de las Órdenes Militares. Problemas de control político y financiación (siglos XII-XIV)*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): atas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri, 2002, p.549-569.

<sup>251</sup> MARQUES, José – *Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, Vol. 8. Porto, 1988, pp. 9-34.

<sup>252</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, (séc. XI-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 80-85.

<sup>253</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui non fuerit ad apelido cavaleiros et pedones exceptis his qui sunt in servicio alieno miles pectet X solidos pedon V solidos ad vicinos*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

proveito dos saques. A partir das fortificações eram preparadas as expedições que podiam consubstanciar-se sob a forma de *algaras* ou *fossados*, sendo estes os principais serviços militares ofensivos. As algaras, geralmente, eram correrias de cavaleiros por terras inimigas, com a intenção de destruir e pilhar os campos. Os fossados, ao que tudo indica, eram expedições de maior envergadura e organização, nas quais participavam cavaleiros e parte dos peões<sup>254</sup>. As Ordens Militares parecem ter tido o poder de mobilizar as milícias concelhias, pelo menos nos concelhos em que outorgavam os respetivos forais, tal como o rei nos seus próprios concelhos.

Nos forais de Tomar e Pombal, tal como no de Coimbra de 1111, não está especificado o número de cavaleiros que vão em fossado ou que permanecem na vila, porém, parece que era um serviço recorrente. O Mestre Gualdim Pais acrescenta a estes forais que de toda a cavalgada em que o rei não fosse, os cavaleiros tinham de dar aos Templários a quinta parte dos despojos de guerra<sup>255</sup>. Nos forais do modelo de Évora, os Mestres estipulavam que duas partes dos cavaleiros tinham que ir em fossado e a terça parte permanecia nas vilas para as defenderem. Este serviço tinha que ser cumprido uma vez por ano e a não comparência no mesmo acarretaria uma multa de cinco soldos<sup>256</sup>. O foral de Vila de Touro, inserido no paradigma de Numão, a terça parte dos cavaleiros iam em fossado e as restantes duas partes permaneciam na vila, uma vez por ano, e só podiam fazer fossado com o Mestre do Templo e com a autorização dele. Os cavaleiros que não comparecessem ao fossado tinham de pagar uma multa de cinco soldos<sup>257</sup>. Desta forma, o caso de Vila de Touro parece ser o mais elucidativo sobre a influência do Mestre na mobilização dos cavaleiros.

Assim, como os Mestres podiam mobilizar as milícias concelhias para guerra, também tinham o poder de inibir a sua ação. Os forais de Ericeira (1229) e de Setúbal (1249) foram outorgados a concelhos já afastados das linhas de fronteira, o que pode justificar que os próprios Mestres tenham proibido os cavaleiros de ir ao fossado, tanto

---

<sup>254</sup> BARBOSA, Pedro Gomes – *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp.95-102.

<sup>255</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Et de azaria et de tota cavalgada in qua non fuerit rex nobis quintam partem vobis quatuor partes absque alcaidaria*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>256</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Damus vobis forumet costume de elbora tam presentibus quam futuris et duas partes dos cavaleiros vadant in fossado et tertia pars remaneat in civitates et una vice faciant fossado in anno. Et qui non fuerit a fossado pectet pro foro V solidos pro fossadeira*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>257</sup> No foral de Touro: *Et tertia pars de vestro concilio faciat fossatum, et alie due partes stent in vestra villa. Et de illa tertia que debuerit facere fossatum, ille qui ibi non fuerit, pectet pro fossadeira V solidos in apreciadura. Et non faciatis fossatum nisi cum domino vestro una vice in anno, nisi fuerit per beneplacitum nostum*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 586.

por terra como por mar<sup>258</sup>. A explicação deve-se, talvez, à defesa das próprias vilas costeiras, que por vezes eram assoladas por ataques de pirataria tanto de muçulmanos como de cristãos<sup>259</sup>, o que devia tornar necessárias todas as tropas em caso de ataque e, daí zelar-se por mecanismos que garantissem a sua disponibilidade.

As expedições em fossado ou algara eram tributadas pelas Ordens Militares. Como já dissemos, em Tomar e Pombal, das azarias e pressas do fossado, um quinto revertia para a Ordem do Templo e, nos forais do modelo de Évora, os despojos da guerra frente aos muçulmanos adquiridos em serviços de fossado, algara, guarda ou azaria, um quinto revertia para a respetiva Ordem que tinha concedido o foral. O cavaleiro que perdesse o cavalo em combate ficava isento do serviço militar durante um ano e o primeiro cavalo que conseguisse adquirir em algara ficava isento do imposto da quinta parte<sup>260</sup>. Se, por um lado, as Ordens Militares, que eram os senhores destes concelhos e que a eles concederam os foros, ordenavam aos cavaleiros para irem em fossado e até tinham que ter a sua autorização (para o caso da Vila de Touro), por outro lado, ainda recebiam a quinta parte de todos os despojos de guerra. Ou seja, supomos que estas milícias concelhias estavam para as Ordens Militares como estavam os concelhos régios para o rei. Assim, estas milícias tinham que responder ao chamamento dos seus Mestres, integrando-se, assim, nas hostes das Ordens.

Nas localidades agraciadas com forais do modelo de Évora, segundo Hermínia Vilar, a *sociedade de fronteira que era o grupo dos cavaleiros não era ainda um espaço fechado à mobilidade social e a cristalização social que as décadas seguintes viriam a ditar com o acentuar da tendência para o encerramento dos grupos dominantes e de aristocratização das camadas ligadas ao exercício do poder concelhio, não era ainda uma realidade total*<sup>261</sup>. Dada a permeabilidade social que o foral de tipo Évora permitia, a expansão territorial das Ordens Militares para sul do Tejo e a outorga de forais deste tipo a que muitos dos cavaleiros vilãos municipais ingressassem nas estruturas das próprias Ordens Militares, pelo menos para os casos das de Avis e de Santiago. Luís Oliveira

---

<sup>258</sup> No foral de Ericeira: *Nec vandant in fosado per mare nec per terram*. Cf. P.M.H. – I, p. 621. No foral de Setúbal, lê-se: *non vadante in exercito nec in cavalgada nec per terram nec per mare*. Cf. P.M.H. – I, p. 634.

<sup>259</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: Ed. Presença, 1993, pp.28-35.

<sup>260</sup> Nos forais do modelo de Évora: *et homine qui se nefragaret suo adestrado quam quis habeat alium sedeat excusado usque ad capud anni (...) Et omnes qui fuerint in fossado vel in guardia qui se perdirent in algara vel in lide primus erectis eos sine quinta et posteadetis nobis quintam diretam (...) De azarias et de guardias quintam partem nobis date sine ulla offrecione*. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>261</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A construção de uma identidade urbana no séc. XIII. O caso do Sul de Portugal*, in *Anales de la Universidad de Alicante. História Medieval*, N.º 16, 2009-2010, p. 151.

demonstrou que o carácter aristocrático das Ordens Militares é um fenómeno muito posterior à reconquista, que ocorre em finais do século XIV e principalmente no século XV com a entrega dos mestrados a membros da família real. No século XIV, para além de nobres, existia um considerável número de comendadores e alguns Mestres que eram oriundos das elites urbanas<sup>262</sup>. Vejamos o seguinte excerto do seu texto:

*(...) a fronteira entre a nobreza das ordens e das famílias de origem urbana presentes nas milícias nem sempre seria muito clara, ou muito rígida. Os dados conhecidos não são suficientes para provar a fusão dos dois grupos sociais, mas parecem indicar, pelo menos, que as Ordens Militares eram um espaço importante de osmose social. (...) É possível que as Ordens não vedassem a admissão aos recrutas oriundos de famílias de cavaleiros urbanos, ou mesmo de algum peão mais abastado. É certo que havia algumas restrições - a normativa obrigava-os à posse de cavalo e armas (...)*<sup>263</sup>

De acordo com Luís Oliveira, para além de elementos da nobreza, as Ordens Militares recrutavam cavaleiros das oligarquias urbanas no século XIV e, no entender de Hermínia Vilar, os centros urbanos do sul no século XIII eram espaços abertos à ascensão social. Neste sentido, é possível que exista uma relação entre o recrutamento militar das Ordens Militares e a mobilização das milícias concelhias para a guerra.

Na fase de expansão económica e territorial que marcou o século XIII Português, as Ordens Militares foram agentes de povoamento, através da outorga de cartas de foral, o que, desde logo, criou um vínculo entre estes centros municipais e as Ordens Militares na luta contra os sarracenos, existindo um objetivo comum. O que parece determinar a ligação entre o recrutamento de membros das milícias concelhias para os quadros que as Ordens Militares necessitavam nos novos espaços conquistados (sobretudo nas comendas). Sublinhe-se que também as milícias concelhias estavam sujeitas aos apelos do seu *senhor* para a guerra, estando elas vinculadas por laços de vassalagem, através da carta de foral, às Ordens Militares.

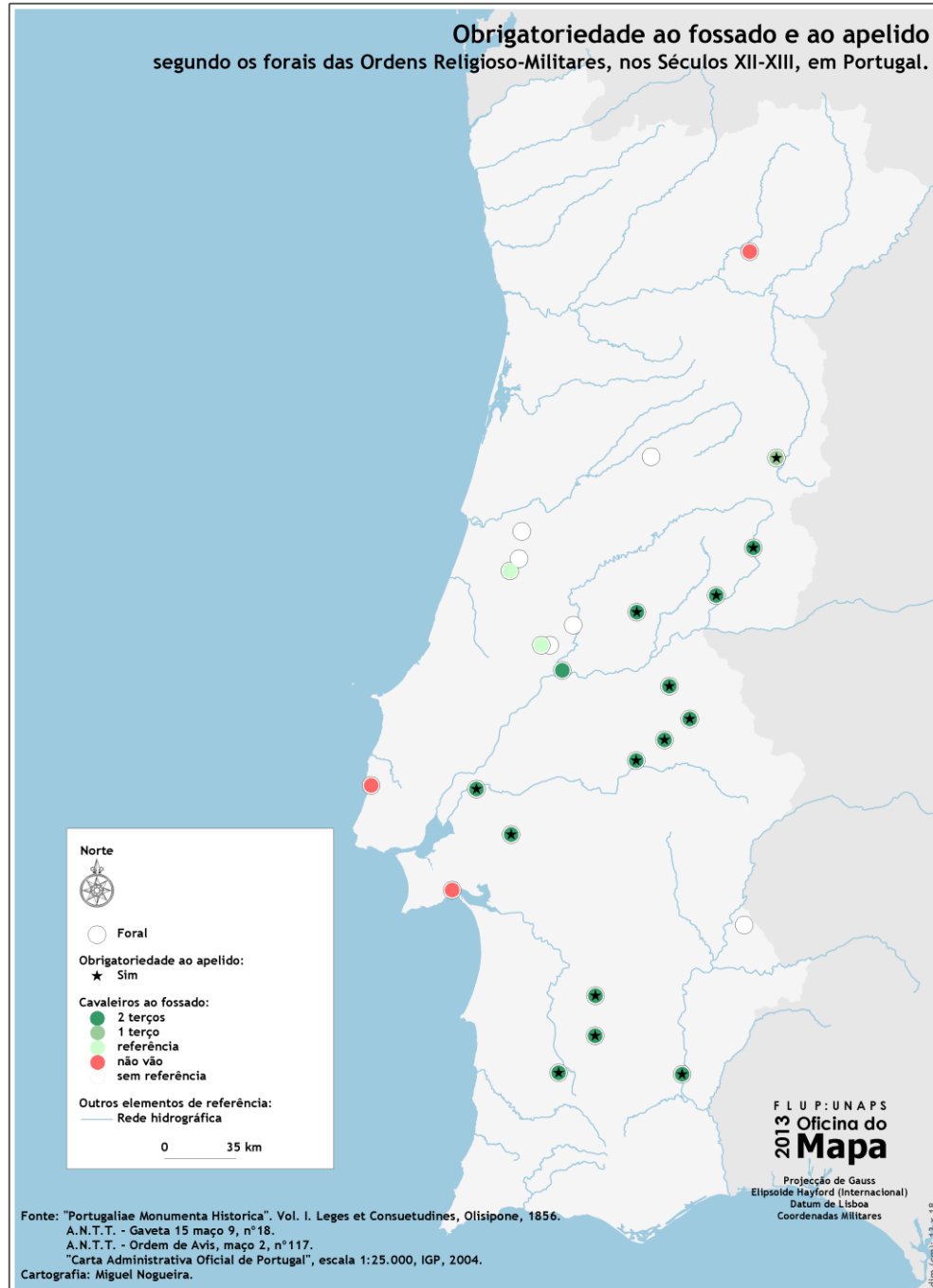
Muitos dos comendadores que eram recrutados nos meios urbanos acabariam por interferir na vida municipal. Em alguns forais verificamos que juridicamente os comendadores tinham algumas funções que eram destinadas às magistraturas municipais. Entre elas, como veremos no capítulo seguinte, podemos contar com a recolha de impostos e o exercício da justiça.

---

<sup>262</sup> OLIVEIRA, Luis Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e Santiago (1330-1349)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, Faro, 2006.

<sup>263</sup> OLIVEIRA, Luis Filipe – *Fidalgos, Cavaleiros e Vilãos: As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1449)*, in *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 11. Porto: Civilização Editora/Cepese, 2009, pp. 145-162.

## MAPA – 8





## **CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO, JUSTIÇA E CRIMINALIDADE NOS FORAIS DAS ORDENS MILITARES**

No capítulo anterior apresentamos a composição dos diferentes grupos sociais, a exploração económica e impostos a pagar às Ordens, e por último, as obrigações militares. Isto leva-nos a questionar quem eram os agentes que articulavam a organização social, económica e militar dos municípios com a matriz senhorial das Ordens Militares. E também quem eram os agentes de enquadramento das populações locais para com estas instituições.

De uma maneira geral, o poder concelhio ocupava uma espécie de um lugar intermédio entre o poder monárquico e o poder senhorial. O crescimento económico e o desenvolvimento urbano dos séculos XII e XIII propiciaram o incremento de governos urbanos através do surgimento de vários ofícios e cargos administrativos de gestão concelhia. Nas oligarquias urbanas, os cavaleiros ocupavam um lugar de destaque e acabariam por ocupar parte desses cargos, sendo, no entanto, necessário ter em consideração que a sociedade municipal era um espaço aberto à permeabilidade social. Contudo, se os municípios eram pautados por um certo grau de autonomia, as cartas de foral estabeleciam um vínculo dos municípios às Ordens Militares, permitindo-lhes reclamar os seus direitos senhoriais nesses mesmos espaços concelhios, o que nos faz matizar o conceito de autonomia urbana tantas vezes evocado na bibliografia.

Tendo em conta estes pressupostos, neste capítulo será analisado o conjunto de oficiais descritos nos forais por nós estudados e as suas áreas de intervenção. Por outras palavras, iremos analisar os oficiais que zelavam pelos privilégios de autonomia dos municípios, bem como os oficiais que fiscalizavam os direitos senhoriais das Ordens Militares. Por fim, numa sociedade estruturada em função da guerra, torna-se importante tentar identificar o tipo de crimes em que esses oficiais intervinham nos espaços concelhios, que sentenças eram aplicadas e para quem revertiam as multas.

#### 4.1 – Cargos administrativos e judiciais e as suas competências consignadas nos forais.

Os poderes dos Mestres, nos séculos XII e XIII, eram em quase tudo semelhantes aos dos senhores feudais, detendo supremacia sobre os seus senhorios territoriais e jurisdicionais que constituíam a propriedade das Ordens Militares. Assim, o poder senhorial das Ordens Militares fez-se sentir nos espaços concelhios, sobretudo naqueles por si instituídos. A autoridade exercida sobre os concelhos incluía regalias económicas e militares, como vimos, e jurisdicionais como veremos agora. Os poderes senhoriais, incluindo o das Ordens Militares, desenvolveram-se, permitindo a formação de verdadeiros *estados senhoriais*, os quais se intrometiam entre o poder monárquico e o sistema concelhio das vilas e cidades<sup>264</sup>.

Durante as primeiras fases da reconquista em que os monarcas não dispunham de grandes recursos humanos e financeiros e em que a guerra estava no centro das suas fundamentais preocupações, o regime senhorial manifestou-se como um sistema eficaz para orientar e controlar as populações, em articulação com os poderes públicos<sup>265</sup>. Assim, as Ordens Militares possuíam senhorios de norte a sul do reino, onde elas próprias detinham os seus funcionários administrativos e judiciais que exerciam as magistraturas por delegação dos Mestres. Um caso paradigmático, estudado por Rosa Marreiros, ocorreu no senhorio da Ordem do Hospital em Amarante<sup>266</sup>.

As funções administrativas e judiciais, dentro dos limites dos domínios, eram da competência dos respetivos senhores ou dos seus representantes e dos oficiais por eles designados ou confirmados. Entre eles encontravam-se: alcaides, alcaides, almotacés, chegadores, juízes, jurados, mepastores, meirinhos, mordomos, ouvidores, porteiros, saíões, tabeliães e vigários. Mas, o número de oficiais dependia da dimensão e relevância do senhorio, sendo que muitos deles não detinham mais do que três oficiais e grande parte possuía apenas um ou dois<sup>267</sup>.

Todavia, o nosso enfoque é um pouco diferente. A nossa análise inicia-se pela constatação dos oficiais municipais e as suas competências, tendo em conta que estavam

---

<sup>264</sup> Cf. FREITAS, Judite de - *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Ed. Alêtheia, 2011, pp. 127-139.

<sup>265</sup> MARREIROS, Maria Rosa – *Senhorios*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 584-602.

<sup>266</sup> Cf. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial*, in *Estudos Medievais*, nº5/6, Porto 1984/1985, pp. 10-38.

<sup>267</sup> MARREIROS, Maria Rosa – *Senhorios*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 589-591.

vinculados às Ordens Militares. Deste modo, urge saber até que ponto os oficiais senhoriais intervinham nas administrações municipais e até que ponto os municípios exerciam a sua autonomia, através da escolha dos seus próprios oficiais como apontam os forais.

Nos primeiros forais de Tomar (1162) e Pombal (1174), decalcados do modelo coimbrão, a Ordem do Templo confere ao moradores a mesma autonomia que Coimbra, permitindo-lhes a escolha do juiz e do alcaide<sup>268</sup>. Porém, a Ordem na atribuição posterior do segundo foral a Tomar, Pombal e ainda a Castelo do Zêzere, que no campo judicial e administrativo completava o primeiro, teve a preocupação de acrescentar o seu mordomo e apresenta um conjunto de normas sobre as suas funções. A este oficial senhorial competia-lhe a averiguação dos factos através da audição das testemunhas. Nos delitos menos graves tomava as decisões adequadas, bem como nos casos que não exigissem julgamento, ou seja, naqueles em que o infrator reconhecia a sua culpa e estivesse disposto a cumprir a pena. Intervinha, também, a pedido dos interessados na recuperação de dívidas, recebendo a décima parte da penhora, e, em caso de usura, receberia o valor combinado<sup>269</sup>. Ao juiz e alcaide escolhido pelo respetivo concelho competia chamar os acusados a prestar contas à justiça<sup>270</sup>, parecendo o saião o responsável por levar os acusados a julgamento<sup>271</sup>. Em Redinha, o oficial máximo a quem competia zelar pelo cumprimento das normas era o juiz. As suas ordens deviam ser acatadas com respeito, mas o texto do foral não especifica se era escolhido pelo concelho ou pela Ordem<sup>272</sup>.

Em Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere existe a referência ao almotacé, figura que superintendia as questões relacionadas com a economia, sobretudo a taxação de produtos, sendo escolhido pelos moradores destes concelhos<sup>273</sup>. Nestas localidades ainda encontramos os vozeiros (procuradores), que, para poderem exercer as suas

---

<sup>268</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Et iudex et alcayde sint vobis positi sine ofrecione*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>269</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Omnes vero intentiones nostri maiordomi sint per exquisitionem de illis rebus unde potuerit habere exquisam directam. (...) Siquis debitore alicui rebellis extiterit ab illo quod suum est habere nom potuerit et composuerit se cum maiordomo temen maiordomus non habeat nisi si fuerit de usura, sed de usura accipiat quantum pepigerit cum eo*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 399, 402, 404.

<sup>270</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Sinal dalcaide aut iudicis cum testimonio teneat*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 399, 402, 404.

<sup>271</sup> Nos forais de Tomar e Pombal: *Saihom non eat domum alicuius cavallare. Et si aliquis facerit aliquid illicitum veniat in concillium et iudicetur recte*. Cf. *P.M.H. – I*, pp. 389, 398.

<sup>272</sup> No foral de Redinha: *Siquis aliquid tortum alicui fecerit coram iudice et iusticiis illi satisfaciat sine pecto. Iudex honorem debitum habeat et suum signum stabile sit*. Cf. *P.M.H. – I*, p. 386.

<sup>273</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Almotace sit de concilio...* Cf. *P.M.H. – I*, pp. 399, 402, 404.

funções, tinham que ter uma carta de procuração que os habilitava legalmente para essa qualidade, de forma a evitar abusos de poder<sup>274</sup>.

Para além da Ordem do Templo impor o seu mordomo na administração municipal, os forais outorgados a estas três localidades, atribui ao comendador local funções judiciais emparelhadas com o mordomo, o juiz e o alcaide, embora não as especifica de forma clara<sup>275</sup>. Estas quatro figuras parecem ser os principais agentes na administração e regulação da relação entre concelho e Ordem Militar, sendo que o concelho escolhia o juiz e o alcaide, mas os Templários impunham o seu mordomo e comendador local.

O comendador aparece também referido no foral de Ega, localidade situada nesta região Templária, com competências várias. Os decretos da vila tinham de ser, talvez, fixados ou validados pelo comendador em conjunto com o concelho, ficando depois o pregoeiro da Ordem na vila incumbido de lançar o pregão<sup>276</sup>. Em relação aos restantes oficiais sabemos da existência do mordomo, juiz e almotacé. Embora tenhamos a referência a estes oficiais, não é designado o método da sua escolha, nem quem intervinha neste processo. No entanto, dado que este foral é descendente dos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere e a vila se localiza nas proximidades de Pombal, a lógica do exercício de poderes devia ser semelhante. Os oficiais descritos no foral são os mesmos que os dessas localidades, com a exceção do alcaide. A omissão do sistema processual não deve ter sido inocente, justificando-se talvez, pela existência de uma tradição do cumprimento dessas normas de conduta, que levou a dispensar a sua descrição com detalhes. Pese embora esta lacuna, temos pequenas informações sobre alguns dos procedimentos.

O mordomo tinha que obrigatoriamente selar os seus documentos e quem os abrisse sujeitava-se a uma multa de cinco soldos. Se alguém assassinasse o mordomo, pagava uma multa de 500 soldos e se fosse a fazer justiça 1000 soldos, sendo metade para o juiz e a outra metade para o comendador. No caso de homicídio do almotacé, o homicida pagava uma multa de 100 morabitanos, quantia que revertia para o comendador. Em relação aos crimes que não estivessem descritos na carta de foral, podiam ser analisados por três homens-bons do concelho, e, no caso de estes não puderem tomar uma

---

<sup>274</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *prohibemus omnes huiusmodi qui se faciunt vozarios falsos et non habeant cartam per tales enim omnis terra perdita est*. Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

<sup>275</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Siquis ab aliquot aliquid queserit ante iusticias respondean tet ante comendatorem domus per directum. (...) Siquis de domo alterius aut extra domum se per vim acceperit et dominus suus venerit cum rancura ad comendatorem domus vel ad alcaide vel ad iusticias vel ad maiordomum in duplum componat*. Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

<sup>276</sup> No foral de Ega: *Preco domini terre teneatur. Et decretum de villa comendator ? ponat cum concilio et tencantur*. Cf. P.M.H. – I, p. 622.

decisão, o caso seria analisado, através de inquirição direta dos factos, pelo comendador local ou até pelo Mestre da Ordem<sup>277</sup>.

O Mestre do Templo, Pedro Alvito, nos forais outorgados na Beira interior, também impôs os seus oficiais nos concelhos de Proença-a-Velha e Vila de Touro. Nesta última localidade, o meirinho da Ordem atuava no espaço concelhio, mas com poderes restritos em que o Mestre o proibia a sua inclusão em qualquer processo. O juiz, que era escolhido pelo concelho, era o oficial máximo da justiça<sup>278</sup>. O meirinho, como era frequente, talvez apenas tivesse como funções levar os acusados ao juiz e executar as sentenças proferidas pelo juiz, funcionando como um auxiliar deste<sup>279</sup>. Ao juiz competia chamar os acusados à justiça, receber as coimas e, talvez, também executar as penhoras, porque ao meirinho era vedada essa função. O foral afirma que as penhoras só podiam ser feitas pelo juiz que era escolhido entre os vizinhos<sup>280</sup>. Por último, em Vila de Touro, existe ainda a referência ao alcaide, que, por delegação do Mestre do Templo, ficava incumbido de uma maneira geral de toda administração local, embora não se especifique se era escolhido pela Ordem ou pelo concelho.<sup>281</sup>

O foral de Proença-a-Velha, como já referimos, resulta de uma fusão dos costumes de Numão com os de Évora e a nível administrativo reflete muito bem esta situação. O juiz detém as mesmas competências previstas no foral eborense, contudo, aqui era escolhido pelo concelho e executava as penhoras em detrimento do saião. Tal como em Évora, era procurador da ordem em todas as querelas, recebia ainda as coimas a aplicar nos casos de adultério e abandono de mulher e recebia um sétimo das calúnias que sacasse<sup>282</sup>. Diferente de Évora, em Proença-a-Velha documenta-se o mordomo. Apenas

---

<sup>277</sup> No foral de Ega: *Sigillum de maiordomo teneatur: et qui illud fregerit, pectet V solidos. Et si aliquis maiordomum percusserit, vel, occiderit, D solidos pectet. Pro iudice directum faciendo si eum percusserint, vel, occiderit, mille solidos pectent, et medietas sit inde de iudice, et altera medietas de comendatore. Similiter pro almotace faciendo iusticiam si eum, percusserint, vel occiderit, comendatori C morabitos pectent. Omnes res qui non sunt scripta in carta ista iudicentur per bonos homines nostre ville: Et si per non potuerint iudicare iudicent per comendatorem terre, vel per magistrum. Calumpnie que non sunt scripte in ista carta sint venzudas per inquisam directam.* Cf. P.M.H. – I, p. 622.

<sup>278</sup> No foral da Vila de Touro: *Et in aliquo pactuvel in aliqua calumpnia non intret meus merinus nisi iudex de vestro concilio.* Cf. P.M.H. – I, p. 586.

<sup>279</sup> Cf. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial*, in *Estudos Medievais*, nº5/6, Porto 1984/1985, pp. 18-23.

<sup>280</sup> No foral da Vila de Touro: *Et homines de touro non soluant pignora pro domino touro neque pro meirino, neque sint pignorati nisi pro suo vicino. (...) Et homines de vuestris terminis qui sederint in vestras haraditates aut in vestros solares et domini eorum non fuerint ibi, veniant ad signum iudice, et dent fideiussores quod respondeant ad directum quando venerint domini sui. Et si fecerit calumpniam, pectent illam dominis suis (sic) VII<sup>a</sup> palacium.* Cf. P.M.H. – I, p. 587.

<sup>281</sup> No foral da Vila de Touro: *Totas istas intentiones iudicent alcaldes de vila vestra per suam cartam. Et alias intentiones iudicent secundum suum sensum sicut melius potuerit.* Cf. P.M.H. – I, p. 588.

<sup>282</sup> No foral de Proença-a-Velha: *Qui inuerit uxorem suam in adulterium cognitum relinquet eam, et habeat Omnia bona sua et pectet iudicem I denarium. (...) Alcaldes et iudice mittantur de placito et voluntate concilii. (...) Pro totas querelas de palatio iudex sit vozeiro. Qui tulerit pignus iudici, pectet I solido. (...)*

encontramos uma pequena referência ao mordomo, que talvez fosse do concelho, mas, certamente confirmado pelo Mestre. O foral apenas diz que os moradores de Proença não seriam servidores nem mordomos contra a sua vontade<sup>283</sup>. Outros oficiais que detinham funções variadas eram o alcaide e o alcalde. Este último era escolhido pelo concelho e intervinha também em questões de justiça, se qualquer vizinho de Proença-a-Velha capturasse alguém que lhe tivesse furtado ou causado outro dano, tinha que recorrer ao alcaide para este o julgar. Assumia funções económico-administrativas nas quais autorizava a entrada de produtos na vila em caso de escassez, assim como o senhor da terra (o Mestre) e o alcaide tinham esta prerrogativa<sup>284</sup>. Pelo seu foral, Proença-a-Velha parece ser a localidade que dispunha de maior autonomia entre todos os casos que analisamos. Ou seja, a intervenção dos oficiais Templários parecia ser mais restrita, com apenas a referência ao mordomo, o qual devia ser um morador do concelho, não se especificando se era confirmado pela Ordem.

Mais a norte, o foral transmontano de Freixiel, situado numa zona de forte senhoriação, parece transmitir que se tratava de uma localidade com uma forte dependência em relação à Ordem do Hospital a nível judicial, dado que não possuía um juiz próprio. O único oficial mencionado e com competências judiciais era o mordomo, que era escolhido pela Ordem em conjunto com o concelho<sup>285</sup>. O concelho e os homens-bons tinham autonomia em certos assuntos do município, como lançar as fintas, mas a sua recolha ficava a cargo do mordomo, e intervinham nas penhoras entre vizinhos, desde que estas não ultrapassassem um determinado valor. Em caso de valor mais avultado era ao mordomo que competia efetuar as penhoras<sup>286</sup>. Para além das penhoras e recolha das fintas, ao mordomo competia reclamar as coimas e aceitar fianças até cinco soldos. A nível processual era necessário a presença de três homens-bons com o mordomo, para se provarem os delitos. Os mesmos três homens-bons, em nome do concelho, deviam prender os contraventores e acompanhar o mordomo na execução das coimas e zelar

---

*Judice prohencie de omnis calumpniis vel de quintas que sacar, septiman partem habeat.* Cf. P.M.H. – I, pp. 577-578.

<sup>283</sup> No foral de Proença-a-Velha: *Morador de prohencia non sit servicialis neque maiordomus absque propria voluntate.* Cf. P.M.H. – I, p. 578.

<sup>284</sup> No foral de Proença-a-Velha: *Alcaldes et iudice mittantur de placito et voluntate concilli. (...) Toto homine de prohencia qui prendiderit suo vicino vel alius homo de alia terra in suo furto vel in suo dampno paret eum ante alcaldes et rpro ipsum non pectet calumpnia. (...) De tota a compara que venerit ad prohencia de comer vel de beber quando la vila fuerit minguada nullos homines non comparet sine mandato de alcaldes nin senior nin alcaide. (...) Si ferir alcalde pro iusticia faciendo, pectet L morabitos, velperdat manu.* Cf. P.M.H. – I, p. 578.

<sup>285</sup> No foral de Freixiel: *e que ponham mordomo dantresy que sia vizinho e metello ha o concelho com o senhor e seja mordomo em quanto prouguer ao concelho e ao senhor.* Cf. P.M.H. – I, p. 544.

<sup>286</sup> No foral de Freixiel: *E possa penhorar vizinho ao vizinho ataa huma comtia ssem mordomo, e ssem outra coyma. (...) E a finta que se lancer per o concelho tiria ho mordomo.* Cf. P.M.H. – I, p. 544.

pela sua segurança<sup>287</sup>. Relativamente ao comendador não dispomos de nenhuma cláusula que informe sobre a sua intervenção no concelho, porém, o final do texto do foral anota que o Prior da Ordem do Hospital entregou a carta do comendador de Freixiel pela sua mão<sup>288</sup>.

Em Ericeira a figura do comendador intervinha no espaço concelhio. Um morador que afrontasse o comendador local, pela primeira vez, seria perdoado, mas se repetisse este comportamento estava sujeito a uma multa de 100 soldos. O comendador de Ericeira, juntamente com o concelho, escolhia o alcalde que devia ser do concelho, ou seja, a Ordem de Avis em vez de se fazer representar pelo mordomo ou meirinho no espaço concelhio, previa que era o comendador que ficava responsável por administrar os interesses da Ordem. O foral de Ericeira é rico em cláusulas de tributação de impostos, dado que o cargo de juiz não é referenciado e existe a preocupação de afirmar a proteção ao comendador, este devia ser quem recebia a coleta dos impostos e das coimas<sup>289</sup>.

O comendador, não só atuava na administração do concelho de Ericeira, como também em Mértola. Aqui, pelo foro que é atribuído por mar, o comendador recebia impostos dos pescadores que quisessem pescar e combinavam com o comendador a quantia a pagar<sup>290</sup>. Mértola, por terra, regulava-se pelo modelo jurídico de Évora, assim como todos os forais outorgados a sul do Tejo e ainda Castelo Branco. Os principais oficiais mencionados, nos forais inseridos neste paradigma, são o juiz, o saião e o meirinho. Aos concelhos competia vigiar pela ordem pública, competindo ao juiz a função de julgar os delitos e litígios, convocando as partes por seu mandado e determinando as penas e coimas a aplicar. Por sua vez, o saião executava as penhoras. Nas querelas dos moradores com homens de outras terras, para além das declarações dos implicados, para concluir as sentenças era necessário inquirir as testemunhas, ou então recorrer ao duelo entre as partes<sup>291</sup>. Para os casos de violação, a palavra do acusado era

---

<sup>287</sup> No foral de Freixiel: *E o mordomo do concelho possa demander ha coyma e dar fiador em cinco soldos. Por direito e comprimento de direito em foro e em carta fazer fiador e emparallo e o seu mordomo buscar em proll e honra de seu senhor quando cumprir e quem for contra o seu fiador elle o possa prender com tres homes boos e peitar homezio como se o matasse. E se o non prender nihil. (...) E o mordomo possa poer ssegurança com tres homes boos.* Cf. P.M.H. – I, p. 544.

<sup>288</sup> No foral de Freixiel: *Eu Sancho Fernandes prioll do espitall de todo o Portugal. Euprioll ao comendador de freyxiell cometo esta carta per nossas mãos.* Cf. P.M.H. – I, p. 545.

<sup>289</sup> No foral de Ericeira: *Et si ipsi contra suum comendatorem ... mal taverint in prima vice perdonetur eis, et si plus contra illum venerint unaquaque vice pectet C solidos. Alcaldes sint vicini per placitum comendatoris et concilii, et sine foro.* Cf. P.M.H. – I, p. 621.

<sup>290</sup> No foral de Mertola: *Todo o pescador dee a dizima de foro. Della ponte a suso quem ahy quiser pescar avenhasse com o comendador do luguar.* Cf. P.M.H. – I, p. 647.

<sup>291</sup> Nos forais que seguem o modelo de Évora: *Et qui non fuerit a sinal de iuice et pignos sacudiret ad saion pectet I solidum ad iudicem. (...) Et si homines de (nome do concelho) habuerint iudicium cum homines de alia terra non currat inter illos firma sed currat per esquisam aut reto.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

admitida como prova abonatória em seu favor, caso a vítima não apresentasse três testemunhas que comprovassem o seu depoimento. Caso a mulher apresentasse as testemunhas, o acusado para se ilibar, para além do seu juramento, tinha que apresentar doze testemunhas para provar o seu depoimento<sup>292</sup>.

O juiz para além de ser o principal oficial de justiça ainda tinha direito a receber as coimas em alguns delitos. Em casos mais graves, as coimas das suas sentenças revertiam a favor do concelho, salvaguardando um sétimo das coimas para a Ordem. O juiz ainda era procurador da respectiva Ordem em todas as querelas nos concelhos<sup>293</sup>. O último oficial que nos resta referir nos forais de tipo Évora é o meirinho. Este oficial apenas é referido numa única situação em que é proibido que o meirinho seja de origem nobre ou que tenha heranças, o que implicava este cargo estar vedado a pessoas de alta condição, sendo possível colocar a hipótese de o meirinho dever ser um morador do concelho<sup>294</sup>.

Os forais de tipo Évora são omissos quanto à escolha dos oficiais, ou seja, não nos transmitem se eram escolhidos pelos respectivos concelhos ou pelas Ordens Militares. Contudo, num caso de litígio, estudado por José Marques, entre o concelho de Setúbal e a Ordem de Santiago em 1341, o processo diz que o juiz era escolhido pelo concelho de Setúbal e o juiz teria que se deslocar ao convento da Ordem para receber a carta de confirmação pelo Mestre, que habilitava o juiz e exercer a sua jurisdição<sup>295</sup>. Portanto, sabendo que o concelho de Setúbal se regulava pelo modelo de Évora, parece que estes oficiais, principalmente o juiz e o meirinho, deviam ser escolhidos pelos concelhos mas, posteriormente, deviam ser confirmados pelos Mestres das Ordens. Porém, não passa de uma hipótese, dado que só a partir de um caso não é de todo seguro generalizar este procedimento.

Em jeito de conclusão deste ponto, verificamos que a presença das Ordens Militares nos seus concelhos era uma realidade importante, e de uma forma mais explícita, nos concelhos situados a norte do Tejo. As Ordens Militares aí colocavam os

---

<sup>292</sup> Nos forais que seguem o modelo de Évora: *Et mulier aforcia ret et illa clamando dixerit quod ad illo est aforcia et ille negaret det illa outorgamento de tres homines tales quails ille fuerit ille iuret cum XII et si non habuerit outorgamento iuret ipse solus*. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>293</sup> Nos forais que seguem o modelo de Évora: *Et qui crebantaverit sinal cum sua muliere pectet I solidum ad iudice*. (...) *Et qui laxaverit mulierem suam pectet I denarium ad iudiciem*. (...) *Qui linde alieno crebantarverit pectet V solidos et VII<sup>a</sup> ad palatium*. (...) *Por totas querelas de palacio el iudice sedeat vozeiro*. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>294</sup> Nos forais que seguem o modelo de Évora: *Et homine qui fuerit gentile aut eredere que non seat meirino*. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

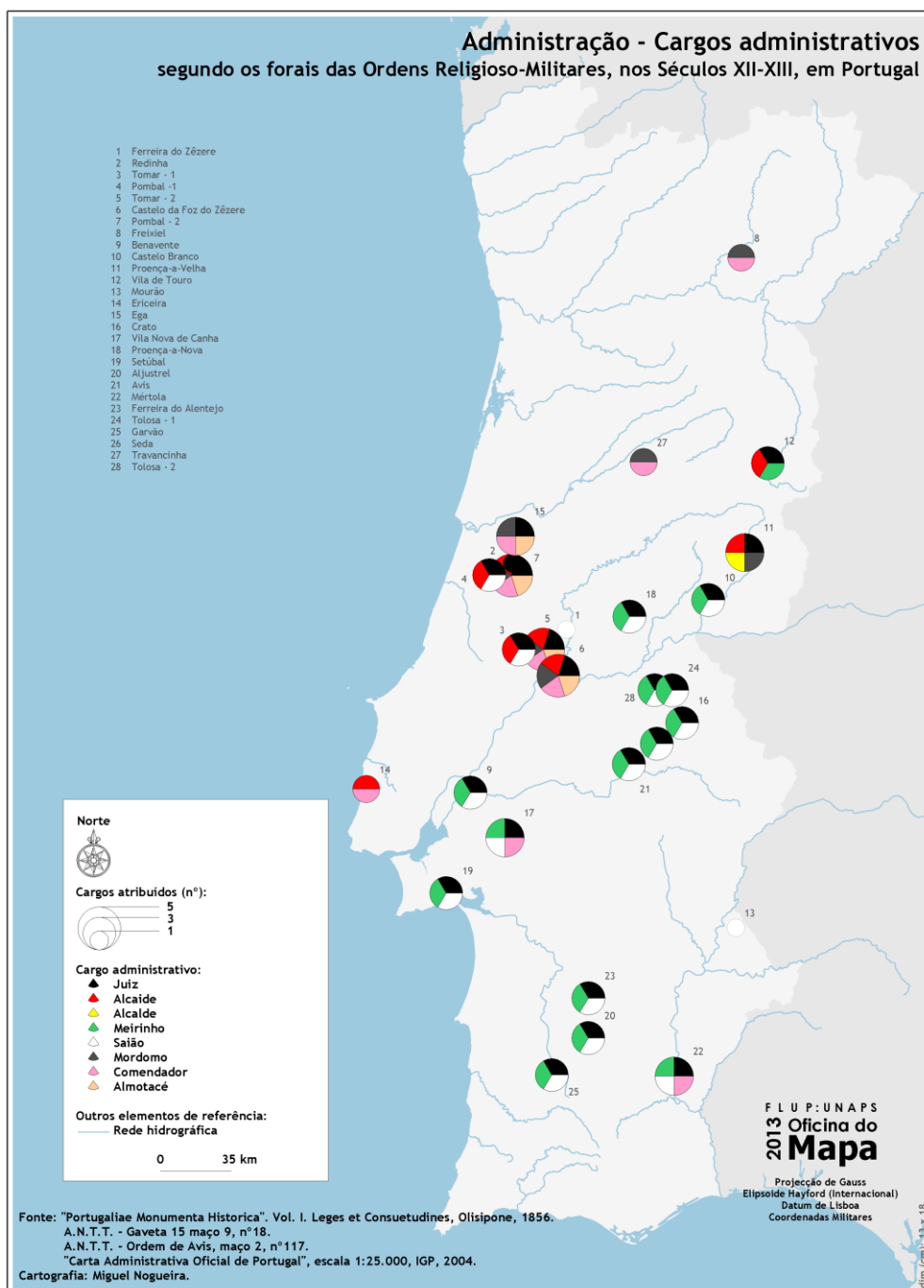
<sup>295</sup> Cf. MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, pp. 285-305.



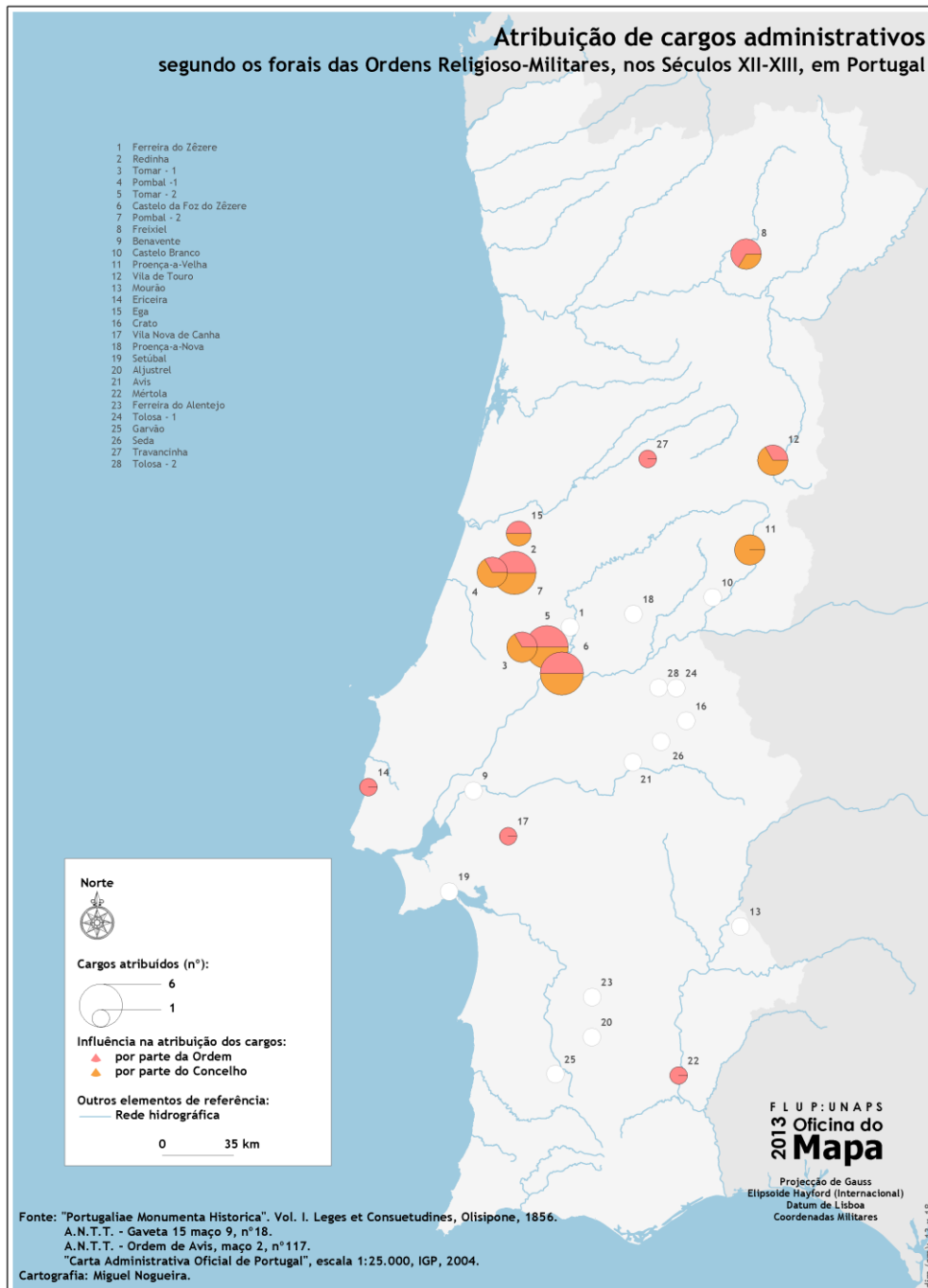
seus mordomos e meirinhos para reclamar e zelar pelos seus interesses e, em alguns casos, também os comendadores tinham legitimidade jurídica para atuarem nos concelhos. Os concelhos, juridicamente, tinham determinadas formas de autonomia, como escolher o seu juiz e o alcaide local. A sul do Tejo, de uma forma menos explícita, os oficiais eram escolhidos pelos concelhos, mas, estavam subordinados à confirmação dos Mestres. O que parece indicar que existia uma espécie de *sistema misto* em que, por um lado, os concelhos detinham a sua autonomia administrativa e judicial, maior em alguns casos do que noutros, e, por outro lado, eram inspecionados pelos oficiais das Ordens Militares para a salvaguarda dos direitos económicos, jurisdicionais e senhoriais nos espaços concelhios. As Ordens Militares, através dos seus agentes, captavam recursos materiais e humanos para o suporte da guerra contra os inimigos, onde a máquina militar era sustentada pelos seus dependentes, tanto os dos seus senhorios como os dos seus concelhos, e estes estavam protegidos pelo seu senhor.

Como tivemos oportunidade de observar, na maior parte dos casos, as áreas de atuação dos oficiais senhoriais e dos oficiais municipais eram um pouco misturadas. A indefinição das competências entre os oficiais está patente nos forais, não existindo uma clara distinção entre os poderes públicos e os poderes privados, estando eles articulados entre si. Esta situação revelou-se, essencialmente, a partir de inícios do século XIV, bastante complexa e de difícil convivência. As coexistências destes dois poderes desembocaram num clima de confronto de interesses, onde o rei D. Dinis e, sobretudo, D. Afonso IV foram os sentenciadores destes litígios. Existiram vários litígios de natureza diversa entre estes dois poderes, os quais serão objecto de análise no próximo e último capítulo.

## MAPA – 9



## MAPA – 10



#### 4.2 – A criminalidade: os delitos e as penas previstas nos forais.

Nas terras de fronteira habitadas por delinquentes, homiziados à justiça e entre outros, vivia-se um ambiente violento. Neste sentido, nos forais por nós analisados, o rol dos delitos e infrações e os respetivos castigos e coimas preenchem grande parte do clausulado. Existia um objetivo por parte dos outorgantes de conceder aos seus dependentes a segurança que precisavam para trabalhar nos seus diferentes ofícios e manter a ordem social nessas terras para que elas pudessem prosperar e, acima de tudo, atrair mais povoadores. A sociabilidade entre vizinhos muitas vezes proporcionou atritos, rixas e vinganças, dando azo a que muitas vezes cada um *fazia justiça com as próprias mãos*.

A melhor forma encontrada pelos outorgantes para garantir a segurança e a ordem entre moradores no quotidiano era a punição dos transgressores, através de um conjunto de normas estipuladas pelos forais, sendo que os oficiais municipais e senhoriais vigiavam o cumprimento dessas normas. Estamos perante uma sociedade que se sustentava, organizava e desenvolvia, frequentemente em função da guerra, ou seja, a violência moldava os comportamentos humanos e operava como um mecanismo estruturante e de legitimação da própria sociedade.

Nos forais examinados encontramos, principalmente, quatro tipos de crimes, entre eles: contra a pessoa humana; contra propriedade privada; contra a família e a casa; e ainda crimes pelo incumprimento de normas públicas em geral, o que podemos designar hoje, *grosso modo*, de crimes contra a *cidadania*.

Os crimes contra a pessoa humana eram frequentes, dado que cavaleiros e peões constituíam as milícias urbanas e andavam parte do tempo armados, e iam desde mutilações no corpo a violações de mulheres<sup>296</sup>. Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere, por homicídio cometido por indivíduo de dentro do couto da vila, o infrator incorria numa multa de 500 soldos, se fosse fora 60 soldos. As agressões através do uso de armas com intenção de ferir alguém eram punidas com uma coima de 60 soldos; os fora da vila pagavam 30 soldos. Se houvesse moradores que reunissem algum grupo, com paus ou outras armas, para ajuste de contas incorriam numa pena de 60 soldos. Das agressões violentas, como cortar membros do corpo (braços ou pernas), a coima a aplicar era também de 60 soldos. Um crime consignado contra a honra e dignidade humana, que era muito frequente, era o lançamento de esterco ao rosto, implicando uma coima de 60

---

<sup>296</sup> Embora situando-se numa cronologia posterior, veja-se, para a criminalidade em geral e para os crimes corporais no particular: DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Tese de Doutoramento apresentada à FLUP. Porto, 1993.

soldos<sup>297</sup>. Em Redinha, o homicídio e o lançamento de esterco ao rosto dentro do couto da vila era punido com uma multa de 500 soldos<sup>298</sup>. Em Ega, quem assassinasse o mordomo ou o almotacé era multado em 1000 soldos, e no caso do almotacé com 100 morabitanos. Dos homicídios em geral e do atirar com esterco ao rosto eram pagos 60 soldos. Se alguém ferisse homem ou mulher com armas também pagava 60 soldos<sup>299</sup>. Nestes forais que descendem do modelo coimbrão, verifica-se que a prática de crimes dentro do concelho era mais grave do que fora, pretendendo-se, assim, intimidar as populações e manter a ordem dentro dos espaços urbanos.

No foral de Touro, quem ferisse um vizinho no mercado, no adro da igreja ou no concelho pagava uma multa de 60 soldos ao concelho, revertendo um sétimo para a Ordem do Templo<sup>300</sup>. O mesmo acontecia em Proença-a-Velha, mas a multa aí revertia metade para o concelho e metade para a Ordem. O foral de Proença-a-Velha segue grande parte das cláusulas do modelo de Évora no que concerne às práticas criminais, contudo, o valor das coimas estipuladas era um pouco diferente e acrescentava ainda outras cláusulas relativas às práticas criminais<sup>301</sup>.

Nos forais do modelo de Évora, por homicídio, o assassino pagava uma multa de 100 soldos para a respetiva Ordem,<sup>302</sup> em Proença-a-Velha 30 morabitanos e em Touro 300 soldos para o concelho, dos quais um sétimo para a Ordem<sup>303</sup>. Dos desacatos públicos nos mercados, nos adros das igrejas ou nas assembleias concelhias, os responsáveis pagavam 60 soldos, metade à Ordem e metade ao concelho, e da metade do concelho um sétimo revertia para a Ordem<sup>304</sup>. As agressões com lanças ou espadas eram multadas em 10 soldos para a vítima. No caso de um ferimento com maior gravidade,

<sup>297</sup> Nos forais de Toma, Pombal e Castelo do Zêzere: *Suquis ergum (...) homicidium (...) in domum in cauto villepectet V (centos) solidos. (...) Pro stercore in ore misso LX solidos ubique pectet. Siquis percusserit cum armis molutis de suo grado et per iram in cauto ville LX solidos pectet, et si foras XXX solidos pextet. Feridas consulendas istas sanet et non alias: qui querit amicos vel parentes vel arma vel troços cum quibus vadit ferire et percusserit per veram exquisitam LX solidos pectet. Pro membro absciso LX solidos pectet.* Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

<sup>298</sup> No foral de Redinha: *Non sitinter vos calumniam (...) et homicidium et stercus in ore (...) per vim in cauto ville D solidos pectet.* Cf. P.M.H. – I, p. 386.

<sup>299</sup> No foral de Ega: *pro homicidio aut pro stercore in ore misso, LX solidos pectet. (...) Siquis percusserit hominem vel mulierem cum aguilon vel cum esporis, LX solidos pectet.* Cf. P.M.H. – I, p. 622.

<sup>300</sup> No foral de Touro: *Et si aliquis inter vos in mercato aut ecclesia aut on concilio apregunato percisserit suum vicinum, pectet LX solidos ad concilium, et septima de palatio per manus iudicio.* Cf. P.M.H. – I, p. 586.

<sup>301</sup> Cf. P.M.H. – I, p. 578.

<sup>302</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et pro homicidio pectet c solidos ad palatium.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>303</sup> Nos forais de Proença-a-Velha. *Et pro homicidio, pectet xxx et ipse det in VII<sup>a</sup> palatio.* Cf. P.M.H. – I, p. 577. No foral de Touro: *In primo concedimus vobis ut non detis pro homicidio nisi ccc solidos in apreciadura. Et de istis ccc solidis detis septimam ad palatium (...)* Cf. P.M.H. – I, p. 586.

<sup>304</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui in concilio aut in mercato vel in ecclesia feriret pectet LX solidos medios ad palatium et medios ad concilio. Et de medio de concilio VII<sup>a</sup> ad palatium.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

trespassando o corpo, a vítima recebia 20 soldos. Das agressões corporais que fossem ao extremo, como mutilações de braços, olhos, dentes ou outras partes, a vítima recebia 100 soldos, dos quais um sétimo revertia para a Ordem. Em Proença-a-Velha seriam 12 morabitinos para a vítima, dos quais um sétimo para a Ordem<sup>305</sup>.

As mulheres, na maioria das vezes sujeitas a todo o tipo de abusos, tinham uma limitada proteção jurídica. No caso das jovens, quem as raptasse sujeitava-se a pagar 300 morabitinos aos pais, revertendo um sétimo para a Ordem<sup>306</sup>. No caso de violação comprovada, a mulher recebia 300 soldos, dos quais um sétimo ia para a Ordem. Quem agredisse uma mulher em frente do respetivo marido podia incorrer numa multa de 30 soldos a pagar ao marido, revertendo um sétimo para a Ordem<sup>307</sup>.

O propósito de atrair e fixar os moradores para os novos espaços reconquistados criou a necessidade de se proteger o núcleo familiar, base fundamental do tecido social, e, a sua respetiva habitação. Assim, a violação do domicílio era punida com o pagamento de 300 soldos ao lesado, dos quais um sétimo revertia para a Ordem. Em Proença-a-Velha, o procedimento era o mesmo, mas a coima era de 500 soldos. Do furto no domicílio alheio, o infrator tinha que devolver o que roubou mais dois quinhões do valor roubado ao lesado, dos quais um sétimo para a Ordem<sup>308</sup>. A mulher que abandonasse o marido pagava uma multa de 300 soldos para a Ordem, enquanto se este abandonasse a esposa pagava 1 dinheiro para o juiz<sup>309</sup>. Sublinhe-se aqui a diferença do mesmo ato praticado entre marido e mulher, em que a desigualdade jurídica entre ambos é notória.

Em Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere também, juridicamente, o núcleo familiar era protegido. A esposa que traísse o marido perdia os bens para o Mestre da Ordem, embora para o marido não exista norma no caso de adultério. A violação do domicílio dentro do couto da vila era multada em 500 soldos, ao contrário dos de fora da vila a

---

<sup>305</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui feriret de lancea aut spata polantrada pectet x solidos. Et si trouciret ad alteram partem pectet xx solidos al quereloso. Et qui crebantaverit oculum aut brachium aut dente pro unoquoque membro pectet c solidos o lisiado et ille det VII<sup>a</sup> ad palatium.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>306</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Si aliquis homo filiam alienam rapere extra suam volutatem donet eam ad suos parentes et pectet illis ccc morabitinos et VII<sup>a</sup> ad palatium (...)* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>307</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui mulier aforciaret (...) pectet ad illam ccc solidos et VII<sup>a</sup> ad palatium. (...) Qui mulierem alienam ante suo marido feriret pectet xxx solidos VII<sup>a</sup> ad palatium.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>308</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et pro casa derota cum armis scutis et spadis pectet ccc solidos et VII<sup>a</sup> ad palatium: et qui furtaret pectet pro uno novem et habeat intentor duos quinionos et septima partes ad palatium.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>309</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et mulier qui laxaverit maritum suum de benediction pectet ccc solidos et VII<sup>a</sup> ad palatio. Et qui laxaverit mulierem suam pectet I denarium ad iudicem.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

quem recaía apenas 60 soldos. Da usurpação de bens dentro ou fora de casa de alguém o responsável teria de restituir o dobro ao lesado<sup>310</sup>.

Assim, como os forais apresentam um conjunto de normas que protegiam o indivíduo e o agrupamento familiar transmitem-nos, também, um leque de normas que protegem a propriedade privada. Os forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere estipulam que quem roubasse à noite em vinha ou horta alheia era multado em 60 soldos e ainda perdia as vestes. Se o ato fosse praticado à luz do dia e com o objetivo de comer ou meter o seu animal na forragem, pagava 5 apenas soldos. O roubo em vinha ou horta alheia com saco ou cesta no regaço era multado em 1 maravedi. No caso da impossibilidade de não pagarem as multas, os infratores sujeitavam-se a castigo físico<sup>311</sup>.

Para os forais que se enquadram no paradigma de Évora, quem na vila fosse receber pela força alimentos ou outras coisas era multado em 100 morabitanos, metade para o concelho e metade para a respetiva Ordem<sup>312</sup>. O sul era uma região urbanizada e comercial e protegia os comerciantes, pelo que quem penhorasse mercador ou almocreve cristão, mouro ou judeu pagava 60 soldos à Ordem e restituía o dobro ao lesado. Dado que a criação de gado era um pilar económico da região, das penhoras ou roubo de gado doméstico, as Ordens recebiam 60 soldos e os donos seriam ressarcidos em dobro<sup>313</sup>. A Ordem proibia que se fosse penhorar ao monte, quando houvesse coisas para penhorar na vila, o que se deduz, que, não se devia penhorar gado, caso houvesse outros bens para penhorar<sup>314</sup>.

O cavalo era o símbolo, obviamente, da cavalaria e da oligarquia urbana, portanto quem ousasse montar e fugir com cavalo alheio, durante um dia, tinha que dar um

---

<sup>310</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Siquis ergo rausum vel homicidium vel disrumperit domum cum armis vel cum feridas vel fregerit portas intrans in domum in cauto villeV (centos) solidos. Siquis rausum et homicidium extra villam LX sólidos petet. (...) Siquis de domo alterius aut extra domum se per vim acceperit et dominus suus venerit cum rancura (...) in duplum componat. Siquis uxorem suam iusto iudicio suo adulterem fecerit res sue sint in potestate domini terre. Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.*

<sup>311</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Siquis quis intraverit in vinea vel almoynia alicuius furtim in die causa comendivel cum manu sua bestias in ferragine alicuius miserit v sólidos pectet. Si aliquid de vinea vel de almoynia in gremio vel in taleiga vel in cesta attulerit vel ferraginem segauerit unum maraveditum pectet. Si in nocte deprehansus fuerit furtive in vinea aut in ferragme vel in almoynia LX solidos pectet et quod vestierit, et de isto pecto domunus laboris habebit medietate. Si vero non habuerit quod petet clevietur in porta per unum diem deinde flagelletur. Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.*

<sup>312</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Siquis ad vestram villam venerit per vim cibos aut aliquas res accipere (...) pectet c morabitanos medietatem palatio et medietatem concilio. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.*

<sup>313</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Quicumque ganatum domesticum pignorar et vel rapere fecerit pectet LX solidos ad palatium et duplet ganatum a suo domino. Testamus vero et perenniter firmamus ut quicumque pignoverit mercatores vel viatores christianos iudeos sive mauros nisi fuerit fideiussor vel debitor quicumque fecerit pectet LX solidos ad palatium et duplet ganatum quod prendiderint a suo domino (...). Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.*

<sup>314</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui in villa pignores aflando et fiador et ad montem fuerit pendrar duplet la pendra et pectet LX solido set VII<sup>a</sup> ad palatio. Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.*

carneiro ao dono, se esta fuga se prolongasse por mais dias, tinha eu pagar 6 dinheiros e mais um soldo por cada noite.

Um crime frequente contra propriedade, cometido geralmente durante a noite, era a mudança de extremas ou marcos de terrenos, em que a sua punição consistia numa multa de 5 soldos para o concelho, um sétimo para a Ordem<sup>315</sup>. Em Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere, a mudança de marcos era proibida, mas apenas é dito para se fazer o foro da terra<sup>316</sup>.

Por fim, um último conjunto de delitos descritos nos forais era o que podemos incluir numa categoria genérica de crimes contra a *cidadania* local, ou seja, relacionados com o incumprimento de deveres públicos. Entre estas disposições encontram-se normas relativas ao incumprimento de deveres militares, deveres de transparência e deveres para com a justiça.

Entre os deveres judiciais em Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere, o que se fizesse passar por falso procurador ficava sujeito a castigo físico. E pelo falso testemunho prestado em julgamento, o sujeito indemnizava as vítimas, pagando uma coima de igual valor como o culpado do crime e não podia testemunhar mais<sup>317</sup>. Nos forais do modelo de Évora, por falso testemunho, o indivíduo pagava 60 soldos, o dobro ao lesado, dos quais um sétimo para a Ordem. Quem fosse procurador contra um vizinho seu por homem de fora, pagava uma multa de 10 soldos para o concelho, ficando um sétimo para a Ordem<sup>318</sup>. Esta disposição visava proteger a paz social, não sendo aceite defender um estranho contra um vizinho. À falta à convocatória do juiz, bem como à penhora do saião, o morador tinha que pagar 1 soldo ao juiz. Aquele que executasse penhoras sem a presença dele pagava 60 soldos, metade ao penhorado e metade para o concelho<sup>319</sup>. Ou

---

<sup>315</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui cavalo alieno cavalgaret pro uno die pectet unum carnarium et si magis pectet las anguieras pro uno die VI denarius et pro una nocte I solidum. (...) Qui moion alieno in suo ero mudaret pectet v solidos et VII<sup>a</sup> ad palatio.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>316</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *nec mutet marcos, qui vero hec fecerit sanet per forum terre.* Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

<sup>317</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Qui sciverit veritatem et eam negaverit in exquisita componat quantum perdere feci tilli et domino terre allind tantum et ultra in testimonium non recipiatur. Si aliquis vozarius se cum maiordomo composuerit causa inde aliquid habendi se probatus fuerit quod talis est per exquisam secundum quantitatem calupnie quam obiecerit in corpore puniatur. Si vero habuerit quod pectet non audiat nisi prius dederit fideiussorem in minibus justitie.* Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

<sup>318</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et testimonia mentirosa et fidele mentiroso pectet LX sólidos et VII<sup>a</sup> ad palatium et duplet el aver. (...) Qui venerit vozeiro ad suo vicino pro homine de foras villa pectet x sólidos et VII<sup>a</sup> ad palatium.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

<sup>319</sup> Nos forais do modelo de Évora: *Et qui non fuerit a sinal de iudice et pignos sacudiret ad saion pectet I solidum ad iudicem. (...) Qui in villa pindrar cum saione et sacudirent ei pignos outorget et saion et prenda concilio de três colaciones et pindret pro LX sólidos medios al rancoroso et medios ad concilio.* Cf. P.M.H. – I, pp. 392, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.



seja, existia uma proteção ao sistema judiciário para que a justiça se impusesse como regulador social e mecanismo a recorrer, sendo inerente ao viver social.

Relativamente aos deveres de transparência e integridade, interprete-se aqui estes deveres como o incumprimento de alguns deveres públicos, encontramos algumas normas principalmente nos forais descendentes do modelo coimbrão. Assim, em Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere, o mordomo se fosse corrupto, não cumprindo o direito por compadrio ou venalidade, eram-lhe confiscados os bens para o Mestre. E quem vendesse vinho no período de relego era multado em 60 soldos, assim como o falsificador das medidas e pesagens dos produtos e das cubas ficava sujeito a uma pesada multa de 500 soldos<sup>320</sup>. Os moleiros que não respeitassem as normas de instalação dos moinhos perdiam os bens para o Mestre do Templo. Por sua vez, o corte de estradas públicas do concelho era punido, mas, a coima remete apenas para que se faça o foro da terra. Nos forais do modelo de Évora, aqueles que cortassem estradas públicas incorriam numa multa de 5 soldos<sup>321</sup>.

Relativamente às obrigações militares, intrínsecas na sociedade militarizada de fronteira, e às quais já nos referimos no capítulo anterior, ressaltamos que faziam parte dos deveres dos habitantes dos concelhos, exceto nas situações que referimos. A falta aos deveres militares era multada e, em alguns casos, estavam previstos diferentes escalões, sendo as multas mais pesadas para os cavaleiros do que para os peões, a acreditar nos forais do modelo de Évora. Assim, estas multas funcionavam como mecanismo de controlo das milícias concelhias.

Em síntese, os forais regulavam a vida em sociedade nos concelhos, procurando deles desarreigar a conflituosidade interna e a criminalidade, ainda que a justiça, se bem que exercida por oficiais e órgãos próprios dos concelhos e Ordens Militares, não fosse uniformemente aplicada em todos os espaços nem a todos os habitantes, como bem se entende numa sociedade de guerra marcada por fenómenos de descontinuidade de prerrogativas e diretrizes. Dos valores arrecadados pelas multas e coimas aplicadas, uma parte era distribuída entre os concelhos e as Ordens Militares. Assim, este facto vem

---

<sup>320</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Siquis mensuras aut cubitos falsaverit D solidos pectet. (...) Et qui vendiderit vinum in relego LX solidos petet, et per quantas vices invenerit vinum vendere per tantas vices petet LX solidos. (...) Si autem maiordomus vel justicia hoc nostrum directum irrumperit pro ofrecione aut amore alicuius ipse et res eius sint in potestate magistri et fratrum.* Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

<sup>321</sup> Nos forais de Tomar, Pombal e Castelo do Zêzere: *Defendimus ut nullus audeat talliar cum vallo carreiras vel stratas publicas de concilio (...) qui vero hec fecerit sanet per forum terre. (...) Cambe sint quales justicia et concilium viderint pro directo. Et si molinari inde aliter fecerit ipse cum omni habere suo sit in potestati magistri.* Cf. P.M.H. – I, pp. 399, 402, 404.

reforçar o que dissemos no ponto anterior sobre a existência de uma espécie de *sistema misto* nas áreas de atuação dos oficiais municipais e senhoriais.

As normas punitivas operaram também como mecanismo de controlo social, económico, administrativo e militar. O desenvolvimento das milícias municipais colocou um poder considerável nas mãos de um guerreiro comum nos concelhos. Um poder que exigiu controlo e canalização por parte Ordens Militares, em que a lei do foral foi uma arma para tentar domar os habitantes, sobretudo os que integravam as milícias concelhias.

## **CAPÍTULO V – CONFRONTOS ENTRE AS ORDENS MILITARES E OS CONCELHOS DE MEADOS DO SÉCULO XIII A MEADOS DO SÉCULO XIV**

A estratégia de organização do território entre castelos, comendas e concelhos, articulando-se estas três estruturas através de laços de dependência social, económica, militar e administrativa, foi deveras fundamental na expansão do território cristão, durante um longo processo, demonstrando a colaboração das Ordens Militares na edificação do reino de Portugal juntamente com outros senhores e com os monarcas, desde o auxílio na defesa das fronteiras a sul de Coimbra, a partir de 1128, até à expulsão definitiva dos muçulmanos no Algarve, em 1249.

Porém, finda a reconquista no espaço do reino de Portugal, os interesses e os próprios equilíbrios de poderes tendem a transformarem-se. A partir de 1250, o reino de Portugal começou-se a confrontar-se com um novo desafio, o de defender o que outrora havia sido conquistado, face às pretensões dos restantes reinos peninsulares cristãos. As Ordens Militares serão agora chamadas a participar nas negociações com os reinos peninsulares, no âmbito de acordos ou desentendimentos entre eles, em que os monarcas capitalizaram os seus serviços.

Neste sentido, os concelhos serão também importantes motores nas políticas régias de povoar, defender e intervir nas zonas de fronteiras com os reinos de Leão e Castela. A crescente influência dos monarcas nos poderes regionais e locais, através de inquirições aos poderosos do reino, traduziu-se numa acertada política de centralização régia que lhes permitiu, paulatinamente, um melhor controlo do território. A figura do rei afirmou-se como o principal senhor do reino, submetendo todos os poderes à sua alçada, transformando-se num verdadeiro *juiz* do reino. Assim, os concelhos aproveitam essa transformação e denunciam abusos dos grandes senhores feudais. A pressão senhorial exercida pelas Ordens Militares nos espaços concelhios conduziu a uma série de litígios e desavenças entre estes poderes, nos quais o rei atuou como juiz entre eles, de acordo com o seu interesse.

Assim, neste capítulo, propomo-nos a analisar as situações de confrontos entre as Ordens Militares e os concelhos, bem como as posições dos monarcas relativamente a eles, de acordo com os seus interesses, no âmbito dos seus objetivos de centralização do poder a nível político, económico, administrativo, judicial e militar.

### 5.1 – Confrontos entre Ordens Militares e concelhos nas políticas de centralização régia de D. Afonso III e D. Dinis.

A guerra, sempre considerada justa e codificada por normas e leis, foi o estado constante de Portugal nos tempos medievais. Primeiro a guerra de reconquista das terras ocupadas pelos muçulmanos, fundamentada pelo enquadramento da guerra santa. Depois a guerra para proteger o reino das agressões externas de Leão e Castela, que funcionou como fundamento e estímulo à nova ordem política encetada pelos primeiros monarcas Portugueses após a reconquista. Mas, as relações com os reinos os vizinhos nem sempre foram de estado de guerra, existindo acordos diplomáticos, alianças matrimoniais e cooperação mútua contra o reino muçulmano de Granada, no quadro de equilíbrio geopolítico peninsular<sup>322</sup>. Neste contexto, as Ordens Militares adaptaram-se e acompanharam a nova ordem política peninsular.

A conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III levou a uma política operatória para integrar o *novo reino* algarvio no Portugal de então, o que originou um conflito fronteiriço com o reino de Castela, reclamando Afonso X os direitos sobre o mesmo. Nesta questão, a Ordem de Santiago, com Paio Peres Correia a protagonista, parece ter tido uma posição de afastamento do conflito entre os dois monarcas, não tomando, diretamente, partido por nenhum deles. A figura de Paio Peres Correia é de difícil compreensão pela sua origem castelhana e atuação ao nível da gestão da Ordem de Santiago. De qualquer modo, o monarca Português tenta aproximar os Santiaguistas da sua causa, concedendo-lhes o direito sobre as pescas em Sesimbra, Almada, Setúbal e Alcácer<sup>323</sup>.

Contudo, a intervenção de D. Afonso III no Algarve foi pautada por uma tentativa de travar o monopólio da Ordem de Santiago no Algarve, que já detinha uma forte influência na região sul através de largas doações recebidas por D. Sancho II. Recompensou D. Afonso III alguns nobres de segunda linha, que o tinham apoiado na subida ao trono, através da atribuição de cargos importantes na gestão de várias praças no Algarve<sup>324</sup>. Em 1253, o conflito com D. Afonso X foi amenizado com um acordo entre o rei de Portugal com D. Beatriz, garantindo o monarca castelhano o usufruto indireto da

---

<sup>322</sup> RUCQUOI, Adeline -*História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp.174-200.

<sup>323</sup> CUNHA, Mário -*A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, pp. 82-92.

<sup>324</sup> DAVID, Henrique; PIZARRO, José Augusto - *A conquista de Faro. O reavivar de uma questão*, in Atas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia. Loulé: C.M. de Loulé, 1987, pp. 63-75.

região e a questão só será resolvida definitivamente em 1267, cedendo o monarca Castelhana a jurisdição do Algarve ao monarca Português, salvaguardando para si apenas alguns privilégios senhoriais<sup>325</sup>.

O reinado de D. Afonso III foi marcado pela tentativa de pacificação entre as forças do reino e da remodelação da administração do reino caracterizado pelo fortalecimento do poder régio, através de uma acertada política de centralização régia, respondendo, assim, à nova ordem política peninsular. Neste sentido, o rei tenta apaziguar antigas divergências, que se arrastavam desde D. Sancho II, entre membros do clero, nobreza e povo, convocando as cortes no ano de 1254 em Leiria.

Através da chancelaria de D. Afonso III detetamos um conjunto de litígios que opunham concelhos e Ordens Militares, em que, em última instância, o rei foi o juiz<sup>326</sup>. A convivência e articulação de várias estruturas de poder local com interesses divergentes em vários pontos do território, como vimos, desembocou, por vezes, num difícil clima de convivência, que resultaram em conflitos de natureza económica, judicial e administrativa.

Em Abril de 1255, D. Paio Peres mestre da Ordem de Santiago, D. Gonçalo Peres comendador-mor de Mértola e o convento Santiaguista de Mértola, por um lado, e o pretor, alvazis, concelho, vizinhos e moradores de Beja, por outro lado, tinham uma contenda entre si sobre pastos, corte de madeira, montadigo e caça de coelhos e de veados. O rei, com o beneplácito de ambas as partes, autorizou os de Beja a caçar, cortar madeira, apascentar gado nos termos dos castelos e vilas que a Ordem de Santiago tinha para além do Tejo, sem terem que pagar foro de montadigo e terradigo, à exceção das coutadas de coelhos. Por sua vez, o mestre, comendador, convento e vizinhos de Mértola, Aljustrel, Torrão e Santiago do Cacém podiam cortar madeira e apascentar o gado nos termos de Beja, podendo caçar coelhos e veados, sem foro de montadigo e terradigo, à exceção das coutadas de coelhos. O rei dá por quite Ordem do montadigo e terradigo relativo aos seus gados nos termos de Beja, o mesmo se aplicando aos de Beja em relação à prática dessas atividades nos termos de todos os castelos e vilas que a Ordem tinha para além do Tejo<sup>327</sup>.

---

<sup>325</sup> VENTURA, Leontina – *D. Afonso III e o Desenvolvimento da autoridade régia*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp.123-133.

<sup>326</sup> *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Ed. Leontina Ventura, António Resende de Oliveira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols., 2006. Daqui em diante citaremos esta obra da seguinte forma: *Chancelaria de D. Afonso III*, seguida do volume e das páginas em causa.

<sup>327</sup> Cf. *Chancelaria D. Afonso III*, vol. II, doc.709, pp.280-281.

D. Afonso III sentença este pleito de forma a conseguir o entendimento entre partes. Por um lado, queria fazer justiça ao seu concelho, por outro, não entra em confronto com a Ordem de Santiago numa altura que era importante manter boas relações com esta instituição devido às negociações que decorriam com Afonso X de Castela. Assim, em 1260, também o rei definiu uma composição amigável na delimitação dos termos dos concelhos régios de Estremoz e Borba, de um lado, e do concelho de Juromenha da Ordem de Avis, por outro<sup>328</sup>. O monarca, ao contrário de D. Sancho II, teve uma atitude mais autoritária para com as Ordens Militares, impõe-lhes algumas restrições. Com efeito, enviou cartas às Ordens em 1261, indicando-lhes como deveriam cobrar o montádigo e a portagem<sup>329</sup>. Já anteriormente, no ano de 1255, as Ordens Militares, por obrigação do rei, tinham jurado que não fariam venda de moeda em prejuízo do reino<sup>330</sup>.

Em 1269, deu-se uma contenda entre, por um lado, D. Pedro Afonso, mestre de Avis e o convento de Avis, e por outro lado, os juízes e o concelho de Elvas, sobre a divisão dos termos entre Elvas e Juromenha. Neste documento é inserto um outro, pouco anterior, em que o rei ordena as diligências necessárias para apurar a verdade sobre este diferendo. O rei pediu, nomeadamente, para ver a documentação sobre o assunto. Neste sentido, o rei fez a demarcação dos limites dos termos de Elvas e Juromenha<sup>331</sup>. Esta sentença parece ter tido um desfecho satisfatório, dado que nenhuma das partes parece ter recorrido da decisão.

Entre 1274 e 1278, assistiu-se a uma forte tensão entre o rei e a Ordem do Templo, também numa questão de delimitação de termos concelhios. D. Afonso III, por um lado, e o Mestre e os freires da Ordem do Templo, por outro lado, tiveram um conflito sobre os termos que dividiam o concelho régio de Montemor-o-Velho e as terras Templárias de Soure e Ega. Rodrigo Gomes, representante do rei, Fr. Paio, representante da Ordem do Templo, e o Abade de Alcobaça aduzem os elementos necessários para o rei poder decidir. Neste processo, os Templários não compareceram na cúria régia para ouvir a sentença e foram declarados contumazes. Em 1276, o monarca despacha um mandato para que se execute a demarcação dos termos que tinha sentenciado anteriormente sem a presença da Ordem. Por fim, em 1278, o rei profere a sentença final, definindo por onde se dividiam essas terras, apontando, para o efeito, os respetivos topónimos<sup>332</sup>.

---

<sup>328</sup> Cf. *Chancelaria D. Afonso III*, vol. I, doc.210, pp. 238-239.

<sup>329</sup> Cf. *Chancelaria D. Afonso III*, vol. I, doc. 237, pp. 262-263.

<sup>330</sup> Cf. *Chancelaria D. Afonso III*, vol. II, doc. 708, pp. 278-279.

<sup>331</sup> Cf. *Chancelaria D. Afonso III*, vol. I, doc.410, pp.469-470.

<sup>332</sup> Cf. *Chancelaria D. Afonso III*, vol. II, docs.617, 640, 687, pp. 192-193, 218-219, 254-255.

Para além da discórdia na demarcação dos termos destes concelhos, de uma maneira geral, as relações entre a Ordem do Templo e D. Afonso III não eram as melhores, talvez, devido ao apoio templário, na guerra civil de 1245-1248, a D. Sancho II. Outro aspeto a salientar é que nesta data (1274-1278), D. Afonso III podia dispensar o apoio dos templários, dado que já tinha firmado acordos com Afonso X de Castela em 1267<sup>333</sup>. Com a subida de D. Dinis ao trono as relações com a Ordem do Templo tendem a uma reconciliação entre a Ordem e a monarquia.

Como é sabido, a política de D. Dinis inseriu-se numa conjuntura que implicou um estreito relacionamento com os estados peninsulares de Castela e Aragão. O tratado de Alcanices de 1297 representou o estabelecimento de uma fronteira com carácter mais ou menos definido e estável. O monarca Português aproveitou sabiamente a instabilidade política do reino de Castela. Conseguiu incorporar em 1295 os territórios do além Guadiana de Serpa, Moura, Mourão e Noudar e, em 1297, os territórios fronteiriços do Ribacôa com importantes castelos<sup>334</sup>. Nestas políticas de negociação dos reis de Portugal com os seus homólogos Castelhanos, as Ordens Militares detiveram algum protagonismo. Também os municípios tiveram um importante papel na defesa das fronteiras, sobretudo, em Trás-os-Montes onde os mosteiros leoneses interferiam no povoamento da região, prejudicando a penetração dos poderes do rei<sup>335</sup>. Assim, D. Dinis enceta uma verdadeira política de povoamento nessa região outorgando cerca de 50 cartas de foral a norte do Douro<sup>336</sup>, para aí se impor como o principal senhor.

A questão de delimitação dos espaços fronteiriços teve a intervenção da Ordem do Hospital, no caso da fronteira do Guadiana, dos Templários no Ribacôa, e de Santiago no Algarve. D. Dinis prestou atenção especial às regiões limite do território, concedendo vários forais nas raías com Castela, para além de limitar o poder dos grandes senhores do reino, através das inquirições continuando, assim, o projeto de D. Afonso III<sup>337</sup>. Deste modo, os poderes exercidos pelas Ordens Militares em contextos internacionais (Hospital e Templo) e Ibéricos (Avis e Santiago) com vínculos de obediência externos à coroa

---

<sup>333</sup> VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, in *Reis de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, pp. 138-149.

<sup>334</sup> MORENO, Humberto Baquero – *As relações de fronteira no século de Alcanices (1250-1350): o Tratado de Alcanices*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol.15, 1998, pp. 641-653.

<sup>335</sup> MARQUES, José – *Os municípios na estratégia defensiva dionisina*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série II, vol.15, Porto, 1998, pp. 524-544.

<sup>336</sup> Cf. PINTO, Alexandre – *O Lavrador de Forais: Estudo outorgados por D. Dinis*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUC, 2007, pp. 41-57.

<sup>337</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *A Dinâmica Dionisina*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 144-160.

portuguesa, podiam ser danosos para os interesses de Portugal, o que justificou a política de controlo de que foram alvo por parte de D. Dinis.

O vínculo de Santiago a Uclés foi combatido por D. Dinis num longo processo de negociações com a Santa Sé entre 1288 a 1319, que culmina na sua definitiva separação do ramo português do castelhano nos estatutos promulgados pela Ordem sob a direção do Mestre Pedro Escacho em 1327<sup>338</sup>. Neste sentido a Ordem de Avis também foi alvo de controlo durante o seu reinado. O monarca fez doações de Igrejas no Alto Alentejo à Ordem e do castelo de Noudar<sup>339</sup>, assim como, interferiu também na eleição dos seus Mestres, colocando homens da sua confiança<sup>340</sup>.

A Ordem do Templo foi alvo de uma complexa disputa de interesses entre D. Dinis e a Ordem do Hospital. Em causa estava o processo de extinção da Ordem do Templo a partir de 1307 na Europa, o qual o papa em 1312 decretou a sua extinção e que os bens do Templo fossem incorporados na Ordem do Hospital. Esta decisão não foi do agrado de D. Dinis, por que não só ia contra a sua política de controlo das Ordens, como também a fusão das Ordens poderia ser uma real ameaça ao seu poder. Uma série de negociações decorreram com a Santa Sé, e, o Papa João XXII determina, que, exceccionalmente nos reinos de Portugal, Aragão e Castela, os bens fossem administrados pelas respetivas coroas, culminando em Portugal na criação da Ordem de Cristo em 1319<sup>341</sup>.

Assim, nesta medida, compreende-se a posição de D. Dinis em alguns litígios entre a Ordem do Hospital e a Ordem do Templo com o poder concelhio e também em relação à Ordem de Avis. Os templários em todos os litígios envolvidos com os municípios, tanto régios como senhoriais, foram claramente beneficiados. Em Julho de 1292, uma contenda entre a Ordem e o concelho da Covilhã, sobre a confirmação dos direitos das dízimas da criação de lã, queijos e dos gados que iam da Covilhã pastar em Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha, Salvaterra do Extremo e vilas e comarcas de Castelo Branco que pertenciam à Ordem, os quais os moradores da Covilhã não queriam pagar, foi sentenciada pelo bispo da Guarda a favor da Ordem<sup>342</sup>. Em Julho de 1295, o concelho de Tomar entra em confronto com os seus próprios senhores sobre os monopólios dos

---

<sup>338</sup> CUNHA, Mário Sousa – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1991, pp. 90-120.

<sup>339</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem de Avis e a monarquia até ao final do reinado de D. Dinis*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, vol. XII, Porto, 1995, pp.113-123.

<sup>340</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII e XIV*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, vol. XIII, Porto, 1996, pp. 103-122

<sup>341</sup> PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, in Reis de Portugal. Mem Martins: Circulo de Leitores, 2ª ed., 2012, pp. 207-214.

<sup>342</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, pp. 212-213.



fornos do pão e os lagares de azeite. D. Dinis sentencia a favor da Ordem, confirmando os privilégios da Ordem sobre estas infraestruturas de transformação<sup>343</sup>.

A Ordem de Avis também inserida no jogo político de D. Dinis será beneficiada nos seus litígios. Em 1299, o concelho de Évora acusa a Ordem de posse indevida de uma várzea no termo do concelho, contudo, a Ordem apresentou os documentos que justificavam a sua posse, sentenciando o rei a favor da Ordem a manutenção da várzea. Posteriormente<sup>344</sup> o mestre D. Garcia Peres queixa-se ao rei que os privilégios da Ordem não eram cumpridos pelo concelho de Noudar, o que lhe trazia grandes prejuízos. O rei mandou que o concelho cumprisse os direitos da Ordem, sentenciando assim a favor desta<sup>345</sup>.

Porém a atitude tomada por D. Dinis para com a Ordem do Hospital parece bem diferente como já manifestou Paula Pinto Costa<sup>346</sup>. No âmbito da política de centralização régia e controlo das Ordens Militares e do processo de extinção dos templários, D. Dinis tomou decisões que prejudicavam os direitos dos hospitalários. Por exemplo, em Fevereiro de 1309 o comendador de Belver, Martim Fernandes é acusado pelo procurador do rei, Domingos Martins, de cobrar as portagens de Amêndoa e Sobreira que supostamente eram direitos do rei naquelas localidades<sup>347</sup>. A jurisdição destes lugares só será definitivamente resolvida, como veremos adiante, com D. Afonso IV.

Em 1312, o comendador de Fontelo era acusado de se apropriar dos açougues e de interferir na escolha do juiz do concelho de Armamar. A sentença deste pleito foi decidida pelo Infante D. Afonso a favor do concelho. Mais tarde, a Ordem do Hospital reclama que as delimitações dos termos das localidades de Urros (Hospital) e Bemposta (Templo) não estavam corretas, sentenciando o rei em 1319 contra os hospitalários, alegando que os marcos que definiam os termos estavam corretos. No final do reinado de D. Dinis, um outro caso desponta sendo a Ordem do Hospital novamente acusada de receber indevidamente os direitos de incensórios, comeduras, ltuosas, anúduvas e

---

<sup>343</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, pp. 212-213.

<sup>344</sup> A data é desconhecida, mas seguramente é posterior a 1307, data em que foi doado o castelo de Noudar à Ordem por parte de D. Dinis. Cf. CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem de Avis e a monarquia até ao final do reinado de D. Dinis*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, vol. XII, Porto, 1995, pp.113-123.

<sup>345</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, pp. 186-190.

<sup>346</sup> COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in Actas da II Semana de EstudiosAlfonsíes. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp.173-184.

<sup>347</sup> COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in Actas da II Semana de EstudiosAlfonsíes. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp.173-184.

portagens em S. Miguel de Cepães. Mais uma vez o monarca decide contra a Ordem, argumentando que a mesma não tinha base legal para o exercício dessas jurisdições<sup>348</sup>.

De acordo com as sentenças proferidas nos conflitos entre as Ordens Militares e os concelhos, verificamos diferentes posturas e diversos interesses nas tomadas de decisão. Contudo, tanto D. Afonso III e D. Dinis entraram em manifesta concordância no sentido de fortalecer o poder régio em detrimento destes poderosos senhorios. O primeiro, dadas as circunstâncias que encontrou na tomada de posse da coroa, implementa uma política delimitadora dos poderes das Ordens não as deixando expandirem-se. Não entrou em choque direto com elas, mantendo um equilíbrio entre os poderes do reino, tentando chegar a acordo entre as Ordens e os concelhos nas suas desavenças. Tanto quanto a documentação deixa perceber, apenas com a Ordem do Templo manifestou alguns atritos. Por seu turno, D. Dinis já procurou algo mais.

Em consonância com a conjuntura externa, D. Dinis faz um jogo duplo, tanto de benefício, como de controlo sobre as Ordens. Nos confrontos entre os concelhos e as Ordens, beneficia claramente as Ordens do Templo e Avis, contudo, exige delas cooperação nos seus objetivos políticos para cortarem os laços com autoridades castelhanas e papais. O mesmo parece ter acontecido com Santiago, embora não tenhamos encontrado nenhum caso de confronto com outros poderes para avaliar qual partido que o rei tomaria. Já o mesmo não podemos dizer relativamente à Ordem do Hospital, claramente perdedora face a este monarca. A estrutura supra-internacional dos hospitalários esbarrava com a orientação política de D. Dinis em cortar os vínculos das ordens com as autoridades exteriores ao reino de Portugal. Quando despoletou o processo de extinção do Templo, verifica-se que em todos os confrontos entre os poderes locais da Ordem e os do rei ou os dos municípios, a Ordem é claramente amputada das suas intenções, através de sentenças régias desfavoráveis aos hospitalários.

Apesar da guerra civil entre 1319-1324, que opôs D. Dinis ao seu filho, futuro D. Afonso IV, o processo de centralização régia continuou a ser reforçado, assim como o controlo sobre as Ordens Militares. Durante a guerra civil grande parte dos concelhos estavam do lado de D. Dinis, assim como os Mestre de Santiago, Avis, Cristo e inclusive o Prior do Hospital.

---

<sup>348</sup> COSTA, Paula Pinto –*D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in *Actas da II Semana de EstudiosAlfonsíes*. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp. 173-184.

## 5.2 – Confrontos entre Ordens Militares e concelhos nas políticas de centralização régia de D. Afonso IV.

D. Afonso IV na guerra civil que travara com seu pai tinha sido auxiliado por grande parte da nobreza terra-tenente, que se encontrava revoltada pelas medidas centralizadoras de D. Dinis. Entre 1325 e 1331, Afonso IV, segundo Oliveira Marques, parece que *se comportou como soberano feudal modelo, primeiro entre pares, aguardando o fortalecimento do seu poder para retomar o autoritarismo paterno*<sup>349</sup>. Assim, para este período, José Marques estudou alguns casos de litígio entre a Ordem de Avis e alguns concelhos alentejanos nos seus domínios: em 1326, com o concelho do Alandroal e, em 1329, com os concelhos de Veiros, Fronteira e Avis<sup>350</sup>. Neste contexto, parece que a passividade de D. Afonso IV favoreceu alguns abusos por parte da Ordem de Avis nestas localidades, na sequência do auxílio das Ordens Militares na subjugação dos seus irmãos bastardos, afirmando-se como o único e legítimo herdeiro da coroa<sup>351</sup>.

Todavia, a partir de 1331, a atuação do monarca altera-se. Convocou as cortes de Santarém nesse mesmo ano e promoveu o *chamamento geral* do reino para que se apurasse a legitimidade da posse de jurisdições e direitos senhoriais. Nas cortes de 1331 surgiu um conjunto de queixas por parte dos concelhos, em que denunciavam abusos por parte de alguns poderosos. Um que importa salientar para o nosso objeto de estudo é a interferência dos alcaides, meirinhos, cavaleiros e, sobretudo, comendadores na escolha dos juízes e alvazis contra a vontade dos concelhos. Face a esta situação, o rei ordenou que não o fizessem e que saíssem das jurisdições dos concelhos<sup>352</sup>.

A partir de 1331, tiveram lugar enormes reformas de índole administrativa e judicial, medidas de robustecimento do poder real e de luta aos grandes senhorios, inclusive às Ordens Militares. Essas leis, antecedidas pela reforma judicial de 1327, respeitaram ao estabelecimento dos *Juízes por El-Rei* ou *Juízes de fora*, à ordenação dos besteiros do conto, às reformas processuais de 1330, 1332, 1342 e 1345, à repressão da jurisdição senhorial e criação de novas honras, à regulamentação dos corregedores em 1332 e 1340, à corrupção judicial em 1333, às inquirições de Trás-os-Montes e da Beira

<sup>349</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Conjuntura*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986, p. 496.

<sup>350</sup> MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, Vol. V, Porto, 1985, p. 103; MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, pp. 285-305.

<sup>351</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, in *Reis de Portugal*. Mem Martins: Circulo Leitores, 2006.

<sup>352</sup> Pub., *Cortes Medievais Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, art.º 49, p.45.

em 1335, à ordenação dos oficiais dos concelhos e instituição dos vereadores por volta de 1340 e, por fim, à regulamentação do tribunal da corte entre 1331 e 1340<sup>353</sup>.

Neste contexto, dos reinados abrangidos pela cronologia desta dissertação, o de D. Afonso IV é o mais rico em contenciosos entre Ordens Militares e os concelhos. As reformas de D. Afonso IV melhoram substancialmente a capacidade de apelação dos concelhos junto do rei na denúncia dos abusos cometidos pelas autoridades das Ordens Militares, principalmente, dos comendadores.

Deste modo, em 1333, desponta um litígio entre a Ordem de Santiago e o concelho de Sesimbra sobre a jurisdição da vila de Coina, já abordado por Bernardo Sá-Nogueira<sup>354</sup>.

Em Fevereiro de 1336, o concelho da Figueira, estudado por José Marques<sup>355</sup>, acusa o comendador local de abuso do direito de aposentadoria. Assim, ocupava as casas dos homens-bons do concelho sem consentimento, não pagava a comida e os animais que extorquia aos moradores, utilizava as suas casas para estrebarias, os homens do comendador causavam distúrbios durante a noite e se fossem presos o comendador os mandava soltar sem qualquer multa ou castigo e, por fim, diziam que o comendador se apropriava dos fornos dos moradores sem o seu consentimento. Face a todas estas acusações, o comendador assumiu uma postura de refutação. O rei sentenciou a favor do concelho, no sentido em que pediu ao comendador que respeitasse a propriedade dos moradores, que não molesta-se os moradores, nem lhes tomasse nada à força, embora não fosse decidida qualquer pena para o comendador<sup>356</sup>.

Em Julho de 1337, o concelho de Cabeço de Vide acusou o Mestre de Avis de obrigar os moradores do concelho a ir a Noudar reparar os muros do castelo e fazer *cava* durante 6 semanas. Acusavam também os moradores de os penhorar quando se deslocavam a Monforte ou Portalegre tratar dos seus assuntos e, ainda, mandava o tabelião do concelho para Benavente fazer de seu mordomo. Acusava ainda de penhorar gado para levar o pão da Ordem ao Alandroal e usurpava também os cavalos dos moradores. O rei, perante estas graves acusações, proibiu o Mestre de os constranger em

---

<sup>353</sup> CF. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC-CHUP, 1990, pp. 97-203.

<sup>354</sup> NOGUEIRA, Bernardo Sá Nogueira - *O tombo velho de Sesimbra*, in Atas do I Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: C.M. Palmela, 1991, pp.26-32.

<sup>355</sup> MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*. Revista da Faculdade de Letras: História, série II, Vol. V, Porto, 1985, pp. 95-111.

<sup>356</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (INIC-CEHUNL), vol. II, 1992, doc.21, pp. 41-48.

tais atos, mas não obriga a Ordem a pagar quaisquer danos<sup>357</sup>. No final do reinado de D. Afonso IV, José Marques detetou uma outra contenda entre o concelho de S. Vicente da Beira e a Ordem de Avis<sup>358</sup>, o que constitui mais um exemplo das contendas a que nos reportamos.

A Ordem de Santiago também foi acusada de inúmeros abusos. O concelho de Ferreira do Campo<sup>359</sup> acusou esta Ordem de destruir os fornos e as fomalhas do concelho para aí construir os seus e cobrar impostos respetivos. O concelho reclamava o cumprimento da carta de foral que seguia os foros de Alcácer do Sal (inserido no modelo de Évora de 1166). Afirmava que os fornos eram propriedade do concelho, o que isentava os moradores de qualquer imposto. O rei, a 3 de Março de 1337, sentenciou, em parte, a favor do concelho. O Mestre de Santiago, D. Garcia Peres, ficou obrigado a respeitar o foro do concelho, não tomando posse dos fornos e que deixando os moradores usarem os seus fornos livremente. Contudo, o procurador do concelho protestou da sentença, por causa dos danos causados na destruição dos fornos. O rei ordenou que o procurador aceitasse a sentença, caso contrário incorreria numa multa de 500 soldos<sup>360</sup>.

O Mestre de Santiago, D. Garcia Peres, vai reclamar os direitos das dízimas de todas as mercadorias que vinham pela foz do rio Sado, em Setúbal e Alcácer, como os direitos do sal e, também, os direitos dos impostos dos pescadores de Sesimbra, Almada e Palmela, que lhe tinham sido retirados. O Mestre argumenta que eram direitos que tinham sido adquiridos pelo seu avô D. Afonso III, havendo documentos comprovativos. Em Setembro de 1339, o rei sentenciou a favor da Ordem, ordenando que fossem restituídos os direitos reclamados pela Ordem. Salvaguardou, porém, que fossem cumpridos os direitos régios nessas localidades<sup>361</sup>.

---

<sup>357</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. II, 1992, doc.105, pp. 199-200.

<sup>358</sup> Infelizmente este é um outro caso que não tivemos oportunidade de analisar dado que não se encontra publicado na chancelaria. Cf. MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis em 1336*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, Vol. V, Porto, 1985, p. 103. Veja-se: A.N.T.T. – *Ordem de Avis*, maço 5, nº 553.

<sup>359</sup> No nosso entender deve ter havido erro de escrita no nome do concelho em questão porque o concelho em questão deve ser Ferreira do Alentejo e não Ferreira do Campo. Os motivos que nos levam a duvidar são: na atual carta administrativa de Portugal, de todas as freguesias, não existe nenhuma com esse nome; a Ordem de Santiago tinha outorgado carta de foral, como vimos, a Ferreira do Alentejo, precisamente, com os foros de Alcácer do Sal em 1257.

<sup>360</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. II, 1992, doc.56, pp. 113-114.

<sup>361</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. II, 1992, doc.198, pp. 306-310.

O concelho de Setúbal insurgir-se-á contra a Ordem de Santiago, num caso que já mereceu a atenção de José Marques<sup>362</sup>. O contencioso apresenta um longo rol de acusações de índole militar, económica e jurisdicional. A Ordem é acusada de obrigar o concelho a ir em hoste e em fossado, reclamando que se cumprisse o direito da carta de foral outorgada pela Ordem, que isentava o concelho de tal obrigação. Os juízes escolhidos pelo concelho tinham de fazer *longas caminhadas* para ir ao convento do Mestre para serem confirmados por ele, recebendo uma carta que os habilitava para tal, e ainda tinham que pagar uma taxa de chancelaria. Neste sentido, o concelho argumentava contra tais despesas, dizendo que eram desnecessárias. Ainda acusava o Mestre de limitar os poderes dos juízes, concedendo cartas de segurança a indivíduos que tinham problemas com a justiça, desautorizando os juízes e contornando a lei. O concelho reclamava para si a gestão dos pesos e das medidas e incriminava a Ordem de cobrar mais do que devia na utilização dos fornos senhoriais e de os não deixar construir os seus. Por fim, acusou a Ordem de cobrar imposto das rendas dos comerciantes.

Posto isto, o rei procurou um entendimento as partes. Como resultado, iliba os moradores de irem em fossado pela Ordem, exceptuando as situações em que o rei assim o exigisse, tal como estava na carta de foral. O Mestre comprometeu-se a respeitar a atuação dos juízes, assim como o Direito o exigia. O concelho ficou com o direito de escolher os *medidores*, mas, com a condição de pagarem à Ordem o imposto para usufruírem dos pesos da Ordem. Os vizinhos ficaram com o direito de construir os seus fornos e de fazer negócio nas suas tendas sem pagarem imposto à Ordem, como os restantes concelhos que se regiam pelo foro de Évora de 1166<sup>363</sup>.

No âmbito do chamamento geral e das consequentes inquirições das jurisdições nas regiões Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira, a Ordem do Hospital foi alvo de averiguação dos seus direitos<sup>364</sup>. Como vimos, esta Ordem detinha um vasto património adquirido durante a reconquista, através de doações régias e particulares nestas regiões.

Neste sentido, os procuradores do rei acusaram o Prior do Hospital de exercer indevidamente a jurisdição cível e crime na aldeia de Seia, que pertencia à jurisdição do rei. Os habitantes escolhiam os juízes em certas alturas do ano e o comendador local

---

<sup>362</sup> MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, pp. 285-305.

<sup>363</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1340-1344)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. III, 1992, doc.324, pp. 154-163.

<sup>364</sup> MARQUES, José – *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in *Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV. Porto, 1990, pp.1527-1564.

procedia à sua confirmação. Afonso IV, a 19 de Março de 1336, sentenciou que a Ordem mantivesse a jurisdição de cível, mas que a do crime passasse para a jurisdição régia. Esta decisão foi tomada após o procurador do Hospital ter mostrado documentos que provavam a jurisdição por antigo privilégio de D. Sancho I<sup>365</sup>. A Ordem foi inquirida sobre legitimidade da posse da vila Torre de D. Chama, porém a sentença é por nós desconhecida<sup>366</sup>.

Em Abril de 1339, os oficiais do rei declararam que o comendador de Chavão, João Vasques, se tinha apoderado ilegítimamente dos direitos das rendas da aldeia de Sigães. O comendador era acusado de receber os direitos régios da oitava parte do pão e do vinho, assim como era acusado de penhorar lenha, gado e palha aos habitantes. O rei sentenciou este processo contra o comendador, ordenando-lhe que não penhorasse nada na aldeia, porque esta não lhe pertencia<sup>367</sup>.

A partir de uma outra sentença de D. Afonso IV encontramos todo um processo que se arrastava desde D. Dinis, em que o anterior monarca lhe tinha retirado as jurisdições nas vilas de Sobreira e Amêndoa. Em Agosto de 1339, detetamos uma disputa entre o concelho régio de Abrantes, de um lado, e o Prior do Hospital, Álvaro Gonçalves, do outro. Em causa estavam as aldeias de Mação e Amêndoa, queixando-se o Prior que a Ordem tinha sido *esbulhada* pelo rei e seus oficiais num processo anterior. Pela consequente execução da sentença, estas aldeias do termo do castelo Belver foram-lhe retiradas. O Prior parece que utilizou argumentos bem persuasivos na justificação da referida usurpação. Primeiro disse que o rei confirmou a execução sem o Prior ser inquirido, como o Direito o exigia, afirmou que as aldeias sempre pertenceram ao termo de Belver e que a vila de Amêndoa tinha selo, foro e *sina* da Ordem. Aí o Prior explicou que a vila tinha juízes e almotacé próprios, confirmados por ele, recebia todas as rendas da vila e era a Ordem que afixava os decretos reais. Acrescentou que das sentenças da vila, os juízes apelavam para o Prior, que as expedia para o rei. Posto isto, D. Afonso IV encerrou este processo a favor do Prior. O rei ordenou que os seus oficiais e os do concelho de Abrantes saíssem da vila de Amêndoa, querendo *fazer graça e mercê* ao

---

<sup>365</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. II, 1992, doc.19, pp. 37-39.

<sup>366</sup> A sentença é desconhecida porque o texto, publicado na Chancelaria de D. Afonso IV, apresenta só o cabeçalho e a subscrição do rei e seus funcionários, sem apresentar qualquer referência à condução do processo. Contudo, José Marques afirma tratar-se de uma inquirição sobre a jurisdição da Ordem nesta vila, afirmando também que o rei confirmou a sua jurisdição. Cf. MARQUES, José – *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. IV. Porto, 1990, p. 1540.

<sup>367</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. II, 1992, doc.175, pp. 279-283.

Prior D. Álvaro Gonçalves<sup>368</sup>. Esta tomada de decisão foi contra a lógica da política de fortalecimento do seu poder, contradizendo até uma antiga sentença de D. Dinis.

Voltando ao âmbito das inquirições senhoriais, encontramos uma última inquirição à Ordem do Hospital. Neste sentido, o Prior disse que tinha na sua posse a vila da Sertã com o seu termo; a vila do Crato com seu termo; a vila de Montouto com o seu termo; a vila de Oliveira, situada perto de Seia, com seu termo; o castelo de Belver com Gavião, Cortiçada, Buchieira, Carvoeiro, Envendo, Amieira, Amaria; o castelo de Algozo com seu termo. O Prior afirmou que em todos estes lugares tinha toda a jurisdição cível e crime. O rei, em Agosto de 1341, confirmou todos os direitos e jurisdições ao Prior Álvaro Gonçalves<sup>369</sup>. Esta inquirição foi também alvo de análise por parte de José Marques, que afirma que houve *saltos* na condução deste processo, pois algumas destas localidades eram posições estratégicas na defesa do reino face a Castela<sup>370</sup>.

O último caso por nós analisado é referente a uma inquirição ao comendador de Pussos, Rui Guilherme, da Ordem de Cristo. Os oficiais régios acusaram o comendador de não deixar entrar o mordomo régio de Alvaiázere e em Pussos para recolher os direitos que pertenciam ao rei. O monarca sentenciou, em Março de 1344, contra o comendador determinando que ele não embargasse o seu mordomo, deixando-o exercer o seu ofício e que recolhesse os seus direitos, tanto em Alvaiázere como em Pussos<sup>371</sup>.

O rol destas sentenças lega-nos pequenas pistas relativamente à administração local das Ordens Militares nos seus senhorios. Confirma-se o que dissemos no capítulo anterior, relativamente aos oficiais das Ordens. Os comendadores possuíam amplas funções administrativas, judiciais, económicas e militares, funcionando como verdadeiros terra-tenentes das Ordens Militares. Nos capítulos das cortes de 1331, o monarca dirige-se aos comendadores, alcaides, meirinhos e outros poderosos determinando que não abusassem dos seus poderes. Pela equiparação feita pelo monarca, deduz-se que tinham funções idênticas, mas representavam poderes diferentes. O mesmo aconteceu nas cortes de D. Pedro I em Elvas no ano de 1361<sup>372</sup>.

Os Mestres, e por vezes os comendadores, intervinham amplamente na gestão dos seus concelhos, e por vezes até nos régios, confirmando os magistrados locais e

---

<sup>368</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. II, 1992, doc.125, pp. 219-224.

<sup>369</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1340-1344)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. III, 1992, doc. 320, pp. 144-145.

<sup>370</sup> MARQUES, José – *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in *Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV. Porto, 1990, p. 1534.

<sup>371</sup> Pub., *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1340-1344)*. Lisboa: INIC-CEHUNL, vol. III, 1992, doc. 412, pp. 317-319.

<sup>372</sup> Cf. Pub., *Cortes Medievais Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, art.º 67, p.47.



funcionando como última instância local. Em última condição despachavam os casos mais complexos para o tribunal régio, como vimos para o caso da Ordem do Hospital.

Ao longo deste rol de sentenças proferidas por D. Afonso IV, verifica-se algo de interessante, na medida em que algumas das decisões régias foram tomadas a favor das Ordens Militares. Causam especial estranheza as confirmações de muitas jurisdições da Ordem do Hospital sendo ela de perfil internacional. Nos casos em que sentença a favor dos concelhos, o monarca nunca retira jurisdição nem privilégios a nenhum comendador, limitando-se apenas a corrigir os abusos de poder que cometiam. Da mesma forma que não faz justiça aos danos materiais causados aos concelhos, sentenciando em seu favor, na prática e neste tipo de casos, as Ordens não foram cerceadas de privilégios, mas sim admoestadas pelos abusos de poder. O caso em que realmente se pode dizer que D. Afonso IV retirou privilégios foi à Ordem do Hospital. Por exemplo, nas aldeias de Seia, retirou-lhe a jurisdição do crime, mantendo, contudo, a do cível, sem aparentemente terem surgido protestos por parte da Ordem. Também no caso da Ordem de Santiago e no que toca à sua relação com o concelho de Setúbal, o monarca também faz algumas restrições. Neste sentido, aplicou as prerrogativas que os restantes concelhos inseridos no paradigma de Évora já tinham como adquiridas, limitando-as às isenções de impostos dos fornos e tendas.

O reinado D. Afonso IV foi inequivocamente marcado pela subjugação dos poderosos à autoridade régia, principalmente os poderes da Igreja<sup>373</sup>. Muitos bispados, como o do Porto e Braga, e senhorios monásticos foram amputados de algumas jurisdições que exerciam<sup>374</sup>. No final do reinado de D. Dinis, o monarca censurou, numa lei de 1317, os senhores que impediam as apelações locais ao rei e intimou os nobres a consentirem as apelações sob pena de perderem todos os seus direitos e jurisdições.

A partir daí a política repressiva da coroa acentuou-se com a proibição de novos coutos e honras, sendo confirmadas com todo o rigor possível as que já existiam. Afonso IV, em 1331, renova a lei de 1317, suprimindo em geral todas as apelações para os senhores, a não ser em casos excecionais. No mesmo sentido, os textos legislativos de 1334, 1335, 1341 e 1343, sufocaram paulatinamente o poder senhorial<sup>375</sup>. Ao mesmo tempo, os concelhos sentiram apoio da política régia e os procuradores do povo

---

<sup>373</sup> Cf. MARQUES, José – *Igreja e Poder Régio*, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 217-256.

<sup>374</sup> Cf. MARQUES, José – *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in *Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV. Porto, 1990, pp. 1527-1564.

<sup>375</sup> Cf. MORENO, Humberto Baquero – *Estado, Nobreza e Senhorios*, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 257-267. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Nobreza*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986, pp. 236-249.

aumentavam nas reuniões de cortes as queixas contra os seus senhores<sup>376</sup>. Assim como também aumentam as apelações ao rei dos abusos das Ordens Militares como vimos. Porém, a postura que D. Afonso IV manteve com as Ordens Militares parece ter sido um pouco diferente até mais sensível na forma de lidar com elas. A conjuntura interna e externa deste reinado parece determinar um certo cuidado nas relações entre a monarquia e as Ordens Militares, como sugerem as sentenças que analisamos.

No fim do reinado de D. Dinis, o equilíbrio entre os reinos peninsulares cristãos marcava a linha geral da diplomacia. O tratado de Agreda, de 1304, entre Portugal, Castela e Aragão, estabelecia uma aliança perpétua dos três reinos, que foi confirmada em 1328 e em 1329. Todavia, o casamento do Infante D. Pedro com D. Constança, filha de uma poderosa família castelhana inimiga de Afonso XI desencadeou numa nova guerra entre Portugal e Castela. A guerra iniciou-se no verão de 1336 e terminou com um tratado de paz em Julho de 1339, com a participação das Ordens Militares<sup>377</sup>. Afonso XI, face a uma ameaça de grande dimensão vinda de Marrocos, pede auxílio aos estados da cristandade para combater os muçulmanos, a que Afonso IV acudiu. Em Outubro de 1340, Afonso IV, com o auxílio do Mestre de Avis, D. Gonçalo Vaz, do Mestre de Santiago, D. Garcia Peres, e do Prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves, saiu vitorioso na batalha do Salado. A guerra contra os muçulmanos continuou até Março de 1344<sup>378</sup>.

Assim, compreendemos que D. Afonso IV tenha contado com apoio das Ordens Militares, tanto no início do seu reinado para subjugar o seu meio-irmão Afonso Sanches, como para resistir à guerra com Afonso XI frente aos muçulmanos no Salado. No estado de guerra em que o reino se encontrava entre 1336 e 1344, em que as sentenças por nós analisadas anteriormente se situam, o monarca adota uma postura de não entrar em colisão com elas, dado que o seu apoio era essencial na conjuntura política. Paralelamente, as Ordens Militares aproveitaram o clima de guerra para exigir direitos anteriormente amputados. A este nível podemos recordar o direito das mercadorias em Setúbal e Alcácer pela Ordem de Santiago, bem como a restituição da jurisdição da vila

---

<sup>376</sup> Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Estado e as Sociedades Urbanas, A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 269-292.

<sup>377</sup> Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449)*, in *Nova História Militar de Portugal, vol.I, (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 245-261; MARQUES, A. H. de Oliveira – *As Relações Diplomáticas*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986, pp. 316-322.

<sup>378</sup> Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449)*, in *Nova História Militar de Portugal, vol.I, (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 245-261; MARQUES, A. H. de Oliveira – *As Relações Diplomáticas*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986, pp. 316-322.

de Amêndoa e a confirmação das vilas e castelos sem uma inquirição rigorosa à Ordem do Hospital, confirmados pelo rei sem colocar algum entrave.

O estado de guerra deve ter obrigado as Ordens Militares a exercer uma maior pressão nos espaços concelhios na recolha de rendimentos e recrutamento de homens para fazer a guerra, situações que certamente não agradaram às entidades concelhias, apelando para a intervenção régia, dado que Afonso IV criou e reformulou o aparelho estatal, permitindo um processo de apelação melhor junto à justiça régia.

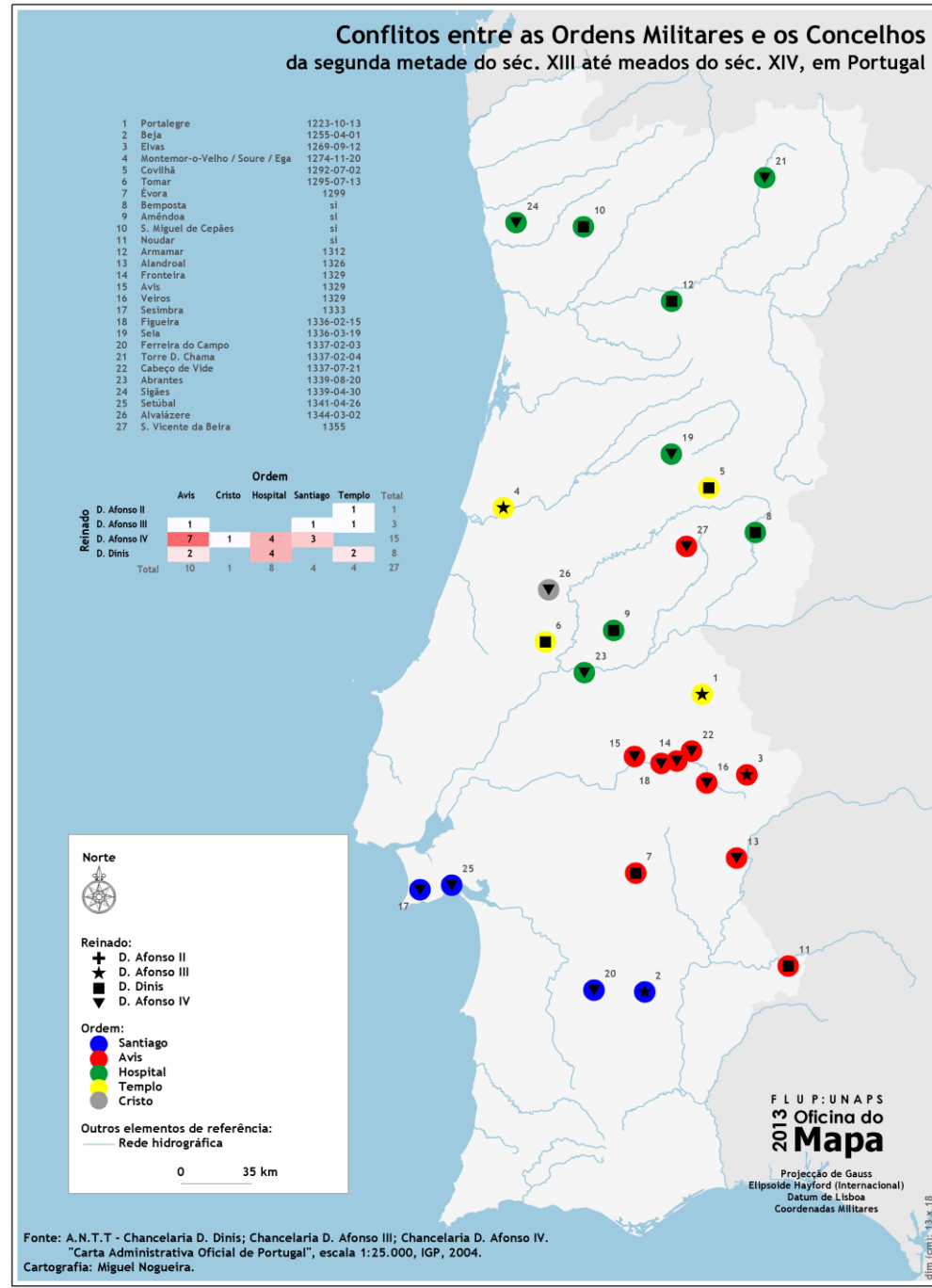
As Ordens Militares parecem acompanhar todo o processo das relações diplomáticas, com protagonismos diferentes por parte de cada Ordem, desde D. Afonso III até D. Afonso IV. O apoio destas instituições às estratégias régias era deveras determinante nas políticas externas, tanto nas negociações com os reinos peninsulares, como com a Santa Sé. Se as Ordens Militares foram a muleta de apoio de afirmação dos reis de Portugal nas políticas externas, os concelhos parecem ter sido o suporte dos reis na afirmação da política interna. Assim, nos litígios entre estas duas esferas de poder, os monarcas ora decidem a favor de uns ora de outros, mantendo um equilíbrio entre os dois poderes, evitando um choque direto com eles, dado que ambos eram essenciais nas suas políticas.

Os reinados posteriores de D. Pedro I e D. Fernando foram marcados por uma forte tensão entre Portugal e Castela e a consequente guerra. Os concelhos e as Ordens Militares continuaram a ser suportes fundamentais na defesa do reino contra as agressões externas vindas de Castela no quadro da Guerra dos Cem Anos. Estes dois pilares foram fundamentais na guerra civil de 1383-1385 e na consequente afirmação da soberania do reino de Portugal, culminando na aclamação do Mestre de Avis como defensor do reino e, posteriormente, como rei de Portugal nas cortes de Coimbra de 1385 com o apoio dos povos através dos procuradores dos concelhos<sup>379</sup>.

---

<sup>379</sup> Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449)*, in *Nova História Militar de Portugal*, vol.I, (sécs. XIV-XV). Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 261-279; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Conjuntura*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986, pp. 505-530.

## MAPA – 11



## Conclusão

A entrada em cena das Ordens Militares no processo de reconquista no território Português conduziu a um inegável labor de povoamento protagonizado por estas instituições, facto manifestado através das cartas de foral que nos chegaram até ao momento. A instituição de um número relevante de concelhos por parte das Ordens Militares demonstra, não só, a magnitude destes senhorios que se constituíram no reino de Portugal, como também, a aceitação tácita dos monarcas na outorga dessas cartas, resultando no desenvolvimento de um plano marcado por fortes conveniências na reconquista do território.

Por seu lado, as Ordens Militares encetaram uma profícua estratégia de povoamento, sustentada na adoção dos modelos jurídicos régios nas outorgas das cartas de foral e no estabelecimento de vastas redes de comendas para sustento dos seus castelos e fortificações, traduzindo-se, assim, num original modelo de povoamento sustentado nestes três pilares, o que lhes permitiu ataques mais eficazes às terras muçulmanas e uma melhor consolidação dos seus territórios.

Nesses núcleos de povoamento, as Ordens Militares puderam captar gentes para as suas terras, permitindo a sua ascensão social e, quiçá, até entrar nos quadros internos das Ordens Militares. Aí também estimularam a exploração económica e a transação de mercadorias, podendo recolher consideráveis impostos resultantes, tanto das produções agrícolas, das atividades marítimas e das criações de gados, como das portagens das mercadorias que circulavam no reino. Deste modo, contribuíam esses rendimentos, tanto para o sustento das estruturas destas instituições, como também para mantimento das suas imponentes fortificações e respetivas guarnições para fazerem a guerra contra o *infidel*.

Como garantia do cumprimento dos direitos das Ordens Militares nesses espaços, especialmente nos concelhos, faziam-se representar pelos seus oficiais, entre os quais se mordomos, meirinhos e comendadores, que participavam na recolha dos seus impostos e coimas judiciais, salvaguardando os interesses das Ordens. Contudo, as Ordens Militares reconheciam a autonomia dos seus concelhos de poderem escolher os seus magistrados sobretudo os juízes, alcaides e outros oficiais (de acordo com cada concelho), salvaguardando estes os direitos dos moradores.

Por fim, terminada a reconquista em Portugal, a implantação estratégica das Ordens Militares no território entre os três pilares de povoamento que referimos, desembocou num clima, por vezes, conflituoso entre as Ordens Militares e os seus concelhos, como também entre as Ordens e concelhos régios que conviviam com

comendas das Ordens Militares. A natureza destes processos foi muito diversa. A natureza dos assuntos em conflito podia ser de cariz económico, administrativo, judicial e, sobretudo, jurisdicional decorrente do exercício dos direitos de cada uma das partes nas localidades abordadas.

Na sequência dos processos de centralização régia encetados por D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, foi adotado um conjunto de reformas no reino que os levaram a afirmar o poder da coroa em detrimento dos restantes senhores, os quais criaram mecanismos de apelação à corte onde os concelhos denunciaram os abusos dos poderosos do reino. Assim, os concelhos aproveitaram esta nova ordem política para se libertarem da pressão e dos abusos das Ordens Militares que eram exercidos nos espaços concelhios.

Neste sentido, os monarcas sentenciavam estes acordos em consonância com os seus interesses em determinadas conjunturas, ou seja, umas vezes a favor dos concelhos, outras a favor das Ordens Militares. A complexidade das várias instâncias e dos vários agentes administrativos era em tempos medievais muito acentuada e reflectiu-se na relação mútua que se foi estabelecendo entre os Concelhos, as Ordens Militares e a Coroa.

# **ANEXOS**

## Anexo 1 – Transcrição Paleográfica de Documentos

### DOC. 1

#### Foral de Travancinha

1280, Seia – D. Simão Soares, Mestre da Ordem de Avis, outorga carta de foral aos povoadores de Travancinha.

A.N.T.T., *Ordem de Avis*, maço 2, nº 117.

In Dei nomine ámen esta est a carta, a saber, foro perdoravell aqual nos dom Simom Soarez pela graça de Deus meestre d'Avis de sembra com o convento desse menesmo logo encomendamos a facer. A vos nossos vassalos probadores em Travanciam da herdade da Oredem d'Avis na qual herdade hos pobradores avedes no seo feytio, comvem a saber, que nos dedes ende cada I anno sétima parte do pam e oytava do vinho branco e I cesta de tinta e cada I homem non aleje (...) de tanto tenga seu vinho branco e esa cesta de soso dicta e se mays tinta ouver de ende a oytava (...) de linho e de ligorina. E de cada I casal em cada I anno dem senos franganaz por Sam Juam Baptista. E (...) teeygas de centeo por heyradiga e seram dadas do monte ate que de a raçom (?) e outro sy dem (...) quem no ouver e outro sy senas fuaatas (?) de vinho quem no ouver e outros y dem (...) seer quanto a pranga III feferas de linho legadas hunas ate hunas. E de cada I cassal em cada I anno dem VI alceyres de trigo limpo perou moyno por fogaça. E dem senos seyteyros de centeo por fogaça do seu quinto e por Samigell dem de cada casal IIIcapooens X ovos quaes serom boons come est hosado na terra. E quem ouver porco que mate de Sam Martinho (...) em troydo de corazill. Com II costas e com seu lombo e seerem fondo doo couto em aniom e em cima de I maçom travesso e se ouver porco e nom der corazill como de soso est dicto de por ele I maravedi (?) salvo se o vender pêra campear (...) ou pêra casar fillo ou filla e se o vender por algonas destas rações de I galinha ou I perdiz ou carne do I (...) conocença e senom ouver porco de a conocença de soso dicta. E cada casal quintas fogos hy ouver dem (...) ouverem porcos e se os nom ouverem nom dem coraziis nem dem chos dona conocença. E de cada casal em cada (...) IIII feyxes de paaos a vinha da Oredem. E dem senos dias a podar. E senos dias a cavar(?). E senos dias a rediar (...)



pera as cobas. E senos dias a vindimar. E cada I casall se semear feraa pêra seus (...) seysteros nom (...) raçom e do mays de raçom e meyo casal de meyo fora. E homem que more no casal e se quiser hir pera outro senhorio vaa ao comendador se for no logar. E senom vaa ao que tiver<sup>380</sup> no casal. E de I pam centeo I denario. (...) E do pam e do vinho quanto acharem na casa leve o senhor ho quinto e do que le achar nas arcas file o senhor e leve o senhor o quinto se quiser e escose per hy hos foros. E senom levar o senhor o quinto do que jaz em nas acras dem le seus foros e quem nam aforar herdade perca seu feytio. E se aloom homem se vay do casal e se nom espede file le Oredem quanto la achar. E nemgoom nom le empare. E quem quiser vender seu feytio venda o aa (...) portanto. E se a Oredem nom quiser venda o aa tal homem que seja vassalo da Ordem e le de hos seus dereytos (...) dicto ser do quanto le derem por ele de ho quinto aa Oredem e se se aloom homem for do casal com homezio ou (...) ao comendador e vaa por vassalo da Oredem. E fore a herdade ou outrem por ele. E aja seu feytio. E homem (...) casa foreyra de por Samigell I galinha. E V ovos. E se over porco de carazill como est de suso dicto. E se o nom (...) E vaa parou quiser e nom se espeça. Salvo a casa que est chamada de *Martym* Fernandez que deve a dar I capam (?) (...) E, a saber, a cassa que est chamada de Juam Fernandez I capam V ovos e da<sup>381</sup> que est chamada de Pedro Stevaez I alceyre (...) E I galinha seer ho triigo lempo. E d'outra cassa que est chamada de Pedro Stevaez de galinha V ovos e doo I treo (...) casal que est chamado de Lourenço Perez e parte d'outra est da herdade da Ecclesia dem ende I fragam (...) E em oma casa em cima da villa chamada d'Estevam Galego na careyra da Sovereda dem ende I galinha (...) I cheyra aviva. E quantos probadores ouver em a aldeia de Travancinha tenham (...) come em no castello de (...) telego sera da Oredem d'Avis e quem (?) quiser romper em termo de Travancia(...)

---

<sup>380</sup>Entrelinhado: “arave (?)”.

<sup>381</sup>Entrelinhado: “casa”.

romper deso a carta foy feyta de oytava. E, a saber, essa aldeia de Travancia dem aa Oredem sa portajem a (...) foy (...) esta est em meita dos foros de (?) moynos que am a dar aa Oredem em peça (?) do moyno que est a em reyo a saber esse (...) careyra da Sovereda devem a dar I teeyga de triigo limpo II capoes. E caso esse moyno esta outro moyno (...), a saber, e que devem a dar I teeyga de trigo limpo II capões por Samigell. E em no rryo de Travancia est I moyno (...) Sam Juaam de que devem a dar ho quinto da venda. E outro moyno aso esse d'outro tal foro. E so esse outro moyno de (...) devem a dar I galinha V ovos. E I almode de triigo e ho quinto da venda. E quem ouver eeyra vedra que jaz outra carreyra do casal e a de Travacinha em cabo da villa. Qual deu Juam Perez e dona Gabana aa Oredem de ende em cada I anno II capoes X ovos. E os pobradores de Travancia colam seu pam e malem e debolem. E ante que a limpem peçam (?) a mayordomo e nom a lempem sem ele. E outrosy colam as ovas no lagar e ate que de moste peçam ao mordomo. E nom demoste sem dar. E outrosy chamem o mayordomo que sace os omezios e as vozes e as coymas. E que chege a dereyto a quem no demandar e aqueles que (...) e reevell vencem denarios ou pam como cada de o revel a decima parte ao mayordomo do que for ventado e se for outro aver do revell o vinho ao mayordomo que promete o que demanda. E prometa comonal coussa. E toque este demandar se de taer de ao mayordomo a decima ou o vinho como de soso foy dicto. E nom façam oveença per que tolam ho seu dereyto mayordomo. E se algem demandar em Travancia herdamento ou feytio em ponou como o (...) em sea pela carta do foro.

## DOC. 2

### Foral de Tolosa

1281, Julho, 8, Santarém – D. Gonçalo Fagundes, Prior da Ordem do Hospital, outorga carta de foral aos moradores de Tolosa com os foros da vila do Crato.

A.N.T.T., *Gaveta 15*, maço 9, nº18.

En nome de deus padre e filho e spiritosanctoamen. Nos (...) Gonçalo Fagundes omildoso priol da hordin de sam Iam do spital (...) de Portugal De conselho e doutorgamento de nosso cabido geral que foi celebrado en Coynbra no mes de mayo na era mil ccc xix. (...) poboar o nosso lugar que e dicto Tolosa. E damos a vos povoadores assi aos que ora sodes como aos que an d´seer foros e costumes do Crate. Que duas partes dos cavaleiros vão en fossado e terça parte fique na vila e faça fosado I ves no ano. E quem nom for a fosado peyte V soldos por fosadeira e por omezio peyte c soldos a paaço. E por casa derrota com armas scudos e spadas peyte ccc soldos e septima a paaço. E quem furtar peyte por hum nove e aia o ententor dous quinoes e a VIIª parte a paaço. E quem molher forçar e ela brandando disser que e del forcada e el negar de ela outorgamento de três homees taes qual el for e el jure com XII. E senom ouver outorgamento jure el soo. E senom poder jurar peyte a ela CCC soldos VIIª a paaço. E testemunha mintyrosa e fiel mentiroso peyte LX soldos e VIIª a paaço e doble o aver. E quem en concelho ou en mercado ou enegleia ferir peyte LX soldos meynos a paaço e meynos ao concelho. E do meyo do concelho VII a paaço. E omem que for gentil ou herdador nom seia meyrino. E quem na vila penhos affialando ou fiador que a monte for penhorar doble a penhora e peyte LX soldos e septima a paaço. E quem nom for a sinal do juiz e penhos sacudir a sayom peyte I soldo ao juyz. E quem não for a apelido se for cavaleiro peyte X soldos. E se for peom peyte V soldos aos (...) salvo os que som en serviço alheo. E quem ouver aldeia e hum iugo de boys e XL ouelhas e hum asno e dous leytos compre cavalo. E quem quebrantar sinal com sa molher peyte I soldo ao juiz. E molher que leixar seu marido de beeycom peyte CCC soldos e septima a paaço. E quem leixar sa molher peyte I dinheiro ao juiz. E quem cavalo alheo cavalgar peyte I carneiro por I dia e se mais peyte as angueras e peyte polo dia VI dinheiros e pola noyte I soldo. E quem ferir de lança ou spada pola entrada peyte X soldos. E se entrar aa outra parte peyte XX soldos ao quereloso. E quem quebrantar olho ou braço ou dente por cada hum nembro peyte C

soldos ao asinaado e elhe de VIIª a paaço. E quem molher alhea ferir ante seu marido peyte XXX soldos e VIIª a paaço. E quem conduteiro alheo matar seu amo nom colha omezyo VIIª a paaço. (...) do seu ortalão e do seu molleiro e do seu solarengo. Quem mouro alheoen seu ero mudar V soldos e VIIª a paaço. E quem linde alheo quebrantar peyte V soldos e VIIª a paaço. Quem ouuer vassalo en seu solar ou en sua herdade nom seruha a outro homem de toda sa fazenda senom ao senhor do solar. Tendas muynhos e fornos d'omees de Tolosa seram livres de foro. Cavaleiros de Tolosa seiam en juizo por podestades e infanções de portugal. Crerigos aiam foro de cavaleiros. Peões seiam en juizo por cavaleiros vilaãos de fora. Quim veer vozar contra seu vezinho por home de fora de vila peyte X soldos e VIIª a paaço. Gaado de Tolosa nom seia montado en nenhua terra. E homem a que se nafragar seu destrado seia escusado (...) do ano. Mançebo que matar home fora da vila e fugir seu amo nom peyte omezio. Por todas querelas de paaço juiz seia vozeiro. Quem en vilha penhorar com saiom e sacudir a ele pegnores outorge o sayon e prenda conçelho de tres colações e prendam por LX soldos meynos ao concelho e meynos ao rancuroso. Barões de Tolosa nom seiam dados en prestamo. E se homees de Tolosa ouvere juizo a homees doutra terra nom corra antre eles firma. Mais corra per esquisa ou reto. E homees que quiserem pousar o seu gaado en termo de Tolosa prenda deles montadigo de grey d'ovelhas IIII carneiros e de busto de vacas I vaca. E este montadigo e do concelho. E homees cavaleiros que foram em fossado ou en guarda todolos cavalos que se perdereen algara ou en lide primeiramente (...) eles sen quinta. E pois de anos quinta dereyta. E quem todo homem de Tolosa que achar homees doutros logares en seu (...) tallando ou levando madeira de montes prenda quanto achar sen coomha. D'açarias e de gurdas den a nos a V.<sup>a</sup> parte sen nenhua offreçom. E qualquer gaado (...) penhorar ou roubar fazer peite LX soldos a paaço e dobre o gaado a seu dono. Testemunhamos e por sempre firmamos que quem quanto que penhorar mercadores ou carreyreyros cristaaos judeu ou mouros se nom for fiador ou devidor quem o fizer peyte LX soldos e dobre o gaado que perder a seu dono e sobretudo disto peyte C morabitos polo couro quebrantar e priol e convento aiam a metade e concelho a metade. E se alguen a essa vila veer roubar per força cousas de comer ou outras cousas quesquer e y morto ou ferido for nom peyte por el coomha nem seja omeziaes de seus parentes. E que com queixume dele veer ao priol ou ao senhor da terra peyte C morabitos meyadade ao priol e ao convento e meyadade conçelho. Mandamos e outorgamos que se alguen for ladro e se la per hum ano leyxar de furtar ou de roubar

se mandado for por alguma cousa que fizesse. Salvesse assi como ladrão. E se ladrão é e se ladrão foi (...) e aia pena de ladrão. E se algum demandado for por furto e nom e ladrão nem o foy responda a seu foros. Se alguém filha alheia roubar sen sa vontade dea a seu parentes e peyte a eles CCC morabitinos e VII<sup>a</sup> a paaço eseia omizia. De portagem de foro de trouxel de cavalo de panos de lãa ou de linho I soldo de trouxel de lãa I soldo de trouxel de fusthães V soldos de trouxel de panos de cor V soldos de carrega de pescado I soldo de carrega d'asno VI dinheiros de carrega de coelho de cristhaos V soldos de carrega de coelho de ouros I morabitino de portagem de cavalo que venderem em mercado I soldo de mula I soldo d'asno VI dinheiros de buy VI dinheiros de carneiro III mealhas de porco II dinheiros de forom II dinheiros de carrega de pan e de vinho III mealhas de carrega de peom I dinheiro de mouro que venderem em mercado I soldo de mouro que se comprar a dezima de mouro que talha o seu dono a dezima de coyro de vaca ou zebra II dinheiros de couro de cervo ou de gamo III mealhas de carrega de cera V soldos. Esta portagem e domees de fora da vila a terça de seu hospede e as duas partes ao priol e do convento.

E os de suso dicto priol en sembra com o cabido do suso dito. Damos e outorgamos a vos poboadores de Tolosa a pobrar I nossa herdade na ribeyra de sooren o termhyo do crato a qual herdade ficou por nosso sesmo quando sesmamos con o concelho do crato. E damos ainda a vos e erdade de nossa grania que (...) de Sanctarem (...) a searas e a vinha dessa granzya e solvo herdade por duas jugadas de boys aia hu ela a ordin quiser filhar e salvo as searas e a vinha e seus farregeaes desse logar (...) outras herdades dos logares de suso ditos. E damos a vos e ourtorgamos ao dicto foro e dedes a nos de todo o froyto que deus y der a dezima speritual e I dinheiro de (...) por graça e I capom por sam miguel cada hum daqueles que y fordes herdados e todos aqueles e aquelas que cassa e fogo reverem e herdados nom forem do (...) tempo de sam Miguel den a nos (...) galinhas. E que guardedes nosso relego hum mes no ano quando a ordem quiser tomar. E o açougue deve a seer nosso seo nos y fazermos. E aos que y talhareem ou venderem devem a nos a fazer tal foro qual fazem ora dos do crato ao concelho. E eles poboadores devem a lavrar e a fruyteuigar ou dar a lavrar e fruyteuigar essas herdades en tal maneira que nos aiamos en de nosso dereyto assi como suso e scripto. E se pela ventura algum ou alguns se quiserem ir (...) devem a leyxar essas herdades a quem nas pobre e as fruiteuigue. E essas herdades devem a seer (...) aos V anos. E se pela ventura algum ou alguns sas herdades quiserem vender

a todo omen as possam vender de que o spital aia o seu dereyto. Salvo a outra ordin e cavaleiro e a crerigo. E eles a que a venderem façam delaa nos tal foro qual de suso e escrito. E que estes foros que dictos som das herdades nom comprar nom seia poderoso de vender nem de doar nem de alhear. E o espital possa fazer da herdade destes que esto nom comprirem o que a sser (...) a quem quisser peite fforo. E entodallas outras cousas que aqui nom son scritas mandamos e outorgamos que vos poboadores de Tolosa aiades foros e costumes do crato. E se alguem contra esta carta ou contra as cousas que y sonveer nom possa fazer mays pola sos tentaçon aia a maldiçom de deus e desta (...) e seja maldito e escomungado e aça no inferno co judas. E que esta carta (...) das cousas que y son pretendas nunca possam veyren divida e ajam firmidom por todo sempre. Esta (...) fizemos de nosso seelo seelar. E feyta a carta en Santarem VIII dias andados do mes de Julho na era de mil CCCXIX Reynante el reydon Denis en Portugal e no Algarve.

Conde Don Gonçalo Garcia seu (...)

Don Nuno Martins de Chaçin seu  
maiordomo.

Maestre pedro seu chançer.

Meen Rodrigui (...) seu porteyro.

Don Telo arcebispo de Bragaa.

Don Amarante bispo de Coymbra.

Dom Mateus bispo de Lixboa.

Dom Duram bispo de Evora.

Dom Vicente bispo do Porto.

Dom Mateus bispo de Viseu.

Testemunhas:

Frey Don Joan Durães

Frey Roy Gonçalvis

FreyRoy Pereira

Frey Garcia Martins

Frey Egas Moniz

Frey Martim (...)

Joan Dominguez tebaliom a notou.

*(no canto inferior esquerdo:)* de carga de azeite V soldos.

## Anexo 2 – Tabelas

Tabela 2 – Castelos e Comendas dos Concelhos das Ordens Religiosas Militares desde o reinado de D. Afonso Henriques até ao de D. Dinis.

Doações das terras às Ordens Militares	Data do Foral	Ordem Militar que outorga o Foral	Comenda (1ª referência)	Castelo / Fortificação (1ª referência)
D. Afonso Henriques <sup>382</sup> (1128 – doação do castelo de Soure com seus termos)	1156 / Ferreira	Templo	-	-
	1159 / Redinha	Templo	1302-09-02 <sup>383</sup>	(sem data) <sup>384</sup>
D. Afonso Henriques <sup>385</sup> (1159 – doação do castelo de Ceras com os seus termos)	1162-1174 / Tomar	Templo	1178-04 <sup>386</sup>	1160-03-01 <sup>387</sup>
D. Afonso Henriques <sup>388</sup> (1128 – doação do castelo de Soure com seus termos)	1174-1176 / Pombal	Templo	1178-03 <sup>389</sup>	1156/1171 <sup>390</sup>
D. Afonso Henriques <sup>391</sup> (1169 – doação do castelo da Foz do Zêzere)	1174 / Castelo da Foz do Zêzere	Templo	-	1169-10 <sup>392</sup>
-	1197-1209 / Freixiel	Hospital	1197/1209 <sup>393</sup>	-
-	1200 / Benavente	Avis	1255-08-01 <sup>394</sup>	(sem data) <sup>395</sup>

<sup>382</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. A. D. 1095-1185, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 96, p. 120.

<sup>383</sup> FERNANDES, Maria Cristina, Ribeiro de Sousa – *A Ordem Do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, p. 157.

<sup>384</sup> Os documentos do séc. XII e XIII deixam implícita a existência de um Castelo, contudo, não é totalmente seguro afirmar a ligação desta fortificação com a Ordem do Templo. OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 297.

<sup>385</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. A. D. 1095-1185, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 271, p. 344.

<sup>386</sup> FERNANDES, Maria Cristina, Ribeiro de Sousa – *A Ordem Do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, p. 158.

<sup>387</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 328.

<sup>388</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. A. D. 1095-1185, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 96, p. 120.

<sup>389</sup> FERNANDES, Maria Cristina, Ribeiro de Sousa – *A Ordem Do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, p. 156.

<sup>390</sup> Em 1156 inicia-se a construção do castelo e em 1171 é introduzida a torre de menagem. OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 304

<sup>391</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. A. D. 1095-1185, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 294, p. 388.

<sup>392</sup> A data é a da doação do castelo pelo monarca aos templários. OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 359.

<sup>393</sup> A primeira referência encontra-se na própria carta de foral, na qual, diz que o Prior da Ordem a entrega em mãos ao comendador de Freixiel. Ver: *Portugaliae Monumenta Historica. Vol. I. Leges et Consuetudines*, Olisipone, 1856, p. 543.



Doações das terras às Ordens Militares	Data do Foral	Ordem Militar que outorga o Foral	Comenda (1ª referência)	Castelo / Fortificação (1ª referência)
D. Afonso Henriques <sup>396</sup> (1165 – doação de Idanha e Monsanto com seus termos) D. Sancho I <sup>397</sup> (1197 – doação de Idanha-a-Velha com seus termos) (1206 – doação de Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova com seus termos)	1213 / Castelo Branco	Templo	1231-12-10 <sup>398</sup>	1214 <sup>399</sup>
	1218 / Proença-a-Velha	Templo	-	(sem data)
	1220 / Vila de Touro	Templo	(sem data) <sup>400</sup>	Após 1220 <sup>401</sup>
D. Sancho II (data: ?)	1226 / Mourão	Hospital	-	(sem data) <sup>402</sup>
D. Sancho I (1193 – doação do castelo de Mafra) <sup>403</sup>	1229 / Ericeira	Avis	1229 <sup>404</sup>	-
D. Afonso Henriques <sup>405</sup> (1128 – doação do castelo de Soure com seus termos)	1231 / Ega	Templo	1248-08-30 <sup>406</sup>	Séc. XI/XII <sup>407</sup>
D. Sancho II (08-03-1232 – doação da vila do Crato) <sup>408</sup>	1232 Crato	Hospital	1248-05-08 <sup>409</sup>	Após 1232 <sup>410</sup>

<sup>394</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p. 55.

<sup>395</sup> Segundo Mário Barroca, o castelo foi entregue depois de 1187 à Ordem de Avis mas não apresenta nenhuma data específica. Barroca, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares, in Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, p. 540.

<sup>396</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. A. D. 1095-1185*, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 281, p. 370.

<sup>397</sup> *Documentos de D. Sancho I (1185-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979, docs. 100, 162, p. 160, 250.

<sup>398</sup> FERNANDES, Maria Cristina, Ribeiro de Sousa – *A Ordem Do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, p. 155.

<sup>399</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 561.

<sup>400</sup> FERNANDES, Maria Cristina, Ribeiro de Sousa – *A Ordem Do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, p. 115.

<sup>401</sup> Provavelmente as obras do castelo devem ter começado logo após à outorga do foral de touro, que apresentava como uma das contrapartidas a construção de um castelo. OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 586.

<sup>402</sup> Barroca, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares, in Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri, 2002, p. 539.

<sup>403</sup> *Documentos de D. Sancho I (1185-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979, doc. 65, p. 101.

<sup>404</sup> *P.M.H. – I*, p. 621.

<sup>405</sup> *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. A. D. 1095-1185*, ed. Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, 1958-62, doc. 96, p. 120

<sup>406</sup> FERNANDES, Maria Cristina, Ribeiro de Sousa – *A Ordem Do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, p. 155.

<sup>407</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 285.

<sup>408</sup> BARROCA, Mário – *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (Sécs. XII a XIV)*, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII. Porto: ADECAP / UTAD, 2000, pp. 202-203.

Doações das terras às Ordens Militares	Data do Foral	Ordem Militar que outorga o Foral	Comenda (1ª referência)	Castelo / Fortificação (1ª referência)
D. Sancho I (1186 – doação dos castelos de Alcácer, Almada, Palmela com seus termos) <sup>411</sup>	1235 / Vila Nova de Canha	Santiago	1235-02 <sup>412</sup>	1235-02 <sup>413</sup>
D. Sancho I (1194 – doação de Guidimtesta) <sup>414</sup>	1244 / Proença-a-Nova	Hospital	-	-
D. Sancho I (1186 - doação dos castelos de Alcácer, Almada, Palmela com seus termos) <sup>415</sup>	1249 / Setúbal	Santiago	-	1235 <sup>416</sup>
D. Sancho II (1235 – doação do castelo de Aljustrel com seu termo) <sup>417</sup>	1252 / Aljustrel	Santiago	1297-12-01 <sup>418</sup>	Séc. IX <sup>419</sup>
D. Afonso II (1211 – doação da vila de Avis com seus termos) <sup>420</sup>	1253 / Avis	Avis	1253 <sup>421</sup>	1214-08-14 <sup>422</sup>
D. Sancho II (1240 – doação do castelo de Mértola com seu termo) <sup>423</sup>	1254 / Mértola	Santiago	1240/1250 <sup>424</sup>	Séc.VIII/XII <sup>425</sup>

<sup>409</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 822-1422*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 840.

<sup>410</sup> Segundo o IGESPAR, o repovoamento de Crato arrancou apenas a partir de 1232, quando D. Sancho II fez doação do local à Ordem dos Hospitalários, seguindo-se a construção do castelo. Ver: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73623/>.

<sup>411</sup> *Documentos de D. Sancho I (1185-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979, doc. 14, p. 22.

<sup>412</sup> CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 220.

<sup>413</sup> *P.M.H. – I*, p.628.

<sup>414</sup> *Documentos de D. Sancho I (1185-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979, doc. 73, p. 112.

<sup>415</sup> *Documentos de D. Sancho I (1185-1211)*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979, doc. 14, p. 22.

<sup>416</sup> FERNANDES, Isabel Cristina – *Castelos da Ordem de Santiago: A região do Sado*, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII. Porto: ADECAP / UTAD, 2000, p. 171.

<sup>417</sup> VENTURA, Leontina, OLIVEIRA, António Resende de – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, doc. 695, p. 266.

<sup>418</sup> Referência ao comendador de Avis no próprio foral. Ver: *P.M.H. – I*, p.597.

<sup>419</sup> Segundo o IGESPAR, a construção do castelo remonta ao século IX, e, no século XIII supõe-se tenha existido melhoramentos por parte do Islão em virtude da perda do importante castelo de Alcácer do Sal. Ver: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73261/>

<sup>420</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p. 82.

<sup>421</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p. 55.

<sup>422</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 822-1422*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 675.

<sup>423</sup> VENTURA, Leontina, OLIVEIRA, António Resende de – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, doc. 694, p. 265.

<sup>424</sup> CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 224.

<sup>425</sup> Segundo o IGESPAR, os primórdios da construção do castelo remontam entre 930-1030, com melhoramentos significativos no final do séc.XII devido ao avanço cristão. Ver: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70160/>

Doações das terras às Ordens Militares	Data do Foral	Ordem Militar que outorga o Foral	Comenda (1ª referência)	Castelo / Fortificação (1ª referência)
D. Sancho II (1235 – doação do castelo de Aljustrel com seu termo) <sup>426</sup>	1257 / Ferreira do Alentejo	Santiago	1297 <sup>427</sup>	(sem data) <sup>428</sup>
D. Sancho II (08-03-1232 – doação da vila do Crato) <sup>429</sup>	1262-1281 / Tolosa	Hospital	-	-
-	1267 / Garvão	Santiago	1260 <sup>430</sup>	-
D. Afonso II (1211 doação da vila de Avis com seus termos) <sup>431</sup>	1271 / Seda	Avis	1299-03-08 <sup>432</sup>	Após 1160 <sup>433</sup>
-	1280 / Travancinha	Avis	-	-

**Tabela 3 – Subscritores dos Forais outorgados pelas Ordens Militares nos séculos XII e XIII.**

Foral (data)	Outorgante	Cargo do outorgante	Subscritores	Cargo/função dos subscritores
Ferreira (1156-06)	Gualdim Pais	Mestre do Templo	Pedro <i>Oidiz</i>	Testemunha
			Diogo <i>Toeriz</i>	Testemunha
	Arnaldo da Rocha	-	Gonçalo Sanches	Testemunha
			Gonçalo <i>Oidiz</i>	Testemunha
			Egas Viegas	Testemunha
			João dec.	Escrivão
Redinha	Gualdim Pais	Mestre do	Fr. Arnaldo	Confirmante

<sup>426</sup> VENTURA, Leontina, OLIVEIRA, António Resende de – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, doc. 695, p. 266.

<sup>427</sup> CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 231.

<sup>428</sup> CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 231.

<sup>429</sup> BARROCA, Mário – *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (Sécs. XII a XIV)*, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII. Porto: ADECAP / UTAD, 2000, pp. 202-203.

<sup>430</sup> CUNHA, Mário Raul – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 223.

<sup>431</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p. 82.

<sup>432</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, p. 56.

<sup>433</sup> A antiga vila de Seda, foi conquistada ao domínio muçulmano por D. Afonso Henriques, em 1160, com o auxílio dos cavaleiros templários a quem o território foi posteriormente doado e mandado a reedificação do castelo. Em 1236/1271 o castelo passou para a posse da Ordem de Avis. OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 607.

(1159-06)		Templo	Fr. Soeiro	Confirmante
			Fr. Pedro Rio Frio	Confirmante
			Fr. Manço	Confirmante
			Pedro	Testemunha
			Fromarigo	Testemunha
			Martim Fromariges	Testemunha
			Egas	Clérigo, escrivão
Tomar (1162-11)	Gualdim Pais	Mestre do Templo	D. Paio	Deão, escrivão
			Pedro Pais	-
			Gonçalo Mendes de Sousa	Mordomo-mor do rei
			D. Rodrigo	Conde
			D. Tição	Alcaide de Coimbra
			D. Guian	Alcaide de Santarém
Pombal (1174-06)	Gualdim Pais	Mestre do Templo	Fr. Arnaldo da Rocha	Confirmante
			Fr. Elias	Confirmante
			Fr. D. Manço	Confirmante
			Fr. Pedro Gonçalves	Confirmante
			Fr. Martinho Peres	Confirmante
			Fernando	Mestre
			Fr. João Garcia	Capelão de Tomar - Confirmante
			Afonso Rodrigues	Testemunha
			Paio <i>allius</i>	Testemunha
			Paio Nunes	Alcaide de Tomar - Testemunha
			Paio Rodrigues	Justiça de Tomar - Testemunha
			Pedro Mendes de Porta	Testemunha
			Martinho de Roma	Testemunha
			Gonçalo <i>Gallecus</i>	Testemunha
			Martinho	Escrivão
Tomar (1174-06)	Gualdim Pais	Mestre do Templo	João	Presbítero, escrivão
			Arnaldo da Rocha	Confirmante
			Fr. Soeiro Bermudes	Confirmante
			Fr. Elias	Confirmante
			Fr. Martinho	Confirmante
			Fr. Manço	Confirmante

			Fr. Pedro	-
			Fr. João Garcia	Confirmante
			D. Fernandes	Conde, Testemunha
			D. Afonso	Conde, Testemunha
			Pedro Garcia	Pretor de Coimbra - Testemunha
			Pedro Fernandes de Bragança	Mordomo-mor do rei, Testemunha
			Fernando	Mestre
			Paio Romeu	Testemunha
			Martinho de Roma	Testemunha
			Pedro Caldelas	Testemunha
			Paio Nunes	Testemunha
			Pedro Garcia	Testemunha
			Salvador Mendes	Testemunha
			D. Sancho	Testemunha
			Garcia Bermudes <i>Banita</i>	Testemunha
			Pedro Moniz	Testemunha
			Pedro Mendes	Testemunha
			Paio Aires	Justiça, Testemunha
			Pedro Rodrigues	Justiça, Testemunha
			Gonçalo <i>Borona</i>	-
			Pedro Gonçalves <i>Anolanus</i>	Testemunha
Castelo da Foz do Zêzere (1174-06)	Gualdim Pais	Mestre do Templo	Fr. Arnaldo da Rocha	Confirmante
			<i>[...]riuache</i>	Confirmante
			Egas Moniz	Confirmante
			D. Geraldo	Presbítero
			Monio Gonçalves	Testemunha
			Pedro Celorico	Testemunha
			João Celorico	Testemunha
			<i>Boninus</i>	Testemunha
			Domingos Broes	Testemunha
			<i>Arlote</i>	Testemunha
			Mem Pais	Testemunha
			Martinho Pais	Testemunha
			Martinho Mendes	Testemunha
Pombal (1176-04)	Gualdim Pais	Mestre do Templo	<i>Piouuas</i>	Testemunha
			Martinho Pais	Escrivão
			D. Arnaldo	Comendador de Tomar,

				Confirmante
			Soeiro Bermudes	Comendador de Pombal, Confirmante
			Mendo Gonçalves	Signifer régio, Confirmante
			Vasco Fernandes	Dapifer régio, Confirmante
			Soeiro Pedro	-
			João	Presbítero, Confirmante
			Gonçalo	Presbítero, Confirmante
			Frei Martinho	-
			Salvador	Monge
			G. Pelágio	-
			P. <i>Coruns</i>	Confirmante
			G. <i>Abbas</i>	Testemunha
			Martinho Nunes	Testemunha
			P.	Sapateiro, Testemunha
			Soeiro <i>Presunto</i>	Testemunha
			D. Godim	-
			Fernando Pancho	Testemunha
			G. <i>Tedoniz</i>	Testemunha
			João	Presbítero, Escrivão
Freixiel (1195-1209)	Sancho Fernandes	Prior da Ordem do Hospital	-	Comendador de Freixiel
			D. Sancho I	Testemunha
			Ponço Afonso	Testemunha
			D. Vasco	Testemunha
			D. Martinho	Arcebispo de Braga, Testemunha
			D. Pedro	Bispo de Lamego
			Pedro	Escrivão
Benavente (1200-04-08).	Paio	Mestre de Avis	D. Sancho I, com o filho D. Afonso e os seus outros filhos e filhas	Rei de Portugal, confirma e corrobora
			Martinho	Arcebispo de Braga, Confirmante
			Martinho	Bispo do Porto, Confirmante
			Pedro	Bispo de Lamego, Confirmante
			Nicolau	Bispo de Viseu,

				Confirmante
			Pedro	Bispo de Coimbra, Confirmante
			Paio	Bispo de Évora, Confirmante
			Soeiro	Bispo de Lisboa, Confirmante
			Pedro Gomes	Testemunha
			Egas Peres	Testemunha
			Gonçalo Mendes	Mordomo da Cúria, Confirmante
			Paio Moniz	Signifer régio, Confirmante
			João Fernandes	Dapifer régio, Confirmante
			Martinho Fernandes	Confirmante
			Raimundo Pais	Confirmante
			Pedro Nunes	Testemunha
			Fernando Nunes	Testemunha
			Rodrigo Peres	Testemunha
			Julião	Notário da cúria
			<b><u>Subscritores na confirmação do foral de Benavente por D. Afonso II</u></b>	
			D. Estevão Soares da Silva	Arcebispo de Braga, Confirmante
			Dom P. (Martinho Rodrigues)	Bispo do Porto, Confirmante
			D. Pedro Soares	Bispo de Coimbra, Confirmante
			D. Soeiro	Bispo de Lisboa, Confirmante
			D. Soeiro II	Bispo de Évora, Confirmante
			D. Paio	Bispo de Lamego, Confirmante
			D. Bartolomeu	Bispo de Viseu, Confirmante
			D. Martinho Pais	Bispo de Idanha, Confirmante
			D. Martim Eanes de Riba de Vizela	Signifer régio, Confirmante
			D. Pe. João	Mordomo da Cúria – Confirmante

			D. Lourenço Soares	Confirmante
			D. Gil Vasques	Confirmante
			D. João Fernandes	Confirmante
			D. F. Fernandes	Confirmante
			D. Gomes Soares	Confirmante
			D. Rodrigo Mendes	Confirmante
			D. Pôncio Afonso	Confirmante
			D. Lopo Afonso	Confirmante
			Mestre P. Cantor do Porto	Testemunha
			Pedro Garcia	Testemunha
			João	Testemunha
			Vicente Mendes	Testemunha
			Pedro Peres	Testemunha
			Mendo Peres	Testemunha
			Gonçalo Mendes	Chanceler, Confirmante
			João Domingues	Escrivão
Castelo Branco (1213-10)	Pedro Alvito	Mestre do Templo	Pedro Alvito	Mestre do Templo
			Fr. Arnaldo Salomão	Comendador
			Fr. Martinho Gonçalves	Pretor
			Fr. D. Pedro Peles	Confirmante
			Fr. Fernando Garcia	-
			Fr. Estêvão (?) Pais	Comendador de Castelo Branco
			Fr. Pedro de Braga	Capelão
			Fr. Vicente Martins	Presbítero
			Fr. Soeiro Gonçalves	Confirmante
			D. Tomás	-
			D. Estevão	Alcaide de Castelo Branco
			Rodrigo Eanes	-
			D. Tomé	-
			Fr. Moniode Alconeita	-
			Fr. Guio Chacim	-
			Fr. D. <i>Examenus</i>	Comendador de Tomar
			João Mendes	Confirmante



			D. Esteves Albo	Pretor de Castelo Branco
			Estevão Garcia	Presbítero
			Gomes Gonçalves	-
			Pedro Martins	Juiz de Tomar
			-	Sobre Juiz de Redinha
			Gonçalo Catalão	-
			João Pais de <i>Balesteiros</i>	-
			Domingos <i>Porcarizo</i>	-
			Mendo Galego	-
			D. Nuno	-
			Paio	Jugadeiro
			Martinho Migueis	Escrivão
Proença-a-Velha (1218)	Pedro Alvito	Mestre do Templo	Fr. D. Mendo Gonçalves	Comendador de Tomar
			Fr. Fernando Martins	Comendador de Idanha, que povoa Proença
			Pedro Nunes	Comendador de Coimbra
			Fr. D. Simão Mendes	-
			Fr. Fernão Gil	Comendador de Castelo Branco
			D. Estêvão Soares da Silva	Arcebispo de Braga, Testemunha
			D. Martinho Pais	Bispo de Idanha, Testemunha
			D. Bartolomeu	Bispo de Viseu, Testemunha
			D. Pedro Soares	Bispo de Coimbra, Testemunha
			D. Paio	Bispo de Lamego, Testemunha
			Pôncio Afonso	Responsável pela Covilhã, Testemunha
			Lourenço Soeiro	Testemunha
			Gil Vasques	Testemunha
			Gomes Soares	Testemunha
			Rodrigo Mendes	Testemunha
			João Fernandes	Testemunha
			Fernando Fernandes	Testemunha

			Martinho Peres	Testemunha
			D. Abril Peres. Filho de Pedro Afonso	Testemunha
			Pêro Anes da Nóvoa	Mordomo da casa régia
			Gonçalo Godinho	Alcaide de Évora
			Martinho Gonçalves	Alcaide de Coimbra, Testemunha
			João Gil	Alcaide da Covilhã, Testemunha
			João Martins	Alcaide de Penamacor, Testemunha
			Estêvão Eanes	Alcaide de Monsanto, Testemunha
			Gonçalo Mendes	Chanceler da casa régia, Testemunha
Touro (1220-10)	Pedro Alvito	Mestre do Templo	-	-
Mourão (1226-05- 02)	D. Gonçalo Egas	Prior do Hospital	-	-
Ericeira (1229)	Fr. Fernão Rodrigues Monteiro	Mestre de Avis	-	-
Ega (1231-09- 01)	Estevão de Belmonte	Mestre do Templo	Fr. D. Simão Mendes	Comendador de Tomar e de <i>Portugal</i>
			Fr. D. Pedro Costão	Comendador de Pombal
			Fr. Goberto	Comendador de Soure
			Fr. Gonçalo Gonçalves	Comendador de Ega
			Fr. Lourenço <i>Espinell</i>	Comendador de Santarém
			Fr. <i>Beltradius</i>	Comendador de Almourol
			Fr. Fernando <i>Pinaz</i>	Pretor
			Fr. Pedro Oliveira	Claveiro
			Fr. D. M. Otio	Comendador de Dornes
			Fr. D. Pedro	Comendador de

			Eanes	Faro (Província de Lugo – Galiza)
			Fr. Mendo Moniz	Comendador do Sabugal
			Fr. D. Pedro Nunes	-
			Fr. João Domingues	-
			Fr. João Jordão	Capelão do Mestre
			Fr. Pedro Eanes	Marechal
			Fr. Estevão	Capelão de Tomar
			Fr. Pedro Fernandes	-
			Fr. Martinho Nunes	-
			Gonçalo Mendes	Juiz de Tomar
			João Barata	-
			João de Calazão	-
			Tomás	Presbítero, escrivão
Crato (1232-12-08)	Mendo Gonçalves	Prior do Hospital	Fr. João Mendes	Comendador de Belver, Confirmante
			Fr. Martinho Eanes	Capelão da Sertã, Confirmante
			Fr. Mendo Pais	Capelão do Prior - Confirmante
			Fr. João Pais	Confirmante
			Fr. Estêvão Migueis	Confirmante
			Fr. J. Ramires	Confirmante
			Fr. M. Peres Budel	-
			Fr. Lourenço Soeiro	-
			Fr. Estêvão Eanes	-
			Fr. Domingos Peres	-
			Fr. Paio	-
			Fr. M. Gonçalves	-
			Fr. P. Salvado	Testemunha
			P. Pais	Presbítero
			P. Gonçalves	Presbítero, Testemunha
			Domingos Pais	-
			Lourenço Gomes	-
			João Martins	-

			M. Pais	Juiz, Testemunha
Vila Nova de Canha (1232-02)	D. Paio Peres Correia	Comendador de Alcácer do Sal	Rodrigo Gonçalves	Mordomo de Alcácer
			Estêvão Gonçalves	Comendador de Santarém
			Martinho Douro	Comendador de Arruda
			Vicente Pais	Comendador de Santos
			Gonçalo Gonçalves	Comendador de Almada
			Gonçalo Peres	Comendador de Palmela
			Lopo Peres	Pretor de Setúbal
			Rodrigo Gil	Comendador de Cabrela
			Lopo <i>Pacensis</i>	Comendador de Vila Nova de Canha
			Mendo Fernandes	Comendador de Montemor
			Rodrigo Afonso S. Domingos	Pretor de Alcácer
			Fernando Soeiro	-
			Pedro Rodrigues	-
			Domingo Eanes	Presbítero
			Sancho Eanes	Presbítero, Testemunha
Proença-a-Nova (1244)	Rodrigo Gil	Mestre do Hospital	Fr. João Mendes	Confirmante
			Fr. Martinho Gomes	Confirmante
			Fr. João Garcia	Confirmante
			Fr. Paio Moniz	Confirmante
			Fr. Pedro Peres de Mugia	Confirmante
			Fr. Martinho de Amêndoa	Confirmante
			Fr. Afonso Farinha	Confirmante
			Fr. Soeiro Gil	Confirmante
			Fr. Soeiro Barqueiro	Confirmante
			Fr. Estêvão Peres	Capelão, Confirmante
			Lourenço Peres	Alcaide e Sesmeiro, Testemunha
			Lourenço Eanes	Alcaide e Sesmeiro,

				Testemunha
			Martinho Gomes	Testemunha
			Domingos Eanes	Juiz, Testemunha
			-	-
Setúbal (1249-03)	D. Paio Peres Correia	Mestre Santiago	-	-
	D. Gonçalo Peres Magro	Comendador de Mértola		
Aljustrel (1252-01- 21)	D. Paio Peres Correia	Mestre de Santiago	-	-
	D. Gonçalo Peres Magro	Comendador de Mértola		
Avis (1253-09- 13)	Fr. Martim Fernandes	Mestre de Avis	O foral de Avis, nos <i>P.M.H.</i> , relativamente às assinaturas diz: <i>Eram ele asynados vinte e huumsignaaes per nomes escriptos.</i> Mas não aparece nenhuma assinatura.	
	D. Gonçalo Ermiges	Comendador de Avis		
	Pero Aires	Celeireiro		
Mértola (1254-12)	D. Paio Peres Correia	Mestre de Santiago	-	-
	D. Gonçalo Peres Magro	Comendador de Mértola		
Ferreira do Alentejo (1257)	D. Paio Peres Correia	Mestre de Santiago	-	-
Tolosa (1262-05)	D. Afonso Peres	Prior do Hospital	Fr. D. João Garcia	-
			Fr. D. Paio Moniz	-
			Fr. Rui Martins	-
			Fr. Mendo Martins	-
			Fr. D. Martim Fagundes	-
			Fr. Fernão Peres	-
			Fr. Gil	-
			Fr. Lourenço Garcia	-
			Fr. S. Peres	-
			Fr. João <i>Çarapicos</i>	-
			Fr. Martim Lourenço	-
			Fr. João Lourenço	Capelão
			Fr. Pedro de Mugia	-
			Fr. João Fernandes	-
			Fr. Martim Soares	-
Fr. Gomes	-			

			Fr. Domingos	-
			Fr. P. Pais	-
			Fr. Lopo Afonso	-
			Fr. S. Eanes	-
			Fr. Martim Carnaz	-
			Fr. João Vicente	-
			Fr. Nicolau Lobo	-
			Fr. Rui Pedro	-
			João Estevão de Santarém	-
			Lourenço Eanes	-
			V. Martim dos <i>Peos</i>	Alcalde
			P. Alboeaz	Alcalde
			P. Eanes	Alcalde
			P. de Évora	Alcalde
Garvão (1267)	D. Paio Peres Correia	Mestre de Santiago	-	-
	D. João Raimundo	Comendador de Mértola		
Seda (1271-03-18)	Simão Soares	Mestre de Avis	-	-
	João Rodrigues	Comendador de Avis		
	P. Fernando	Celeireiro		
Travancinha (1280)	D. Simão Soares	Mestre de Avis	-	-
Tolosa (1281-07-08)	D. Gonçalo Fagundes	Prior do Hospital	D. Gonçalo Garcia	Conde
			D. Nuno Martins	Mordomo do Prior
			Mestre pedro seu chanceler	Chanceler do Prior
			Mem Rodrigues	Porteiro do Prior
			D. Telo	Arcebispo de Braga
			D. Amarante	Bispo de Coimbra
			D. Mateus	Bispo de Lisboa
			D. Durão	Bispo de Évora.
			D. Vicente	Bispo do Porto
			D. Mateus	Bispo de Viseu
			Frei D. João Durães	Testemunha
			Frei Rui	Testemunha

			Gonçalves	
			Frei Rui Pereira	Testemunha
			Frei Garcia Martins	Testemunha
			Frei Egas Moniz	Testemunha
			Frei martim	Testemunha
			João Domingues	Tabelião (a notou)

Tabela 4 – Características dos grupos sociais nos forais da Ordem do Templo segundo o modelo de Coimbra (1111).

Grupos Sociais	Direitos e Deveres (foral de Coimbra 1111)	Concelhos						
		Ferreira 1156	Redinha 1159	Tomar 1162	Pombal 1174	Tomar 1174	Castelo da Foz do Zêzere 1174	Pombal 1176
Cavaleiro	- Infanções não podem ter casa em Coimbra, salvo se aceitarem as normas gerais da vida local.			X	X			
	- As propriedades estão isentas de qualquer imposto.			X	X			
	- Se perder cavalo (por carência de recursos próprios e receber um do rei) ou se retirar da militância ativa (velhice) mantêm-se as isenções de impostos sobre as propriedades.			X	X			
	- Se for cavaleiro de fora, é proibida a entrada em casa dos moradores, sem seu consentimento.			X	X			
Peão	- Os tributários que cultivam as suas próprias herdades, se tiverem os meios necessários (para adquirir cavalo), podem ascender à categoria de cavaleiro, passando a beneficiar do mesmo estatuto.			X	X			
Clérigo	- Usufruí do mesmo estatuto dos cavaleiros em relação às habitações e propriedades agrícolas.			X	X			
Morador / Vizinho	- Estão isentos do pagamento de portagem, de alcavala, ou comedoria aos guardas das portas da cidade.			X	X			
			É proibido doar terras, ou deixá-las em testamento a não ser á Ordem, ou vendê-las, senão a um vizinho que continue a pagar os foros.	É proibido doar terras, ou deixá-las em testamento a não ser á Ordem, ou vendê-las, senão a um vizinho que continue a pagar os foros.	É proibido doar terras, ou deixá-las em testamento a não ser á Ordem, ou vendê-las, senão a um vizinho que continue a pagar os foros.	Ninguém pode ser condenado, sem ser julgado. Têm que apresentar queixa ao juiz, alcaide, mordomo ou ao comendador, e ainda ao Mestre da Ordem.	Ninguém pode ser condenado, sem ser julgado. Têm que apresentar queixa ao juiz, alcaide, mordomo ou ao comendador, e ainda ao Mestre da Ordem.	Ninguém pode ser condenado, sem ser julgado. Têm que apresentar queixa ao juiz, alcaide, mordomo ou ao comendador, e ainda ao Mestre da Ordem.
Jugário	- Amanham nas propriedades dos cavaleiros e estão dependentes deles.							
	- Na justiça estão dependentes dos cavaleiros.							



Tabela 4.1 – Delitos e coimas consignados nos forais da Ordem do Templo segundo o foral de Tomar<sup>433</sup> (1174).

Delito (foral de Tomar 1174)	Coima	Concelhos						
		Ferreira 1156	Redinha 1159	Tomar 1162	Pombal 1174	Tomar 1174	Castelo da Foz do Zêzere 1174	Pombal 1176
- Homicídio, roubo e violação do domicílio, no couto da vila.	- 500 soldos.		X			X	X	X
- Homicídio, roubo e violação do domicílio, fora do couto da vila.	- 60 soldos.					X	X	X
- Mutilação “membro absciso”.	- 60 soldos.					X	X	X
- Lançamento de esterco ao rosto.	- 60 soldos.		X (não é mencionada a coima)			X	X	X
- Uso de armas ou paus para ferir alguém, desde que se prove.	- 60 soldos.					X	X	X
- Venda de vinho no período de relego.	- 60 soldos.					X	X	X
- Agressão com armas, intencionalmente e com ira, no couto da vila.	- 60 soldos.					X	X	X
- Agressão com armas, intencionalmente e com ira, fora do couto da vila.	- 30 soldos.					X	X	X
- Roubo, de noite, em vinha ou almuinha alheia.	- 60 soldos e perde as vestes.					X	X	X
- Levar coisa furtada, de vinha, ou almuinha alheia, em saco, ou cesta ou no regaço, secar forragem.	- 1 maravedi.					X	X	X
- Roubar em vinha alheia, de dia, para comer, ou meter animal na forragem.	- 5 soldos.					X	X	X
- Falsificação de medidas.	- 5 soldos. <sup>434</sup>					X	X	X
- Esposa adúltera.	- Perde os bens para o mestre ou senhor.					X	X	X
- Moleiro que desrespeita normas sobre a instalação de “cambas” (moinhos).	- Perde os bens para o mestre ou senhor.					X	X	X
- Mordomo que não cumpre o direito, por venalidade ou compadrio.	- Perde os bens para o mestre ou senhor.					X	X	X
- Extorsões (tomar algo à força dentro ou fora da casa de alguém).	- Dobro do valor.					X	X	X
- Uso de armas dentro da vila, mesmo sem ferir.	- Perde armas ao uso da terra.					X	X	X

<sup>433</sup> O foral de Coimbra (1111) não tem disposições sobre delitos e coimas, segundo António Matos Reis, “o foral não inclui normas jurídicas, nem o elenco das coimas, ao contrário do que sucede com outros diplomas desta natureza”, ver: REIS, António Matos – “Origens dos Municípios Portugueses”, Lisboa: Livros Horizonte. 2002. Pág. 53. Portanto seguiu-se as normas de Tomar porque apresenta-se como o mais pormenorizado relativamente às coimas e delitos.

<sup>434</sup> Na versão em latim do texto a coima a pagar são “D soldos”.

Delito (foral de Tomar 1174)	Coima	Concelhos						
		Ferreira 1156	Redinha 1159	Tomar 1162	Pombal 1174	Tomar 1174	Castelo da Foz do Zêzere 1174	Pombal 1176
- Cortar estradas públicas do concelho ou caminhos, com vala.	- Perde armas ao uso da terra.					X	X	X
- Mudar marcos.	- Perde armas ao uso da terra.					X	X	X
- Feridas, ou furtos em herdades, se não puder indemnizar o lesado.	- Castigo físico.					X	X	X
- Falso “vozeiro”.	- Castigo físico.					X	X	X
- Furto.	- Perde armas ao uso da terra.		X (não é mencionada a coima)			X	X	X
- Testemunha falsa.	- Indemniza as vítimas, paga coima de igual valor e não pode mais testemunhar.					X	X	X
		- Calúnia praticada por clérigo, homem ou mulher será tratada de forma igual de acordo com o que for definido;						
		- Quem invadir montes, rios e coutos aos seus proprietários pague 10 quarteiros, 1/2 para o senhor e a outra 1/2 para o concelho;						
		- Restantes calúnias/malfeitorias devem ser punidas de acordo com o que for definido;						
		- Se a calúnia for cometida por habitante de fora da terra, os senhores da comunidade devem definir o que deve ser pago como pena;						
		- Se a malfeitoria for cometida apenas por tentação, o acordo seja o dobro;						

Tabela 4.2 – Os cargos administrativos e as suas competências nos forais da Ordem do Templo, segundo o modelo de Coimbra (1111).

Cargos Administrativos	Competências	Concelhos						
		Ferreira 1156	Redinha 1159	Tomar 1162	Pombal 1174	Tomar 1174	Castelo da Foz do Zêzere 1174	Pombal 1176
<b>Juiz</b>	- É escolhido entre os moradores (concelho).		X (as ordens do juiz devem ser acatadas com respeito. Refere também as <i>justiças</i> a quem compete velar pela observância do direito entre os habitantes.)	X (não designa como é escolhido.)	X (não designa como é escolhido.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)
<b>Alcaide</b>	-É escolhido entre os moradores (concelho).			X (não designa como é escolhido.)	X (não designa como é escolhido.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)
<b>Comendador</b>				X	X	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)	X (chamar os acusados a prestar contas perante a justiça.)
<b>Meirinho</b>								
<b>Saião</b>	- Faz participação, ao concelho, dos delitos que impliquem a aplicação de coimas.			X	X			
<b>Mordomo</b>						X (- a decisão dos casos que não exija julgamento, nos delitos menos graves, quando infrator reconhecer a culpa e estiver disposto a cumprir a pena.) - averiguação dos fatos, ou seja, audição de testemunhas. - intervir, a pedido dos interessados, na recuperação de dívidas. Mas não recebe mais que a 1/10 parte do valor.)	X (- a decisão dos casos que não exija julgamento, nos delitos menos graves, quando infrator reconhecer a culpa e estiver disposto a cumprir a pena.) - averiguação dos fatos, ou seja, audição de testemunhas. - intervir, a pedido dos interessados, na recuperação de dívidas. Mas não recebe mais que a 1/10 parte do valor.)	X (- a decisão dos casos que não exija julgamento, nos delitos menos graves, quando infrator reconhecer a culpa e estiver disposto a cumprir a pena.) - averiguação dos fatos, ou seja, audição de testemunhas. - intervir, a pedido dos interessados, na recuperação de dívidas. Mas não recebe mais que a 1/10 parte do valor.)

Cargos Administrativos	Competências	Concelhos						
		Ferreira 1156	Redinha 1159	Tomar 1162	Pombal 1174	Tomar 1174	Castelo da Foz do Zêzere 1174	Pombal 1176
						- É mencionado o “vozeiro”, mas exige-se que tenha “carta” (procuração), que os habilita para essa qualidade, para acabar com os falsos “vozeiros”.	- É mencionado o “vozeiro”, mas exige-se que tenha “carta” (procuração), que os habilita para essa qualidade, para acabar com os falsos “vozeiros”.	- É mencionado o “vozeiro”, mas exige-se que tenha “carta” (procuração), que os habilita para essa qualidade, para acabar com os falsos “vozeiros”.
						- Almotacé tem de ser do Concelho.	- Almotacé tem de ser do Concelho.	- Almotacé tem de ser do Concelho.
Concelho	- Órgão máximo, compete-lhe o julgamento de todos os delitos graves.							
	- Escolhe o Juiz.							
	- Escolhe o Alcaide.							

Tabela 4.3 – A fiscalidade nos forais da Ordem do Templo, segundo o modelo de Coimbra (1111).

Quem Paga	Imposto (Coimbra 1111)		Concelhos						
	Artigo / Serviço	Tributo	Ferreira 1156	Redinha 1159	Tomar 1162	Pombal 1174	Tomar 1174	Castelo da Foz do Zêzere 1174	Pombal 1176
Todos	- “Cibaria” (jugada)	- reduzida a metade.			X	X	X	X	X
	- Vinho – lagarádigo	- 1 almude: colheita inferior a 5 <i>quinales</i> .			X	X			
		- 1/4 da colheita superior a 5 <i>quinales</i>			X	X			
	- Vinho – venda	- 1/8			X	X			
	- Linho – venda	- 1/8			X	X			
	- Lenha ou madeira – venda	- 1/8			X	X			
	- Azenhas	- 1/4			X	X			
	- Azagas	- 1/2			X	X			
	- Azarias	- 1/5			X	X			
	- Presas do fossado.	- 1/5 (para o rei)			X (para a ordem)	X (para a ordem)			
				- de todas as colheitas: 1/10.					
				- eirádiga: 1 teiga de trigo.					
				- <i>serviço</i> : 1 fogaça de 2 alqueires de trigo e um capão.					
				- 1 noite ou mais no monte: 1 coelho com a pele.					
				- caça grossa: 1 lombo costal de cada animal.					
				- recolha de mel: 1/2 libra de cera.					
Almocreve	- Serviço de almocrevaria.	- 1 serviço por ano.			X	X	X (não especifica o tributo correspondente ao foro de almocreve.)		

Tabela 5 – Caraterísticas dos grupos sociais nos forais das Ordens Militares segundo o modelo de Évora (1166).

Grupos Sociais	Direitos e Deveres (foral de Évora 1166)	Concelhos												
		Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença-a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
Cavaleiro	- 2/3 obrigado ao fossado;	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
	- Obrigado ao apelido, exceto se ausente em serviço;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Na justiça, tem foro de infância de Portugal;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Quando perde o seu cavalo, fica livre por um ano;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Algara: pode ficar com o 1º cavalo; dos restantes deve dar o quinto;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Peão	- Obrigado ao apelido;	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
	- Na justiça, tem estatuto de cavaleiro de fora;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Clérigo	- Na justiça, tem foro de cavaleiro;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
				- Está livre do fisco laico;										
				- Só deve responder perante o Bispo ou Arquidiácono;										
				- Tem direito a alguns impostos (dizima, primícia e mortalha);										
Morador / Vizinho	- Pode ser meirinho, se não for homem gentil ou herdador;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- É obrigado e ter cavalo se possuir determinados bens;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Se tiver vassalos, não pode servir a outrem;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
				- Se viver em casa alheia, só pode servir esse senhor;										
				- Só ao fim de um ano pode vender as suas propriedades;										
	- Só pode fazer penhoras na presença do saião;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Se não comparecer em justiça, ninguém paga as suas multas;			X										
	- Obrigado a comparecer à	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Grupos Sociais	Direitos e Deveres (foral de Évora 1166)	Concelhos												
		Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença-a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
	convocatória do Juiz;													
	- Em caso de violação, se a mulher não apresentar testemunhas (3), o acusado iliba-se apenas com seu juramento, caso a mulher as apresente, este, tem que apresentar 12 para se ilibar;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Não paga multa por homicídio cometido por seu vassalo;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
				- Não paga multa de filhos ou parentes se não os mantiver;										
	- Não paga multa se ferir ou matar homem de fora que vem roubar;	X	X	X (que vem matar)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Pode reter a madeira que apanhar, tendo sido cortada por homem de fora;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Não pode pastar o seu gado fora dos termos do concelho;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
				- Se tiver heranças fora do Concelho, que ninguém lhe as pode tirar;										
				- Só prestam serviços ao Mordomo se quiserem;										
				- Só prestam pausada se quiserem;										
Caseiro de Frade				- No montadigo tem foro de vizinho;										
Ladrão	- Se não se arrepende, paga a pena de ladrão;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Se foi mas já não o é, não é considerado ladrão;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Se foi acusado e não é ladrão, responde conforme o seu foro;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Servo/Cristão				- Se viver durante um ano no Concelho, torna-se livre;			X							

Tabela 5.1 – Delitos e coimas consignados nos forais das Ordens Militares segundo o foral de Évora (1166).

Delito (foral de Évora -1166)	Coima/Destinatário	Concelhos												
		Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença- a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
- Rapto;	- 300 morabitinos para os pais, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Penhorar mercador ou almocreve cristão, judeu ou mouro;	- 60 soldos para o palácio e o dobro da penhora para o dono;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Extorsões <sup>435</sup> ;	-100 morabitinos, 1/2 para o concelho, 1/2 para o rei;	X	X	X (para os frades)	X	x (para o comendador)	X	X	x (para a ordem)	X (para o Mestre)	X (para a Ordem)	X (para o Prior e Convento)	x (para a Ordem)	X (para o Mestre)
- Homicídio;	- 100 soldos para o palácio;	X	X	- 300 morabitinos, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Homicídio de solarengo, Hortelão, quartoiro, moleiro ou condutario;	- Não discrimina a coima, mas diz que 1/7 é para o palácio;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Abandonar marido;	- 300 soldos para o palácio;	X	X	- 300 soldos para o marido, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Ferir mulher na frente do marido;	- 30 soldos para o marido, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Violação do domicílio;	- 300 soldos para o lesado, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	- 500 soldos, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Furto no domicílio;	- 2 quinhões para o lesado e a 1/7 parte para o palácio;	X	X	- 2 quinhões para o lesado e metade para o Juiz;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Mutilações – olho, braço, dente ou qualquer membro;	- 100 soldos para o lesado, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	- 12 morabitinos para o lesado, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Fiel mentiroso, testemunha falsa;	- 60 soldos e o dobro do valor ao lesado, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Penhora ou roubo de gado doméstico;	- 60 soldos para o palácio e o dobro do valor para o dono;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Penhora no monte <sup>436</sup> ;	- 60 soldos para o concelho, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

<sup>435</sup> A expressão extorsões é a simplificação do delito descrito como: “vir à vila receber pela força alimentos ou outras coisas”.



Delito (foral de Évora -1166)	Coima/Destinatário	Concelhos												
		Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença- a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
- Ferir em público (mercado, igreja ou em concelho);	- 60 soldos, dos quais metade para o palácio e metade para o concelho e dessa metade 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Ferir com lança ou espada, trespassando;	- 20 soldos para o ferido;	X	X	- 12 morabitinos, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Ferir com lança ou espada, sem trespassar;	- 10 soldos para o ferido;	X	X	- 20 soldos para o ferido;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Ser vozeiro contra vizinho por homem de fora;	- 10 soldos para o concelhos, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Falta de cavaleiro a apelido;	- 10 soldos para o concelho;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Falta de peão a apelido;	- 5 soldos para o concelho;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Mudar extremas ou marcos;	- 5 soldos para o concelho, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Desobedecer à convocatória do Juiz;	- 1 soldo para o juiz;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Resistir a penhora do saião;	- 1 soldo para o Juiz;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Infidelidade à mulher;	- 1 soldo para o Juiz;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Deixar a mulher;	- 1 dinheiro para o Juiz;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Montar cavalo alheio por 1 dia;	- 1 carneiro para o dono;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Montar cavalo alheio por mais de um dia e por cada noite;	- 6 dinheiros, e por cada noite 1 soldo para o dono;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Cavaleiro que não for em fossado;	- 5 soldos;	X	X	- 10 soldos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Violação de mulher, caso se prove;	- 300 soldos para a mulher, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Penhorar sem a presença do saião;	- 60 soldos, dos quais ½ para o rancoroso e ½ para o concelho;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
- Cortar caminhos;	- 5 soldos, dos quais 1/7 para o palácio;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

<sup>436</sup> A “quem for penhorar ao monte, quando na vila tinha coisas para penhorar”: a penhora no monte era feita em gado, e a intenção no foral seria a de evitar que se apreendesse gado enquanto houvesse outros bens passíveis de serem penhorados.

Delito (foral de Évora -1166)	Coima/Destinatário	Concelhos												
		Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença- a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
				- Ferir mulher com <i>recabedo</i> , 60 soldos, sem <i>recabedo</i> , 30 soldos, dos quais 1/7 para o palácio;										
				- Traidor da vila pague 500 soldos ao concelho, dos quais 1/7 para o palácio;										
				- Extorsões às heranças de fora dos termos dos vizinhos do concelho, pague, 500 soldos aos frades e o dobro ao lesado;										
				- Quem roubar cavalo a Cavaleiro, pague 500 soldos aos frades, e o dobro dos cavalos ao lesado;										
				- Quem prender vizinho, pague, 500 soldos, 1/2 para os frades e outra 1/2 para o lesado;										
				- Quem comprar produtos de que faltam na vila sem ordem do Alcalde, senhor ou Alcaide, pague, 60 soldos ao Alcalde e ao concelho, dos quais 1/7 para o palácio;										
				- Quem ferir Alcalde enquanto este faz justiça, pague, 50 morabitinos ou perde a mão;										

Tabela 5.2 – Os cargos administrativos e as suas competências nos forais das Ordens Militares, segundo o modelo de Évora (1166).

Cargos Administ rativos	Competências (foral de Évora 1166)		Concelhos												
			Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença- a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
Juiz	- É vozeiro em todas as querelas do Paço;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
					- É escolhido pelo Concelho;										
	- Direitos fiscais;	-Não comparecer a sua convocatória;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		- Resistir a penhora do saião;	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		- Infidelidade da mulher;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		- Abandono de mulher;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
					- 1/7 Parte das calúnias que sacar;										
Comenda dor						X									
Meirinho	- Homem nobre ou herdador não pode deter este cargo;		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Saião	- Executa as penhoras e é obrigatória a sua presença em qualquer penhora;		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Concelho	- Recebe parte das coimas dos delitos;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
					- Montes, fontes e rios são propriedades do Concelho;										
					- Escolhe o Alcaide e o Juiz;										
Alcaide					- Autoriza a compra de vários produtos de fora em caso de falta;										
Alcalde					- Autoriza a compra de vários produtos de fora em caso de falta;										
					- É escolhido pelo Concelho;										
					- As suas decisões são irrevogáveis;										

Cargos Administ rativos	Competências (foral de Évora 1166)	Concelhos												
		Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença- a-Nova (1244)	Setúbal (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
				- Deve reunir com o concelho do Bispo;										
				- Nomeia um advogado a um réu que, por pobreza ou outro motivo, não tenha possibilidades de se defender;										
Mordomo				X										

Tabela 5.3 – A fiscalidade nos forais da Ordem do Templo, segundo o modelo de Coimbra (1111).

Quem Paga	Imposto		Concelhos												
	Artigo / Serviço	Tributo <sup>437</sup>	Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença-a-Nova (1244)	Setúbal <sup>438</sup> (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola <sup>439</sup> (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
Ganadeiro de fora	- Montádigo de vacas;	- 1 vaca para o Concelho;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Montádigo de ovelhas;	- 4 carneiros para o Concelho;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Almocreve (?)	- Panos de cor, trouxel de cavalo;	- 5 soldos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Fustões, trouxel de cavalo;	- 5 soldos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Carga de cera;	- 5 soldos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Carga de Azeite;	- 5 soldos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Panos de lã ou linho, trouxel de cavalo;	- 1 soldo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Mouro vendido no mercado;	- 1 soldo;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Cavalo, em açougue;	- 1 soldo;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Mula em açougue;	- 1 soldo;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Pescado, carga de cavalo;	- 1 soldo;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Pescado, carga de asno;	- 6 dinheiros;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Asno;	- 6 dinheiros;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Boi;	- 6 dinheiros;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Porco;	- 2 dinheiros;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Furão;	- 2 dinheiros;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Couro de vaca ou de zebro;	- 2 dinheiros;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Carga de pão ou vinho;	- 3 mealhas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Carneiro;	- 3 mealhas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

<sup>437</sup> Dos tributos que se seguem relativamente às portagens sobre os produtos: 1/3 é para o hóspede e 2/3 para o Rei, nos forais das Ordens Militares, em vez de ser para o rei é para a respetiva Ordem.

<sup>438</sup> Este foral, relativamente aos foros do mar, segue o modelo de Lisboa de 1179.

<sup>439</sup> Este foral, relativamente aos foros do mar, segue o modelo de Lisboa de 1179.

Quem Paga	Imposto		Concelhos												
	Artigo / Serviço	Tributo <sup>437</sup>	Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a-Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença-a-Nova (1244)	Setúbal <sup>438</sup> (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola <sup>439</sup> (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
	- Couro de cervo ou de gamo;	- 3 mealhas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
					- Homem que levar pescado ou couros, pague, 5 soldos;										
					- Carga de sardinhas, paga, 3 soldos;										
					- Carga de sal, paga, 1 soldo;										
					- Carga de pescado ou couros, com asno, paga, 2 soldos e meio;										
					- Cambio de morabitinos, paga, 2 dinheiros;										
Mouro	- Carga de coelhos;	- 1 morabitino;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cristão	- Carga de coelhos	- 5 soldos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Peão	- Carga de pão ou vinho;	- 1 dinheiro;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Todos	- Despojos da guerra contra os sarracenos (algara, azaria ou guarda);	- 1/5 para o rei.	X (para a Ordem)	x (para a ordem)	X ( para a Ordem)	X (para a ordem)	x (para a ordem)	X (para a Ordem)	X (para a Ordem )	X (para a Ordem)	X (para a Ordem )	X (para a ordem)	X (para a Ordem )	X (para a Ordem )	X (para a Ordem )
					- Mortalha;		X	X							
					- Dízima;		X	X							
					- Primícia;		X	X							
					- De morte súbita 1/5 dos seus haveres pela sua alma;										
Clérigo					- Incenso;										

Destinatários	Isenções de impostos	Benavente (1200)	Castelo Branco (1213)	Proença-a- Velha (1218)	Crato (1232)	Vila Nova de Canha (1235)	Proença- a-Nova (1244)	Setúbal <sup>440</sup> (1249)	Aljustrel (1252)	Avis (1253)	Mértola <sup>441</sup> (1254)	Tolosa (1262)	Garvão (1267)	Seda (1271)
Moradores dos concelhos	- Portagem;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	- Tendas, moinhos e fornos livres que qualquer foro;	X	X	X	X	X	X	As tendas e os fornos são propriedade da Ordem.	X	X	X	X	X	X
	- Montádigo de gado nos termos do concelho;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

<sup>440</sup> Este foral, relativamente aos foros do mar, segue o modelo de Lisboa de 1179.

<sup>441</sup> Este foral, relativamente aos foros do mar, segue o modelo de Lisboa de 1179.

Tabela 6 – Conflitos entre as Ordens Militares e os concelhos nos séculos XIII até meados do XIV.

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
1223-10-13 /	Templo	Portalegre	-	O rei sentenciou a favor dos Templários, determinando que volte à sua posse um herdamento e um curso de água que o concelho lhe tinha tomado <sup>442</sup> .
1255-04-01	Santiago	Beja	Contenda entre a Ordem e o concelho de Beja sobre pastos, corte de madeira, montadigo, caça de coelhos e veados.	O rei com o beneplácito das duas partes autoriza que o concelho de Beja possa pastar os gados, cortar madeira, caçar coelho e veados nos termos da Ordem e vice-versa <sup>443</sup> .
1269-09-12	Avis	Elvas	Contenda entre, por um lado, D. Afonso III e D. Pedro Afonso, mestre de Avis e o convento de Avis, e por outro lado, os juízes e o concelho de Elvas, sobre a divisão dos termos entre Elvas e Juromenha.	O rei faz a delimitação dos termos entre os concelhos. <sup>444</sup>
1274-11-20	Templo	Montemor-o-Velho / Soure / Ega	Contenda entre a Ordem do Templo sobre os termos que dividem Montemor-o-Velho, Soure e Ega.	Os Templários não compareceram na cúria régia para ouvir a sentença e foram declarados contumazes. O rei define por onde se dividem essas terras, apontando os topónimos respectivos. <sup>445</sup>
1292-07-02	Templo	Covilhã	-	O Bispo da Guarda sentenciou a favor dos Templários, por via de compromisso, os direitos das dízimas sobre a criação de lã e queijos, e, dos

<sup>442</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, pp.212-213.

<sup>443</sup> *Chancelaria D. Afonso III*, vol. II, pp. 280-281.

<sup>444</sup> *Chancelaria D. Afonso III*, vol. I, pp. 469-470.

<sup>445</sup> *Chancelaria D. Afonso III*, vol. II, pp. 218-220.



Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
				gados que vão da Covilhã pastar em Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha, Salvaterra e vilas e comarcas de Castelo Branco que pertencem à Ordem <sup>446</sup> .
1295-07-13	Templo	Tomar	-	O rei sentenciou a favor da Ordem sobre a concessão de privilégios dos fornos de pão, lagares de azeite e outros <sup>447</sup> .
1299	Avis	Évora	A Ordem é acusada da posse indevida de uma várzea no termo do concelho.	O rei sentenciou a favor da Ordem, pois ela apresentou os documentos que justificavam a posse <sup>448</sup> .
1309	Hospital	Amêndoa e Sobreira	O comendador de Belver, Martim Fernandes, é acusado de cobrar as portagens nestas localidades que eram supostamente da jurisdição do rei <sup>449</sup> . Este contencioso vai-se arrastar até ao reinado de D. Afonso IV, em que o Prior ira-se manifestar contra esta decisão.	-
- D. Dinis	Hospital	S. Miguel de Cepães	A Ordem era acusada de receber os direitos de encensorias, comeduras, ltuosas, anúduvas e portagens.	O rei sentenciou a favor de Cepães, pelo facto da Ordem não ter base legal dessa jurisdição <sup>450</sup> .
- D. Dinis	Avis	Noudar	D. Garcia Peres queixou-se ao rei, que, os privilégios da Ordem não eram cumpridos pelo concelho e lhe traziam grandes	O rei sentenciou a favor da Ordem, mandando que se cumprissem os direitos da Ordem <sup>451</sup> .

<sup>446</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, pp.212-213.

<sup>447</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009, pp.212-213.

<sup>448</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, pp. 186-190.

<sup>449</sup> COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in *Actas da II Semana de Estudios Alfonsíes*. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp.173-184.

<sup>450</sup> COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in *Actas da II Semana de Estudios Alfonsíes*. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp.173-184.

<sup>451</sup> CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989, pp. 186-190.

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
			prejuízos.	
1312	Hospital	Armamar	O comendador local era acusado de se apropriar dos açougues e de interferir na escolha do juiz, competência que não lhe pertencia.	O Infante D. Afonso sentenciava a favor do concelho <sup>452</sup> .
1319	Hospital	Bemposta / Urros	-	O rei sentenciou contra a Ordem, pois os marcos que definiam os termos estavam corretos <sup>453</sup> .
1326	Avis	Alandroal <sup>454</sup>	-	-
1329	Avis	Veios <sup>455</sup>	-	-
1329	Avis	Fronteira <sup>456</sup>	-	-
1329	Avis	Avis <sup>457</sup>	-	-
1333	Santiago	Sesimbra <sup>458</sup>	-	-

<sup>452</sup> COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in *Actas da II Semana de Estudos Alfonsíes*. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp.173-184.

<sup>453</sup> COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in *Actas da II Semana de Estudos Alfonsíes*. Puerto de Santa Maria, s.l., 2001, pp.173-184.

<sup>454</sup> MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*. Revista da Faculdade de Letras: História, série II, Vol. V, Porto, 1985, p. 103.

<sup>455</sup> MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, p. 15.

<sup>456</sup> MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, p.15.

<sup>457</sup> MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, p. 16.

<sup>458</sup> OLIVEIRA, José Augusto – *A gestão de conflitos entre os concelhos da Ordem de Santiago: o caso de Sesimbra e Setúbal*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri – C.M. Palmela, 2005, pp. 735-745.

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
1336-02-15	Avis	Figueira	O concelho acusava o comendador de abuso de poder, dizendo que abusava do direito de aposentadoria, que ocupava as casas dos homens-bons sem seu consentimento; não pagava pela comida e animais dos homens-bons; faziam das casas dos moradores estrebarias; acusavam os homens do comendador de causarem distúrbios durante a noite e quando eram presos o comendador os mandava soltar; apropriava-se dos fornos. A estes agravos o comendador tudo negou.	O rei sentenciou a favor do concelho para que o comendador respeitasse a propriedade dos moradores e não os molestasse, nem adquirisse nada à força <sup>459</sup> .
1336-03-19	Hospital	Seia	Os procuradores do rei acusam o Prior do Hospital de exercer a jurisdição de cível e crime nas aldeias de Seia, indevidamente, justificando que estas pertenciam ao rei.	O rei sentenciou que se mantivesse a jurisdição de cível mas que a de crime passasse para jurisdição régia, mas, só após a Ordem ter mostrado os documentos que provavam a jurisdição, por privilégio de D. Sancho I <sup>460</sup> .
1337-02-03	Santiago	Ferreira do Campo	O concelho acusa a Ordem de destruir os fornos e fornalhas do concelho, para aí construir os da Ordem. O concelho reclama o cumprimento dos foros de Alcácer do Sal que isentava o imposto dos fornos e das fornalhas ao concelho.	O rei sentenciou em parte a favor do concelho. O Mestre da Ordem ficou obrigado a respeitar o foro do concelho, não tomando posse dos fornos e que deixasse os moradores usarem os fornos livremente. Contudo, o procurador do concelho protestou a sentença pelos danos causados na destruição dos fornos. O rei disse para o procurador aceitar a sentença senão incumbia numa pena de 500 soldos. <sup>461</sup>

<sup>459</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II,p.41-48.*

<sup>460</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II,p.37-39.*

<sup>461</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II,p.113-114.*

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
1337-02-04	Hospital	Torre de D. Chama	-	A sentença é desconhecida porque o texto só apresenta o cabeçalho e a subscrição do rei e seus funcionários. Contudo, parece tratar-se de uma inquirição sobre a jurisdição da Ordem nesta Vila, a qual José Marques afirma que houve confirmação da jurisdição. <sup>462</sup>
1337-07-21	Avis	Cabeço de Vide	O concelho acusou o Mestre da Ordem de obrigar os moradores a irem a Noudar reparar os muros e fazer <i>cava</i> , durante 6 semanas; de fazer penhoras aos moradores quando estes vão a Monforte ou Portalegre; Mandar um tabelião da vila para Benavente ser seu mordomo; Penhorar gado para levar pão da Ordem ao Alandroal; Usurpar os cavalos dos moradores;	O rei sentenciou a favor do concelho, ao qual proibia o Mestre de os constranger com tais atos. Mas não obriga a Ordem a pagar quaisquer danos. <sup>463</sup>
1339-08-20	Hospital	Abrantes e Belver	Disputa entre o concelho de Abrantes e Belver sobre a aldeia de Mação e Amêndoa. Este contencioso já se arrastava desde D. Dinis. O Prior da Ordem queixasse ao rei, Afonso IV, que a Ordem tinha sido <i>esbulhada</i> , em que os oficiais do rei retiraram-lhes as respectivas aldeias que lhes pertenciam há muito tempo e sempre tiveram jurisdição. O rei anteriormente tinha confirmado a execução, mas o Prior diz que não tinha sido inquirido, assim	O rei sentenciou este contencioso a favor da Ordem. Querendo fazer <i>graça e mercê</i> ao Prior, ordenou que os oficiais saíssem da vila de Amêndoa <sup>464</sup> .

<sup>462</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II, p.118. Cf. MARQUES, José – D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. IV. Porto, 1990, p. 1540.

<sup>463</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II, pp.199-200.*

<sup>464</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II, pp. 219-224.*

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
			como direito o exigia. Utiliza como argumento que a vila lhe pertencia há muito tempo e que a vila tinha foro, selo e <i>sina</i> da Ordem. Ainda aí tinha juízes, almotacés e toda jurisdição, onde metia e confirmava juízes e recebia todas as rendas da vila e era a Ordem que afixava os decretos reais. E das sentenças da vila, os juízes davam apelação ao Prior, e que o Prior depois remetia para o rei.	
1339-04-30	Hospital	Sigães / Chavão	Os oficiais do rei declararam que o comendador de Chavão se apoderou da aldeia de Sigães indevidamente, na qual recebia os direitos que eram do rei, como a oitava parte do vinho e do pão, como penhoras de lenha, gado e palha.	O rei sentenciou contra comendador. Ordenou que o comendador não penhora-se os direitos régios na aldeia porque não lhe pertenciam <sup>465</sup> .
1339-09-07 / D. Afonso IV	Santiago	Almada / Palmela / Setúbal / Alcácer do Sal	O Mestre de Santiago reclama ao rei, dos direitos que a Ordem detinha nestes concelhos lhe tinham sido tirados. Entre eles: a dízima de todas as mercadorias que vinham pela foz do rio em Setúbal e Alcácer, assim como os direitos do sal. Reclama também os direitos a receber dos pescadores de Sesimbra, Almada e Palmela. Os quais a Ordem tinha documentos que justificavam os respectivos direitos.	O rei sentenciou a favor da Ordem. Ordenou que lhe fossem restituídos os direitos que reclamavam, contudo, o rei salvaguarda todos os restantes direitos que nessas localidades lhe pertenciam <sup>466</sup> .
1341-04-26 / D. Afonso IV	Santiago	Setúbal	O concelho faz inúmeras acusações à Ordem. Esta é acusada de obrigar o concelho a ir em hoste e em fossado;	O rei sentenciou procurando um acordo entre as partes. Iliba os moradores a irem em fossado pela Ordem, tal como

<sup>465</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II, pp. 279-283.*

<sup>466</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II, pp. 306-310.*

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
			queixa-se que os juizes do concelho tinham que fazer longas caminhadas para serem confirmados pelo Mestre e ainda tinham que pagar pela taxa de chancelaria; acusava a Ordem de limitar os poderes dos juizes, concedendo cartas de segurança a pessoas que tinham problemas com a justiça, desautorizando assim os juizes; O concelho reclamava a gestão dos pesos e das medidas para si; Acusava a Ordem de cobrar a mais do que devia na utilização dos fornos senhoriais e de os não deixar construir os seus; Acusava a Ordem de cobrar imposto das tendas dos comerciantes;	estava estabelecido na carta de foral. O Mestre ficou de respeitar a atuação dos juizes, como o direito assim o exigia. O concelho ficou com a prerrogativa de escolher os <i>medidores</i> , mas, com a condição de pagarem um imposto para usufruírem dos pesos da Ordem. Os vizinhos ficaram de poder construir os seus fornos, tal como os restantes concelhos que se regiam pelo foro de Évora (1166). Tal como os fornos, podiam fazer negócio nas suas tendas sem pagar imposto à Ordem, como os restantes concelhos que se regiam pelo foro de Évora. <sup>467</sup>
1341-08-20	Hospital	-	Os oficiais inquiriram o Prior, no âmbito do chamamento geral de 1331, sobre as suas Jurisdições. O Prior disse ao procurador que detinha: a vila da Sertã com o seu termo; a vila do Crato com seu termo; a vila de Montouto com seu termo; a vila de Oliveira, situada perto de Seia, com seu termo; o castelo de Belver com <i>Goyam</i> , Cortiçada, Buchieira, Carvoeiro, <i>Enveendo</i> , Amieira, Amaria; o castelo de Algosó com seu termo. O Prior afirmou que em todos estes lugares detinha toda jurisdição de cível e crime, como sempre a Ordem detivera.	O rei sobre esta inquirição absolveu o Prior, mantendo-lhe os direitos em todas as jurisdições nestes locais <sup>468</sup> .

<sup>467</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. III, pp. 154-163.*

<sup>468</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. III, pp. 144-145.*

Data da sentença	Ordem Militar	Concelho ou localidade	Origem do conflito	Sentença
1344-03-	Cristo	Alvaiázere / Pussos	Os oficiais régios acusavam o comendador de Pussos de recolher indevidamente direitos que pertenciam ao rei. Não deixava o mordomo régio de Alvaiázere, entrar em Pussos para recolher as suas rendas.	O rei sentença contra o comendador para que não embargue o seu mordomo e que o deixe exercer o seu ofício, e que recolhesse os direitos do rei, tanto em Alvaiázere como em Pussos <sup>469</sup> .
1355	Avis	S. Vicente da Beira <sup>470</sup>	-	-

---

<sup>469</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. III, pp. 307-309.*

<sup>470</sup> MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*. Revista da Faculdade de Letras: História, série II, Vol. V, Porto, 1985, p.103.

### **Anexo 3 – Índice dos mapas**

MAPA 1 – Dinâmicas da reconquista: o território português entre 1128 e 1297.....	22
MAPA 2 – Forais outorgados pelas Ordens Religioso-Militares segundo a sua tipologia foraleira nos séculos XII-XIII, em Portugal.....	35
MAPA 3 – Castelos das Ordens Religioso-Militares do século XII até inícios do século XIV, em Portugal.....	43
MAPA 4 – Comendas das Ordens Religioso-Militares do século XII até inícios do século XIV, em Portugal.....	48
MAPA 5 – Implantação Estratégica no Território: concelhos das Ordens Militares que possuem castelo e são sedes de comenda nos sécs. XII-XIV, em Portugal.....	56
MAPA 6 – Concelhos das Ordens Militares nas principais vias de comunicação (terrestres/fluviais) e portos (marítimos/fluviais) nos finais da Idade Média, em Portugal.....	74
MAPA 7 – A exploração económica e a transação de mercadorias, segundo os forais das Ordens Religioso-Militares nos séculos XII-XIII, em Portugal.....	75
MAPA 8 – Obrigatoriedade ao fossado e ao apelido segundo os forais das Ordens Religioso-Militares nos séculos XII-XIII, em Portugal.....	80
MAPA 9 – Administração – cargos administrativos segundo os forais das Ordens Religioso-Militares nos séculos XII-XIII, em Portugal.....	90
MAPA 10 – Atribuição de cargos administrativos segundo os forais das Ordens Religioso-Militares, nos séculos XII-XIII, em Portugal.....	91
MAPA 11 – Conflitos entre as Ordens Militares e os concelhos da segunda metade do séc. XIII até meados do séc. XIV, em Portugal.....	116



## Fontes

### A - Manuscritas:

- 1 - Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Gaveta 15*, maço 9, nº18.
- 2 - Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Ordem de Avis*, maço 2, nº117.

### B - Impressas:

- *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940.
- *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: s.n., 1979.
- *Portugaliae Monumenta Historica. Vol.I, Leges et Consuetudines*. Ed. Alexandre Herculano. Olisipone, 1856.
- *Cortes Medievais Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Ed. A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa de Campos Rodrigues, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- *Cortes Medievais Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Ed. A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. Ed. A. H. de Oliveira Marques, Teresa Ferreira Rodrigues. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, vol. II, 1992.
- *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1340-1344)*. Ed. A. H. de Oliveira Marques, Teresa Ferreira Rodrigues. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, vol. III, 1992.
- *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Ed. Leontina Ventura, António Resende de Oliveira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols., 2006.

## Bibliografia

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos – *Frontera castellano-portuguesa Y órdenes militares: problemas de jurisdicción, ss.XII-XIII*, in *III Jornadas de cultura hispano-portuguesa: Interrelación cultural en la formación de una mentalidade, siglos XII al XVI*. Actas, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 51-92.
- AYALA Martinez, Carlos de – *Las fortalezas castellano-leonesas de las Órdenes Militares. Problemas de control político y financiación (siglos XII-XIV)*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): atas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri, 2002, p.549-569.
- AYALA MARTINEZ, Carlos de – *Origem, significado e tipologia das Ordens Militares*, in *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações S.A., 2005, pp. 13-45.
- BARBOSA, Pedro Gomes – *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp. 95-102.
- BARBOSA, Pedro Gomes – *Sistemas Defensivos de Fronteira, na Reconquista (Séc. IX – inícios do XII)*, in *Preparação e Formação Militar em Portugal*, Atas do VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1997.
- BARROCA, Mário Jorge – *Castelos das Ordens Militares*, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): atas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri, 2002, pp.535-548.
- BARROCA, Mário Jorge – *Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis)*, in *Nova História Militar de Portugal, vol.I, (séc. XI-XV)*. Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 69-94.
- CAETANO, Marcello – *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*. Revista da Faculdade de Direito, vol.VII, Lisboa, 1951.
- CAETANO, Marcello – *História do Direito Português. (1140-1495)*. Lisboa-S.Paulo: Editorial Verbo, 1981.
- COELHO, António Borges de – *Comunas ou Concelhos?* Lisboa: Caminho, 1986.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *Municipal Power*, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Estado e as Sociedades Urbanas, A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 269-292.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *Seia, uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII*. Seia: Câmara Municipal, 1986.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *Concelhos*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol.III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 554-584.
- COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1993.
- COSTA, Paula Pinto - *A leitura do espaço na perspectiva das ordens Militares: memória documental*, in XXIX encontro da Associação portuguesa de História Económica. Porto: FLUP, 2009, pp.1-30.
- COSTA, Paula Pinto – *As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos*, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Atas do Seminário Internacional. Porto: CEPESE – Civilização Editora, 2009.
- COSTA, Paula Pinto – *As Ordens Militares no espaço entre o Douro e o Tejo (séculos XII-XIII)*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005.
- COSTA, Paula Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho jurisdicional e político em tempos medievais*. Revista da Faculdade de Letras: História, série III, vol. VII. Porto, 2006.
- COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital no primeiro século da nacionalidade*, in atas do IIº Congresso Histórico de Guimarães – Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII. vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996.
- COSTA, Paula Pinto – *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, in *Actas da II Semana de Estudios Alfonsíes*. Puerto de Santa Maria: s.l., 2001.
- COSTA, Paula Pinto – *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho Jurisdicional e político em Tempos Medievais*. Revista da Faculdade de Letras: História, série III, vol.VII. Porto, 2006.
- CONDE, Manuel Sílvio – *Tomar Medieval: o espaço e os homens*. Cascais: s.n., 1996.

- CONDE, Manuel Sílvio – *Fronteira, Guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo entre Muçulmanos e Cristãos*, in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)*. Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005, pp. 43-52.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Notas sobre a produção de azeite em finais da Idade Média. Instalações, engenhos, alfaías e operações produtivas*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003, pp. 881-889.
- CUNHA, Maria Cristina – *Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166*. Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, Vol.5, Porto, 1988, pp.69-94.
- CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem de Avis e a monarquia até ao final do reinado de D. Dinis*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, vol. XII, Porto, 1995, pp.113-123.
- CUNHA, Maria Cristina – *A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII e XIV*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, vol. XIII, Porto, 1996. pp. 103-122.
- CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1989.
- CUNHA, Mário Sousa – *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, dissertação apresentada à FLUP, Porto, 1991.
- DAVID, Henrique; PIZARRO, José Augusto – *A conquista de Faro. O reavivar de uma questão*, in *Atas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: C.M. de Loulé, 1987. pp. 63-75.
- DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval*. Tese de Doutoramento apresentada à FLUP. Porto, 1993.
- DURAND, Robert – *Les Campagnes Portugaise entre Douro et Tage aux XII et XIII siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- FERNANDES, Hermenegildo – *Quando a Além-Tejo era “fronteira”: Coruche da militarização à territorialização*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Colibri – C.M. Palmela, 2005, pp.451-483.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; OLIVEIRA, Luís Filipe – *As Ordens Militares no reino de Portugal*, in *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações S.A., 2005. pp. 137-167.

- FERNANDES, Isabel Cristina – *Castelos da Ordem de Santiago: A região do Sado*, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII. Porto: ADECAP / UTAD, 2000. pp, 169-185.
- FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009.
- FERREIRA, Maria Isabel - *A Normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI): poderes, sociedade e espiritualidade*. Tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2005.
- FREITAS, Judite de - *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Ed. Alêtheia, 2011.
- GARCIA, João Carlos – *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do INIC, 1986.
- GARCIA DE CORTAZAR, José Angel – *História Rural Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- GOMES, Saul António – *As Ordens Militares Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo*, in *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Atas do III Encontro sobre Ordens Militares. 2 vols. Lisboa: Colibri – C.M. Palmela, 1999.
- GOMES, Saul António – *Os grupos Étnico-Religiosos e os Estrangeiros*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996
- HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, 4 vols. Lisboa: Bertrand, 1983.
- HINOJOSA, Eduardo de – *Estudios sobre la História del Derecho Españõl*. Madrid: s.n., 1903.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *A Dinâmica Dionisina*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 144-160.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC-CHUP, 1990.
- LE GOFF, Jaques – *A civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, 2ª ed. Lisboa: Ed. Estampa, 1995.

- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Constituição de um Condado*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol.III. Lisboa: Presença, 1996, pp.13-22.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Conjuntura*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *As Relações Diplomáticas*, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV. Lisboa: Presença, 1986
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: Ed. Presença, 1993.
- MARQUES, José – *A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341*, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, Atas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, C.M. Palmela, 1997, pp. 285-305.
- MARQUES, José – *Os castelos Algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III*, in Separata da Revista Camoniana, Ano VIII, nº13, 1986.
- MARQUES, José – *Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português*, in Revista da Faculdade de Letras: História, série II, Vol. 8, Porto, 1988, pp. 9-34.
- MARQUES, José – *O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*. Revista da Faculdade de Letras: História, série II, Vol. V, Porto, 1985, pp. 95-111.
- MARQUES, José – *Os municípios na estratégia defensiva dionisina*, in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, vol VII. , Porto, 1989. pp. 524-544.
- MARQUES, José – *Igreja e Poder Régio*, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 217-256.
- MARQUES, José – *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, in Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. IV. Porto, 1990, pp.1527-1564.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal*, in Separata de Jornadas Sobre Portugal Medieval, Leiria: s.n., 1986, pp. 349-366.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *A viabilização de um reino*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996.

- MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia – *The Medieval Military History*, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp.459-481.
- MARTINS, Miguel Gomes – *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal na Idade Média (1245-1367)*, tese de doutoramento apresentada á FLUC, Coimbra, 2007, pp. 17-247.
- MARTINS, Miguel Gomes – *As Milícias Concelhias e os Forais de D. Afonso III*. Vária Escrita, nº 10, tomo I, Câmara Municipal de Sintra, 2003, pp. 119-140.
- MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325, vol.1:Oposição*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985.
- MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de – *Os Concelhos*, in *A Monarquia feudal (1096-1480)*. História de Portugal, vol. II. Lisboa: Ed. Estampa, 1997
- MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infanções e cavaleiros. A nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- MATTOSO, José – *Da comunidade primitiva ao município – o exemplo de Alfaiates*. Revista de Estudos Medievais, nº8, Lisboa, 1987.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Os proventos da terra e do mar*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 400-464.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV). Sua organização administrative e judicial*, in *Estudos Medievais*, nº5/6, Porto 1984/1985. pp. 10-38.
- MARREIROS, Maria Rosa – *Senhorios*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal, vol. III. Lisboa: Presença, 1996, pp. 584-602.
- MOLERO GARCIA, Jesús – *Los castillos de Órdenes Militares como agentes de feudalización*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003. pp. 591-597.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Vegécio e a prática Militar medieval: influência real e condicionalismos*, in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*. Coimbra: Salamandra, 2010, pp. 97-134.
- MONTEIRO, João Gouveia – *As Ordens Militares e os Modelos tácticos de combate de um e outro lado do mediterrâneo – uma abordagem comparada*, in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*. Coimbra: Salamandra, 2010, pp. 255-301.

- MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449)*, in *Nova História Militar de Portugal, vol.I, (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: Círculo de leitores, 2003, pp. 245-261;
- MORENO, Humberto Baquero – *Os Castelos da Ordem de Avis no século XV*, in *A História Militar de Portugal no Século XIX*, separata das atas do IV Colóquio. 1993.
- MORENO, Humberto Baquero – *As relações de fronteira no século de Alcanices (1250-1350): o Tratado de Alcanices*, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol.15, nº1, 1998. pp. 641-653.
- MORENO, Humberto Baquero – *Estado, Nobreza e Senhorios*, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, pp. 257-267.
- OLIVEIRA, José Augusto – *A gestão de conflitos entre os concelhos da Ordem de Santiago: o caso de Sesimbra e Setúbal*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri – C.M. Palmela, 2005, pp. 735-745.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto – *The Military Orders*, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 425-457.
- OLIVEIRA, Luis Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e Santiago (1330-1349)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, Faro, 2006.
- OLIVEIRA, Luis Filipe – *Fidalgos, Cavaleiros e Vilãos: As ordens militares de avis e Santiago (1330-1449)*, in *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 11. Porto: Civilização Editora/Cepese, 2009, pp. 145-162.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo, 2010.
- PINTO, Alexandre – *O Lavrador de Forais: Estudo outorgados por D. Dinis*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUC, 2007.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, in *Reis de Portugal*. Mem Martins: Circulo de Leitores, 2ª ed., 2012.
- POWERS, James F. – *A Society Organised for War: The Iberian Municipal Militias in the Middle Ages, 1000-1284*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1988.



- POWERS, James F. – *The Creative interaction between Portuguese and Leonese Municipal Military Law, 1055 to 1279*. s.l., Speculum, 1987.
- RAU, Virgínia – *Estudos sobre a exploração do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- REIS, António Matos – *Os concelhos na primeira dinastia: á luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- RUCQUOI, Adeline – *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995.
- RUIZ GOMEZ, Francisco – *La economía ganadera y los dominios de las órdenes militares en la Mancha en siglo XII*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003. pp.415-424.
- SETTON, Kenneth M. – *A History of Crusades: The first Hundred Years*, vol. I. Madison-Milwaukee-London: The University of Wisconsin Press, 1975.
- SILVA, Isabel Morgado – *Concelho de Soure versus Ordem de Cristo: um processo de conflito em finais do séc.XIV*. *Revista de Ciências Históricas*, n.12, 1997, pp. 109-117.
- SOARES, Torquato de Sousa – *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*. Lisboa: s.n., 1931.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, in *Reis de Portugal*. Mem Martins: Circulo Leitores, 2006.
- VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers: The knights Templar in Portugal, 1128-1319*, tese de doutoramento apresentada à Universidade da Califórnia, Santa Barbara, 2002.
- VENTURA, Leontina – *D. Afonso III e o Desenvolvimento da autoridade régia*, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, *Nova História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Presença, 1996.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A Diocese de Évora e a Ordem de Avis: dois poderes em confronto na centúria de duzentos*, in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, Atas do II Encontro Sobre Ordens Militares, C. M. Palmela, 1997, pp.271-284.

- VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A construção de uma identidade urbana no séc. XIII. O caso do Sul de Portugal*, in *Anales de la Universidad de Alicante. História Medieval*, N.º 16, 2009-2010, pp.133-156.